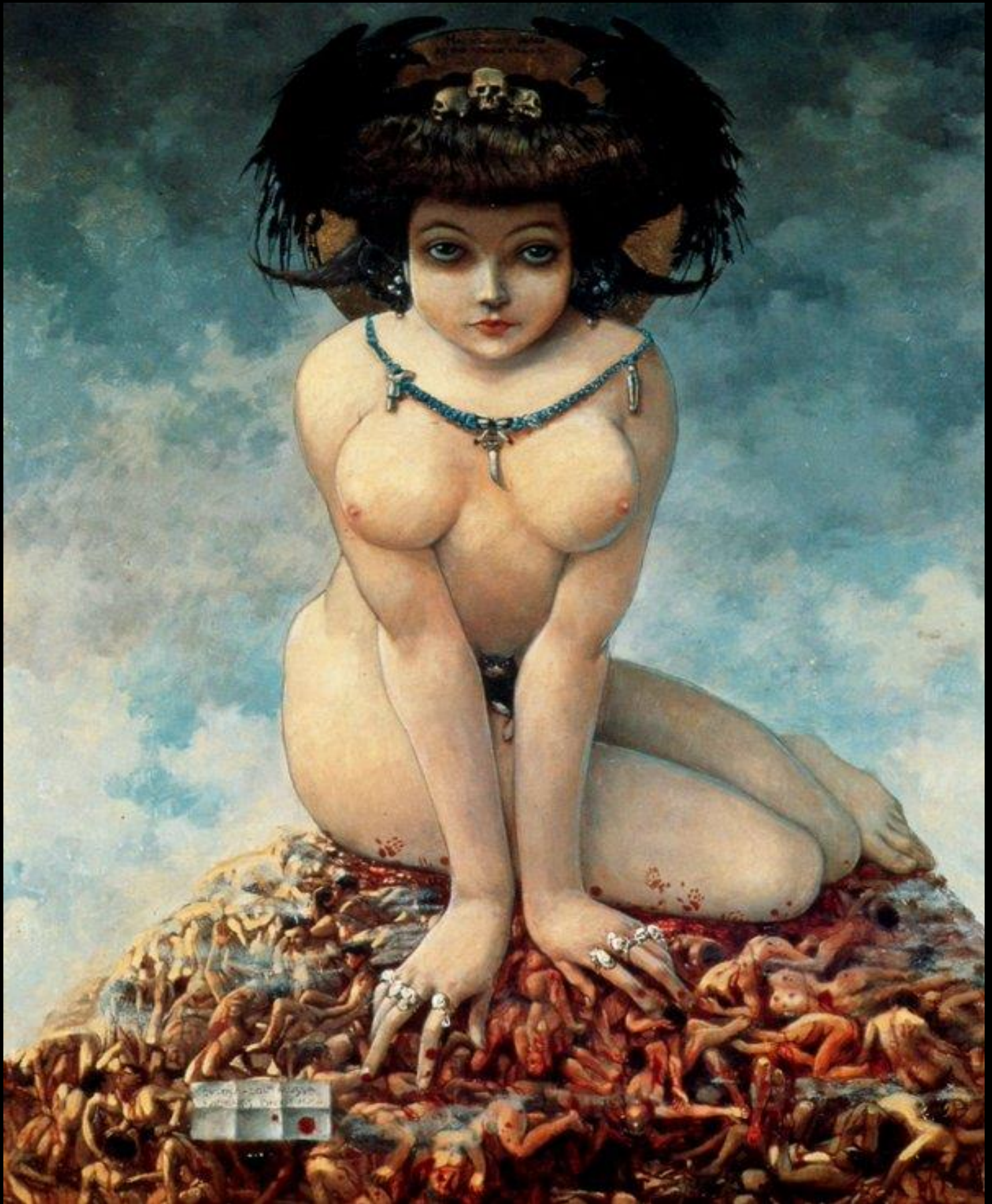


# REVISTA XIX

Artes e técnicas em transformação



**editora–chefe** Junia Barreto

**editor assistente** Guilherme Santos

**comitê consultivo** Alain Arnaud Laster (Société des Amis de Victor Hugo – França); Alberto Dantas Pedrosa Dantas Filho (UFMA); Alexandre Pilati (UnB); Aline Strelow (UFRGS); Anthony Glinoyer (Université de Sherbrooke – Canadá); Arnaldo Rosa Vianna Neto (UFF); Biagio D'Angelo (UnB); Claudine Franchon Cabrera (UnB); Daniel Compère (Université Sorbonne Nouvelle – França); Daniela Mantarro Callipo (UNESP); Danièle Gasiglia (Société des Amis de Victor Hugo – França); Deborah Silva Santos (UnB); Delphine Gleizes (Université Lumière Lyon 2 – França); Denise Guimarães Bottmann (Brasil); Eclair Antonio Almeida Filho (UnB); Fausto Calaça (UFMT); Fernando Franco Netto (UNICENTRO); Izabel Maria Raso Tafuri (UnB); Jean Maurel (França); João Luís Lisboa (CHC FCSH UNL – Portugal); José D'Assunção Barros (UFRRJ); José Rodrigo Rodriguez (Cebrap e Direito FGV); Leila de Aguiar Costa (UNIFESP); Luís Fernando Lopes Pereira (UFPR); Luiz Estevam Fernandes (UFOP); Luiz Paulo Nogueurol (UnB); Marcelo Balaban (UnB); Marcia Cristina Consolim (UNIFESP); Marcio Pascoa (UEA); Marcos Araújo Bagno (UnB); Maria Eugénia Tavares Pereira (Universidade de Aveiro – Portugal); Maria Lúcia Dias Mendes (UNIFESP); Marileia dos Santos Cruz (UFMA); Maxime Prévost (Université d'Ottawa – Canadá); Patrick Wotling, (Université de Reims – França); Pedro Alvim (UnB); Ricardo Nascimento Fabbrini (USP); Robert Ponge (UFRGS); Samuel Barbosa (USP); Solange de Aragão (Brasil).

**editoria da seção dossiê** Daniel Rameh, Luiz Capelo

**editoria da seção ensaio** Verônica Valadares, Priscila Fernandes Oliveira

**editoria da seção tradução** Nayara Dias, Lucas Esmeraldo

**editoria de texto** Elisa Maiby Carvalho, Rosângela Costa, Daniel Lukan

**editoria de arte** Thaynara Henrique

**apoio técnico** Ana Izabel Batista da Silva

**Revista XIX – Artes e técnicas em transformação**

**ISSN 2358–7822**

correspondência editorial

Revista XIX – artes e técnicas em transformação  
Departamento de Teoria Literária e Literaturas  
ICC Ala B, Sul, Sobreloja, sala B1– 09  
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília  
CEP 70910–900 – Brasília – DF  
[revista19.unb@gmail.com](mailto:revista19.unb@gmail.com)

**imagem da capa**

MOSSA, Gustav-Adolf, 1905, *Elle*, óleo sobre tela, 80 x 63 cm. A tela se encontra no *Musée des Beaux-Arts Jules Chéret*, em Paris, França, que gentilmente cedeu sua reprodução.

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	05
Leila de Aguiar Costa	

## Dossiê

### Insubmissas no Século XIX

Les Semeuses .....	11
Michèle Narvaez	
As Semeadoras .....	39
Michèle Narvaez, tradução de Nayara Dias	
La résistance des premières femmes psychanalystes : une pensée de la soumission .....	67
Isabelle Mons	
A resistência das primeiras mulheres psicanalistas: um pensamento da submissão .....	81
Isabelle Mons, tradução de Clara Cerqueira Fernandes	
Imprensa feminina e feminista no Brasil .....	95
Constância Lima Duarte	
La presse comme moyen de l'émancipation russe .....	106
Tatiana Solodovnika	
Claire Démar, saint-simonienne et féministe : une insoumission à facettes multiples .....	124
Hamdi Hemaïdi	
Maria Firmina dos Reis e seu conto "A escrava": consolidando uma literatura abolicionista .....	142
Rafael Balseiro Zin	
Ada Lovelace, a encantadora de números .....	162
Adriana Ibaldo; Cintia Schwantes	
Charlotte Brontë: plume insoumise .....	177
Isabelle Le Pape	
Mulher, islã e literatura: avatares de Isabelle Eberhardt .....	193
Cláudia Falluh ; Norma Castro	

## Ensaaios

La Belle Époque vue du lit : le <i>business</i> des demi-mondaines .....	213
Carole Wrona	
A Belle Époque vista da cama: o business das demi-mondaines .....	236
Carole Wrona, tradução de Elisa Maiby Carvalho	
Os ausentes têm razão? Uma ideia política do teatro em Anaïs Ségalas .....	259
Jéssica Jardim	
Des corsets qui craquent : "Un pique-nique chez Osiris", l'insoumission au féminin .....	272
Tiphaine Martin	

## Tradução

'Da literatura sob Bonaparte, ou da liberdade de imprensa', segundo Madame de Staël .....	289
Fausto Calaça	
'O Homem-moça', um conto de Guy de Maupassant .....	300
Thaynara Henrique	

## EDITORIAL

*Ma revendication en tant que femme c'est que ma différence soit prise en compte, que je ne sois pas contrainte de m'adapter au modèle masculin. Simone Veil, In Memoriam*

\*

*On trouve qu'il n'y a rien à souhaiter pour les femmes ; que tout est pour le mieux à leur égard, dans le plus galant des mondes, et si l'on consent à leur baiser les mains, c'est à la condition que ces mains inutiles ne toucheront pas une plume. [...] Mme de Staël a pourtant conquis pour son sexe le droit de cité dans la république des lettres et des penseurs, [mais] on est encore réduit aux précautions oratoires les plus humiliantes [...]. Daniel Stern, pseudônimo de Marie d'Agoult.*

Logo à entrada do novo número da *Revista XIX*, dedicado às *Insubmissas do século XIX*, parece imprescindível enunciar algumas observações de caráter etimológico sobre termo tão potente e pleno de desdobramentos culturais. Importa, então, assinalar que o substantivo “Insubmissão” e o adjetivo “Insubmisso(a)” não fazem sua entrada no léxico de extração latina senão em meados do século XVIII. Precedem a um e a outro os vocábulos *Contumacia* e *Contumax* ou *Indomitus*. Ao primeiro, atribuía-se essencialmente sentido jurídico, a saber, ação de recusa em responder, ou de comparecer ao Tribunal, da parte de um acusado – *contumax* é, pois, aquele que não comparece em justiça, mesmo após ser por ela citado; ao terceiro, o sentido dá conta de alguém que não pode ser contido, reprimido, moralmente subjugado.

Uma breve incursão pelo léxico francês oitocentista revela-nos que “insubmissão” é, segundo o *Dictionnaire de la langue française* (1873), o “caráter, o estado daquilo que não é submisso”. O *Dictionnaire de l'Académie Française* em sua versão de 1835 explica, simplesmente, que ser insubmisso (a) é não ser submisso (a). A tautologia obriga-nos, necessariamente, a procurar compreender o que a língua do século XIX compreende por Submissão. No mesmo *Dictionnaire de l'Académie Française*, do mesmo período, podemos ler como se define o substantivo:

Submissão, subst. fem. 1. Disposição a obedecer [...]; 2. Diz-se também da ação mesma de obedecer [...]; 3. Diz igualmente da ação pela qual alguém declara se submeter, alinhar-se à obediência [...]

O mesmo dicionário, ainda de 1835, define “Submisso(a)” como “aquele(a) que se dispõe à obediência”. A versão de 1873 do *Dictionnaire de la langue française* declina dois outros sentidos do termo: “1. Aquele(a) que está sob a autoridade; 2. Aquele(a) que obedece”.

Como se depreende desse bastante rápido percurso etimológico, o adjetivo “Insubmisso(a)” refere-se a todo sujeito, a toda subjetividade que, direta ou indiretamente, subleva-se contra a obediência, a autoridade, o servilismo ou a subserviência. De certo modo, todo(a) insubmisso(a) carrega em si a marca da resistência a todo ato, a todo ser que subjugue, em domínio físico, moral, intelectual, cultural, entre outros. Ser insubmisso(a) é adotar, por isso mesmo, novos parâmetros de conduta, de atuação e de intervenção nos mais variados registros da vida civil. Ser insubmisso(a) é locar-se em certa transversalidade – essencialmente transgressiva – que recusa toda submissão de subjetividade.

Eis porque parece inevitável buscar em Michel Foucault algumas balizas que auxiliem na compreensão dessa que se pode denominar uma contra conduta que, no caso particular do número 4 da *Revista XIX*, é essencialmente feminina. A insubmissão feminina, nas suas mais variadas fisionomias como se poderá verificar à leitura desse número, construir-se-ia no registro do que Foucault denomina – em texto intitulado “O sujeito e o poder”, publicado em *Dits et écrits IV* –, “práticas que dividem”: opor-se à divisão praticada por outros é opor-se a ser feito passivamente objeto e deixar de ser sujeito. É movimentar-se segundo “formas de resistência aos diferentes tipos de poder”; é resistir, por conseguinte, à certa hierarquização institucional como aquela que estabelece “o poder dos homens sobre as mulheres”. Insubmissão que se confundiria, a se seguir ainda Foucault, com “lutas anárquicas”, “lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo: de um lado, elas afirmam o direito à diferença e sublinham tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais”. Nesse sentido, a insubmissão é *motus* – no sentido primeiro e segundo do termo, isto é, movimento e motivo – que permite resistir “aos efeitos de poder que se ligam ao saber, à competência e à qualificação”. A insubmissão feminina inscreve-se inegavelmente no registro das lutas “contra os privilégios do saber. Mas igualmente se opõe ao mistério, à deformação e a tudo quanto pode de ali haver de mistificador nas representações impostas às pessoas”. A insubmissão é movimento que se opõe, então, a construções

que não são senão sociais; é, enfim, modo de questionar os modos pelos quais “o saber circula e funciona, suas relações com o poder. Em suma, o regime do saber”.

Nesse sentido, diversas são as vozes, femininas e masculinas, que refletem sobre o equívoco na apreensão que se faz da mulher, e, ainda, sobre os modos pelos quais se busca refutá-la. Em finais do século XVIII, por exemplo, a inglesa Mary Wollstonecraft, autora de *A Vindication of the rights of Woman*, dá-se como tarefa “persuadir as mulheres para que se esforcem em adquirir força, em seu espírito e em seu corpo”, pois que aquelas mesmas construções sociais que as fazem proferir “frases suaves”, que as representam com coração e sensibilidade delicadas não fazem dela senão “objeto de lástima”. Em começo de Oitocentos, Stendhal, visionário, parece ter compreendido a insubmissão ao afirmar, de modo eloquente, que não haveria marca mais segura de civilização do que a “admissão das mulheres à igualdade perfeita”, graças à qual se duplicariam as “forças intelectuais do gênero humano”. Entretanto, em meados de Oitocentos, tal igualdade está ainda por ser oficialmente estabelecida e respeitada... Não por acaso, nos entornos de 1880, a professora e abolicionista brasileira Maria Amélia de Queirós, interpela suas conterrâneas, afirmando-as capazes de “grandes e altos cometimentos”. Por isso mesmo, era incontornável se insurgir. Insurgir-se contra o que Victor Hugo qualifica, em final de Oitocentos, como “estado violento”, onde ainda não se reconhecem os direitos da mulher – tampouco eles são julgados relevantes. A mulher seria como um ser sem existência, pois não “possui, não está em justiça, não vota; ela não conta, ela não é”. Importava, pois, rebelar-se contra o “eterno inimigo”, contra os déspotas por excelência, apontados de modo preciso e justo por Victor Hugo – com confesso objetivo de instruir – no prefácio de sua peça de teatro *Angelo, tyran de Padoue*: “Atribuir o erro a quem comete o erro, isto é, ao homem, que é forte, e ao fato social, que é absurdo”.

Se nos voltarmos novamente às definições dos dicionários atribuídas aos termos Insubmissão e Insubmisso(a), perceberemos que se insinuaria ali um jogo significativo com a noção mesma de sujeito. Pois que, como bem lembra Foucault, há dois sentidos para a palavra “sujeito”: “sujeito submetido ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, esta palavra sugere uma forma de poder que subjuga e assujeita”. A ação da Insubmissão libertaria, pois, o sujeito, tornando-o indivíduo.

As mulheres insubmissas não assumiriam senão, para empregar ainda os termos de Foucault, uma “nova subjetividade”. Vê-se então emergir, entre os séculos XVIII e XIX, sob as mais variegadas fisionomias, mulheres revolucionárias, militantes, republicanas; mulheres psicanalistas; mulheres letradas e jornalistas em luta pela emancipação; mulheres saint-simonianas; mulheres-escritoras abolicionistas; mulheres matemáticas; mulheres romancistas adversárias do cânone; mulheres islâmicas e cronistas; mulheres mundanas da Belle-Époque... Tantas e incontáveis faces de uma “insubmissão da liberdade” que, em franca luta contra a exclusão, intervêm nos diversos campos do saber – Artes, Ciências, Letras, Jornalismo, Música, Saúde ... Insubmissas oitocentistas que souberam mobilizar estratégias a fim de se subtrair ao monopólio do poder em geral, e do poder masculino em particular, e que por isso mesmo revolucionaram a imagem redutora, hipocratiana em sua origem – o sexo feminino definia-se por sua aptidão à maternidade e a mulher era dominada por sua matriz – que a elas se atribuía. É seu estatuto mesmo de sujeito que se transforma. Insubmissas que se revelaram modelo de autonomia e de independência conquistadas graças à inteligência e à vontade. E que afinal participaram, de modo efetivo, da foucaultiana “vida espiritual” habitada por subjetividades de experiência(s) e em devir.

Leila de Aguiar Costa  
Universidade Federal de São Paulo





dossie

Insubmissas no século XIX

Michèle Narvaez

**Les Semeuses**

## Résumé

L'article *Les Semeuses* est un rapide parcours de toutes les femmes militantes qui, de 1789 au début du XXème siècle, se sont engagées, plus ou moins radicalement, pour revendiquer l'égalité entre les sexes, le droit des femmes à l'éducation, au divorce, au plein exercice de la citoyenneté. Tantôt bourgeoises et intellectuelles, tantôt issues de milieux modestes, mais autodidactes, elles se sont dévouées, avec passion, et souvent au péril de leur vie ou de leur honneur, à une cause dont elles percevaient la justesse, et ont porté des revendications que le XXème siècle a très lentement adopté. De leur vivant, elles se sont heurtées à la cécité des trois Républiques successives, cécité consciente ou inconsciente, mélange de sexisme masculin héréditaire et de priorité donnée aux intérêts du capitalisme industriel. D'Olympe de Gouges à Louise Michel, en passant par Germaine de Staël ou George Sand, ce sont ainsi des portraits de femmes qui défilent pour montrer à quel point elles semaient des idées qui auraient peut-être pu changer le cours du XXème siècle.

**Mots-clés :** femmes ; féminisme ; biographies ; XXème siècle

## Resumo

O artigo *As Semeadoras* é um rápido percurso de todas as mulheres militantes que, desde 1789 no início do século XX, engajadas mais ou menos radicalmente, para reivindicar a igualdade entre os gêneros, o direito das mulheres à educação, ao divórcio, ao pleno exercício da cidadania. Às vezes, burguesas e intelectuais, às vezes vindas de meios modestos, autodidatas, elas se dedicaram, com paixão, e muitas vezes arriscando sua vida ou sua honra, pela justiça, e a reivindicando cujo século XX adotou muito lentamente. Em vida, elas foram recebidas com a cegueira das três sucessivas Repúblicas, cegueira consciente ou inconsciente, mistura de sexismo masculino hereditário e prioridade dada ao capitalismo industrial. Olympe de Gouges à Louise Michel, passando por Germaine de Staël ou George Sand, são retratos de mulheres que mostram em qual ponto elas semeiam as ideias que podem ser capazes de mudar o curso do século XX.

**Palavras-chave:** mulheres; feminismo; biografias; século XX

En plein cœur du combat communard, où Louise prend toute sa part, cet épisode de musique « barbare » composée sur l'orgue d'une église bombardée, nous donne une idée de l'exaltation révolutionnaire vécue avec joie et sensualité.

*Oui Barbare je suis  
Oui j'aime le canon  
La mitraille dans l'air  
Amis dansons*

*La danse des bombes  
Garde à vous voici les lions  
Le tonnerre de la bataille  
Gronde sur nous amis chantons*

*L'ocre odeur de la poudre  
Qui se mêle à l'encens  
Ma voix frappant la voûte  
Et l'orgue qui perd ses dents*

*La nuit est écarlate  
Trempez-y vos drapeaux  
Beaux enfants de Montmartre  
La victoire ou le tombeau  
Oui Barbare je suis  
Oui j'aime le canon  
Et mon cœur je le jette  
A la Révolution*

13

D'après un poème de Louise Michel, avril 1871

*La danse des bombes*

Parole et musique de Michèle Bernard, 2015

---

\* Michèle Narvaez – Écrivain, diplomate et professeure de lettres.

## Une iconographie trompeuse



Figure 1. Un ancien buste de Marianne: c'est la Convention de 1792 qui a décidé de représenter la République sous les traits d'une femme coiffée d'un bonnet phrygien, symbole de la liberté.

Source: Wikipédia. Disponible [ici](#).

L'iconographie française est généreuse avec les femmes: la République, la Liberté, l'Égalité, La Fraternité, autant de mots féminins qui ont inspiré dessinateurs et graveurs. Les symboles royaux étaient masculins, le visage du roi, le lys. Pour la République, il fallait des symboles féminins.

La première effigie fut la Marianne. Son origine, selon l'une des versions accréditées, remonte à l'année 1792, en octobre, quelques jours après la proclamation de la République. Ce serait un cordonnier-poète, Guillaume Lavabre, qui aurait composé la chanson révolutionnaire *La Garisou de Marianne (La guérison de Marianne)*<sup>1</sup>, en utilisant pour la première fois le prénom Marianne, composé de deux prénoms très populaires, Marie et Anne. La chanson raconte la maladie de Marianne et les soins qui lui sont prodigués, Égalité et Liberté entre autres! La

---

<sup>1</sup> En voici la traduction: « Marianne, trop attaquée d'une grosse maladie, était toujours maltraitée et mourait de misère. Le médecin, sans la guérir, la faisait souffrir: le nouveau Pouvoir exécutif vient de lui faire prendre un vomitif pour lui dégager le poulmon: Marianne se trouve mieux. »

Un grain de liste civile est un remède fatal qui dans le corps tient la bile, augmente toujours le mal; et les remèdes de Louis ne sont pas bons: on ne guérit jamais. Mais une once d'Égalité et deux drachmes de Libertés lui ont dégagé le poulmon: Marianne, etc.

La saignée favorable qui eut lieu le dix août à Marianne, si aimable, a fait retrouver le goût: le mal maudit est vite parti quand on peut retrouver l'appétit: un peu d'huile de Servan, un peu de sirop de Roland, lui ont bien dégagé le poulmon: Marianne, etc.

Dillon, Kellermann, Custine ont commencé de chasser la trop méchante vermine qui a failli l'étouffer; et l'intérieur des intestins sera bientôt débarrassé de vers si malins; l'élixir de Dumouriez, frotté à la plante des pieds, lui a bien dégagé le poulmon: Marianne, etc.

Il faut une prise de Nice, deux pincées d'Émigrants, pour dissiper la malice de ce mal qui était si grand et soigneusement, à l'alambic, passer la soumission de Brunswick: le matin, au lever du lit, l'évaporation de Clairfayt lui a bien dégagé le poulmon: Marianne, etc.

Montesquieu, bon patriote, de Marianne Médecin, veut avec de la graisse de marmotte, la guérir entièrement: Anselme, enfin, chasse le venin, au sang bas il fait prendre un autre train; alors, son corps épuré, du mauvais levain dégagé, Marianne, en pleine guérison, de la santé sera la fleur. (PUYLAURENS - Dans le village de Puylaurens, rue Foulimou, naquit et vécut Guillaume Lavabre, cordonnier troubadour, qui en octobre 1792 baptisa la toute jeune république du nom de "Marianne", prénom très répandu à l'époque dans ce pays occitan. Sa chanson La Garison de Marianna fait donc date et permet au village de revendiquer à juste titre l'appellation de "Berceau occitan de la Marianne républicaine"). Em português (tradução livre): Na aldeia de Puylaurens, rua Foulimou, nasceu e viveu Guillaume Lavabre, sapateiro trovador, que em outubro de 1792 batiza a tão jovem república pelo nome de "Marianne", muito

chanson aurait vite été adoptée. Indépendamment d'elle, sous la Révolution française, apparaissent des allégories de la République et de la Liberté, sous la forme d'une femme coiffée d'un bonnet phrygien<sup>2</sup>. Si l'usage de l'effigie de Marianne se perd sous l'Empire et la Restauration, il revient en force en 1848<sup>3</sup>. Le gouvernement provisoire de la seconde République lance un concours de représentation pour un nouvel emblème. Deux propositions s'opposent, celle de la Marianne « sage », assise, seins couverts, coiffée d'une couronne d'épis et l'autre plus sociale, cheveux détachés, bonnet phrygien, poitrine découverte, combattante et armée. Cette dernière image prévaudra après la Commune et l'affaire Dreyfus, sous la Troisième République. Aujourd'hui la Marianne est tour à tour représentée sous les deux formes.

La seconde femme qui symbolisa la République fut la Semeuse. Paul Doumer, ministre des finances, demanda à un artiste connu, Oscar Roty, de dessiner une nouvelle symbolique de la République. Ce dernier utilisa un dessin conçu en 1886 pour le ministère de l'agriculture. Les premières pièces de la Semeuse, une femme coiffée d'un bonnet phrygien, connurent dès 1897 un vif succès. La Semeuse est donc une autre Marianne, mais elle avance, sûre d'elle, symbolisant la marche de la République vers un avenir meilleur, dont elle sème les graines sur son passage. Elle personnifie donc la liberté, l'énergie, l'optimisme. « Ces semences qu'elle jette généreusement à la terre sont les innombrables idées qui peut-être un jour germeront et lèveront, lorsque nous n'y seront plus », prédit le journal *La Liberté* du 8 octobre 1898,



**Figure 2.** Un exemple de timbre français avec l'effigie de la Marianne. Elle est présente en timbre, en buste ou en gravure, sur tous les documents et dans toutes les institutions de la République française.

expandido na época neste país occitano. Sua canção *La Garison de Marianne*, marca e permite com razão que a aldeia se denomine de "**Berço occitano da Marianne republicana**".

<sup>2</sup> Rappelons l'histoire de ce bonnet : dans l'Empire romain, il était porté par les esclaves affranchis. Quand le peuple de Paris envahit les Tuileries, le 20 juin 1792, les manifestants tendent au roi Louis XVI un bonnet phrygien. Cette coiffe, depuis la prise de la Bastille était devenue le symbole de la liberté. Elle devient le signe du ralliement révolutionnaire. Sur proposition de Billaud Varenne, la Convention prend un décret le 22 septembre 1792. Ce décret stipule que tous les actes publics seront datés de la première année de la République. "Le sceau de l'État portera pour légende ces mots : République de France. Le sceau national représentera une femme assise sur un faisceau d'armes, tenant à la main une pique surmontée du bonnet de la liberté." (AU BLASON...)

<sup>3</sup> N'oublions pas le tableau *La Liberté guidant le peuple* d'Eugène Delacroix, réalisé en 1830 à la suite de la révolution des Trois Glorieuses. Elle a souvent été choisie comme symbole de la République française. C'est l'image d'une femme du peuple, une « Marianne », coiffée d'un bonnet phrygien, seins dénudés, debout sur une barricade, qui brandit un drapeau tricolore et appelle au combat.

pour répondre aux attaques dont l'effigie fut la cible : « Que sème-t-elle, cette femme dont le bonnet phrygien dit assez la qualité ? Elle sème le désordre, l'anarchie, l'ivraie, la haine de mensonge et d'immoralité » (Le Moniteur, 28 février 1897). C'est dire que tout n'allait pas de soi à la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle, et que, Mariannes ou Semeuses, les femmes allaient encore avoir fort à faire pour gagner leur liberté et leur combat, républicain ou révolutionnaire.

## La Révolution française : le moment du féminisme

Si on peut faire remonter à l'antiquité la lutte des femmes pour faire entendre leur voix et défendre une autre vision du monde – qu'on songe à la comédie d'Aristophane *Lysistrata*, présentée en 411 avant J.C., où l'héroïne persuade ses consœurs de faire la grève du sexe pour convaincre les hommes de cesser de faire la guerre, ce que demanderont, des siècles plus tard, les mères, les sœurs et les épouses des futurs sacrifiés de la Première guerre mondiale ! –, et s'il y eut des femmes assez audacieuses pour réclamer l'égalité des droits (Christine de Pisan, avec sa *Cité des Dames*, en 1405 ou Marie de Gournay, qui publie en 1622 *Égalité entre les hommes*, et en 1626 *Les Femmes et Grief des Dames*, recueils où elle prône l'égalité absolue entre les sexes), c'est véritablement le processus révolutionnaire de 1789 qui ouvre une béance dans laquelle vont pouvoir s'engouffrer les exigences d'égalité et de liberté des femmes. La contradiction en effet est immense, entre la proclamation de l'égalité des individus comme principe universel et l'exclusion des femmes de la citoyenneté. Jusque-là confinées dans l'ombre de la vie domestique, hors du jeu social et politique, leur éveil sera lié directement à la pensée des Lumières et aux événements historiques de la Révolution, ce qui, du coup, les fera entrer dans l'histoire politique. C'est aussi pour cette raison que leur combat sera presque exclusivement un combat pour l'égalité des droits. Dès 1787, époque où la revendication égalitaire occupe déjà les esprits, Marie-Armande Gacon-Dufour publie son *Mémoire pour le sexe féminin contre le sexe masculin*. Condorcet a pour sa part une démarche antithétique à celle de Rousseau pour qui la femme doit se cantonner au rôle de mère et d'épouse (Cf. DURNOVA, Anna. 2004). Dans *Sur l'admission des femmes au droit de cité* (1790), il insiste entre autres sur la nécessité d'une même éducation pour les femmes et les hommes. De fait, dans les premières années de la Révolution, cette admission des femmes au droit de cité sembla



ne pas poser de problème.

Il est difficile de distinguer, à l'époque, pratique féminine et pratique féministe, comme le relève Louis Devance (1977, p. 341-376). Le mot « féministe » n'existe pas encore (il apparaît en 1837 sous la plume de Fourier). Mais on peut parler de féminisme à propos des citoyennes engagées, qui dès 1789, ont entamé une longue marche pour accéder à la pleine citoyenneté. « Est-ce un hasard si la problématique du droit des femmes réapparaît chaque fois dans le sillage de mouvements politiques et sociaux ? 1789, 1830, 1848, 1868, 1968, autant de moments où bouleversements politiques et mobilisation féministe coïncident », remarquent Laurence Klejman et Florence Rochefort (1989, p. 23), non sans s'interroger sur la capacité de cette « aspiration collective » à survivre « à la crise qui l'a vue naître ».

En 1789, l'effervescence de la vie quotidienne et des idées, le bouleversement de toutes les normes politiques, religieuses, culturelles, ont constitué un appel d'air immense, et les femmes ont immédiatement prendre part à l'enthousiasme révolutionnaire. Elles ont manifesté, revendiqué lutté, harangué, participé aux débats, envahi les tribunes, rédigés des pamphlets, elles ont risqué leurs vies, se sont vouées corps et âme à la Révolution, souvent au péril de leurs vies. Elles ont porté un espoir, des propositions, des idées, de nature à transformer profondément la société moderne. Elles n'ont pas réussi à se faire entendre.

On peut prendre pour point de départ le 5 octobre 1789 : des femmes se rassemblent en masse à l'Hôtel de Ville, pour interpeller la Commune de Paris sur le manque de pain mais aussi pour réclamer que le roi et l'Assemblée se déplacent à Paris. Peu à peu une foule de milliers de personnes, des femmes en grande majorité, marche sur Versailles. Des hommes de la milice nationale les suivront. Le peuple obtiendra gain de cause.

Mais l'investissement des femmes dans les luttes révolutionnaires les ont conduites à revendiquer l'égalité entre les sexes et à réclamer des réformes destinées à améliorer le sort des femmes et leur place dans la vie sociale et politique. Entre 1789 et 1793, les femmes sont sur tous les fronts, principalement les femmes du peuple ou les bourgeoises, mais aussi quelques nobles, comme Madame de Staël, Madame de Condorcet, Madame de Coicy. Certaines choisissent un pseudonyme ou l'anonymat, comme Madame B\*\*\* B\*\*\*, auteure d'un grand nombre de discours, de propositions et de textes à forte connotation féministe. Elles se constituent en groupes de « dames

patriotes », participent par milliers en 1790 à la fête de la Fédération sur le Champ de Mars. Beaucoup s'arment, apprennent le maniement des armes, fondent des groupes d'amazones où elles s'enrôlent, pour faire la guerre « aux ennemis des Français », avec un « mâle courage » - Théroigne de Méricourt et Claire Lacombe recevront la couronne civique de la Commune de Paris pour leur engagement de combattantes, les sœurs Fernig entreront dans la légende des femmes-soldats<sup>4</sup>. Elles siègent dans les premières assemblées du Tiers État, prennent la parole, haranguent le public. Elles créent des clubs : Etta Palm crée la Société fraternelle des patriotes des deux sexes, et, en 1791, le premier club féminin, la Société patriotique et de bienfaisance des Amies de la Vérité. Elles écrivent dans des journaux, multiplient les pétitions, les propositions : pour l'éducation des femmes, pour la création d'un hôpital pour femmes, d'une école d'imprimerie pour femmes, pour l'autorisation du divorce, pour l'égalité devant l'héritage, pour un contrat d'union libre. Au début de l'année 1793 près de 300 femmes constituent l'Assemblée des Républicaines, qui deviendra la Société des Citoyennes républicaines révolutionnaires et exigera que la nouvelle Constitution donne le droit de vote aux femmes. Mme de Genlis écrit en 1791 un *Discours sur l'éducation publique du peuple* et recommande une éducation mixte. Etta Palm insiste sur la nécessité de « l'influence des femmes dans un gouvernement libre ». Confiantes dans l'émergence d'un nouvel ordre des choses, elles se présentent en « veilleuses » pour préserver les acquis de la Constitution. Elles mettent en cause l'article « Femme » de l'*Encyclopédie* qui postule que la nature « semble avoir conféré aux hommes le droit de gouverner », ou encore la conception rousseauiste de la différence de nature entre hommes et femmes. Madame de Coicy résume ainsi leur état : « les femmes forment la moitié de l'espèce humaine qui habite le territoire de la France. Depuis des siècles elles ne sont rien dans la nation française ».

« Acceptées dans les tribunes de l'Assemblée et celles des clubs, accueillies comme membres dans certains, invitées à donner leur avis ou à prêter main forte, saluées pour leurs initiatives les plus visibles, entraînées aux armes par des patriotes, les femmes se sont prononcées sur un très grand nombre de sujets », résume l'historienne Éliane Viennot. Leur sentiment dominant est celui de la citoyenneté. C'est lui qui sous-

---

<sup>4</sup> Âgées de treize et seize ans, elles se placèrent en 1792 dans les rangs de la garde nationale de Montagne et se battirent victorieusement contre les Autrichiens.

tend la « passion civique dont elles font preuve et qui les conduit à se prononcer [...], à inventer, à se dépasser, à forcer le ]destin -mais aussi à se plier à la nécessité, à se sacrifier pour le « bien commun » (VIENNOT, 2016, p. 51).

Revenons rapidement sur la vie et le combat de quelques unes de ces insoumises, les plus illustres.

### Olympe de Gouges

Méconnue pendant des décennies, considérée, avec bien d'autres, comme une « insensée » par les historiens de la Révolution au XIX<sup>ème</sup> siècle, et redécouverte dans les années 1970 (on a même proposé en 1989 que ses cendres entrent au Panthéon, sans succès), Olympe de Gouges marque sans doute un moment important dans l'histoire du féminisme révolutionnaire, d'autant qu'elle a combattu non seulement pour les droits de la femme mais aussi pour ceux des Noirs et des « malheureux ».

Née Marie Gouze en 1748 dans un milieu modeste, mariée très jeune puis veuve, pleine d'audace et de rêves de liberté, elle s'installe à Paris au début des années 1770, prend un nom à particule, mène une vie galante, et vit en concubinage (« le mariage est le tombeau de la confiance et de l'amour », écrit-elle dans la *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* [2014]). Autodidacte, ne sachant pas écrire mais dictant ses textes, pénétrée de l'esprit des Lumières, elle se lie avec des hommes de lettres, des comédiens, des artistes. Elle tient salon et commence à écrire des pièces de théâtre, sans pour autant accéder à la renommée. Ses thèmes de prédilection : le sort injuste des Noirs dans les colonies, l'esclavage, la bâtardise, le sort des femmes, condamnées au mariage ou au couvent, et en faveur desquelles elle réclame la création d'un hôpital. Mais c'est à partir de 1788 qu'elle se révèle comme une citoyenne engagée : lettres au peuple ou aux princes, pamphlets, discours, qui empruntent souvent le style de l'héroïsme romain et les appels au sacrifice de soi, elle se lance dans une activité débordante. En septembre 1791 elle publie sa *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, copiée sur celle de 1789, en dix-sept articles, et, un peu naïvement, adressé à Marie-Antoinette, à qui elle demande de s'engager en faveur des femmes. Le Préambule considère « que l'ignorance, l'oubli ou le mépris des droits de la femme sont les seules causes des malheurs publics et de la corruption des gouvernements ». L'article 1 postule que « La femme naît libre et demeure égale à l'homme en droits ». Le

Postambule en appelle à l'émotion : « Femme, réveille-toi ; le tocsin de la raison se fait entendre dans tout l'univers ; reconnais tes droits [...]. Ô femmes ! Femmes, quand cesserez-vous d'être aveugles ? Quels sont les avantages que vous avez recueillis dans la Révolution ? ». En 1792, elle attaque violemment Robespierre dans une brochure où elle prédit ses futurs excès. En 1793, arrêtée et condamnée pour ses positions antijacobines, emprisonnée et maltraitée -on ne soigne pas une blessure qu'elle a à la jambe-, elle en appelle à Danton et à « la majorité saine des bons citoyens » pour la défendre, rédige calmement un testament où elle met en cause le tribunal qui la juge, et meurt courageusement sur l'échafaud, consciente d'avoir servi la cause du peuple.

### Théroigne de Méricourt

Fille de paysans belges, placée au couvent, autodidacte, elle est tour à tour dame de compagnie, chanteuse, et surtout aventurière, vivant à Londres, et en Italie. En apprenant la convocation des États Généraux en 1789, elle accourt en France, et fréquente les tribunes de l'Assemblée constituante, vêtue en amazone (ses ennemis la décrivent comme une bacchante sanguinaire en raison de son costume rouge, et lui font une réputation de « catin du peuple »). Installée à Paris elle tient salon et fréquente des intellectuels. En 1790, elle crée avec le mathématicien Charles-Gilbert Romme la Société des amis de la loi, puis participe à la création du club des Cordeliers. En août 1790, accusée de projeter l'assassinat de Marie-Antoinette, elle est emprisonnée au Tyrol, puis innocentée et libérée. Elle rentre à Paris et tente de créer une « phalange d'amazones ». Le 6 mars 1792, Pauline Léon présente une pétition signée par plus de trois cent vingt parisiennes pour avoir le droit de former une garde nationale féminine. Vingt jours plus tard, Théroigne de Méricourt invite les citoyennes à s'organiser en corps armé en déclarant : « Brisons nos fers, il est temps enfin que les femmes sortent de leur honteuse nullité où l'ignorance, l'orgueil et l'injustice des hommes les tiennent asservies depuis si longtemps ». Elle réclame l'égalité politique pour les femmes en passant par la demande du port des armes. Elle se range ensuite du côté des Girondins, est prise à partie par des femmes jacobines. Selon Michelet, cette agression serait à l'origine de sa folie, mais on peut aussi imputer celle-ci à la syphilis dont elle est atteinte. Sa famille la fait interner. Elle mourra en 1817 à la Pitié-Salpêtrière après vingt-trois ans d'asile.

## Pauline Léon

Fille d'artisans, née en 1768, elle suit les activités du club des Cordeliers, et participe avec Claire Lacombe à la fondation du Club des Citoyennes républicaines révolutionnaires, elle s'engage pour l'armement des femmes, combat elle-même (elle semble avoir participé à la prise de la Bastille). Arrêtée en 1794 avec son mari et emprisonnée, elle sera libérée et deviendra institutrice, non sans avoir dénoncé le coup d'état de Bonaparte en 1804. Elle meurt en 1838.

## Claire Lacombe

Née en 1765, fille de marchands, elle est une actrice à succès à Lyon et Marseille. En 1792, elle se rend à Paris et y fréquente le club des Cordeliers. Elle prononce à l'assemblée un discours empreint de références à l'histoire romaine : « Née avec le courage d'une romaine et la haine des tyrans, je me tiendrais heureuse de contribuer à leur destruction. Périssent jusqu'au dernier despote, intrigants, vifs esclaves, des Néron et des Caligula, puissè-je tous vous anéantir. » Décorée avec Théroigne pour sa participation à l'assaut du palais des Tuileries, elle fonde avec Pauline Léon, en mai, le club des Citoyennes républicaines révolutionnaires. Peu à peu devenue la cible des Jacobins, elle dénonce à la barre de la Convention, en 1793, l'oppression dont sont victimes les femmes : « Nos droits sont ceux du peuple, et si l'on nous opprime, nous saurons opposer la résistance à l'oppression ». Mais les marchandes de la Halle, un groupe de femmes opposées au club des républicaines révolutionnaires, l'accusent de vouloir les forcer à porter le bonnet rouge. Claire Lacombe se cache, sera arrêtée puis libérée : elle reprendra son métier de comédienne (on perd sa trace après 1798).

## Etta Palm

Etta Aelders naît en 1743 dans une famille bourgeoise de Gröningen et suit une bonne scolarité. Mariée au fils d'un procureur, puis divorcée, elle voyage beaucoup, s'installe à Paris et y mène une vie compliquée d'espionne tout en tenant salon. Dès 1790, elle revendique la possibilité pour les femmes de jouer un rôle en politique. Bonne organisatrice, elle devient membre de la Société fraternelle de l'un et l'autre sexe, de la

Société patriotique des Amis de la Vérité, puis elle fonde en 1791 la Société patriotique et de bienfaisance des Amies de la Vérité, clone de la précédente. Elle mène une activité débordante à Paris et en province, intervient à l'Assemblée et revendique l'égalité des droits dans ses discours : « Les femmes ont partagé les dangers de la Révolution ; pourquoi ne participeraient-elles pas à ses avantages ? ».

Tant d'audace, une activité aussi débordante, une telle intelligence des situations, sans compter la participation au combat pour l'égalité inscrite dans la nouvelle loi de la République, auraient-ils pu conduire ces femmes à la reconnaissance de leurs droits et à la prise en compte de leurs revendications ? Force est de constater qu'à partir de 1793, leurs marges de manoeuvre se rétrécissent : certaines le paient de leur vie, comme Olympe de Gouges, d'autres sont internées, ou condamnées au silence. En 1793, les clubs de femmes sont interdits, ce qui les empêche de s'organiser. Même certains de leurs soutiens, comme Condorcet, reviennent sur la question du droit de vote ou du divorce. Comme l'indique très bien le titre de l'ouvrage d'Éliane Viennot, « la modernité fut masculine ». Et les penseurs du XIX<sup>ème</sup> siècle, historiens et hommes politiques, contribueront à donner des femmes révolutionnaires cette image détestable de folles furieuses, d'hystériques irresponsables.

Sans doute y avait-il, en 1793, trop de barrières infranchissables. Immédiatement, l'image haïe de Marie-Antoinette, ou encore le crime de Charlotte Corday, assassinant Marat dans sa baignoire. Les divisions entre femmes, et le triomphe des Jacobins, alors que la plupart des féministes avaient, et ce n'est pas un hasard, choisi le camp girondin, plus favorable à leur cause. La militarisation du pouvoir, en période de guerre. Plus largement, le poids des traditions et du pouvoir historique du sexe masculin, conforté par exemple par la loi salique<sup>5</sup>. L'intérêt de la bourgeoisie, vite aux commandes, pour préserver la transmission du patrimoine et la répartition des rôles au sein de la famille. L'inconscient misogyne, et le sexisme ordinaire, qui font payer aux femmes l'audace d'avoir voulu s'égaliser aux hommes. Une théologie de la nature, bientôt relayée par des scientifiques qui justifient ainsi la supériorité du mâle sur la femelle. Mais il faut aussi interroger une forme d'aveuglement de ces femmes, tout entières occupées à réclamer l'exacte place des hommes, sans analyser les différences entre les sexes. La dimension

---

<sup>5</sup> Loi salique : article du code salique, datant du XIV<sup>ème</sup> siècle, qui interdit aux femmes de succéder au trône de France

sacrificielle de leur engagement, leur identification au grand corps de la politique. Une part d'autocensure, et le poids d'un inconscient collectif, comme si elles assumaient une obscure culpabilité. Et puis, surtout, l'impossibilité, quelle que soit l'utopie d'une ère nouvelle de l'humanité, de transformer de but en blanc « une société dans ses structures profondes, dans la totalité de ses modes de fonctionnement économiques, sociaux et psycho-affectifs » (DEVANCE, 1977, p. 367).

On ne s'étonnera donc pas trop de la rapidité avec laquelle, entre 1795 et 1804, tout rentre dans l'ordre... masculin. Sans entrer dans les détails, tous les débats qui conduiront à la mise en place du Code Civil promulgué en 1804 par Napoléon Bonaparte proposent de rétablir le mariage en tant que socle de la société, de limiter le divorce (ce que la rechristianisation amorcée entérinera). Les mères célibataires sont à nouveau criminalisées, ce qui aura pour conséquence une augmentation du nombre d'abandons d'enfants. L'école, enjeu essentiel pour les féministes révolutionnaires, subit le même tournant : les grandes écoles créées (Centrale, Polytechnique) seront réservées aux hommes, l'éducation des filles sera limitée à l'instruction publique élémentaire. La puissance du père écrase sous sa botte tous les rêves de mixité. Le mot « citoyenne » disparaît de l'usage, « Madame » est de retour.

Comment les femmes -celles qui n'ont pas été éliminées- résistent-elles, à l'aube du XIX<sup>ème</sup> siècle ? D'abord, en biaisant et en réinvestissant les espaces qui ne leur sont pas niés : les salons, animés par Thérèse Cabarrus, Germaine de Staël, Juliette Récamier. L'éducation, avec la réouverture d'anciens couvents et la création de nouveaux établissements. L'écriture, avec une très abondante production féminine de romans, poésies, mais aussi d'essais, où les plus cultivées écorchent avec habileté les hommes au pouvoir et critiquent le bilan de la Révolution. Ces femmes-là sont souvent d'origine aristocratique, à la différence des citoyennes révolutionnaires de 89.

Nous retiendrons quelques-unes de ces insoumises d'un nouveau type.

### **Germaine de Staël (1766-1817)**

Née à Paris, fille de Necker, le ministre des finances de Louis XVI, élevée dans un milieu cultivé, intelligente et érudite, favorable aux idées des Lumières, elle tient salon comme sa mère dès l'âge de treize ans et y rencontre toute l'intelligentsia parisienne. Plus tard, elle est en butte à la censure de son père qui voit d'un mauvais œil ses

ambitions littéraires. Mariée à vingt ans à l'ambassadeur de Suède auprès de Versailles, elle ne participe pas aux événements de la Révolution, qui l'effraient. Plutôt favorable à une monarchie constitutionnelle, elle doit se réfugier en Angleterre. Elle rentre en France après la Terreur et commence à publier des essais (*De l'influence des passions sur le bonheur de l'individu et des nations* en 1796 et *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* en 1800). En 1798, Talleyrand lui fait rencontrer Bonaparte, qu'elle admire au départ mais dont elle dénonce vite la tyrannie et qui lui vouera une haine tenace, la condamnant à l'exil pour douze ans. Séparée en 1800 puis veuve, elle mène une vie très libre, en Suisse et dans toute l'Europe, vole de passion en passion et entretient une longue relation tourmentée avec Benjamin Constant. Sa vie sera marquée par des retours à Paris, où elle s'oppose encore à Napoléon, et de nouveaux exils, comme en 1813-1814. Dans ses essais et dans ses romans, comme *Delphine* (1802) ou *Corinne ou l'Italie*, elle représente des femmes victimes des contraintes sociales, luttant sans succès pour leur indépendance. Elle dénonce la régression de la condition féminine, et la perte des acquis de la Révolution. Elle vante tour à tour le système anglais, le protestantisme, la vie en Allemagne ou en Italie, avec une sensibilité européenne avant l'heure. Elle aborde également la question de la difficulté pour les femmes d'accéder au statut d'auteur reconnu, alors qu'elle-même est une des rares femmes de son époque à avoir accédé au succès de son vivant, grâce à l'abondance et à la qualité de ses œuvres, grâce aussi sans doute à l'étendue de son réseau politique et social.

Germaine de Staël est une insoumise à sa façon : elle a lutté contre le pouvoir de son père, a affirmé ses désirs et son droit au bonheur au mépris des règles de bonne conduite de la société napoléonienne. Elle a beaucoup fait par ses écrits et son exemple pour l'émancipation des femmes. Fidèle au modèle républicain elle n'a cessé de dénoncer le retour de la misogynie et de la mise des femmes sous tutelle : « depuis la Révolution, les hommes ont pensé qu'il était politiquement et moralement utile de réduire les femmes à la plus absurde médiocrité » (cité par VIENNOT, 2016, p. 327).

### Félicité de Genlis (1746-1830)

Née dans une famille de noblesse d'épée ruinée, elle reçoit une excellente éducation religieuse et se fait remarquer par son talent de harpiste. Elle fait un riche



mariage et devient dame de compagnie, se chargeant de l'éducation des enfants d'Orléans, dont celui qui allait devenir Louis Philippe. Elle rédige de nombreux traités d'éducation, et publie des ouvrages littéraires. Elle tient salon sous la Révolution, mais, comme Mme de Staël, se réfugie en Angleterre pendant la Terreur. En 1801 elle rentre en France, et travaille pour Napoléon (entre autres comme espionne). Elle se consacre par ailleurs à l'éducation d'enfants de toutes les classes sociales. Elle est l'auteure d'environ 80 ouvrages. Elle publie en 1801 et 1802 un *Projet d'une école rurale pour l'éducation des filles*. D'autres femmes s'intéresseront également à l'éducation des femmes, comme Antoinette Legroin La Maisonneuve, Isabelle de Charrière ou Félicité Guériot Saint-Martin (*De l'éducation et du bonheur des femmes*, 1802). Cette dernière voit dans l'éducation le moyen d'une vengeance contre l'esclavagisme dont souffre son sexe » (*id.*, p. 306).

### Marie Françoise Raoul ou Fanny Raoul (1771-1833)

Fille de notables de Bretagne, elle reçoit une éducation intellectuelle de qualité. Dès 1801 elle publie *Opinion d'une femme sur les femmes*, ouvrage dans lequel elle dénonce la trahison des espoirs soulevés par la Révolution. Dans toute son œuvre, elle réclame la fin de l'oppression sur les femmes et les esclaves, dont le sort est à ses yeux proche. Elle plaide pour que soient reconnues les compétences des femmes, pour que les mères aient autant de pouvoir que les pères, pour qu'elles aient accès à la citoyenneté, et que les carrières des sciences et des arts leur soient ouvertes : « En un mot, liberté et égalité civiles ; voilà ce que je réclame pour elles » (*ibid.*, p. 326). Son argumentation démontre inlassablement que les femmes sont tout à fait capables de raisonner et de remplir des postes à haute responsabilité. En 1813, elle publie *Flaminie ou les erreurs d'une femme sensible*, roman épistolaire, dans lequel elle dénonce l'injustice des préjugés. Elle est aussi la seule femme à publier un périodique, *Le Véridique*. Elle défend l'idée d'une démocratie sociale, persuadée que la lutte contre la pauvreté permettra le progrès de tous. Ses détracteurs l'avaient surnommée « L'Amazone armoricaine ».

## Constance Marie de Théis, princesse de Salm (1767-1845)

De naissance noble, ayant reçu une très bonne éducation, elle écrit très tôt des poèmes qui la font connaître. Mariée à un chirurgien du nom de Pipelet, médecin du roi, puis divorcée en 1799 grâce à la loi de 1792, elle avait fui la Terreur et était revenue à Paris en 1795. Sa première tragédie lyrique s'intitule *Sapho*. En introduction, l'auteur fait allusion à ces poètes machistes, inquiets « de trouver des rivales dans un sexe où ils ne cherchent que des admiratrices ». En 1797, son *Épître aux femmes* soulève l'enthousiasme du public : elle y réclame une égalité entre hommes et femmes sur le plan de l'instruction comme sur celui des tâches domestiques. On y retrouve les accents d'Olympe de Gouges : « Les temps sont arrivés. Femmes, éveillez-vous ! ». Elle dénonce la peur de l'homme de se voir égalé par les femmes : « Et, sous les vains dehors d'un respect affecté/ il ne vénère en nous que notre nullité » (*ibid.*, p. 313). Elle écrit également en 1797 un *Hymne sur la Paix*, sur une musique de Méhul. En 1803, elle épouse un aristocrate allemand éclairé, Joseph de Salm, savant botaniste et député de la Roehr, et deviendra Princesse de Salm. Ils tiendront ensemble jusqu'en 1814 un salon littéraire à Paris. Elle continuera seule jusqu'en 1824, recevant toute l'intelligentsia de son époque, menant une vie de femme libre et indépendante. Elle a une activité débordante, écrivant, entretenant une vaste correspondance en Europe. Elle critique les articles du Code civil contraires aux droits des femmes, dénonçant l'ostracisme dont les femmes sont victimes en politique. Elle aussi réclame le droit pour les femmes d'accéder à toutes les fonctions publiques. En 1824, elle publie *Vingt-quatre heures de la vie d'une femme sensible*. Commencé en 1803-1804, repris en 1814-1815, ce roman épistolaire qui aborde la question de la jalousie connaît un grand succès en France et en Europe. Elle publie également ses *Pensées*, ouvrage philosophique où elle traite de l'attitude dominante des hommes. Jusqu'à sa mort en 1845, elle continuera à produire une œuvre dense, partagée entre poèmes et essais (par exemple les stances *Je mourrai comme j'ai vécu*, 1837) fidèle à son combat contre l'injustice et pour l'égalité entre les sexes. Elle est alors auréolée de gloire. Curieusement (ou pas!), on cesse de parler d'elle ensuite et ce n'est que très récemment qu'elle sera réhabilitée par la critique universitaire. Un article de 2007 évoque ce retour tardif à la reconnaissance:

L'oubli qui a recouvert le nom de la princesse Constance de Salm après

sa mort, en 1845, est inversement proportionnel à la notoriété qu'elle connut de son vivant comme écrivain et à l'influence qu'elle exerça dans les sphères intellectuelles et même politiques [...]. Elle n'eut de cesse de faire admettre l'égalité des hommes et des femmes face à la création. Le siècle des Lumières n'avait pas suffi à dissiper les préjugés sur ce sujet et beaucoup d'hommes regardaient avec condescendance celles qu'ils appelaient les « bas-bleus » [...]. Première femme à être admise en 1895 au Lycée des arts, institution qui avait peu ou prou remplacé les académies supprimées au début de la Révolution, elle bénéficiait alors d'un réseau d'appuis suffisant pour se permettre ce genre de déclarations, réclamant, notamment, que les jeunes filles soient instruites comme les garçons. (LARMINAT, 2007)

Salm donc, un esprit précoce et brillant, une femme des Lumières, une européenne convaincue, une femme en avance sur son temps, comme d'autres encore qu'on citera rapidement : Fanny de Beauharnais, Sophie Cottin (son roman *Malvia* publié en 1800 se plaint de la dévalorisation des femmes qui écrivent et qu'il faut rabaisser ou cantonner à la littérature « légère »).

On voit que dans cette période ce sont des « insoumises » cultivées, éduquées, plus éloignées des luttes sociales, très indépendantes, qui dirigent leurs piques sur la discrimination culturelle et intellectuelle dont les femmes sont victimes. Elles revendiquent une éducation égale pour les deux sexes, et le droit pour les femmes de prendre toute leur place dans le monde éditorial, journalistique, et sur la scène politique.

27

## Le réveil des années 1830-1848

L'émergence en France du romantisme, proclamé par Victor Hugo en 1830 à l'occasion de la fameuse « Bataille d'Hernani », et du socialisme utopique, introduit par l'ouvrier typographe Pierre Leroux et développé par les saint-simoniens, est l'occasion pour les femmes de se <sup>6</sup> « réveiller » à nouveau. Les années de la monarchie bourgeoise sont épaisses, ennuyeuses et injustes pour les plus faibles. La morale la plus convenue y règne, cantonnant les femmes à leurs tâches domestiques, et les soumettant à l'autorité des pères et des maris. En opposition, un vent de liberté sème des idées de bonheur et d'émancipation.

---

<sup>6</sup> Saint Simon, philosophe, économiste, né en 1760 et mort en 1825, est un penseur de la société industrielle. On le considère comme le premier socialiste. Le groupe des saint-simoniens reprend ses thèses : c'est un mouvement idéaliste, communautaire (comme celui de Charles Fourier avec ses Phalanstères), qui veut s'opposer à la misère ouvrière et à la dissolution des liens sociaux provoquée par le capitalisme, lequel laisse l'ouvrier seul face au patron.

Les femmes militantes, souvent liées par parenté ou amitiés avec les saint-simoniens ou les romantiques, se lancent dans la bataille, reprenant parfois les revendications d'Olympe de Gouges. Elles collaborent aux journaux et revues dont la parution est favorisée par la levée de la censure sur la presse sous la Restauration. Le journal *Le Globe* lance en 1831 « L'appel à la femme libre ». Le premier journal écrit intégralement par des femmes, *La Femme Libre*, qui deviendra *La Tribune des Femmes*, paraît en 1832, créé par Marie-Reine Guindorf et Désirée Véret. Eugénie Niboyet fonde à Lyon en 1834-1835 *Le Conseiller des Femmes*, le premier journal féministe de province. Elles se mobilisent contre leur oppression spécifique, réclamant à nouveau l'égalité des droits civiques, le rétablissement du divorce, le droit à une éducation complète, le droit à l'expression. Elles revendiquent pour elles le droit à une sexualité libre et bravent les interdits, ce qui leur vaudra de nombreux procès pour immoralité. Mais elles se mobilisent aussi en faveur des prolétaires, convaincues que « le degré de liberté accordé à la femme est le thermomètre de la liberté et du bonheur de l'homme » (NIBOYET apud BARD; CHAPERON, 2017, p. 1031 <sup>7</sup>). Elles ouvrent ainsi la voie à un nouveau messianisme, très moderne. On notera que le mot "féminisme" apparaît vers 1830, attribué à Charles Fourier, chef de file d'un mouvement (le fouriérisme) qui se distingue par ses prises de position en faveur de la liberté des femmes. De nombreuses saint-simoniennes rejoindront d'ailleurs Fourier.

Ces femmes ont pour nom Claire Bazard, Élis Lemonnier, fervente militante pour l'éducation des filles, Cécile Fournel, qui prend en 1832 la défense des saint-simoniens accusés d'immoralité en témoignant à leur procès, Marie Talon. Sophie Masure lance une pétition en faveur de l'ouverture d'une école normale d'institutrices. Claire Démar publie un *Appel au peuple sur l'affranchissement de la femme* (1833), et dénonce dans le mariage une forme de prostitution légale. Eugénie Niboyet (1796-1883), née dans une famille lettrée d'origine genevoise, devient elle-même femme de lettres. Toute sa vie elle se préoccupera de l'éducation dans le monde ouvrier. Elle critique la démocratie (« le tyran s'appelle démocratie » [*id.*, p. 1053]) et porte la parole des femmes en province. En 1848 elle fonde la Société de la Voix des Femmes, pour la reconnaissance de leurs droits civiques et électoraux. En juillet 1836, elle fonde à Paris *La Gazette des Femmes*. Eugénie Niboyet, paiera cher sa ténacité : conspuée (on la traite de « femme

---

<sup>7</sup> Cet ouvrage est une mine d'informations utiles pour notre sujet.

socialiste »!) ridiculisée, elle voit son indemnité littéraire supprimée et, exilée à Genève, devra vivre difficilement de ses traductions. En 1863, de retour en France, elle publie une autobiographie, *Le Vrai livre des femmes* où elle raconte ses batailles. Elle soutiendra les demandes de grâce des condamnés après la Commune. En 1878, à 82 ans, elle reçoit les hommages du Congrès féministe de Paris.

Une autre féministe, elle aussi saint-simonienne, Suzanne Voilquin, fille d'un chapelier révolutionnaire, et elle-même ouvrière, a un parcours autodidacte. Elle dirige avec son mari un restaurant communautaire, prend la direction de *La Tribune des Femmes*. Elle devient sage-femme, et fonde en 1838 une association solidaire d'aide aux filles-mères. Elle voyage beaucoup, en particulier en Égypte et en Russie, où elle constate la souffrance des femmes : son œuvre portera ce témoignage. En 1869 elle adhérera à la Ligue en faveur des droits des femmes d'André Léo.

Pendant toute cette période allant de 1830 à 1848, le combat des femmes se cristallise, on l'a vu, autour de la question de l'éducation des femmes. Louise Dauriat, qui écrit elle aussi pour *Le Globe* et *La Tribune des Femmes*, ouvre un « cours de droit social des femmes » en 1836. Sa participation au débat public influence un certain nombre d'hommes politiques, par exemple le ministre de l'Instruction publique Salvandy qui crée en 1847 une commission chargée d'examiner la mise en place de collèges féminins.

Deux figures semblent emblématiques des deux directions que prendra la révolte des femmes à cette époque : Flora Tristan et George Sand.

### Flora Tristan : le féminisme socialiste

Flora Tristan (1803-1844), fille illégitime, pauvre, peu instruite, mal mariée avec un homme violent (elle laissera ses enfants chez sa mère), devient dame de compagnie et voyage. Elle part au Pérou pour se faire reconnaître par sa famille paternelle (son père, un noble péruvien, est décédé), mais n'obtient qu'une petite pension. Son couple se déchire, son mari tire sur elle et la blesse au poumon : Flora Tristan luttera toute sa vie pour le droit des femmes à divorcer.

Très vite, elle perçoit le rapport entre luttes des femmes et question sociale. Ses voyages, au Pérou, en Angleterre, où elle rencontre les féministes anglaises, l'ont confortée dans l'idée que les femmes sont des « esclaves », des « parias ». Autodidacte,

ouvrière dans les filatures ou dans l'imprimerie, elle se rapproche des socialistes et se donne pour mission d'éduquer et d'organiser les prolétaires. Elle explique son combat comme un combat au nom de la raison, pour un monde où « la puissance intellectuelle succède à la force brutale » (BARD; CHAPERON, 2017, p. 1450). Elle participe aux journaux féministes et se lance dans un tour de France pour diffuser ses idées (son journal posthume raconte ses rencontres avec les ouvriers et les ouvrières rencontrés sur sa route). La même année, en 1843, elle participe à la fondation de l'Union universelle des ouvriers et ouvrières, ou encore Union ouvrière, dont l'un des objectifs serait de créer un fonds pour l'éducation des pauvres et la prise en charges des vieux.

Marquée par l'idéalisme romantique, elle se voit volontiers comme une femme guide et ses revendications concernent à la fois la condition féministe et la condition ouvrière. « Aristocrate déchue, Femme socialiste et Ouvrière féministe » comme elle aimait à se désigner, son ouvrage majeur sera publié après sa mort (de la typhoïde, en 1844) sous le titre *L'Émancipation de la Femme ou le Testament de la Paria* (WIKIPÉDIA).

### George Sand : le féminisme littéraire (et bourgeois)

30

Dans le même temps, une étoile commence à briller au firmament féminin : il s'agit de George Sand, née Aurore Dupin. Par son talent, par sa personnalité, elle représente un cas particulier, tout en témoignant de la naissance d'un nouvel imaginaire du rapport entre les sexes. Née en 1804 d'une mère de famille modeste et d'un père de grande famille noble -elle revendiquera toute sa vie cette double appartenance populaire et aristocratique-, fille de la Révolution et sœur du romantisme, elle reçoit une excellente éducation, et commence très tôt à écrire. Dès ses premiers romans, elle met en scène des héroïnes féminines révoltées contre leur condition. Très tôt également elle souhaite s'affranchir de tous les carcans, décide de s'habiller en homme, lançant ainsi une mode, fume le cigare. Mariée à un baron d'Empire, elle rompt et mène alors une vie sexuelle affranchie de la morale de son époque. Peu politisée jusqu'en 1830, elle s'engage aux côtés des insurgés au moment des Trois Glorieuses (28-30 juillet 1830), mène une vie de bohème avec les artistes romantiques, affiche sa liaison avec Jules Sandeau, et décide de changer de nom, adoptant un prénom masculin et le patronyme Sand. Ils sont tous les deux journalistes au *Figaro* et écrivent ensemble un roman. George Sand se met alors à militer contre le Code civil, pour le

droit au divorce. Elle accumule peu à peu les succès littéraires, devient socialiste dans les années 1840, fonde en 1844 le journal local *l'Éclaireur de l'Indre*, dans lequel elle écrit plusieurs articles sur la politique et le socialisme. Elle adhère à la République de 1848, sans pour autant vouloir jouer un rôle politique. Dès la fin de l'année 1848 et l'échec des illusions, elle se retire dans le château de son enfance, à Nohant et cesse toute activité militante. Elle entreprendra toutefois en 1852 de nombreuses démarches pour soutenir les opposants au coup d'état condamnés et prisonniers politiques, mais sera peu écoutée par Napoléon III et ne pourra s'exprimer dans la presse. C'est donc dans son œuvre et sa correspondance qu'elle se manifestera.

Le contact avec la vie politique active aura représenté une épreuve douloureuse pour George Sand, mais aussi sans doute pour beaucoup de femmes qui se sont engagées en 1848 et ne sont pas sorties indemnes de cet engagement. De fait, la question de la violence insurrectionnelle représente un point d'achoppement. Tous les romans de Sand postérieurs à 1848 portent la trace de cette interrogation<sup>8</sup>. On peut citer les premières pages de *La Daniella*, en 1856, et les propos du narrateur, Jean Valreg :

Puis vinrent les journées de juin, qui apportèrent l'épouvante et la colère jusqu'au fond de nos campagnes [...] Je compris que la haine avait dévoré les semences de fraternité avant qu'elles eussent eu le temps de germer : mon âme se resserra et mon cœur contristé n'eut plus d'illusions. Tout se résuma pour moi dans ce mot : Les hommes n'étaient pas mûrs ! Alors je tâchai de vivre avec cette pensée morne et lourde : La vérité sociale n'est pas révélée. Les sociétés en sont encore à vouloir inaugurer son règne par la force, et chaque nouvelle expérience démontre que la force matérielle est un élément sans durée et qui passe d'un camp à l'autre comme une graine emportée par le vent. La vraie force, la foi, n'est pas née... elle ne naîtra peut-être pas de mon temps. Ma jeunesse ne verra que des jours mauvais, mon âge mûr, que des temps de positivisme. Pourquoi donc, hélas ! ai-je fait un beau rêve et salué une aurore qui ne devait pas avoir de lendemain ? (SAND, 1992, p. 32)

### 1848 : l'entrée des femmes en politique

Une nouvelle fois le féminisme tire ses forces d'une situation insurrectionnelle. Les journées de février 1848 et l'avènement de la Seconde République voient s'ouvrir des opportunités pour la cause des femmes. Même si le suffrage universel mis en place en mars 1848 les exclut encore, la presse et les clubs féministes font pression pour que

---

<sup>8</sup> Voir l'excellent article de BARA, Olivier. 2015, p. 143-168.

celles-ci soient prises en compte dans la nouvelle Constitution. Les enseignantes sont au premier plan. Pauline Roland fonde l'Association Fraternelle des Instituteurs et Institutrices et Professeurs Socialistes, un journal intitulé *L'Émancipation de l'Enseignement* (1848-1849) se fait l'écho de leurs revendications. Jeanne Deroin<sup>9</sup>, elle-même institutrice, fonde un Club de l'Émancipation des peuples et une Société mutuelle d'éducation des femmes, qui défend le droit des femmes à être instruites et à accéder aux professions libérales. Elle réclame aussi pour elles le droit de vote. Pour Eugénie Niboyet et Joséphine Bachellery,<sup>10</sup> le contexte de ré-examen de l'enseignement public est une occasion pour proposer la création d'un système d'enseignement secondaire d'État destiné aux filles. Hippolyte Carnot, ministre de l'Instruction publique, y est favorable. Les féministes en effet alertent sur la nécessité d'arracher l'éducation des filles à l'influence cléricale. Eugénie Niboyet demande la création d'une salle de lecture destinée aux femmes à la Bibliothèque nationale et met en place des cours publics féminins en avril 1848. D'autres auteures revendiquent l'ouverture de l'université aux femmes. Élisabeth Lemonnier<sup>11</sup> ouvre des cours professionnels destinés aux ouvrières. En 1862, ces cours donnent naissance à une Société pour l'enseignement professionnel des femmes. Celles-ci se voient donc reconnaître comme agents économiques à part entière. L'écrivain Ernest Legouvé donne au Collège de France un cours sur l'histoire des femmes et dénonce leur infériorité sociale, juridique et économique. Eugénie Niboyet propose la candidature de George Sand aux élections législatives, mais Sand refuse. En avril 1849, Jeanne Deroin ose se présenter mais se heurte aux moqueries des hommes politiques.

Dans le même temps de nombreux débats agitent une société française en pleine mutation : sur la maternité, sur la prostitution, sur la vie domestique, sur la sexualité. Même si l'idéologie dominante reste fortement paternaliste, et même si on assiste à une offensive de femmes catholiques, issues de la bourgeoisie, en faveur d'une valorisation de la femme épouse et mère, on voit que peu à peu la question de l'égalité

---

<sup>9</sup> Jeanne Deroin, 1805-1894, institutrice, saint-simonienne, persuadée que la cause du peuple et la cause des femmes se rejoignent, elle est la première femme à se porter candidate à une élection. Mais des caricaturistes, tel Honoré Daumier avec ses *Bas bleus*, la tournent en dérision. Après le coup d'état de 1851, elle s'exile en Angleterre où elle meurt dans la pauvreté

<sup>10</sup> Joséphine Bachellery, 1803 -1872, enseignante et éducatrice, qui a ouvert des pensions, républicaine, militante de l'émancipation des femmes grâce à l'éducation.

<sup>11</sup> Élisabeth Lemonnier, 1805 -1865, saint-simonienne, militante républicaine et laïque, qui a fondé de nombreuses écoles professionnelles et a préparé la reconnaissance de l'enseignement professionnel.



des sexes occupe le devant de la scène. Certes, la Seconde République ne pourra, faute de temps et de volonté, changer radicalement leur situation (la loi du 28 juillet 1848 interdit à nouveau les clubs féminins) , mais c'est un moment clef pour l'entrée des femmes en politique. Les mutations économiques et les nouveaux besoins de la bourgeoisie industrielle en matière de main d'œuvre qualifiée y sont aussi pour quelque chose.

Un poète a rendu hommage aux femmes militantes et à leur courage : après le coup d'état de Napoléon, en 1852, nombre d'entre elles entrent en résistance ou s'exilent . L'une d'elles, Louise Julien, chanteuse populaire, malade, meurt à Jersey, où se trouve le poète. Hugo prononce sur sa tombe son éloge funèbre :

[...] Pauline Roland en Afrique, Louise Julien à Jersey, Francesca Maderspach à Temeswar, Blanca Téléki à Pesth, tant d'autres, Rosalie Gobert, Eugénie Guillemot, Augustine Péan, Blanche Clouart, Joséphine Prabeil, Elizabeth Parlès, Marie Reviel, Claudine Hibruit, Anne Sangla, veuve Combescure, Armandine Huet, et tant d'autres encore, soeurs, mères, filles, épouses, prosrites, exilées, transportées, torturées, suppliciées, crucifiées, ô pauvres femmes ! Oh ! ma pensée en ce moment se précipite dans ce sépulcre et baise les pieds froids de cette morte dans son cercueil ! Ce n'est pas une femme que je vénère dans Louise Julien, c'est la femme ; la femme de nos jours, la femme digne de devenir citoyenne ; la femme telle que nous la voyons autour de nous, dans tout son dévouement, dans toute sa douceur, dans tout son sacrifice, dans toute sa majesté ! Amis, dans les temps futurs, dans cette belle, et paisible, et tendre, et fraternelle république sociale de l'avenir, le rôle de la femme sera grand ; mais quel magnifique prélude à ce rôle que de tels martyres si vaillamment endurés ! Hommes et citoyens, nous avons dit plus d'une fois dans notre orgueil : — le dix-huitième siècle a proclamé le droit de l'homme ; le dix-neuvième proclamera le droit de la femme — mais, il faut l'avouer, citoyens, nous ne nous sommes point hâtés ; beaucoup de considérations, qui étaient graves, j'en conviens, et qui voulaient être mûrement examinées, nous ont arrêtés ; et à l'instant où je parle, au point même où le progrès est parvenu, parmi les meilleurs Républicains, parmi les démocrates les plus vrais et les plus purs, bien des esprits excellents hésitent encore à admettre dans l'homme et dans la femme l'égalité de l'âme humaine, et par conséquent l'assimilation, sinon l'identité complète, des droits civiques. (HUGO, 1996, p. 440)

## Le féminisme sous l'Empire et la Troisième République<sup>12</sup>

1870 et la Commune marquent une nouvelle étape dans la radicalisation des femmes.

### Louise Michel <sup>13</sup>, la Vierge rouge

Née bâtarde en 1830, mais dans la maison de châtelains cultivés, elle reçoit une bonne éducation et se passionne pour le romantisme. Chassée du manoir à la mort de ses protecteurs, elle contacte Victor Hugo dès 1850 et se met à écrire. Devenue enseignante, elle ouvre en 1853 une école libre et s'affirme féministe (« je ne veux pas être le potage de l'homme » [MOSER, 1947, p. 33]). Elle nourrit une haine tenace vis à vis de Napoléon III, découvre à Belleville l'existence du monde ouvrier, suit des cours pour passer le baccalauréat, écrit des poèmes, se fait parfois appeler « Louis », puis prend le pseudonyme d'Enjolras, personnage des *Misérables* de Victor Hugo. En 1864 elle prend contact avec L'Internationale des Travailleurs, ouvre un pensionnat à Montmartre. Elle noue des contacts avec Maria Deraisme, Paule Minck et André Léo. En 1870, elle apprend le maniement du fusil et devient celle qu'on appellera la « Vierge rouge », participe à l'attaque de l'Hôtel de Ville par les insurgés. Elle fait le coup de feu à Montmartre, en véritable chef de guerre, prépare la résistance, est de toutes les barricades. Son courage fera l'admiration de tous. Au moment de la terrible répression qui s'abat sur les communards, elle sauve sa mère, arrêtée, en se livrant à sa place et est enfermée à l'infamante prison de Satory. Exaltée, armée de mysticisme et de compassion (elle tente en vain de sauver le frère de Marie Ferré), elle s'identifie totalement à la Révolution. Le procès de cette femme « terrible et surhumaine, » comme la désignera Hugo, passionne les foules, elle y clame appartenir « tout entière à la révolution sociale ». Condamnée à la déportation, elle donne des cours à ses co-détenus, et une fois arrivée en Nouvelle Calédonie, s'indigne dans ses écrits autant de l'agonie des albatros à laquelle elle a assisté pendant son transfert en bateau que du sort des canaques, pour lesquels elle organise une école dans la brousse. Amnistiée en 1880, elle

---

<sup>12</sup> On peut se référer pour cette période à l'ouvrage de Laurence Klejman et Florence Rochefort (1989).

<sup>13</sup> Nous nous appuyons sur l'ouvrage *Une héroïne : Louise Michel* (MOSER, 1947).

est reçue par Clémenceau et Louis Blanc, acclamée par la foule. Elle se proclame alors anarchiste, fait des conférences publiques sur la Commune devant des milliers de personnes, plaide la cause des femmes, réduites à la faim et la honte et pour lesquelles elle ne cesse de réclamer l'égalité avec les hommes. Elle est de nouveau arrêtée, passera six ans à la prison de Saint Lazare, au cours desquelles elle se manifestera par sa grande compassion envers les détenus, malgré la maltraitance des surveillants. Pour finir, on l'accuse bien entendu de folie, et, une fois libérée, elle s'exile à Londres, où elle donne des conférences dans des clubs anarchistes. Grande figure révolutionnaire, infatigable militante, elle fonde en 1895 à son retour en France le journal *Le Libertaire*, assiste aux congrès et aux réunions socialistes, publie appels, essais, mémoires, contes pour enfants et romans. Elle prend parti pour Dreyfus, est admise chez les francs- maçons en 1905, prédit la révolution russe. Elle meurt cette même année, à 75 ans à Marseille. Plusieurs dizaines de milliers de personnes assistent à ses a à Levallois Perret, et on grave sur son tombeau ses vers : « Salut au réveil du peuple/ Et à ceux qui , en tombant,/ Ont ouvert si grandes/ Les portes de l'avenir ». Son roman *La Misère*, et ses *Souvenirs et aventures de ma vie*, sont publiés après sa mort, le second texte en feuilleton dans *La Vie populaire*.

### Les moins connues

Louise Michel est la plus connue des féministes radicales de cette période. Elle a allié « barbarie », dévouement et compassion, milité et œuvré dans les faits, par ses actes, pour l'éducation de toutes et de tous, de façon visionnaire. Si elle est aujourd'hui largement connue et reconnue, et si elle a forcé l'admiration d'hommes comme Hugo ou Clémenceau, elle n'aura jamais été véritablement écoutée de son vivant. On peut citer quelques autres femmes qui, parfois avec elle, ont tracé un chemin pour envisager un avenir de démocratie sociale et de paix, sans pouvoir toutefois s'opposer aux errements d'une République aveugle, vite entraînée dans les malheurs du début du XXème siècle. Évoquons rapidement ces « semeuses ». Marie Ferré, militante de la Commune de Paris, meilleure amie de Louise Michel, décédée d'épuisement, à trente-sept ans, en 1882. Paule Minck (1839-1901), d'origine polonaise, qui fonde avec André Léo la « Société fraternelle de l'ouvrière », une organisation mutualiste, féministe et révolutionnaire. Elle participe à la Commune de Paris, fait partie avec Louise Michel du

Comité de vigilance de Montmartre, ouvre une école gratuite à l'église Saint Pierre de Montmartre. Elle échappe à la Semaine sanglante, s'exile en Suisse, correspond avec les militantes féministes et franc-maçonnnes. De retour en France au moment de l'amnistie, elle présente sa candidature aux élections législatives dans le sixième arrondissement de Paris, bravant l'interdiction de la Préfecture, puisque les femmes n'ont pas le droit de citoyen. Elle participe au Parti ouvrier français de Jules Guesde, travaille à la revue *La Fronde* dirigée par Marguerite Durand. Elle décède en 1901.

André Léo, née Léodile Béra, en 1824, dans un milieu cultivé. Mariée à un journaliste progressiste, elle l'accompagne en Suisse, où il meurt en la laissant seule avec deux fils. Elle commence à écrire des romans, en choisissant pour pseudonyme un nom composé des deux prénoms de ses fils. Revenue à Paris en 1860, elle s'engage aux côtés de Louise Michel et de Paule Minck, crée l' Association pour l'amélioration de l'enseignement des femmes en 1866 et en 1869 la Société (mixte) de revendication des droits de la femme. Elle participe à la Commune, est favorable à la lutte armée, mais demande avant tout le respect de la démocratie. A nouveau exilée en Suisse après la Semaine Sanglante, elle publie *La Guerre sociale*, où elle raconte la Commune, milite à la fois pour la paix et pour la démocratie socialiste, plaide pour la séparation de l'Église et de l'État. Décédée en 1900, elle laisse une œuvre considérable, romans, contes, essais, articles et textes politiques. Par testament, elle lègue une petite rente à la première commune de France qui voudra tenter une expérience collectiviste !

Julie Victoire Daubié (1824-1874) est la première femme bachelière et licenciée ès lettres. Née dans une famille aisée, elle est témoin de la misère des ouvriers dans les forges de sa famille. Son essai *La Femme pauvre au XIXe siècle* avec remporte en 1859 le premier prix de l'Académie des sciences, belles-lettres et arts de Lyon. C'est à Lyon encore qu'elle s'inscrit à la faculté des Lettres pour passer son baccalauréat, devient saint-simonienne et ouvre un atelier de broderie. Elle passe sa licence, publie des articles dans de nombreux journaux, et prépare un doctorat. Son combat n'est pas celui d'une socialiste, mais d'une militante pour l'éducation, la formation des femmes, et leur droit de vote. Très connue de son vivant pour son activité journalistique, elle reçoit à l'Exposition universelle de 1867 une médaille pour l'ensemble de son œuvre.

Maria Deraisme (1828-1894), née dans une famille bourgeoise, érudite, est convaincue de l'importance de l'éducation pour les femmes. Elle se veut réformatrice plus que révolutionnaire. Elle devient une oratrice reconnue pour son talent, prononce de nombreuses conférences, co-fonde en 1869

avec Louise Michel et Paule Minck la « Société pour la revendication des droits civils des femmes », puis en 1870, avec Léon Richer, L' Association pour le droit des femmes . Elle est admise au Grand Orient de France, soutient en 1870 l'action de Louise Michel, mais se tourne davantage vers des positions réformistes. En 1878, elle coorganise avec Léon Richer le Congrès international du droit des femmes. Hubertine Auclert, née en 1848, rompt avec son éducation religieuse et choisit la cause républicaine. Elle milite à la Ligue française pour les droits des femmes, dont Victor Hugo est le président d'honneur, puis fonde Le suffrage des femmes . Elle adhère au parti socialiste, entame une grève de l'impôt pour les femmes, puisqu'elles n'ont pas de droits citoyens. Elle lance en 1881 le journal *La Citoyenne*. C'est la première à réclamer la féminisation de certains mots, comme « avocat »t ou « électeur. » . En 1910 elle se présente avec Marguerite Durand aux élections législatives mais leur candidature n'est pas retenue. Marguerite Durand (1864-1936) est une actrice connue et une journaliste qui fonde en 1897 le journal *La Fronde*, fabriqué de bout en bout par des femmes. Elle milite pour le droit de vote des femmes, dénonce le Code civil, considère que féminisme et pacifisme vont le pair. En 1931 elle lègue à la Ville de Paris toute sa documentation sur l'histoire des femmes, créant ainsi le premier Office de documentation féministe français, qu'elle dirigera jusqu'à sa mort. Aujourd'hui cet office est devenu la Bibliothèque Marguerite Durand, dans le XIIIème arrondissement de Paris.

37

## Conclusion

Semeuses, toutes ces femmes l'ont été, et elles ont toutes incarné la République née de la Révolution de 1789. Militantes, modernes, progressistes, elles De leur vivant, elles se sont heurtées à la cécité des trois Républiques successives, cécité consciente ou inconsciente, mélange de sexisme masculin héréditaire et de priorité donnée aux intérêts du capitalisme industriel. C'est tardivement, à la lumière du féminisme de la seconde moitié du XXème siècle, qu'elles ont été reconnues.



## RÉFÉRENCES

- BARA, Olivier. Juin 1848, une lacune dans l'œuvre de George Sand ? Taire et dire le désastre. **Cahiers George Sand** : George Sand face à la violence de l'histoire, Lyon, n. 37, p. 143-168, oct. 2015.
- BARD, Christine ; CHAPERON, Sylvie. **Dictionnaire des féministes** : France XVIIIème-XXIème. Paris : PUF, 2017.
- Bonnet rouge ou bonnet phrygien. **Au blason des armoiries**. s.d. Disponible en : <<http://www.blason-armoires.org/heraldique/b/bonnet-phrygien.htm>>.
- BERNARD, Michèle. **Cantate pour Louise Michel**. Interprètes : Les percussions de Treffort ; l'ensemble vocal Résonance Contemporaine. Châteauroux : EPM, 2015. 1 CD.
- DEVANCE, Louis. Le féminisme pendant la Révolution française. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 229, p 341-376, 1977.
- DURNOVA, Anna. « Et Dieu créa la femme... » La condition féminine chez Jean-Jacques Rousseau. **Sens Public** : revue web, Montréal, 20 set. 2004. Disponible en : <<http://sens-public.org/article96.html?lang=fr>>.
- Flora Tristan. **Wikipédia**. s.d. Disponible sur : <[https://fr.wikipedia.org/wiki/Flora\\_Tristan](https://fr.wikipedia.org/wiki/Flora_Tristan)>.
- GOUGES, Olympe de. **Femme, réveille-toi !** Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne et autres écrits. Édition de Martine Reid. Paris : Gallimard, 2014. (Collection Folio)
- HUGO, Victor. **Œuvres Complètes**. Paris: Robert Laffont, 1996.
- KLEJMAN, Laurence ; ROCHEFORT, Florence. **L'égalité en marche** : le féminisme sous la Troisième république. Paris : Presses de la Fondation nationale des sciences politiques/Éditions des femmes, 1989.
- LARMINAT, Astrid (de). Salm, une femme des Lumières sort de l'ombre. **Libération**, Paris, 1<sup>o</sup> février de 2007.
- Marianne. **Puylaurens** : site officiel de la commune. s.d. Disponible sur : <<http://www.puylaurens.fr/fr/information/53163/marianne>>.
- MOSER, Françoise. **Une héroïne** : Louise Michel. Paris : Jean Vigneau éditeur, 1947.
- SAND, George. **La Daniella**. éd. Annarosa Poli. Meylan : Les Éditions de l'Aurore, 1992. t. I.
- VIENNOT, Éliane. **Et la modernité fut masculine**. La France, les femmes et le pouvoir, 1789-1804. Paris : Perrin, 2016.

Michèle Narvaez

**As Semeadoras**

## Resumo

O artigo *As Semeadoras* é um rápido percurso de todas as mulheres militantes que, desde 1789 no início do século XX, engajadas mais ou menos radicalmente, para reivindicar a igualdade entre os gêneros, o direito das mulheres à educação, ao divórcio, ao pleno exercício da cidadania. Às vezes, burguesas e intelectuais, às vezes vindas de meios modestos, autodidatas, elas se dedicaram, com paixão, e muitas vezes arriscando sua vida ou sua honra, pela justiça, e a reivindicando cujo século XX adotou muito lentamente. Em vida, elas foram recebidas com a cegueira das três sucessivas Repúblicas, cegueira consciente ou inconsciente, mistura de sexismo masculino hereditário e prioridade dada ao capitalismo industrial. Olympe de Gouges à Louise Michel, passando por Germaine de Staël ou George Sand, são retratos de mulheres que mostram em qual ponto elas semeiam as ideias que podem ser capazes de mudar o curso do século XX.

**Palavras-chave:** mulheres; feminismo; biografias; século XX

40

## Résumé

L'article *Les Semeuses* est un rapide parcours de toutes les femmes militantes qui, de 1789 au début du XX<sup>ème</sup> siècle, se sont engagées, plus ou moins radicalement, pour revendiquer l'égalité entre les sexes, le droit des femmes à l'éducation, au divorce, au plein exercice de la citoyenneté. Tantôt bourgeoises et intellectuelles, tantôt issues de milieux modestes, mais autodidactes, elles se sont dévouées, avec passion, et souvent au péril de leur vie ou de leur honneur, à une cause dont elles percevaient la justesse, et ont porté des revendications que le XX<sup>ème</sup> siècle a très lentement adopté. De leur vivant, elles se sont heurtées à la cécité des trois Républiques successives, cécité consciente ou inconsciente, mélange de sexisme masculin héréditaire et de priorité donnée aux intérêts du capitalisme industriel. D'Olympe de Gouges à Louise Michel, en passant par Germaine de Staël ou George Sand, ce sont ainsi des portraits de femmes qui défilent pour montrer à quel point elles semaient des idées qui auraient peut-être pu changer le cours du XX<sup>ème</sup> siècle.

**Mots-clés :** femmes ; féminisme ; biographies ; XX<sup>ème</sup> siècle



No coração da luta *communard*<sup>1</sup>, em que Louise toma sua parte, este episódio musical "barbárie" composto no órgão de uma igreja bombardeada, nos dá uma ideia da exaltação revolucionária vivida com alegria e sensualidade.

*Oui Barbare je suis  
Oui j'aime le canon  
La mitraille dans l'air  
Amis dansons*

*La danse des bombes  
Garde à vous voici les lions  
Le tonnerre de la bataille  
Gronde sur nous amis chantons*

*L'ocre odeur de la poudre  
Qui se mêle à l'encens  
Ma voix frappant la voûte  
Et l'orgue qui perd ses dents*

*La nuit est écarlate  
Trempez-y vos drapeaux  
Beaux enfants de Montmartre  
La victoire ou le tombeau  
Oui Barbare je suis  
Oui j'aime le canon  
Et mon cœur je le jette  
A la Révolution<sup>2</sup>*

41

A partir de um poema de Louise Michel, abril de 1871

*La danse des bombes [A dança das bombas]*

Letra e música de Michèle Bernard, 2015

---

\* Michèle Narvaez – Escritora, diplomata e professora de Letras.

<sup>1</sup> Nota da tradutora (N.T.): *Communard* era a denominação dos membros e apoiadores da Comuna de Paris.

<sup>2</sup> Tradução: Sim Bárbaro eu sou/ Sim eu amo o canhão/ A metralha no ar/ Amigos Amigos dançemos/ A dança das bombas/ Vos proteja eis os leões/ O trovão de batalha/ Rugido sobre nós amigos cantemos/ O cheiro ocre de pólvora/ Que se mistura ao incenso/ Minha voz atinge a abóbada/ E órgão perde seus dentes/ A noite é escarlate/ Mergulhe suas bandeiras/ Belas crianças de Montmartre/ A vitória ou a tumba/ Sim Bárbaro eu sou/ Sim eu amo o canhão/ E meu coração eu o lanço/ À Revolução.

## Uma iconografia enganosa



**Figura 1.** Um antigo busto de Marianne. É a Convenção de 1792 que decidiu representar a República sob os traços de uma mulher usando um barrete frígio, símbolo da liberdade.

Fonte: Wikipédia. Disponível [aqui](#).

A iconografia francesa é generosa com as mulheres: a República, a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade como palavras femininas que inspiraram artistas e escritores. Os símbolos reais eram do sexo masculino, o rosto do rei, o lírio. Para a República, eram necessários símbolos femininos.

A primeira efígie foi a Marianne. Sua origem, segundo uma das versões creditadas, remonta à 1792, em outubro, alguns dias após a proclamação da República. Seria um poeta, Guillaume Lavabre, que teria feito a canção revolucionária *La Garisou de Marianne (La guérison de Marianne)* utilizando pela primeira vez o nome Marianne, composto por dois nomes muito populares, Marie e Anne. A canção relata a doença de Marianne e os cuidados que lhe são prodigiosos, Igualdade e Liberdade entre outras! A canção foi adotada rapidamente. Independentemente dela, durante a Revolução Francesa, apareceram alegorias da República e da Liberdade, sob a forma de uma mulher usando um barrete frígio<sup>1</sup>. Se o uso

da efígie de Marianne se perde sob o Império e a Restauração, ela retorna com força em 1848<sup>2</sup>. O governo provisório da segunda República lança um concurso de representação por um novo emblema. Duas propostas se opõem, a de Marianne "sábua", sentada, seios cobertos, usando uma coroa de espinhos e outra mais social, cabelos

---

<sup>1</sup> Lembremos da história deste barrete: no Império romano, era usado por escravos libertos. Quando o povo de Paris invadiu as Tulherias, no dia 20 de junho de 1792, os manifestantes estendem ao rei Louis XVI um barrete frígio. Esta coifa, desde a tomada da Bastilha tornou-se o símbolo da liberdade. Ela se tornou sinal da reunião revolucionária. Sobre a proposta de Billaud Varenne, a Convenção a decreta dia 22 de setembro de 1792. Este decreto estipula que todos os atos públicos serão datados do primeiro ano da República. " A chancela usará como lema estas palavras: República da França. O selo nacional representará uma mulher sentada sobre um feixe de armas, tendo na mão uma lança acima do barrete da liberdade. (AU BLASON...)

<sup>2</sup> Não esqueçamos do quadro *A Liberdade guiando o povo* de Eugène Delacroix, de 1830 em seguida à revolução dos Três Gloriosos. Ela é frequentemente escolhida como símbolo da República francesa. É a imagem de uma mulher do povo, uma "Marianne", usando um barrete frígio, seios desnudos, de pé sobre uma barricada, que brande uma bandeira tricolor e chama ao combate.

soltos, peito descoberto, combatente e armada. Esta última imagem prevalecerá depois da Comuna e o caso Dreyfus, sob a Terceira República. Hoje a Marianne é representada alternadamente em ambas as formas.

A segunda mulher que simboliza a República foi a Semeadora. Paul Doumer, ministro das finanças, pediu a um artista conhecido, Oscar Roty, de desenhar um novo símbolo da República. Este último utilizou um desenho concebido em 1886 pelo ministério da agricultura. As primeiras peças da Semeadora, uma mulher usando barrete frígio, experimentou desde 1897 um grande sucesso. A Semeadora é, portanto, outra Marianne, mais à frente confiante, simbolizando a marcha da República para um futuro melhor, onde semeia as sementes em sua passagem.



Figura 2. Um exemplo de selo francês com a efígie da Marianne. Ela é representada em selo, busto ou gravura, em todos os documentos e em todas as instituições da República francesa.

Fonte: Le Monde. Disponível [aqui](#)

Ela personifica então, a liberdade, a energia, o otimismo. "Estas sementes generosamente jogadas na terra são as inúmeras ideias que talvez um dia germinarão e crescerão, quando não estivermos mais aqui", previu o jornal *La Liberté* de 8 de outubro de 1898, em respostas aos ataques cuja efígie era o alvo: "O que ela semeia, esta mulher cujo barrete frígio diz ter muita qualidade? Ela semeia a desordem, a anarquia, o joio, o ódio, mentiras e imoralidade" (*Le Moniteur* de 28 de fevereiro de 1897). Isso significa que nem tudo era óbvio no final do século XIX, e que, Mariannes ou Semeadoras, as mulheres ainda teriam que trabalhar duro para ganhar sua liberdade e sua luta, seja ela republicana ou revolucionária.

## A Revolução Francesa: o momento do feminismo

Se remontarmos a antiguidade, a luta das mulheres para fazer ouvir sua voz e defender uma outra visão de mundo - se pensa na comédia de Aristófanes *Lysistrata*, apresentada em 411 a.C., onde a heroína persuadi suas coirmãs à fazerem greve de sexo para convencer os homens à cessarem a guerra, o que perguntariam, séculos mais tarde, as mães, as irmãs e as esposas do futuro sacrificado da Primeira Guerra Mundial! - , e se haviam mulheres bastante ousadas para exigir a igualdade de direitos (Christine de Pisan, com sua *A Cidade das Damas*, em 1405 ou Marie de Gournay, que publica em 1622 *A Igualdade dos Homens e as Mulheres* e em 1626 *Les Femmes et Grief des*

*Dames*, obras em que ela defende a igualdade absoluta dos sexos), é verdadeiramente o processo revolucionário de 1789 que abre uma lacuna na qual será capaz de trazer as exigências de igualdade e de liberdade das mulheres. A contradição de fato é imensa, entre a proclamação de igualdade dos indivíduos como princípio universal e a exclusão das mulheres na cidadania. Até então confinadas na sombra da vida doméstica, fora do jogo social e político, seu despertar será ligado diretamente ao pensamento iluminista e aos acontecimentos históricos da Revolução, o que, de repente, as fará entrar na história política. Também é por esta razão que sua luta será quase exclusivamente uma luta pela igualdade de direitos. Desde 1787, época onde a reivindicação igualitária já ocupa os espíritos, Marie-Armande Gacon-Dufour publica *Mémoire pour le sexe féminin contre le sexe masculin* Condorcet tem por sua parte uma abordagem antiética àquela de Rousseau ao qual a mulher deve limitar-se ao papel de mãe e esposa (Cf. DURNOVA, Anna. 2004). Em *Sur l'admission des femmes au droit de cité* (1790), ele insiste entre outras sobre a necessidade de uma mesma educação para as mulheres e os homens. De fato, nos primeiros anos da Revolução, a admissão das mulheres na cidadania não parecia um problema.

É difícil distinguir, à época, prática feminina e prática feminista, como observado por Louis Devance (1977, p. 341-376). A palavra "feminista" não existe ainda (ela aparece em 1837 sob a pluma de Fourier). Mas pode-se falar de feminismo a propósito das cidadãs engajadas, que desde 1789, começaram uma longa caminhada para chegar a plena cidadania. "É uma coincidência que a questão do direito das mulheres reaparece cada vez na esteira dos movimentos políticos e sociais? 1789, 1830, 1848, 1868, 1968, tantas vezes em que grandes mudanças políticas e mobilização feminista coincidem", observam Laurence Klejman e Florence Rochefort (1989, p. 23), não sem perguntar sobre a capacidade desta "aspiração coletiva" para sobreviver "à crise que a viu nascer".

Em 1789, a efervescência da vida cotidiana e das ideias, as grandes mudanças de todas as normas políticas, religiosas, culturais, se constituem em um grande apelo, e as mulheres imediatamente tomam parte do entusiasmo revolucionário. Elas manifestaram, reivindicaram, lutaram, arengaram, participaram de debates, invadiram tribunas, redigiram panfletos, doaram suas vidas, se dedicaram corpo e alma à Revolução, muitas vezes arriscando suas vidas. Elas levavam esperança, propostas, ideias, propensas a transformar profundamente a sociedade moderna. Elas não conseguiram ser ouvidas.

Pode-se tomar como ponto de partida o dia 5 de outubro de 1789: as mulheres se reuniram em massa na Prefeitura, para interpelar a Comuna de Paris não somente pela falta de pão, mas também para exigir que o rei e a Assembleia mudem de Paris. Pouco a pouco, uma multidão de milhares de pessoas, de mulheres em sua grande maioria, caminha em direção à Versalhes. Os homens da milícia nacional as seguiam. O povo obteve decisão favorável.

Mas o investimento das mulheres nas lutas revolucionárias as conduziu a reivindicação de igualdade de gênero e a exigir reformas destinadas à melhoria da sorte das mulheres e seu lugar na vida social e política. Entre 1789 e 1793, as mulheres estavam em todas as frentes, principalmente as do povo ou as burguesas, mas também algumas nobres, como Madame de Staël, Madame de Condorcet, Madame de Coicy. Algumas escolheram um pseudônimo ou o anonimato, como Madame B\*\*\* B\*\*\*, autora de um grande número de discursos, propostas e textos de forte conotação feminista. Constituíam-se grupos de "damas patriotas", participando milhares, em 1790, na festa da Federação no Campo de Março. Muitas se armaram, aprenderam a manejar armas, fundaram grupos de Amazonas em que elas se alistavam, para a guerra "aos inimigos dos Franceses", com uma "coragem viril" - Théroigne de Méricourt e Claire Lacombe receberam a coroa cívica da Comuna de Paris pelo seu engajamento como combatentes, as irmãs Fernig se tornaram lendas das mulheres soldados<sup>3</sup>. Elas se sentaram nas primeiras assembleias do Terceiro Estado, tinham a palavra, arengaram o público. Criaram clubes: Etta Palm criou a Sociedade fraternal dos patriotas dos dois sexos, e, em 1791, o primeiro clube feminino, a Sociedade patriótica e de beneficência das Amigas da Verdade. Elas escreveram em jornais, multiplicaram as petições, as propostas: para a educação das mulheres, pela criação de um hospital para mulheres, de uma escola de impressão para mulheres, para a autorização do divórcio, pela igualdade na herança, por um contrato de união livre. No início dos anos 1793, quase 300 mulheres constituíam a Assembleia das Republicanas, que se tornaria a Sociedade das Cidadãs Republicanas revolucionárias e exigiram que a nova Constituição desse o direito de voto às mulheres. Madame de Genlis escreveu em 1791 *Discours sur l'éducation publique du peuple* e recomendava uma educação mista. Etta Palm insistia

---

<sup>3</sup> Com idades de treze e dezesseis anos, em 1792 se colocaram nos postos da guarda nacional de Mortagne e saíram vitoriosamente contra os austríacos.

sobre a necessidade da "influência das mulheres no governo livre". Confiantes na urgência de uma nova ordem das coisas, elas se apresentavam nas "luzes da noite" para preservar as conquistas da Constituição. Questionavam o artigo "Mulher" da *Encyclopédie* que postulava que a natureza "parece ter dado aos homens o direito de governar", ou ainda a concepção de Rousseau da diferença da natureza entre homens e mulheres. Madame de Coicy resume assim seu estado: "as mulheres compõem a metade da espécie humana que habita o território da França. Depois de séculos, elas ainda não são nada na nação francesa".

"Aceitas nas tribunas da Assembleia e dos clubes, acolhidas como membros em algumas, convidadas a dar suas opiniões ou a dar uma mão, saudadas por suas iniciativas mais visíveis, treinadas às armas pelos patriotas, as mulheres têm falado sobre uma série de temas", resume a historiadora Éliane Viennot. Seu sentimento dominante é o de cidadania. É ele que está por trás da "paixão cívica onde fazem prova e que as conduz a se pronunciarem [...], a inventarem, a se superarem, a escreverem o destino - mas também a se curvarem a necessidade, a se sacrificarem pelo "bem comum". (MIENNOT, 2016, p. 51)

Voltemos rapidamente para a vida e a luta de algumas destas insubmissas, as mais ilustres.

### Olympe de Gouges

Desconhecida durante décadas, considerada, com muitas outras, como uma "insensata" pelos historiadores da Revolução no século XIX, e redescoberta nos anos 1970 (chegaram a propor em 1989 que suas cinzas entrariam no Panteão, sem sucesso), Olympe de Gouges marca sem dúvida um momento importante na história do feminismo revolucionário, especialmente porque ela não lutou somente pelos direitos das mulheres, mas também pelos negros e os "infelizes".

Marie Gouze nasceu em 1748 em um meio modesto, casou muito jovem, em seguida ficou viúva, cheia de audácia e de sonhos de liberdade, ela se instala em Paris no início dos anos 1770, levando uma vida feliz, e vivendo em concubinação "o casamento é o túmulo da confiança e do amor", escreveu na *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (2014). Autodidata, não sabendo escrever, mas ditando seus textos, penetrada no espírito dos iluministas, ela se junta à homens de letras,

comediantes, artistas. Possui um salão e começa a escrever peças de teatro, sem reconhecer a autoria. Seus temas de predileção: o destino injusto dos negros nas colônias, a escravidão, a ilegitimidade, o destino das mulheres, condenadas ao casamento ou ao convento, e em favor daquelas que exigem um hospital. Mas, é a partir de 1788 que ela se revela como uma cidadã engajada: cartas ao povo ou aos príncipes, panfletos, discursos, que muitas vezes emprestam o estilo de heroísmo romano e os apelos ao sacrifício de si, ela se lança em uma atividade transbordante. Em setembro de 1791, ela publica sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, copiada daquela de 1789, em dezessete artigos, e, um pouco inocentemente, endereçado a Maria Antonieta, a qual ela demanda de se engajar em favor das mulheres. O preâmbulo considera "que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos". O artigo 1 postula que "a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos". O posfácio chama à emoção: "Mulher, acorde; o rebate da razão se faz entender em todo universo; reconheça seus direitos [...]. Ô mulheres! Mulheres, quando vocês deixarão de serem cegas? Quais são as vantagens que vocês colheram da Revolução?". Em 1792, ela ataca violentamente Robespierre em um folheto onde ela prediz seus futuros excessos. Em 1793, presa e condenada por suas posições antijacobinas, aprisionada e maltratada – não se trata da ferida que ela tinha na perna -, ela em apelo para Danton e "a maioria saudável de bons cidadãos" para a defender, redige calmamente um testamento onde ela questiona o tribunal que a joga, e morre corajosamente, consciente de ter servido a causa do povo.

### Théroigne de Méricourt

Filha de camponeses belgas, colocada em um convento, autodidata, ela é alternadamente dama de companhia, cantora e sobretudo aventureira, vivendo em Londres, e na Itália. Aprendendo a convocação dos Estados Gerais em 1789, ocorre na França, e frequenta as tribunas da Assembleia constituinte, vestida de amazona (seus inimigos a descreviam como uma bacante sanguinária em razão de sua roupa vermelha, e lhe deram a reputação de "a rameira do povo"). Instalada em Paris, ela tinha salão e frequentava os intelectuais. Em 1790, ela criou com um matemático Charles-Gilbert Romme a Sociedade dos Amigos da Lei, depois participa da criação do clube

dos Cordeliers<sup>4</sup>. Em agosto de 1790, acusada de planejar o assassinato de Maria Antonieta, ela foi presa em Tirol, depois inocentada e liberada. Ela chega em Paris e tenta criar uma "falange de amazonas". No dia 6 de março de 1792, Pauline Léon apresenta uma petição assinada por mais de trezentas e vinte parisienses pelo direito de formar uma guarda nacional feminina. Vinte dias mais tarde, Théroigne de Méricourt convida as cidadãs a se organizarem em corpo armado, declarando: "Vamos quebrar nossas cadeias, é o tempo que enfim as mulheres saem de sua vergonhosa nulidade onde a ignorância, o orgulho e a injustiça dos homens nos escravizaram por tanto tempo". Exige a igualdade política das mulheres passando pela autorização do porte de armas. Ela se encaixa em seguida ao lado dos Girondinos, e toma partido pelas mulheres jacobinas. Segundo Michelet, essa agressão tem origem em sua loucura, mas se pode também imputar a esta a sífilis que a atingiu. Sua família a internou. Ela morreu em 1817 em Pitié-Salpêtrière após vinte três anos de asilo.

### Pauline Léon

Filha de artesãos, nascida em 1768, ela seguiu as atividades do clube dos Cordeliers, e participa com Claire Lacombe na fundação do Clube dos Cidadãos republicanos revolucionários, ela se engaja pelo armamento das mulheres, ela mesmo combate (parece ter participado na tomada da Bastilha). Detida em 1794, com seu marido, e presa, foi libertada e se tornou professora, não sem denunciar o golpe de estado de Bonaparte em 1804. Morre em 1838.

### Claire Lacombe

Nascida em 1765, filha de comerciantes, ela era uma atriz de sucesso em Lyon e Marselha. Em 1792, foi para Paris e frequenta o clube dos Cordeliers. Pronuncia na assembleia um discurso pleno de referências à história romana: "Nascida com a coragem de uma romana e a raiva dos tiranos, serei feliz em contribuir à sua desconstrução. Perecerei até o último déspota, intrigantes, vivos escravos, de Neros e

---

<sup>4</sup> N.T.: Clube dos Cordeliers ou Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão era uma popular sociedade política, fundada em 27 de abril de 1790, durante o período da Revolução Francesa, e com sede no antigo refeitório do Convento dos Cordeliers de Paris.



Calígulas, eu poderia todos aniquilar." Condecorada com Théroigne pela sua participação ao assalto do Palácio das Tulherias, ela funda com Pauline Léon, em maio, o clube das Cidadãs Republicanas Revolucionárias. Pouco a pouco se tornou alvo dos jacobinos, denuncia a barra da Convenção, em 1793, a opressão cuja vítimas são mulheres: "Nossos direitos são aqueles do povo, e se ele nos oprime, nós saberemos opor resistência à opressão". Mas, as comerciantes da Halle, um grupo de mulheres contra ao clube das republicanas revolucionárias, as acusa de forçá-las a vestirem o barrete vermelho. Claire Lacombe se esconde, é detida e depois liberada: ela retoma seu trabalho de comediante (perde-se seu rastro em 1798).

### Etta Palm

Etta Aelders nasceu em 1743 em uma família burguesa de Gröningen e foi muito bem escolarizada. Casada com um filho de um procurador, se divorcia, viaja muito, chega em Paris e leva uma vida complicada de espiã tendo um salão. Desde 1790, ela reivindica a possibilidade das mulheres de desempenharem um papel político. Boa organizadora, ela se tornou membra da Sociedade fraternal de um e de outro sexo, da Sociedade Patriótica dos Amigos da Verdade, depois ela funda em 1791 a Sociedade patriótica e de beneficência das Amigas da Verdade clone da anterior. Ela leva uma atividade transbordante em Paris e na província, intervindo na Assembleia e reivindicando a igualdade dos direitos em seus discursos: "As mulheres compartilhavam os perigos da Revolução; porque elas não participam de seus benefícios?"

Tanta audácia, como uma atividade também transbordante, uma tal inteligência da situação, sem contar a participação no combate pela igualdade inscrita na nova lei da Republica, ela poderia conduzir estas mulheres ao reconhecimento de seus direitos e a consideração de suas reivindicações? Apesar de se constatar que a partir de 1793, suas massas de manobra se encolhiam: algumas pagaram com sua própria vida, como Olympe de Gouges, outras foram internadas, ou condenadas ao silêncio. Em 1793, os clubes de mulheres foram proibidos, o que as impediu de se organizar. Mesmo algumas de suas apoiadoras, como Condorcet, abandonaram a questão do direito ao voto ou de divórcio. Como o indica muito bem o título da obra de Éliane Viennot, *La Modernité est masculin*. E os pensadores do século XIX, historiadores e homens políticos, contribuíram a dar as mulheres revolucionárias esta imagem detestável de loucas

furiosas, histéricas irresponsáveis.

Sem dúvida havia, em 1793, muitas barreiras inquebráveis. Imediatamente, a imagem odiada de Maria Antonieta, ou ainda o crime de Charlotte Corday, assassinando Marat em sua banheira. As divisões entre as mulheres, o triunfo dos Jacobinos, ao passo que a maioria das feministas tinham, e não é por acaso, escolhido o campo girondino, mais favorável à sua causa. A militarização do poder, no período de guerra. Mais largamente, os pesos das tradições e do poder histórico do sexo masculino, confortava pelo exemplo pela lei sálica<sup>5</sup>. O interesse da burguesia, rápida aos comandos, para preservar a transmissão do patrimônio e da repartição dos papéis no cerne da família. O consciente misógino, e o sexíssimo comum, que irão pagar as mulheres a audácia em querer se igualar aos homens. Uma teologia da natureza, logo retransmitida pelos cientistas que justificam assim a superioridade do macho e da fêmea. Mas é necessário também interrogar uma forma de cegueira destas mulheres, ocupadas inteiramente em exigir o exato lugar dos homens, sem analisar as diferenças entre os sexos. A dimensão sacrificial de seu compromisso, sua identificação ao grande corpo da política. Uma parte de autocensura, e o peso de um inconsciente coletivo, como se elas assumissem uma culpa obscura. E depois, sobretudo, a impossibilidade, qual que seja a utopia de uma nova era da humanidade, de transformar o objetivo em branco "uma sociedade nessas profundas estruturas, na totalidade de seus modos de funcionamento econômicos, sociais e psico-afetivos" (DEVANCE, 1977, p. 367).

Portanto, não é surpreendente a rapidez, entre 1795 e 1804, que tudo esteja em ordem... masculino. Sem entrar nos detalhes, todos os debates que conduzirão a implementação do Código Civil promulgado em 1804 por Napoleão Bonaparte propõem restaurar o casamento como pedestal da sociedade, limitar o divórcio (o que a recristianizarão homologava). As mães solteiras são novamente criminalizadas, o que tem por consequência um aumento no número de abandono de crianças. A escola, questão essencial para feministas revolucionárias, sofre a mesma rotação: as grandes escolas criadas (Central e Politécnica) serão reservadas aos homens, a educação das meninas será limitada a educação pública elementar. O poder do pai esmaga sobre seus pés toda a diversidade de sonhos. A palavra "cidadania" desaparece do uso,

---

<sup>5</sup> Lei Sálica: artigo do código, datando do século XIV, que proibia as mulheres de sucederem ao trono na França.

"Senhora" está de volta.

## Da luta de frente a resistência intelectual: a conquista de novos espaços

Como as mulheres - aquelas que não foram eliminadas - resistiram, ao amanhecer do século XIX? Primeiro, contornando e reinventando os espaços que não lhe são negados: os salões, animados por Thérèse Cabarrus, Germaine de Staël, Juliette Récamier. A educação, com a reabertura de antigos conventos e a criação de novos estabelecimentos. A escrita, com uma abundante produção feminina de romances, poesias, mas também de ensaios, onde as mais cultivadas esfolam com habilidade os homens no poder e criticam o balanço da Revolução. Essas mulheres são frequentemente de origem aristocrática, a diferença das cidadãs revolucionárias de 89.

Consideraremos algumas dessas insubmissas de um novo tipo.

### Germaine de Staël (1766-1817)

Nascida em Paris, filha de Necker, ministro das finanças de Louis XVI, criada em um meio cultivado, inteligente e erudita, favorável às ideias iluministas, ela possuía um salão como sua mãe desde a idade de treze anos e lá se encontrava toda elite intelectual parisiense. Mais tarde, ela é exposta a censura de seu pai que via com maus olhos suas ambições literárias. Casada aos vinte anos com o embaixador da Suécia junto a Versalhes, ela não participa dos acontecimentos da Revolução, que a assusta. Bastante favorável a uma monarquia constitucional, ela se refugia na Inglaterra. Retorna a França depois do Terror e começa a publicar seus ensaios *De l'influence des passions sur le bonheur de l'individu et des nations* de 1796 e *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* em 1800. Em 1798, Talleyrand lhe fez encontrar com Bonaparte, que ela admirava no início, mas em que ela denuncia rapidamente a tirania e que lhe consigna um ódio tenaz, a condenando ao exílio por doze anos. Separou em 1800, tornando-se em seguida viúva, levando uma vida muito livre, na Suíça e em toda Europa, de paixão em paixão e mantém uma longa relação turbulenta com Benjamin Constant. Sua vida será marcada por idas a Paris, onde ele se opõe ainda à Napoleão, e de novos exílios, como os de 1813 e 1814. Em seus ensaios e em seus romances, como *Delphine* ou *Corinne ou l'Italie*, ela representa as mulheres vítimas de

restrições sociais, lutando sem sucesso por sua independência. Ela denuncia a regressão da condição feminina, e a perda das conquistas da Revolução. Ela se orgulha alternadamente do sistema inglês, do protestantismo, da vida na Alemanha ou na Itália, com uma sensibilidade europeia antes do tempo. Ela aborda igualmente a questão da dificuldade pelas mulheres de acessar ao status de autor reconhecido, então ela mesma é uma das raras mulheres de sua época a ter acesso ao sucesso em vida, graças a abundância e a qualidade de suas obras, graças também sem dúvida ao escopo de sua rede política e social.

Germaine de Staël é uma insubmissa à sua maneira: ela lutou contra o poder de seu pai, afirmou seus desejos e seu direito à felicidade em desafio às regras de boa conduta da sociedade napoleônica. Ela tem feito muito em seus escritos e seu exemplo para emancipação das mulheres. Fiel ao modelo republicano, ela não cessou de denunciar o retorno da misoginia e a submissão das mulheres em tutela: "desde a Revolução, os homens pensavam que era politicamente e moralmente útil reduzir as mulheres a mais absurda mediocridade" (citado por VIENNOT, 2016, p. 327).

### Madame de Genlis (1746-1830)

Nascida numa família de nobreza falida, ela recebeu uma excelente educação religiosa e se destaca por seu talento como harpista. Ela teve um rico casamento e se torna dama de companhia, sendo responsável pela educação das crianças de Orleans, incluindo aquele que se tornaria Louis Philippe. Ela escreveu muitos tratados sobre educação, e publica obras literárias. Conversa bastante sobre a Revolução, mas, como Madame de Staël, refugiou-se na Inglaterra durante o Terror. Em 1801, ela volta para a França, e trabalha para Napoleão (entre outros como uma espiã). Dedicou-se também na educação das crianças de todas as classes sociais. Ela é autora de aproximadamente 80 livros. Publica em 1801 e 1802 um *Projet d'une école rurale pour l'éducation des filles*. Outras mulheres também se interessarão igualmente pela educação das mulheres, como Antoinette Legroin Maisonneuve, Isabelle de Charrière e Félicité Guériot Saint-Martin *De l'éducation et du bonheur des femmes*, 1802. Este último vê na educação o meio de vingança contra a escravidão, no qual sofre seu sexo "(*id.*, p. 306).

### Marie Françoise Raoul ou Fanny Raoul (1771-1833)

Filha de notáveis da Bretanha, ela recebe uma educação intelectual de qualidade. Em 1801, ela publicou *Opinion d'une femme sur les femmes*, trabalho em que ela denunciou a traição das esperanças suscitadas pela Revolução. Em toda a sua obra, exige o fim da opressão das mulheres e escravos, cujo destino está a sua vista. Luta para que sejam reconhecidas as competências das mulheres, de modo que as mães tenham tanto poder quanto os pais, para que elas tenham acesso à cidadania, e para que as carreiras em ciências e em artes lhes sejam abertas: "Em uma palavra, liberdade e igualdade civil; isto é o que eu clamo para elas" (*ibid.*, p. 326). Sua argumentação demonstra incansavelmente que as mulheres são, de fato, capazes de raciocinar e preencher posições de alta responsabilidade. Em 1813, ela publica *Flaminie ou les erreurs d'une femme sensible*, romance epistolar, no qual ela denuncia a injustiça dos preconceitos. É também a única mulher a publicar um jornal *Le Véridique*. Ela defende a ideia de uma democracia social, convencida de que a luta contra a pobreza permitirá o progresso de todos. Seus críticos a apelidaram de "a amazona armórica".

53

### Constance Marie de Théis, princesa de Salm (1767-1845)

De nascimento nobre, tendo recebido uma educação muito boa, ela escreveu poemas que a fizeram conhecida. Casada com um cirurgião chamado Pipelet, médico do rei, em seguida, se divorciou em 1799, graças à lei de 1792, fugira do Terror e retornara a Paris em 1795. Sua primeira tragédia lírica intitula-se *Sapho*. Na introdução, a autora alude a esses poetas machistas, ansiosos "para encontrar rivais em um gênero em que buscam apenas admiradoras." Em 1797, sua *Épître aux femmes* eleva o entusiasmo do público: ela clama por uma igualdade entre homens e mulheres em termos de educação como no de tarefas domésticas. Encontra-se aqui os tons de Olympe de Gouges: "O tempo chegou. Mulheres, acordem!". Ela denuncia o medo do homem de se ver igualado por mulheres: "E, sob as veias longe de um respeito fingido ele venera em nós apenas nossa nulidade" (*ibid.*, p. 313). Ela também escreveu um *Hymne sur la Paix* em 1797, com música de Mehul. Em 1803, ela se casou com um aristocrata alemão esclarecido, Joseph Salm, cientista botânico e deputado da Roehr e ela se torna princesa de Salm. Eles vão manter juntos até 1814 um salão literário em

Paris. Ela vai continuar apenas até 1824, recebendo toda a *intelligentsia* de sua época, levando uma vida de mulher livre e independente. Ela tem uma atividade exuberante, escrevendo, mantendo-se numa vasta correspondência na Europa. Ela critica os artigos do Código Civil contrárias aos direitos das mulheres, denunciando o ostracismo que as mulheres são vítimas na política. Ela também reivindica o direito para as mulheres de acessar todas as funções públicas. Em 1824, ela publica *Vingt quatre heures de la vie d'une femme sensible*. Iniciado em 1803-1804, retomado em 1814-1815, este romance epistolar que aborda a questão do ciúme tem um grande sucesso na França e na Europa. Ela também publica *Pensées*, trabalho filosófico, onde ela discute a atitude predominante dos homens. Até a sua morte em 1845, ela continuará a produzir um trabalho denso, dividido entre poemas e ensaios (por exemplo estrofes *Je mourrai comme j'ai vécu*, 1837) fiel à sua luta contra a injustiça e pela igualdade de gênero. Ela então é reconhecida de glória. Curiosamente (ou não!), para-se de falar sobre ela em seguida, e apenas muito recentemente é que ela será restaurada pela crítica acadêmica. Um artigo de 2007 sugere este retorno tardio ao reconhecimento:

O esquecimento que cobria o nome da princesa Constance de Salm após sua morte, em 1845, é inversamente proporcional à notoriedade de que gozava em vida como escritora e à influência que exercia nas mesmas esferas intelectuais e políticas [...]. Ela nunca deixou de reconhecer a igualdade entre homens e mulheres face à criação. O século das Luzes não foi o suficiente para dissipar preconceitos sobre este assunto e muitos homens assistindo com condescendência aquelas que eles chamaram de "mulher erudita" [...]. Primeira mulher a ser admitida em 1895 na Escola Superior das Artes, uma instituição que tinha mais ou menos substituído as academias abolidas no início da Revolução, ela então se beneficiou de uma rede de apoio suficiente para permitir que esses tipos de declarações, pleiteando, em particular, que as meninas fossem instruídas como os meninos. (LARMINAT, 2007)

Salm então, um espírito precoce e brilhante, uma mulher do Iluminismo, uma europeia convicta, uma mulher à frente de seu tempo, como outras que citaremos rapidamente: Fanny de Beauharnais, Sophie Cottin (seu romance *Malvia* publicado em 1800 reclama da desvalorização das mulheres que escrevem e que deveriam ser menosprezadas ou confinadas à literatura "light").

Vemos que neste período são as "insubmissas" cultivadas, educadas, mais distanciadas das lutas sociais, muito independentes, que dirigem as suas lanças sobre a discriminação cultural e intelectual cujas vítimas são as mulheres. Elas reivindicam uma

educação igual para ambos os sexos, e o direito das mulheres de tomar o seu lugar no mundo editorial, jornalístico, e na cena política.

### O despertar dos anos 1830-1848

O surgimento do romantismo na França, proclamada por Victor Hugo em 1830 por ocasião da famosa "Batalha de Hernani" e do socialismo utópico, introduzida pelo tipógrafo trabalhador Pierre Leroux e desenvolvido pelos saint-simonistas<sup>6</sup>, foi a oportunidade para as mulheres de "acordar" novamente. Os anos de monarquia burguesa são espessos, chatos e injustos para com os mais fracos. A moralidade mais conveniente prevalece, confina as mulheres aos seus trabalhos domésticos, e as submete à autoridade dos pais e dos maridos. Em contraste, um vento de liberdade semeia ideias de felicidade e emancipação.

Mulheres ativistas, frequentemente ligadas por laços de parentesco ou amizade com os saint-Simonistas ou os românticos, se engajam na batalha, às vezes repetindo as reivindicações de Olympe de Gouges. Elas colaboram com os jornais e revistas cuja publicação é incentivada pelo aumento da censura à imprensa sob a Restauração. A revista *Le Globe* lança em 1831 *L'appel à la femme libre*. O primeiro jornal escrito inteiramente por mulheres, *La Femme Libre*, que se tornou *La Tribune des Femmes*, publicado em 1832, criado por Marie-Reine Guindorf e Désirée Véret. Eugénie Niboyet funda em Lyon em 1834-1835 O Conselho das Mulheres, o primeiro jornal feminista de província. Elas se mobilizam contra a sua opressão específica, reivindicando novamente direitos civis iguais, a restauração do divórcio, o direito a uma educação integral, o direito de expressão. Elas reivindicam para si o direito de livre sexualidade e desafiam as proibições, o que lhes rendeu muitos processos por imoralidade. Mas elas também se mobilizaram em favor dos proletários, convencidas de que "o grau de liberdade concedido às mulheres é o termômetro da liberdade e da felicidade do homem" (NIBOYET apud BARD; CHAPERON, 2017, p. 1031<sup>7</sup>). Elas abrem, assim, o caminho para um novo messianismo, muito moderno. Note-se que a palavra "feminismo" aparece por

---

<sup>6</sup> Saint-Simon, filósofo, economista, nascido em 1760 e morreu em 1825, é um pensador da sociedade industrial. É considerado o primeiro socialista. O grupo Saint-Simonista retoma suas teses: é um movimento idealista, comunitário (como o de Charles Fourier com seus Falanstérios), que quer se opor à miséria dos operários e dissolução dos laços sociais causados pelo capitalismo, o que deixa o trabalhador a sós diante do chefe.

<sup>7</sup> Esta obra é uma mina de informações úteis para nosso assunto.

volta de 1830, atribuído a Charles Fourier, líder de um movimento (o fourierismo), que se distingue pela sua postura em favor da liberdade das mulheres. Muitos saint-simonistas também se juntam a Fourier.

Estas mulheres têm por nome Claire Bazard Élis Lemonnier, militante fervorosa para a educação das meninas, Cécile Fournel, que toma em 1832 a defesa do saint-simonistas acusados de imoralidade por testemunha no julgamento, Marie Talon. Sophie Masure lançou uma petição em favor da abertura de uma escola normal de instrutoras. Claire Démar publica *Appel au peuple sur l'affranchissement de la femme*, e denuncia o casamento como uma forma de prostituição legalizada. Eugénie Niboyet (1796-1883), nascida em uma família letrada de origem genebrense, torna-se também uma mulher de letras. Toda sua vida ela se preocupará com a educação no mundo operário. Ele critica a democracia ("o tirano é chamado democracia" [*id.*, p. 1053]) e porta-voz das mulheres na província. Em 1848, ela funda a Sociedade da Voz das Mulheres, para o reconhecimento dos seus direitos cívicos e eleitorais. Em julho 1836, ela fundou em Paris *La Gazette des Femmes*. Eugénie Niboyet pagará caro por sua tenacidade: vaiada (tratada como "mulher socialista!") Ridicularizada, ela vê sua indenização literária ser removida e exilada em Genebra, viverá dificilmente de suas traduções. Em 1863, de volta à França, ela publica uma autobiografia, *Le Vrai livre des femmes*, onde ela relata suas batalhas. Apoiará as demandas de graça dos condenados após a Comuna. Em 1878, com 82 anos, ela recebe as homenagens do Congresso feminista de Paris.

Outra feminista, também saint-simonista, Suzanne Voilquin, filha de um modista revolucionário, ela mesma era operária, tem um percurso autodidata. Ela gerencia com seu marido um restaurante comunitário, assumiu a gestão de *La Tribune des Femmes*. Torna-se parteira, e em 1838 funda uma associação solidária que ajuda mães solteiras. Ela viaja muito, especialmente ao Egito e à Rússia, onde ela constata o sofrimento das mulheres: sua obra levará esse testemunho. Em 1869, adere a Liga em favor dos direitos das mulheres de André Léo.

Durante todo este período que vai de 1830 a 1848, a luta das mulheres se cristaliza, em torno da questão da educação das mulheres. Louise Dauriat, escreve também para *Le Globe* e *La Tribune des Femmes*, abre um "*Curso de direitos sociais das mulheres*" em 1836. Sua participação no debate público influencia uma série de homens políticos, por exemplo o Ministro da educação pública Salvandy que criou em



1847 uma comissão encarregada de examinar o estabelecimento de colégios femininos.

Duas figuras parecem emblemáticas das duas direções que levam a revolta das mulheres nesta época: Flora Tristan e George Sand.

### Flora Tristan: o feminismo socialista

Flora Tristan (1803-1844), filha ilegítima, pobre, sem instrução, mau casada com um homem violento (ela deixa seus filhos com sua mãe) se torna dama de companhia e viagem. Ela vai ao Peru para reconhecer sua família paterna (seu pai, um nobre peruano, morreu), mas só recebe uma pequena pensão. Seu torque é rasgado, seu marido atira nela e a fere os pulmões: Flora Tristan lutará toda a sua vida pelo direito das mulheres ao divórcio.

Ela rapidamente percebe a conexão entre as lutas das mulheres e a questão social. Suas viagens ao Peru e à Inglaterra, onde conheceu as feministas britânicas, reforçaram a ideia de que as mulheres são "escravas", "párias". Autodidata, trabalhando na fiação ou na impressão, se aproxima dos socialistas e tem a missão de educar e organizar o proletariado. Ela explica sua luta como uma luta em nome da razão, para um mundo em que "o poder intelectual suceda à força bruta"(BARD; CHAPERON, 2017, p. 1450). Contribuiu para revistas feministas e faz um tour na França para difundir suas ideias (seu diário póstumo relata seus encontros com os operários e as operárias que encontrou ao longo do caminho). No mesmo ano, em 1843, ela participou da fundação da União Mundial dos operários e operárias, ou ainda União operária, cujo um dos objetivos seria a criação de um fundo para a educação dos pobres e o cuidado com os idosos.

Marcada pelo idealismo romântico, ela se vê prontamente como uma mulher guia e suas reivindicações dizem respeito tanto à condição feminista e a condição operária. "Aristocrata decadente, Mulher socialista e Operária Feminista", como ela gostava de chamar a si mesma, seu principal trabalho foi publicado após a sua morte (de febre tifoide em 1844) sob o título *L'Émancipation de la Femme ou le Testament de la Paria* (WIKIPÉDIA).

## George Sand: o feminismo literário (e burguês)

Ao mesmo tempo, uma estrela começa a brilhar no firmamento feminino: trata-se de George Sand, nascida Aurore Dupin. Por seu talento, sua personalidade, ela representa um caso particular, testemunhando o nascimento de uma nova imaginação da relação entre os sexos. Nascida em 1804 em uma família modesta de mãe e de família nobre por parte de pai - ela reivindicará por toda a sua vida este duplo pertencimento popular e aristocrático -, filha da Revolução e irmã do romantismo, ela recebeu uma excelente educação, e começa a escrever muito cedo. Desde os seus primeiros romances, ela encenou as heroínas femininas revoltadas contra a sua condição. Igualmente precoce ela desejou se livrar de todos os grilhões, decide se vestir como um homem, lançando moda, fuma um charuto. Casada com um barão do Império, ela se divorcia e, em seguida, leva uma vida sexual carimbada da moralidade de seu tempo. Pouco politizada até 1830, ela trabalha em conjunto com os insurgentes durante a Revolução de Julho (28-30 julho de 1830), leva uma vida boemia com artistas românticos, exibe sua conexão com Jules Sandeau, e decide mudar de nome, adotando um nome masculino e o parônimo Sand. Eles são ambos jornalistas do *Le Figaro* e escrevem um romance juntos. George Sand começa então a militar contra o Código Civil, pelo direito ao divórcio. Ela acumula pouco a pouco os sucessos literários, tornou-se uma socialista na década de 1840, funda em 1844 o jornal local *L'Éclair de l'Indre*, no qual ela escreveu vários artigos sobre política e o socialismo. Ela adere à República de 1848, sem querer, no entanto, desempenhar um papel político. Até o final de 1848 e o fracasso das ilusões, ela se retira para o castelo de sua infância em Nohant e cessa qualquer atividade militante. No entanto, ela vai realizar em 1852 várias medidas para apoiar opositores do golpe de estado condenados e prisioneiros políticos, mas será pouco ouvida por Napoleão III e não poderá se expressar na imprensa. É, então, com seu trabalho e através de sua correspondência que se manifestará.

O contato com a vida política ativa representou uma provação dolorosa para George Sand, mas também, sem dúvida, para muitas mulheres que se envolveram em 1848 e não saíram ilesas desse compromisso. Na verdade, a questão da violência insurgente representa um ponto de atrito. Todos os romances de Sand posteriores a 1848 levam vestígios desta interrogação<sup>8</sup>. Podemos citar as primeiras páginas de *La*

---

<sup>8</sup> Ver o excelente artigo de BARA, Olivier. 2015, p. 143-168.

Daniella, em 1856, e as palavras do narrador, Jean Valreg:

Depois vieram os dias de junho, que trouxeram terror e raiva até o fundo dos nossos campos [...] eu entendi que o ódio tinha devorado as sementes de fraternidade antes que elas tivessem tempo para germinar: minha alma se apertara e meu coração entristeceu, não tivera mais ilusões. Tudo se resumiu para mim nesta palavra: Os homens não eram prudentes! Então, eu tentei viver com este pensamento sombrio e pesado: a verdade social não foi revelada. As empresas ainda estão querendo instaurar seu reino pela força, e cada nova experiência mostra que a força material é um elemento sem durabilidade e que passa de um campo para o outro como uma semente levada pelo vento. A verdadeira força, a fé, não nasceu ... não nasceu do meu tempo. Minha juventude apenas verá os maus dias, minha idade madura, dos tempos de positivismo. Porque, então, infelizmente! Eu tive um sonho lindo e saudei a aurora que não devia ter amanhã? (SAND, 1992, p. 32)

### 1848: A entrada das mulheres na política

Uma outra vez o feminismo tira suas forças de uma situação insurrecional. Os dias de fevereiro de 1848 e o advento da Segunda República veem abrir oportunidades para a causa das mulheres. Mesmo se o sufrágio universal estabelecido em março de 1848, os excluídos, a imprensa e os clubes feministas fazem pressão para que as que se deem conta da nova Constituição. Os ensinamentos estão no primeiro plano. Pauline Roland funda a Associação Fraternal dos Instrutores e Instrutoras e Professores Socialistas, um jornal intitulado *L'Émancipation de l'Enseignement* (1848-1849) faz eco de suas reivindicações. Jeanne Deroin<sup>9</sup>, ela mesma foi instrutora, funda um Clube da Emancipação dos povos e uma Sociedade mútua da educação das mulheres, que defende o direito das mulheres a serem instruídas e para alcançarem às profissões liberais. Ela exige também para elas o direito de voto. Para Eugénie Niboyet e Joséphine Bachellery,<sup>10</sup> o contexto de reexame do ensino público é a oportunidade de propor a criação de um sistema de ensino secundário de Estado destinado as meninas. Hippolyte Carnot, ministra da Educação Pública, foi favorável. As feministas de fato alertam sobre a necessidade de arrancar a educação das meninas da influência clerical.

Eugénie Niboyet pede a criação de uma sala de leitura destinada às mulheres na

---

<sup>9</sup> Jeanne Deroin, 1805-1894, professora, Saint-Simonista, convencida de que a causa do povo e a causa das mulheres se conciliam, ela é a primeira mulher a ser candidata em uma eleição. Mas cartunistas como Honoré Daumier com os seus *Bas Bleus* (mulheres eruditas), a expõem ao ridículo. Após o golpe de estado de 1851, ela se exilou na Inglaterra, onde morreu na pobreza.

<sup>10</sup> Joséphine Bachellery, 1803 -1872, professora e educadora que abriu pensões, republicana, militante da emancipação das mulheres através da educação.

Biblioteca Nacional e fixa cursos públicos femininos em abril de 1848. Outras autoras reivindicam a abertura da universidade às mulheres. Élisabeth Lemonnier<sup>11</sup> abre cursos profissionais destinados às operárias. Em 1862, esses cursos preconizam a uma Sociedade para o ensino profissional de mulheres. Estas se vêm então totalmente reconhecidas como agentes econômicas. O escritor Ernest Legouvé dá no Collège de France um curso sobre a história das mulheres e denuncia sua inferioridade social, jurídica e econômica. Eugénie Niboyet propõe a candidatura de George Sand às eleições legislativas, mas Sand recusa. Em abril de 1849, Jeanne Deroin ousa se apresentar ao cargo, mas é atingida com a chacota dos homens políticos.

Ao mesmo tempo muitos debates agitam a sociedade francesa em plena mutação: sobre a maternidade, sobre a prostituição, sobre a vida doméstica, sobre a sexualidade. Mesmo que a ideologia dominante tenha continuado fortemente paternalista, e mesmo que tenhamos visto uma ofensiva das mulheres católicas, frutos da burguesia, em favor de uma valorização da mulher esposa e mãe, vimos que pouco a pouco a questão da igualdade de gêneros ocupa o centro da cena. Certamente a Segunda República não poderá, por falta de tempo e de vontade, mudar radicalmente sua situação (a lei de 28 de julho de 1848 proíbe novamente os clubes femininos), mas este é o momento chave para a entrada das mulheres na política. As mutações econômicas e os novos anseios da burguesia industrial na questão da mão de obra qualificada foram relevantes neste assunto.

Um poeta prestou homenagem às mulheres militantes e à coragem delas: após o golpe de estado de Napoleão, em 1852, muitas delas entraram na resistência ou se exilaram. Uma delas, Louise Julien, cantora popular, doente, morreu em Jersey, onde se encontra Victor Hugo. Este, profere em seu túmulo seu discurso fúnebre:

[...] Pauline Roland en Afrique, Louise Julien à Jersey, Francesca Maderspach à Temeswar, Blanca Téléki à Pesth, tant d'autres, Rosalie Gobert, Eugénie Guillemot, Augustine Péan, Blanche Clouart, Joséphine Prabeil, Elizabeth Parlès, Marie Reviel, Claudine Hibruit, Anne Sangla, veuve Combescure, Armandine Huet, et tant d'autres encore, soeurs, mères, filles, épouses, proscrites, exilées, transportées, torturées, suppliciées, crucifiées, ô pauvres femmes! Oh ! ma pensée en ce moment se précipite dans ce sépulcre et baise les pieds froids de cette morte dans son cercueil ! Ce n'est pas une femme que je vénère dans Louise Julien, c'est la femme ; la femme de nos jours, la femme digne

---

<sup>11</sup> Élisabeth Lemonnier, 1805 -1865, saint-simonista, militante republicana e laica, que fundou numerosas escolas profissionais e preparou o reconhecimento da educação profissional.

de devenir citoyenne ; la femme telle que nous la voyons autour de nous, dans tout son dévouement, dans toute sa douceur, dans tout son sacrifice, dans toute sa majesté ! Amis, dans les temps futurs, dans cette belle, et paisible, et tendre, et fraternelle république sociale de l'avenir, le rôle de la femme sera grand ; mais quel magnifique prélude à ce rôle que de tels martyres si vaillamment endurés ! Hommes et citoyens, nous avons dit plus d'une fois dans notre orgueil : — le dix-huitième siècle a proclamé le droit de l'homme ; le dix-neuvième proclamera le droit de la femme — mais, il faut l'avouer, citoyens, nous ne nous sommes point hâtés ; beaucoup de considérations, qui étaient graves, j'en conviens, et qui voulaient être mûrement examinées, nous ont arrêtés ; et à l'instant où je parle, au point même où le progrès est parvenu, parmi les meilleurs Républicains, parmi les démocrates les plus vrais et les plus purs, bien des esprits excellents hésitent encore à admettre dans l'homme et dans la femme l'égalité de l'âme humaine, et par conséquent l'assimilation, sinon l'identité complète, des droits civiques.<sup>12</sup> (HUGO, 1996, p. 440)

### O feminismo no Império e a Terceira República<sup>13</sup>

1870 e a Comuna marcam uma nova etapa na radicalização das mulheres.

#### Louise Michel<sup>14</sup>, a viúva vermelha

Nascida bastarda em 1830, mas foi criada na casa de castelões cultivados, recebe uma boa educação e se apaixona pelo romantismo. Expulsa da mansão após a morte de seus protetores, ela contata Victor Hugo a partir de 1850 e começa a escrever. Torna-se educadora, abre em 1853 uma escola livre e se afirma feminista ("eu não quero ser a sopa do homem" [MOSER, 1947, p. 33]). Ela alimentou um ódio tenaz face a Napoleão

61

---

<sup>12</sup> N.T.: "[...] Pauline Roland na África, Louise Julien em Jersey, Francesca Moderspach em Temeswar, Blanca Téléki em Pesth, tantas outras, Rosalie Gobert, Eugénie Guillemot, Augustine Péan, Blanche Claouart, Joséphine Prabeil, Elizabeth Parlès, Marie Reviel, Claudine Hibruit, Anne Sangla, veuve Combescure, Armandine Huet, e ainda muitas outras, irmãs, mães, filhas, esposas, censuradas, exiladas, transportadas, torturadas, vítimas, crucificadas, ó pobres mulheres! Oh! Minha mente neste momento se precipita neste sepulcro e beija os pés frios desta morta em seu caixão! Não é uma mulher que eu venero em Louise Julien, mas é a mulher; a mulher de nossos dias, a mulher digna de se tornar cidadã; a mulher como as que vemos ao nosso redor, em toda sua devoção, em toda sua doçura, em todo seu sacrifício, em toda sua majestade! Amigos, em tempos futuros, nesta bela, e pacífica, e branda, e fraternal república social do porvir, o papel da mulher será grande; mas que magnífico prelúdio neste papel que tais mártires tão bravamente suportaram! Homens e cidadãos, falamos mais que uma vez em nosso orgulho: - o século XVIII proclamou o direito do homem, o século XIX proclamará o direito da mulher - mas, é necessário confessar, cidadãos, não estamos adiantados; muitas considerações, que eram graves, eu concordo, e que poderiam ser amplamente examinadas, paramos; e neste instante em que falo, no mesmo momento em que o progresso acontece, entre os melhores Republicanos, entre os democratas mais verdadeiros e os mais puros, como de espíritos excelentes ainda hesitam em admitir no homem e na mulher a igualdade da alma humana, e por conseqüente a assimilação, senão a identidade completa, dos direitos cívicos."

<sup>13</sup> Pode-se referir para este período a obra de Laurence Klejman et Florence Rochefort (1989).

<sup>14</sup> Nós nos apoiamos na obra *Une héroïne: Louise Michel* (MOSER, 1947)

III, descobriu em Belleville a existência do mundo operário, continuou seus estudos para passar para a faculdade, escreveu poemas, por vezes se chamou de "Louis", depois adota do pseudônimo Enjolras, personagem de *Os Miseráveis* de Victor Hugo. Em 1864, faz contato com a Internacional dos Trabalhadores, abre uma pensão em Montmartre. Estabelece contatos com Maria Deraisme, Paule Minck e André Léo. Em 1870, ela aprende a manejar um fuzil e torna-se o que se chama de "Viúva Vermelha", participa do ataque à Prefeitura feita pelos insurgentes. Ela fez o ataque armado a Montmartre, uma verdadeira líder de guerra, prepara a resistência, está em todas as barricadas. Sua coragem a tornou admirada por todos. No momento da terrível repressão que se abateu sobre os *communards*, ela salva sua mãe, presa, entregando-se no lugar dela e foi aprisionada na infernal prisão de Satory. Exaltada, armada de misticismo e de compaixão (tenta em vão salvar o irmão de Marie Ferré), ela se identifica totalmente com a Revolução. O progresso dessa mulher "terrível e sobre-humana" como a designara Hugo, apaixonou as multidões, ela os conclama a pertencer "inteiramente à revolução social". Condenada à deportação, deu aulas aos seu co-prisioneiros, e tendo chegado à Nova Caledônia, indignou-se em seus escritos com tanta agonia com os albatrozes aos quais ela assistia durante sua transferência de barco que saía de canacos, para os quais ela organizou uma escola campo. Anistiada em 1880, é recebida por Clémenceau e por Louis Blanc, aclamada pela multidão. Ela se declara então anarquista, faz conferências públicas sobre a Comuna diante de milhares de pessoas, pleiteia a causa das mulheres, reduzidas à fome, e a vergonha e para as quais ela não cessa de buscar a igualdade com os homens. Ela foi novamente presa, passou seis anos na prisão Saint-Lazare, ao longo dos quais ela apresentou sua grande compaixão para com os detentos, apesar dos maus tratos dos vigias. Por fim, é acusada de loucura e, mais uma vez liberta, exilou-se em Londres, onde fez conferências em grupos de anarquistas. Grande figura revolucionária, incansável militante, ela funda em 1895 no seu retorno a França o jornal *Le Libertaire*, assiste aos congressos e às reuniões socialistas, publica apelos, ensaios, memórias, contos para crianças e romances. Ela toma partido por Dreyfus, é admitida entre os franco-maçons em 1905, prediz a revolução russa. Morreu neste mesmo ano, com 75 anos, em Marselha. Dezenas de milhares de pessoas participaram do seu funeral em Levallois Perret, e grava-se no seu túmulo estes versos: "Saudação ao despertar do povo/ E àqueles que, caindo,/ Abriram imensamente/ As portas do porvir". Seu romance *La Misère, e Souvenirs et aventures de ma vie*, são

publicados após a sua morte, o segundo texto em folhetim no *La Vie populaire*.

### As menos conhecidas

Louise Michel é a mais conhecida das feministas radicais deste período. Ela aliou a "barbárie", devoção e compaixão, militou e trabalhou nos fatos, por seus atos, para a educação de todas e de todos, de maneira visionária. Mesmo que, hoje, ela é grandemente conhecida e reconhecida, e mesmo que ela tenha forçado a admiração de homens como Hugo ou Clémenceau, ela nunca foi verdadeiramente ouvida em vida. Pode-se citar algumas outras mulheres que, às vezes com ela, traçaram um caminho a fim de buscar um futuro de democracia social e de paz, sem poder, entretanto, opor-se aos erros de uma República cega, que rapidamente entrou nas mazelas do início do século XX. Evoquemos rapidamente estas "semeadoras".

Maria Ferré, militantes da Comuna de Paris, melhor amiga de Louise Michel, morreu de exaustão, com trinta e sete anos, em 1882.

Paule Minck (1839-1901), de origem polonesa, que fundou com André Léo a "Sociedade Fraterna da operária", uma organização mutualista, feminista e revolucionária. Participou da Comuna de Paris, fez parte juntamente com Louise Michel do Comitê de vigilância de Montmartre, abriu uma escola gratuita na igreja Saint Pierre de Montmartre. Escapou da Semana sangrenta, exilou-se na Suíça, correspondeu-se com as militantes feministas e franco-maçônicas. Voltou à França no momento da anistia, apresentou sua candidatura às eleições legislativas no sexto *arrondissement* de Paris, desafiando a proibição da Prefeitura, já que as mulheres não tinham o direito de cidadania. Participou do partido operário francês de Jules Guesde, trabalhou na revista *La Fronde* dirigida por Marguerite Durant. Morreu em 1901.

André Léo, nascida Léodille Béra, em 1824, em um ambiente de elevada cultura. Casou-se com um jornalista progressista, acompanhou-o à Suíça, onde ele morreu deixando-a só com dois filhos. Ela começa a escrever romances, escolhendo por pseudônimo os primeiros nomes de seus filhos. De volta a Paris em 1860, engajou-se ao lado de Louise Michel e de Paule Minck, criou a Associação para a melhoria da educação das mulheres em 1866 e em 1869 a Sociedade (mista) de reivindicação dos direitos da mulher. Ela participa da Comuna, foi favorável à luta armada, mas exigiu antes de tudo o respeito da democracia. Novamente se exilou na Suíça após a Semana

Sangrenta, publicou *La Guerre Sociale*, onde ela conta a comuna, militou ao mesmo tempo pela paz e pela democracia socialista, pediu pela separação da igreja e do Estado. Morreu em 1900, deixou uma obra considerável, romances, contos, ensaios, artigos e textos políticos. Por testamento, ela legou uma pequena renda a primeira comuna da França que quis tentar uma experiência coletivista!

Julie Victoire Daubié (1824-1874) é a primeira mulher bacharel e licenciada em letras. Nascida dentro de uma família abastada, ela é testemunha da miséria dos operários das forjas de sua família. Seu ensaio *La Femme pauvre au XIXe siècle* em 1859 ganha o primeiro prêmio da Academia de Ciências, *belles lettres e arts* de Lyon. É em Lyon que ela ainda se inscreve na Faculdade de Letras, se torna saint-simonista e abre um atelier de bordado. Ela passa sua licença, publica artigos em inúmeros jornais, e prepara um doutorado. Sua luta não é só de uma socialista, mas de uma militante pela educação, a formação de mulheres, e seu direito de voto. Muito conhecida por sua viva atividade jornalística, ela recebeu à Exposição universal de 1867 uma medalha pelo conjunto de sua obra.

Maria Deraisme (1828-1894), nascida em uma família burguesa, erudita e convencida da importância da educação para as mulheres. Ela se via reformadora mais que revolucionária. Ela tornou-se uma oradora reconhecida pelo seu talento, pronuncia inúmeras conferências, co-cria em 1869 com Louise Michel e Paule Minck a "Sociedade pela reivindicação dos direitos civis das mulheres", depois em 1870, com Léon Richer, a Associação pelo direito das mulheres. Aceita no Grande Oriente da França, apoia em 1870 a ação de Louise Michel, mas se torna mais viesada para posições reformistas. Em 1878, ela co-organiza com Léon Richer o Congresso Internacional do Direito das Mulheres.

Hubertine Auclert, nascida em 1848, rompe com sua educação religiosa e escolhe a causa republicana. Ela milita a Liga Francesa pelos direitos das mulheres, em que Victor Hugo é o presidente de honra, depois funda o Sufrágio da Mulheres. Ela adere ao partido socialista, começa uma greve de imposto para as mulheres, já que elas não tinham direitos. Ela lança em 1881 o jornal *La Citoyenne*. É a primeira a exigir a feminização de algumas palavras, como *advogada* ou *eleitora*. Em 1910 ela se apresenta com Marguerite Durand as eleições legislativas, mas sua candidatura não foi bem-sucedida.

Marguerite Durand (1864-1936) é uma atriz conhecida e uma jornalista que



funda em 1897 o jornal *La Fronde*, fabricado de uma extremidade a outra por mulheres. Ela milita pelo direito de voto das mulheres, denuncia o Código Civil, considera que o feminismo e o pacifismo andam juntos. Em 1931 ela lega a cidade de Paris toda sua documentação feminista francesa, que ela dirige até sua morte. Hoje este ofício torna-se da Biblioteca Marguerite Durand, 8° *arrondissement* de Paris.

Semeadoras, todas estas mulheres são, e elas todas encarnavam a República nascida da Revolução de 1789. Militantes, modernas, progressistas, elas se encontraram em suas vidas a cegueira das três Repúblicas sucessivas, cegueira consciente ou inconsciente, misturada ao sexíssimo masculino hereditário e de prioridade dada aos interesses do capitalismo industrial. É tardiamente, à luz do feminismo da segunda metade do século XX, que elas foram reconhecidas.



Tradução  
Nayara Dias  
Tradutora pela Universidade de Brasília

## REFERÊNCIAS

- BARA, Olivier. Juin 1848, une lacune dans l'œuvre de George Sand ? Taire et dire le désastre. **Cahiers George Sand** : George Sand face à la violence de l'histoire, Lyon, n. 37, p. 143-168, oct. 2015.
- BARD, Christine ; CHAPERON, Sylvie. **Dictionnaire des féministes** : France XVIIIème-XXIème. Paris : PUF, 2017.
- Bonnet rouge ou bonnet phrygien. **Au blason des armoiries**. s.d. Disponible em: <<http://www.blason-armoires.org/heraldique/b/bonnet-phrygien.htm>>.
- BERNARD, Michèle. **Cantate pour Louise Michel**. Interprètes : Les percussions de Treffort ; l'ensemble vocal Résonance Contemporaine. Châteauroux : EPM, 2015. 1 CD.
- DEVANCE, Louis. Le féminisme pendant la Révolution française. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 229, p 341-376, 1977.
- DURNOVA, Anna. « Et Dieu créa la femme... » La condition féminine chez Jean-Jacques Rousseau. **Sens Public** : revue web, Montréal, 20 set. 2004. Disponible em : <<http://sens-public.org/article96.html?lang=fr>>.
- Flora Tristan. **Wikipédia**. s.d. Disponible sur : <[https://fr.wikipedia.org/wiki/Flora\\_Tristan](https://fr.wikipedia.org/wiki/Flora_Tristan)>.
- GOUGES, Olympe de. **Femme, réveille-toi !** Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne et autres écrits. Édition de Martine Reid. Paris : Gallimard, 2014. (Collection Folio)
- HUGO, Victor. **Œuvres Complètes**. Paris: Robert Laffont, 1996.
- KLEJMAN, Laurence ; ROCHEFORT, Florence. **L'égalité en marche** : le féminisme sous la Troisième république. Paris : Presses de la Fondation nationale des sciences politiques/Éditions des femmes, 1989.
- LARMINAT, Astrid de. Salm, une femme des Lumières sort de l'ombre. **Libération**, Paris, 1<sup>o</sup> février de 2007.
- Marianne. **Puylaurens** : site officiel de la commune. s.d. Disponible sur : <<http://www.puylaurens.fr/fr/information/53163/marianne>>.
- MOSER, Françoise. **Une héroïne** : Louise Michel. Paris : Jean Vigneau éditeur, 1947.
- SAND, George. **La Daniella**. éd. Annarosa Poli. Meylan : Les Éditions de l'Aurore, 1992. t. I.
- VIENNOT, Éliane. **Et la modernité fut masculine**. La France, les femmes et le pouvoir, 1789-1804. Paris : Perrin, 2016.

Isabelle Mons

**La résistance des premières  
femmes psychanalystes :  
Une pensée de l'insoumission**

## Résumé

Les femmes aussi ont fait la psychanalyse. Venues de toute l'Europe, elles ont suivi un destin audacieux, souvent tragique, s'introduisant au cœur du cercle freudien à ses débuts, en contribuant au développement des débats. Sans leur insoumission au rôle dévolu aux femmes du XIX e siècle, Sabina Spielrein, Tatiana Rosenthal, Lou Andreas-Salomé, trois sœurs intellectuelles venues de Russie, n'auraient sans doute pas réussi à relever le défi de rester dans la mémoire collective comme les pionnières d'une réflexion nouvelle sur l'être névrotique. Issue de leur affranchissement des codes moraux et sociaux, leur pensée de l'insoumission prouve que la dissidence est la source du génie.

**Mots-clés :** Femmes psychanalystes ; Lou Andreas-Salomé ; Sabina Spielrein ; Tatiana Rosenthal ; Tzvetan Todorov

## Resumo

As mulheres também fizeram psicanálise. Vindas de toda a Europa, elas seguiram um destino audacioso, e normalmente trágico, ao se introduzir no coração do círculo freudiano em seu início, contribuindo para o desenvolvimento dos debates; Sem sua insubmissão ao papel atribuído às mulheres do século XIX, Sabina Spielrein, Tatiana Rosenthal e Lou Andreas-Salomé – três irmãs intelectuais vindas da Rússia –, sem dúvida, não teriam conseguido enfrentar o desafio de ficar na memória coletiva como as pioneiras de uma reflexão nova sobre o ser neurótico. Decorrente de sua libertação dos códigos morais e sociais, o pensamento de insubmissão delas prova que a dissidência é a fonte da genialidade.

**Palavras-chave:** mulheres psicanalistas; Lou Andreas-Salomé; Sabina Spielrein; Tatiana Rosenthal; Tzvetan Todorov

Le XIX<sup>e</sup> siècle européen renferme les révoltes de celles qui, le plus souvent assignées à résidence, occupent les fonctions de la femme au foyer, de l'épouse et de la mère, ne devant, aux yeux du regard collectif, ne faire qu'une. Camille Froidevaux-Metterie le rappelle, c'est à cette époque « la *vertu* qui fait des femmes des individus de second ordre que caractérisent un tempérament délicat et une certaine fragilité. » (FROIDEVAUX-METTERIE, 2014, p. 69). Des voix discordantes s'élèvent pourtant et une force grandit chez les femmes en lutte. Elles ont gagné en liberté en s'interrogeant sur les finalités de leur « être femme ». Écrire sur celles qui ont fait la psychanalyse tendrait à montrer la façon dont la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle accorde une place aux êtres qui alors relèvent encore de minorités. Mais dès les années 1870-1880, en Allemagne et en Angleterre, les femmes se rassemblent en associations où elles cherchent à faire entendre leurs voix.

Les pays de langue germanique, l'Autriche bien sûr, mais aussi l'Allemagne et la Suisse, vont voir naître ce que d'aucuns ne veulent considérer comme une science nouvelle : la psychanalyse. Depuis son émergence jusqu'à son exportation au sein de l'Europe puis outre-Atlantique, au Brésil avec Juliano Moreira, mais également d'Ouest en Est au-delà des plaines de Russie, l'analyse de la souffrance psychique va peu à peu devenir un nouvel enjeu et les femmes joueront un rôle avant-gardiste. Quel fut leur mode d'intégration au sein d'une congrégation d'hommes, essentiellement tournée vers une problématique masculine ? Il leur a fallu, au-delà du courage, l'audace de s'avancer sur la scène des débats, le plus souvent aux dépens de leur trajectoire personnelle, prédéterminée pour être uniforme. Leur confort de vie, s'il existait, fut remis en cause par leur appétence pour la compréhension du malaise psychique, thématique nouvelle quand la femme et l'enfant en deviennent le point d'orgue. Leurs textes sont l'expression la plus probante de cette insoumission à leur condition de femme. Elle est, selon le philosophe Tzvetan Todorov (2015), une contre-réaction à l'oppression, à la fois une résistance et une affirmation qui visent la revalorisation de la morale au service de la vérité. Il s'agit d'obéir en résistant, et c'est ce qui fait de l'insoumission de ces pionnières un acte d'engagement exceptionnel. Pour celles de la première génération, nées entre 1860 et 1885, l'insoumission est liée à leur mode de vie qui se retrouve dans leur façon de conceptualiser les expériences dont elles-mêmes constituent le terreau.

Être une femme, c'était résister aux codes sociaux, moraux ; être une analyste, c'était entendre les craintes des partenaires masculins qui ignoraient la réorientation qu'une femme était susceptible de donner aux thèses freudiennes. À leurs dépens, les pionnières ont forgé le cadre du féminisme du XX<sup>e</sup> siècle. Elles le firent, conscientes du combat qu'elles engageaient pour des valeurs plus justes mais avaient-elles seulement conscience de la portée de leur participation à la défense de la cause féminine ? Ont-elles répondu à une *Weltanschauung* commune qui aurait fondé leur modernité de femmes ?

Leur insoumission est d'abord l'expression d'une quête affective et intellectuelle. La question est de savoir si elle est une condition préparant le terrain à la création, laquelle dans cette perspective, deviendrait une forme de résistance à l'emprise du masculin sur le féminin, également une réaction à la solitude que leur impose leur choix d'indépendance, forcément subversif pour leurs partenaires d'idées.

### L'insoumission des femmes au service de l'humain

Évoquer les insoumises en psychanalyse laisserait entendre que dans ce domaine aussi, il existe une hiérarchie des savoirs et que les pionnières, perçues comme des subordonnées, ont désobéi à l'ordre légal. Or est-il nécessaire de le rappeler, le père de la psychanalyse tolérait mal la dissidence au sein du groupe d'analystes. Dans cet esprit d'ailleurs, il avait fondé en 1902 la Société psychologique du mercredi au sein de laquelle tout membre devait prêter allégeance à la psychanalyse freudienne. Premier cercle de l'histoire du freudisme, cette *Société* rassemblait à la table de Freud, entre autres, Alfred Adler, Wilhelm Stekel, Otto Rank, Isidor Sadger. Jusqu'en 1907, vingt-deux membres actifs se consacraient chaque mercredi à un débat dirigé par Freud et mené par un orateur dont le nom était tiré au sort. La discussion s'engageait suite à sa conférence. Grâce au compte-rendu détaillé des séances établi par Otto Rank dès 1906, les « Minutes de la Société psychanalytique de Vienne » sont un document d'archives inégalable pour comprendre la manière dont le mouvement s'est confirmé ainsi que les étapes au cours desquelles la Grande-Bretagne, la Hongrie, l'Allemagne ont accueilli cette nouvelle science, avant les États-Unis. Entre 1902 et 1938, quarante-trois femmes contre cent-sept hommes ont donc été élues membres ordinaires et extraordinaires. Les premières psychanalystes furent essentiellement des cliniciennes, peut-être afin de

n'être pas en opposition avec les hommes réputés plus solides théoriciens. Leur entrée dans le cercle psychanalytique est contemporaine de l'accès aux études et répond à leur souci d'émancipation. Autant le départ d'Alfred Adler en 1911 puis de Carl Gustav Jung en 1913 a marqué le mouvement d'une vague d'hostilités, les disciples voire les « fils » spirituels se faisant remarquer par leur dissidence, autant les consœurs de Freud sont connues pour leur présence discrète au départ qui devait parfois se transformer en désobéissance. Comment dire non au maître, lequel voyait d'un mauvais œil le fait d'être mis en défaut par un disciple dont le savoir conduisait au dépassement de ses thèses ? La réception de la psychanalyse par les femmes est au départ marquée par leur adhésion totale aux thèses freudiennes. La question du féminin est rapidement posée sans être mise en relation avec celle du féminisme ; elle est incarnée par celles qui eurent à s'affranchir du discours normatif sur la féminité pour finalement laisser émerger l'intérêt primordial pour l'humain.

Ma réflexion s'inscrit à la suite d'historiens de la psychanalyse, Elisabeth Roudinesco qui avait le 13 octobre 1997 donné une conférence à l'université Columbia sur « les premières femmes psychanalystes », après John Forrester et Lisa Appignanesi avec leur *Freud's women*, paru à Londres en 1992, qui place la femme comme source d'inspiration et soutien de Freud, en évoquant les grandes figures probantes de sa famille, ses patientes et ses collaboratrices. Ma démarche se veut fidèle à une lecture historique du sujet mais le retour aux textes semble incontournable à seule fin d'une meilleure compréhension de la relation intrinsèque qui a pu relier chez ces femmes le vécu et l'écrit. Dans cette Mitteleuropa chère à Stefan Zweig avant qu'elle ne sombre dans le chaos, l'œuvre des premières analystes est une pierre d'angle dans la compréhension universelle du sujet souffrant. Leurs récits personnels (correspondances, journaux, carnets), leurs textes théoriques viennent attester de leur engagement progressif.

La psychanalyse est de source germanique et ce sont les femmes qui vont l'exporter. Elles en seront, malgré elles, des médiatrices qui sauront se mettre en danger. Le premier point commun qui donc les fédère est leur cosmopolitisme. Elles arrivent à la psychanalyse par le voyage et leur résistance aux codes enfermant la femme dans ses frontières les inscrit parmi les personnalités les plus audacieuses de l'histoire culturelle du XIX<sup>e</sup> siècle. Prenons pour exemple les trois fondatrices, Sabina Spielrein, Tatiana

Rosenthal et Lou Andreas-Salomé, toutes originaires de la Russie tsariste qu'elles n'hésiteront pas à quitter pour s'introduire dans les cercles d'idées européens.

### L'insoumission ou la quête intellectuelle de Sabina Spielrein et Tatiana Rosenthal

Sabina Spielrein (1885-1942) sur laquelle David Cronenberg a jeté un éclairage juste dans son film « A dangerous method », arrive en Europe pour être soignée en 1904, à la clinique du Burghölzli, où exerce un jeune médecin, récemment formé auprès de Pierre Janet à Paris : Carl Gustav Jung. Zurich où elle suit une analyse, Vienne où elle demande à Freud, en 1909, de la conseiller dans cette liaison tourmentée avec Jung, son amant analyste, sont les relais-étapes d'un cheminement personnel douloureux. Sabina Spielrein trouve dans la psychanalyse une issue professionnelle à son malaise personnel. Mais la relation transférentielle entretenue avec Jung est l'espace d'une quête profonde : guérir des symptômes hystériques et épanouir une réflexion analytique qu'elle sent poindre, tandis que Jung l'a choisie pour l'accompagner au cours des tests d'associations libres et du débat sur la schizophrénie avec Eugen Bleuler. Est-ce que la cure par l'amour a garanti la guérison de sa névrose, c'est possible. Toujours est-il que son impatience à être reconnue pour l'amour, voire la dévotion, qu'elle éprouvait pour son analyste, se transforme rapidement en un refus catégorique de se conformer aux règles du silence. En 1909, elle choisit Freud pour exercer une médiation distante, lequel conseille à la jeune femme de marquer son indépendance vis-à-vis de Jung qui après avoir été son thérapeute puis son amant, ne l'a pas pour autant valorisée ni comme femme ni comme analyste. Cette quête de reconnaissance trouve dans le travail – un doctorat en médecine puis la pratique de l'analyse – un réel accomplissement : son œuvre est empreinte de cet effort du sujet souffrant qui survit à l'épreuve. Le 8 novembre 1911, Sabina Spielrein confirme la légitimité de sa place dans le cercle freudien<sup>1</sup> lorsqu'elle prend la parole sur « la prétendue intemporalité de l'inconscient » et se fait remarquer favorablement par le père de la psychanalyse. Sa

72

---

<sup>1</sup> Avant Sabina Spielrein, Margarethe Hilferding (1871-1942) est la première femme élue au sein de l'Association psychanalytique de Vienne le 4 mai 1910 après plusieurs votes. Elle fut également la première femme à soutenir un doctorat en médecine à l'université de Vienne le 23 décembre 1903. Épouse du socialiste Rudolf Hilferding, elle défend la thèse d'une médecine placée au service des plus démunis. Cette conviction l'encourage à rejoindre le camp d'Alfred Adler et à pratiquer une psychanalyse plus « sociale ».



deuxième intervention le 15 novembre 1911, « De la mort et de la sexualité », est une étape marquante dans sa réflexion sur le lien entre pulsion sadique et pulsion de mort que la troisième, le 29 novembre, intitulée « La Transformation », étaye avec la même fermeté : la pulsion sexuelle, soit la pulsion de vie ou de création, contient un élément destructeur tout en étant promesse d'avenir. Un an plus tard, en 1912, paraît « La destruction comme cause du devenir », l'un des essais majeurs de Sabina Spielrein où elle explique que le fonds tragique de l'existence est bien le terreau où l'individu fait fructifier cette conscience de lui-même, comprise comme le résultat d'un équilibre : tout corps uni à un autre se retrouve déformé dans sa composante première, à la fois détruit et procréé, le féminin et le masculin, l'instinct de vie et celui de mort. Sa pensée est nouvelle et dérange : la « procréation » d'un élément par un autre pourrait laisser croire à l'emprise mutuelle des sujets ; or c'est dans la part négative de soi que surgit la force de vie ; ce que l'on pourrait croire soumis voire aboli s'avère être fructifié. Carl Gustav Jung, qui s'interrogera longtemps sur la nature de sa relation intime avec sa disciple, se rend à l'évidence et fait référence à cette réflexion avant-gardiste dans la seconde partie des « Métamorphoses et symboles de la libido » (1912), tandis que Freud la cite dans « Au-delà du principe de plaisir » (1920).

En 1912, Sabina Spielrein finit par épouser le médecin Pavel N. Scheftel avec lequel elle retournera s'installer en Russie. Ce sera aussi la destination de sa consœur, Tatiana Rosenthal (1885-1921), qui exercera dans « la maison expérimentale des enfants » de Moscou. Cette consœur russe est une comète dans le paysage psychanalytique. Docteur diplômée de l'université de Zurich en 1910, elle n'aura qu'un but : unir le freudisme et le marxisme, et nuancer le combat politique à l'aide de valeurs féministes. Soutien de famille, membre de l'Association psychanalytique de Vienne, exerçant à l'Institut de recherche pour la pathologie cérébrale, elle se spécialise auprès des enfants mentalement handicapés de la polyclinique. Proche des thèses d'Alfred Adler, pour qui la névrose aurait une origine organique, elle passera du goût de l'insoumission à son engagement dans la révolution russe de 1917. Ces femmes de l'exil ont trouvé dans le déplacement l'espace d'une affirmation d'elles-mêmes. Leur destinée n'a rien à voir avec celle de leur aînée, l'amie superbe de Freud, Lou Andreas-Salomé.

## L'insoumission ou la tranquille rébellion de Lou Andreas-Salomé

J'ignore totalement ce que représente au juste ce "nous" – quelque parti idéal ou philosophique probablement –, et pour ma part je ne connais que le "je". Je ne peux conformer ma vie à des modèles, ni ne pourrai jamais constituer un modèle pour qui que ce soit ; mais il est tout à fait certain en revanche que je dirigerai ma vie selon ce que je suis, advienne que pourra. Ce faisant, je ne défends aucun principe, mais quelque chose de bien plus merveilleux – quelque chose qui est en nous, qui brûle du feu de la vie, qui exulte et veut jaillir (ANDREAS-SALOMÉ, 1986, p. 78)<sup>2</sup>

Lou von Salomé (1861-1937) a dix-huit ans lorsqu'elle s'adresse en ces termes au pasteur Hendrik Gillot pour émettre le vœu de vivre sans chaperon à Berlin en 1885. Sa rencontre avec le philosophe Friedrich Nietzsche trois ans auparavant à Rome marque son parcours intellectuel d'une empreinte définitive : le nietzschéisme relance le débat sur l'anthropologie héritière des Lumières, sous l'impulsion du scepticisme et du pessimisme mis au service de valeurs nouvelles. L'être doué de raison devient capable d'élévation à un stade supérieur d'humanité. Mais il peut régresser aux stades primitifs inhérents à sa nature. En faisant de la connaissance et de la recherche de la vérité aussi le socle de sa pensée, Lou Andreas-Salomé marche sur les pas de son maître, se liant d'autant plus à cette *Lebensphilosophie* lorsque paraît en 1899 l'essai qui fera date : *L'humanité de la femme (Der Mensch als Weib)*. Le premier signe de son insoumission s'oriente autour de la thématique psychologisante. En la personne de Nietzsche, Lou von Salomé rencontre le maître de la dite "psychologie des profondeurs", celui dont l'œuvre n'est, d'après lui, que la confession de sa propre nature. Elle est celle d'un homme déjà affaibli par la maladie, la perte de la vue qui l'encourage à demander sa jeune amie en mariage afin de faire d'elle une associée et une disciple, tant leurs idées sont parentes : la perte de Dieu, l'éternel féminin, l'écriture au secours de l'homme souffrant. Cette dernière figure va devenir la préoccupation première de la jeune femme, et la conduire, en toute logique, sur les chemins de l'analyse. Car entre la psychologie des profondeurs et la psychologie de l'arrière-plan du conscient, que Freud

---

<sup>2</sup> *Dabei hab ich doch keine Ahnung, wer dies "wir" eigentlich wohl ist, – irgend eine ideale oder philosophische Partei wahrscheinlich, – aber ich selber weiß doch nur was von "ich". Ich kann weder Vorbildern nachleben, noch werde ich jemals ein Vorbild darstellen können für wen es auch sei, hingegen mein eignes Leben nach mir selber bilden, das werde ich ganz gewiss, mag es nun damit gehen wie es mag. Damit habe ich kein Prinzip zu vertreten, sondern etwas viel Wundervolleres, – etwas, das in Einem selber steckt und ganz heiß von lauter Leben ist und jauchzt und heraus will. (ANDRÉAS-SALOMÉ, 1974, p. 78)*

appellera finalement la psychanalyse, l'intérêt de Lou Andreas-Salomé pour les conflits intérieurs de la nature humaine fut d'abord philosophique : en 1894, elle vit à Berlin avec son mari, l'enseignant iraniste Friedrich Carl Andreas, et publie la première étude du "système Nietzsche", l'homme et sa pensée, intitulée *Friedrich Nietzsche à travers ses œuvres (Friedrich Nietzsche in seinen Werken)*. Sa thèse serait de présenter l'œuvre comme "une biographie de la douleur". Cette question trouve dans le lyrisme de Rainer Maria Rilke l'une de ses plus belles représentations.

Lou Andreas-Salomé rencontre le poète à Munich en 1897. Leur relation s'étend sur deux périodes. Du 12 mai 1897 au 26 février 1901, Lou Andreas-Salomé et Rainer Maria Rilke vivent l'apothéose de leur rencontre à la fois sensuelle et littéraire. Muse, mère et amante, Lou change le prénom de son ami ainsi que son écriture qu'elle demande moins arrondie, plus virile. Elle rejoint aussi ses préoccupations religieuses. À la question de la foi s'ajoute leur enthousiasme commun pour la Russie où ils se rendent en 1899 puis en 1900. Ces deux voyages affirment leur contemplation d'un pays sur le déclin dont ils veulent ignorer les élans révolutionnaires. Ils scellent de plus autant leur amour que leur rupture. Le dernier appel de Lou Andreas-Salomé sonne comme un glas le 26 février 1901 quand elle constate

de nouveau cette paralysie de la volonté, entrecoupée de sursauts nerveux qui déchiraient ton tissu organique en obéissant aveuglément à de simples suggestions [...]! de nouveau ces alternances de flottement profond et dehaussements de ton, d'affirmations brutales, sous l'empire du délire et non de la vérité! (ANDREAS-SALOMÉ ; RILKE, 1985, p. 50)<sup>3</sup>

Nietzsche avait mis la jeune Lou face au dilemme du créateur. Presque vingt ans plus tard, elle replace ce malaise au cœur même de l'émergence du discours analytique. Une autre terminologie s'impose : comment traduire la maladie autrement qu'en littérature ? Nulle question désormais de mélancolie ou d'états d'âme, on parle bientôt de malaise névrotique, de sublimation du malaise dans l'art. L'orientation de sa réflexion conduit Lou Andreas-Salomé sur les chemins de la psychanalyse. Sa marginalité fonde sa modernité, si bien qu'en tant que femme, elle participe à cette soif d'insoumission

---

<sup>3</sup> *Wieder den zugleich lahmen Willen neben jähren, nervösen Willenseruptionen, die Deinen organischen Zusammenhang durchrissen, haltlos Suggestionen gehorchten, [...]. Wieder die schwankende Ungewissheit zugleich mit den lauten Accenten und starken Worten und Beteuerungen, voll Wahn-Zwang, ohne Wahrheits-Zwang!* (ANDREAS-SALOMÉ; RILKE, 1990, p. 53-54)

de ses contemporaines, sans pour autant s'en réclamer. Lou Andreas-Salomé, dans le cadre de son activité de chroniqueuse littéraire pour les revues les plus en vogue de l'époque, à Munich, Berlin et Vienne, s'assure une indépendance financière, certes, et persiste à vouloir opérer d'autres approches possibles des failles de l'individu. Ce thème est le prisme à travers lequel la question de la femme est abordée. En 1892, la femme écrivain s'était déjà fait connaître en Allemagne et dans les pays scandinaves pour son analyse pointue des « Figures féminines dans le théâtre d'Henrik Ibsen » : Nora, Hedda Gabler et d'autres sont approchées comme les archétypes de la femme emprisonnée dans le carcan familial et jugée par un regard social sans concession, si toutefois elle veut prendre son envol. Aussi, lorsque Lou Andreas-Salomé rencontre Rainer Maria Rilke, elle obtient la confirmation d'être sur la voie de l'analyse où elle pressent qu'elle aura un rôle à jouer.

Lou Andreas-Salomé franchit le pas lorsque le 27 septembre 1912, elle formule elle-même sa demande à Freud : « Me consacrer dans tous les sens du mot à cette cause est l'unique but de mon séjour. » (ANDREAS-SALOMÉ ; FREUD, 1970, p. 11)<sup>4</sup>. Cette démarche relève de la vocation, tant elle semble répondre à un élan profond qui attendait son accomplissement. Sa présence au sein du cercle viennois va interroger les consciences : comment une femme de lettres, une "artiste", peut-elle avoir accès, avec cette apparente légèreté, à la cause psychanalytique à laquelle tous se consacrent avec endurance et assiduité ? Elle est pourtant déjà dotée d'une rigoureuse formation aux côtés de Karl Abraham et de Max Eitingon à Berlin. Elle arrive en gare de Vienne le 25 octobre 1912 pour se livrer jusqu'au printemps 1913 à l'apprentissage des thèses freudiennes au plus près des spécialistes. Une relation exceptionnelle se développe avec le fondateur et une activité soutenue émerge de cette amitié.

Vous m'avez manqué hier soir à la séance [...]. J'ai pris la mauvaise habitude de toujours adresser ma conférence à une certaine personne de mon cercle d'auditeurs et ne cessais, hier, de fixer comme fasciner la place vide que l'on vous avait réservée. (*id.*, p. 17)<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> *Mich dieser Sache weiter nach allen Seiten zu widmen, ist der einzige Zweck meines Aufenthalts dort.* (ANDREAS-SALOMÉ ; FREUD, 1980, p. 7)

<sup>5</sup> *Ich vermisste Sie gestern in der Vorlesung [...]. Ich habe die Unart angenommen, den Vortrag immer an eine bestimmte Person im Hörerkreis zu richten, und starrte gestern wie gebannt in die Sitzlücke, die man für Sie gelassen hatte.* (ANDREAS-SALOMÉ ; FREUD, 1980, p. 12)

Cet hommage rendu le 10 novembre 1912 n'intervient que deux semaines après l'entrée de Lou Andreas-Salomé dans le cénacle freudien. Son expérience de la psychanalyse est indéniablement liée à la personne du maître. Lou Andreas-Salomé ne démentira jamais celui en qui elle voit la "figure de père" qui adopte l'identité du scientifique – le fondateur – et celle de l'homme – le rationaliste engagé personnellement, l'ami qui était bien conscient d'avoir affaire à une future analyste d'un autre genre. Dès son retour chez elle à Göttingen, en 1913, elle met à l'épreuve de l'analyse sa réflexion à la fois fidèle et libérée, sa pratique aussi, tellement insoumise aux règles, que Freud n'hésitera pas à la rappeler à l'ordre sur la question de la durée et du paiement obligatoire des séances.

Analyste aux intuitions métaphysiques, Lou Andreas-Salomé reste dans l'histoire de la psychanalyse celle qui inspira son maître sur les thèses de la féminité et du narcissisme. Son œuvre théorique, encore méconnue, comporte deux essais, *Du type féminin* (1914) et *Le Narcissisme comme double direction* (1921), aux thèses fondamentales montrant la singularité de sa pensée et l'isolement auquel son auteure a longtemps été contrainte.

La femme est un être humain avant d'être le pendant de l'homme ou le sexe opposé qui lutte pour son égalité. Elle est *der Mensch als Weib* (1899), c'est-à-dire « l'être humain comme femme », déterminé par sa nature biologique. La société lui assigne un rôle secondaire mais elle est avide d'un savoir sur elle-même et sur son partenaire. Dans sa relation intime avec lui, elle est la mère-patrie vers laquelle le désir de son amant s'oriente : l'érotisme, la création artistique aussi, sont les points de rencontre de deux êtres soucieux de revenir aux sources de l'existence. Grâce à sa compagne de vie, ou sa partenaire d'idées, l'homme retourne vers son origine, tant son égarement est grand depuis la naissance. En effet, Lou Andreas-Salomé rappelle le contenu de la quête individuelle, fidèlement à la "philosophie de la vie" nietzschéenne : reconstituer le confort intra-utérin auquel la naissance met un terme lorsqu'elle laisse le petit être morcelé dans le désarroi et dans l'appréhension de l'univers avec lequel il formait, quelques minutes plus tôt, un tout. La totalité originelle, voilà le but de toute existence : la reconstituer en retrouvant ses attaches avec le monde environnant. C'est la fonction que Lou Andreas-Salomé assigne à l'inconscient tout en créant un paradoxe : revendiquer l'humanité de la femme répond à la question du genre comme entité morale, politique et culturelle. Être femme, c'est d'abord être cet humain qui retourne à

lui-même dans la quête d'une unité de paix et d'amour avec son partenaire. On ne peut faire abstraction du fait d'« être femme » pour mieux parler d'humanité ; il est un facteur de complétude, et non une priorité pour déterminer l'éventuelle existence d'une différence entre le masculin et le féminin. L'insoumission de Lou Andreas-Salomé n'eut pas l'envergure de celle que d'autres pionnières de la psychanalyse ont également défendue par leur mode de vie et de pensée. Dans cet esprit, il convient d'évoquer les figures marquantes du XX<sup>e</sup> siècle qui ont donné leur nom à un courant, comme Melanie Klein.

Au XIX<sup>e</sup> siècle, les balbutiements de l'insoumission ont fondé le débat sur la différence des sexes mais ces trois personnalités n'ont pas prédéterminé la question du clivage des genres. Pour devenir les « passeuses » du savoir psychanalytique, ces femmes ont agi aux dépens de leur réputation personnelle, faisant fi en apparence des appréciations, mais subissant obligatoirement les conséquences de cette dissidence au statut restreint qui leur revenait. Les thèses freudiennes et jungiennes attendaient un relais que Lou Andreas-Salomé et Sabina Spielrein en particulier ont commencé à réviser. Dans chaque cas analysé, elles ont entendu le récit d'une vie, un "roman vécu", certainement celui d'un homme en souffrance qui résiste à lui-même sur le chemin de la guérison.

78

## Conclusion

Alors que les femmes en Europe se sont regroupées pour que la condition féminine soit un sujet d'actualité et de combat, les pionnières de la psychanalyse sont venues, seules, sur la scène de l'introspection et non de la collectivité. Face aux sujets subversifs qui mettaient Freud au ban de la société scientifique -- les théories de la femme, de la sexualité et de l'inconscient--, il est étonnant de voir avec quel naturel ces femmes ont assimilé des concepts encore en friche et les ont retravaillés. D'être des femmes, elles ont payé cher leur liberté ; d'être des analystes, toutes ont subi les épreuves qu'a entraînées le regard social du fait de leur marginalité. Pour être acceptées dans un milieu masculin, elles ont approché une thématique plus spécifiquement féminine mais ont largement contribué à la compréhension de l'humain. Elles l'approchèrent avec une sensibilité nouvelle. Dans ce sens, elles ont fait acte de résistance en affirmant une « vocation au féminin ». Elles furent les architectes de cette

révolution que fut la psychanalyse et les figures majeures de l'avancée de ses théories. Toutes se sont engagées au service de la parole psychanalytique en gardant le sens aigu de leur liberté de femme.



## RÉFÉRENCES

ANDREAS-SALOMÉ Lou. **Lebensrückblick** : Grundriss einiger Erinnerungen (1931-). Édition d'Ernst Pfeiffer. Frankfurt/Main : Insel, 1974 (1951).

\_\_\_\_\_. **Ma vie** : esquisse de quelques souvenirs. Traduction de Dominique Miermont et Brigitte Vergne. Paris : PUF, 1986 (1977).

ANDREAS-SALOMÉ, Lou; FREUD, Sigmund. **Briefwechsel**. Édition d'Ernst Pfeiffer, Frankfurt/Main : S. Fischer, 1980 (1966) ;

\_\_\_\_\_. **Correspondance avec Sigmund Freud** – suivie du Journal d'une année (1912-1913). Traduction de Lily Jumel. Paris : Gallimard, 1970.

ANDREAS-SALOMÉ, Lou ; RILKE, Rainer Maria. **Briefwechsel**. Édition d'Ernst Pfeiffer. Francfort/Main : Insel, 1990 (1952).

\_\_\_\_\_. **Correspondance**. Traduction de Philippe Jaccottet. Paris : Gallimard, 1985 (1980).

CAROTENUTO, Aldo. **Sabina Spielrein** : Entre Freud et Jung. Édition de Michel Guibal et Jacques Nobécourt ; traduction de Mathilde Armand, Marc B. de Launay et Pierre Rusch, Paris : Gallimard, 2004 (1981).

FROIDEVAUX-METTERIE, Camille. **La révolution au féminin**. Paris : Gallimard, 2014.

MONS, Isabelle. **Lou Andreas-Salomé**. : en toute liberté. Paris : Perrin, 2012.

\_\_\_\_\_. **Femmes de l'âme** : les pionnières de la psychanalyse, Paris : Payot, 2015.

TODOROV, Tzvetan. **Insoumis**. Paris : Robert Laffont ; Versilio, 2015.



Isabelle Mons

**A resistência das primeiras  
mulheres psicanalistas:  
um pensamento da insubmissão**

## Resumo

As mulheres também fizeram psicanálise. Vindas de toda a Europa, elas seguiram um destino audacioso, e normalmente trágico, ao se introduzir no coração do círculo freudiano em seu início, contribuindo para o desenvolvimento dos debates; Sem sua insubmissão ao papel atribuído às mulheres do século XIX, Sabina Spielrein, Tatiana Rosenthal e Lou Andreas-Salomé – três irmãs intelectuais vindas da Rússia –, sem dúvida, não teriam conseguido enfrentar o desafio de ficar na memória coletiva como as pioneiras de uma reflexão nova sobre o ser neurótico. Decorrente de sua libertação dos códigos morais e sociais, o pensamento de insubmissão delas prova que a dissidência é a fonte da genialidade.

**Palavras-chave:** mulheres psicanalistas; Lou Andreas-Salomé; Sabina Spielrein; Tatiana Rosenthal; Tzvetan Todorov

## Résumé

Les femmes aussi ont fait la psychanalyse. Venues de toute l'Europe, elles ont suivi un destin audacieux, souvent tragique, s'introduisant au cœur du cercle freudien à ses débuts, en contribuant au développement des débats. Sans leur insoumission au rôle dévolu aux femmes du XIX e siècle, Sabina Spielrein, Tatiana Rosenthal, Lou Andreas-Salomé, trois sœurs intellectuelles venues de Russie, n'auraient sans doute pas réussi à relever le défi de rester dans la mémoire collective comme les pionnières d'une réflexion nouvelle sur l'être névrotique. Issue de leur affranchissement des codes moraux et sociaux, leur pensée de l'insoumission prouve que la dissidence est la source du génie.

**Mots-clés :** Femmes psychanalystes ; Lou Andreas-Salomé ; Sabina Spielrein ; Tatiana Rosenthal ; Tzvetan Todorov

O\* século XIX europeu abrange as revoltas daquelas que, muitas vezes mantidas em prisão domiciliar, ocupavam as funções de dona de casa, de esposa e mãe, devendo, aos olhos do julgo coletivo, resumir-se a isso. Camille Froidevaux-Metterie aponta que, nessa época, é "a *virtude* que faz das mulheres indivíduos de segunda classe, caracterizando um temperamento delicado e uma certa fragilidade" (FROIDEVAUX-METTERIE, 2014, p. 69). No entanto, vozes discordantes se elevam e uma força cresce entre as mulheres em luta. Elas conquistaram mais liberdade ao se interrogar sobre a finalidade de seu "ser mulher". Escrever sobre aquelas que desenvolveram a psicanálise, visa mostrar a maneira com que a segunda metade do século XIX abre espaço para seres que ainda são minorias. No entanto, desde as décadas de 1870-1880, na Alemanha e na Inglaterra, as mulheres se reúnem em associações com o intuito de fazer-se ouvir.

Os países de língua germânica, a Áustria evidentemente, mas a Alemanha e também a Suíça, verão nascer o que ninguém admitia ser uma nova ciência: a psicanálise. Desde seu surgimento, até sua exportação para o centro da Europa e para além do Atlântico, no Brasil, por exemplo, com Juliano Moreira, assim como de leste a oeste, além das planícies Russas, a análise do sofrimento psíquico se tornará, pouco a pouco, um novo desafio e as mulheres assumirão um papel vanguardista. Como se deu a integração no cerne de uma congregação de homens essencialmente voltada para uma problemática masculina? Foi preciso, mais do que coragem, a audácia de conquistar um lugar na cena dos debates, muito frequentemente às custas de suas trajetórias pessoais, predeterminadas a serem uniformes. Se existia algum conforto em suas vidas, o mesmo foi questionado pelo desejo de compreensão do mal-estar psíquico, temática nova quando a mulher e a criança tornam-se ponto central. Seus textos são a expressão mais reveladora da insubmissão à sua condição de mulher. Ela é, segundo o filósofo Tzvetan Todorov (2015), uma contrarreação à opressão, ao mesmo tempo uma resistência e uma afirmação, que visam a revalorização da moral a serviço da verdade. Trata-se de obedecer resistindo, o que torna a insubmissão dessas pioneiras um ato de engajamento excepcional. Para a primeira geração, nascida entre 1860 e 1885, a insubmissão está ligada ao modo de vida, à maneira de conceituar suas próprias experiências.

---

\* Isabelle Mons – Professora de literatura na Université Paris 13.

Ser uma mulher significava resistir aos códigos sociais e morais; ser uma analista significava ouvir as preocupações dos parceiros masculinos que ignoravam a reorientação que uma mulher poderia dar às teses freudianas. Às suas próprias custas, as pioneiras forjaram o cenário do feminismo do século XX e o fizeram conscientes do combate que travavam por valores mais justos. Mas teriam elas apenas consciência da proporção de sua participação na defesa da causa feminista? Será que responderam a uma *Weltanschauung* comum que teria originado sua modernidade enquanto mulher?

A insubmissão é, antes de tudo, a expressão de uma busca afetiva e intelectual. A questão é saber se a mesma é uma condição preparatória do terreno para a criação que, sob tal perspectiva, se tornaria uma forma de resistência ao domínio do masculino sobre o feminino, assim como uma reação à solidão imposta pela conquista da independência, necessariamente subversiva para seus parceiros de ideias.

### A insubmissão das mulheres a serviço do humano

Evocar as insubmissas na psicanálise evidencia que, também nesse domínio, existe uma hierarquia de saberes e que as pioneiras, tidas como subordinadas, desobedeceram à ordem legal. Ora, é necessário lembrar que o pai da psicanálise tolerava mal a dissidência em meio ao grupo de analistas. Nesse sentido, fundou, em 1902, a Sociedade psicológica das quartas-feiras, em que qualquer membro deveria jurar fidelidade à psicanálise freudiana. Primeiro círculo da história do freudismo, essa sociedade reunia à mesa de Freud, entre outros, Alfred Adler, Wilhelm Stekel, Otto Rank, Isidor Sadger. Até 1907, vinte e dois membros ativos consagravam cada quarta-feira a um debate dirigido por Freud e conduzido por um orador designado através de sorteio. A discussão tinha início após sua conferência. Graças ao relatório detalhado das sessões conduzidas por Otto Rank desde 1906, as "Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena" são um documento inigualável no sentido de compreender a maneira com que o movimento se consolidou, assim como as etapas que levaram a Grã-Bretanha, a Hungria e a Alemanha a acolher essa nova ciência, antes dos Estados Unidos. Entre 1902 e 1938, quarenta e três mulheres, contra cento e sete homens, foram então eleitas membros ordinários e extraordinários. As primeiras psicanalistas exerciam essencialmente a clínica, talvez para que não representassem oposição aos homens mais solidamente reputados por suas teorias. Sua entrada no círculo psicanalítico é contemporânea ao

acesso aos estudos e responde à preocupação com a emancipação. Assim como o afastamento de Alfred Adler em 1911 e, em seguida, de Carl Gustav Jung, em 1913, marcou o movimento com uma onda de hostilidade, em que os discípulos, ou mesmo "filhos" espirituais, passaram a se destacar por sua dissidência, as colegas de Freud eram conhecidas por sua presença inicialmente discreta, que deveria, por vezes, transformar-se em desobediência. Como dizer não ao mestre que não via com bons olhos o fato de ser confrontado por um discípulo cujo saber conduzia à superação de suas teses? A recepção da psicanálise pelas mulheres é inicialmente marcada pela adesão total às teses freudianas. A questão do feminino é rapidamente levantada sem que a mesma seja relacionada ao feminismo; ela é incorporada por aquelas que tiveram que se libertar do discurso normativo sobre a feminilidade para finalmente deixar emergir o interesse primordial pelo humano.

Minha reflexão se dá a partir do trabalho de historiadores da psicanálise, Elisabeth Roudinesco que, no dia 13 de outubro de 1997, deu uma conferência na Universidade de Columbia sobre "as primeiras mulheres psicanalistas", depois de John Forrester e Lisa Appignanese, com *Freud's women*, lançada em Londres em 1992, que coloca a mulher como fonte de inspiração e apoio para Freud, evocando as grandes figuras significativas de sua família, suas pacientes e colaboradoras. Minha abordagem pretende ser fiel a uma leitura histórica do assunto, mas o retorno aos textos parece inevitável, a fim de compreender melhor a relação intrínseca que conseguiu reconectar, nessas mulheres, o vivido e o escrito. Nessa Mitteleuropa, tão apreciada por Stefan Zweig, antes de ser dominada pelo caos, a obra dos primeiros analistas é um alicerce importante para a compreensão universal do sujeito em sofrimento. Seus relatos pessoais (correspondências, diários, cadernos) e seus textos teóricos atestam esse engajamento progressivo.

A psicanálise é de origem germânica e são as mulheres que vão exportá-la. Elas serão, apesar de tudo, mediadoras que saberão assumir riscos. O primeiro ponto em comum, portanto agregador, é de característica cosmopolita. Elas entram na psicanálise através de um deslocamento e a resistência aos códigos que encerram a mulher em suas fronteiras inserem-nas entre as personalidades mais audaciosas da história cultural do século XIX. Tomaremos como exemplo três fundadoras: Sabina Spielrein, Tatiana Rosenthal e Lou Andreas-Salomé, que não hesitaram em deixar a Rússia czarista, seu país de origem, para introduzir-se em meio ao círculo de ideias europeias.

## A insubmissão ou a busca intelectual de Sabina Spielrein e Tatiana Rosenthal

Sabina Spielrein (1885-1942), a quem David Cronenberg justificadamente dá destaque em seu filme "A Dangerous Method", chega na Europa em 1904, para receber tratamento na clínica Burghölzli, onde trabalhava um jovem médico, recentemente formado junto a Pierre Janet, em Paris: Carl Gustav Jung. Zurique, onde faz análise, e Viena, onde pede a Freud, em 1909, para aconselhá-la sobre sua ligação conflituosa com Jung, seu amante analista, são etapas de um caminho pessoal doloroso. Sabina Spielrein encontra na psicanálise uma saída profissional para um mal-estar pessoal. Mas a relação transferencial mantida com Jung é terreno de uma busca profunda: curar os sintomas histéricos e desenvolver uma reflexão analítica que ela sente despontar, enquanto Jung a escolheu para acompanhá-lo ao longo dos testes de associação livre e do debate sobre a esquizofrenia com Eugen Bleuler. É possível que a cura através do amor tenha garantido sua recuperação da neurose. Certamente, sua impaciência em ser reconhecida pelo amor, até mesmo devoção, que sentia por seu analista, transforma-se rapidamente em uma recusa categórica em se conformar às regras do silêncio. Em 1909, escolhe Freud como mediador distante, que aconselha a jovem mulher a estabelecer sua independência em relação a Jung que, após ter sido seu terapeuta e, em seguida, seu amante, não a valorizou enquanto mulher, nem enquanto analista. Essa busca por reconhecimento encontra no trabalho – um doutorado em medicina e, em seguida, na prática da psicanálise - realização concreta: sua obra é marcada pelo esforço do sujeito em sofrimento que sobrevive à provação. No dia 8 de novembro de 1911, Sabina Spielrein confirma a legitimidade de seu lugar em meio ao círculo freudiano<sup>1</sup>, ao falar sobre "a pretensa atemporalidade do inconsciente" e é favoravelmente destacada pelo pai da psicanálise. Sua segunda intervenção, no dia 15 de novembro de 1911, "Sobre a morte e a sexualidade", é uma etapa marcante em relação a sua reflexão sobre a relação entre a pulsão sádica e a pulsão de morte, que a

---

<sup>1</sup> Antes de Sabina Spielrein, Margarethe Hilferding (1871-1942) foi a primeira mulher eleita para a Sociedade Psicanalítica de Viena, no dia 4 de maio de 1910, com muitos votos. Ela também foi a primeira mulher a defender um doutorado em medicina, na Universidade de Viena, no dia 23 de dezembro de 1903. Esposa do socialista Rudolf Hilferding, ela defende a tese de uma medicina a serviço dos menos favorecidos. Essa convicção a encorajou a vincular-se ao campo de Alfred Adler e a praticar uma psicanálise mais "social".

terceira, intitulada "A Transformação", corrobora com a mesma convicção: a pulsão sexual, seja a pulsão de vida ou de criação, contém um elemento destrutivo concomitante à promessa de futuro. Um ano mais tarde, em 1912, é publicado "A Destruição como Causa do Devir", um dos mais importantes ensaios de Sabina Spielrein, em que explica que o fundo trágico da existência é realmente o terreno onde o indivíduo crucifica a consciência de si mesmo, entendida como o resultado de um equilíbrio: todo corpo unido a outro se descobre deformado em sua composição primeira, ao mesmo tempo destruído e procriado, o feminino e o masculino, o instinto de vida e de morte. Seu pensamento é novo e incomoda: a "procriação" de um elemento por outro poderia fazer crer no domínio mútuo de sujeitos; ora, é em meio à parte negativa de si que surge a força vital; aquilo que poderíamos acreditar estar subjugado, até mesmo abolido, revela-se frutificante. Carl Gustav Jung, que se questionou muito tempo sobre a natureza da relação íntima com sua discípula, rende-se à evidência e faz referência a essa reflexão vanguardista, na segunda parte de "Metamorfoses e Símbolos da Libido" (1912), enquanto Freud cita-a em "Além do Princípio do Prazer" (1920).

Em 1912, Sabina Spielrein casa-se com o médico Pavel N. Scheftel, com quem voltará a se instalar na Rússia, mesmo destino de sua colega Tatiana Rosenthal (1885-1921), que trabalhará no "lar experimental para crianças" de Moscou. Essa colega russa passa como um cometa na paisagem psicanalítica. Doutora diplomada pela Universidade de Zurique em 1910, ela terá apenas um objetivo: unir o freudismo e o marxismo e matizar o debate político apoiada em valores feministas. Provedora da família, membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, trabalhando no Instituto de pesquisa de patologia cerebral, especializou-se junto às crianças com deficiência mental da policlínica. Intima das teses de Alfred Adler, para quem a neurose teria uma origem orgânica, ela passará do interesse pela insubmissão ao engajamento na revolução russa, em 1917. Essas mulheres do exílio encontraram no deslocamento o lugar de afirmação de si mesmas. Seus destinos não se parecem em nada com o de sua antecessora, grande amiga de Freud, Lou Andreas-Salomé.

**A insubmissão ou a tranquila rebelião de Lou Andreas-Salomé**

Ignoro totalmente o que representa exatamente esse 'nós' - de certa forma, e provavelmente, ideal ou filosófico - e de minha parte, conheço apenas o 'eu'. Não posso conformar minha vida a modelos, nem poderia jamais constituir um modelo para quem quer que seja; no entanto, é certo que conduzirei minha vida de acordo com o que sou, seja como for. Desse modo, não defendo princípio algum, mas algo muito mais maravilhoso: algo que está em nós, que queima com o fogo da vida, que exulta e necessita jorrar" (ANDREAS-SALOMÉ, 1986, p. 78).<sup>2</sup>

Lou von Salomé (1861- 1937) tinha dezoito anos quando se dirigiu nesses termos ao pastor Hendrik Gillot, pelo desejo de viver sem uma dama de companhia, em Berlin, 1885. Seu encontro com o filósofo Friedrich Nietzsche, três anos antes, em Roma, marca definitivamente seu percurso: o nietzschianismo relança o debate sobre a antropologia herdada do iluminismo, sob a influência do ceticismo e do pessimismo colocados a serviço de novos valores. O ser dotado de razão torna-se capaz de elevar-se a um estado superior de humanidade. Mas ele pode regredir a estados primitivos inerentes à sua natureza. Fazendo do conhecimento, assim como da busca pela verdade, a base de seu pensamento, Lou Andreas-Salomé segue os passos de seu mestre, vinculando-se ainda mais à *Lebensphilosophie*, com a publicação do ensaio que será um marco: "A Humanidade da Mulher" ("Der Mensch als Weib"). O primeiro sinal de sua insubmissão gira em torno da temática psicologizante. Na pessoa de Nietzsche, Lou von Salomé encontra o mestre da chamada "psicologia das profundezas", cuja obra é apenas, segundo o mesmo, a confissão de sua própria natureza. É a obra de um homem já enfraquecido pela doença, que a perda da visão encoraja a pedir a jovem amiga em casamento, a fim de transformá-la em sócia e discípula, tal a similaridade de seus pensamentos: a perda de Deus, o eterno feminino, a escrita enquanto auxílio para o ser em sofrimento. Essa última questão se tornará a principal preocupação da jovem mulher e, logicamente, a conduzirá através dos caminhos da psicanálise. Entre a psicologia das profundezas e a psicologia do segundo plano do consciente, que Freud chamará em fim de psicanálise, o interesse de Lou Andreas-Salomé pelos conflitos interiores da natureza humana foi, em primeiro lugar, filosófico: em 1894, foi a Berlin

---

<sup>2</sup> *Dabei hab ich doch keine Ahnung, wer dies "wir" eigentlich wohl ist, irgend eine ideale oder philosophische Partei wahrscheinlich, aber ich selber weiß doch nur was von "ich". Ich kann weder Vorbildern nachleben, noch werde ich jemals ein Vorbild darstellen können für wen es auch sei, hingegen mein eignes Leben nach mir selber bilden, das werde ich ganz gewiss, mag es nun damit gehen wie es mag. Damit habe ich kein Prinzip zu vertreten, sondern etwas viel Wundervolleres, etwas, das in Einem selber steckt und ganz heiß von lauter Leben ist und jauchzt und heraus will. (ANDREAS-SALOMÉ, 1974, p. 78)*



com o marido, o professor de estudos sobre o Iran, Friedrich Carl Andreas, e publicou o primeiro estudo do "sistema Nietzsche", o homem e seu pensamento, intitulado "Friedrich Nietzsche através de suas obras". Sua tese apresentaria a obra como "biografia da dor". Essa questão encontra uma de suas mais belas representações no lirismo de Rainer Maria Rilke.

Lou Andreas-Salomé encontra o poeta em Munique, em 1897. A relação entre eles se estreita em dois períodos. Entre o dia 12 de maio de 1897 e o dia 26 de fevereiro de 1901, Lou Andreas-Salomé e Rainer Maria Rilke vivem a apoteose desse encontro, ao mesmo tempo sensual e literário. Musa, mãe e amante, Lou muda o nome do amigo assim como sua escrita, pedindo que a torne menos redonda e mais viril. Ela também partilha suas preocupações religiosas. À questão da fé, une-se o entusiasmo comum pela Rússia, que visitam em 1899 e em 1900. As duas viagens demonstram a contemplação de um país em declínio, cujos ímpetos revolucionários ambos querem ignorar. Selam acima de tudo amor entre eles e não a ruptura. O último contato de Lou Andreas-Salomé soou como um agouro, no dia 26 de fevereiro de 1901, quando constata

novamente essa paralisia da vontade, entrecortada por sobressaltos nervosos que rasgam o teu tecido orgânico ao obedecer cegamente às mais simples sugestões [...]! Mais uma vez, essas alternâncias de flutuação profunda e de aumentos de tom, de afirmações brutais, sobre o império do delírio e não da verdade! (ANDREAS-SALOMÉ; RILKE, 1985, p. 50)<sup>3</sup>

Nietzsche colocou a jovem Lou ante ao dilema do criador. Quase vinte anos depois, ela desloca esse mal-estar para o âmago do surgimento do discurso psicanalítico. Uma outra terminologia se faz necessária: como traduzir a doença de outra maneira que não a literária? Não se trata absolutamente de uma questão de melancolia ou de estado de espírito, logo estaremos falando da neurose, da sublimação do mal-estar através da arte. Essa reflexão conduz Lou Andreas-Salomé através dos caminhos da psicanálise. Sua marginalidade dá forma a sua modernidade, tanto que, sendo uma mulher, partilha da sede de insubmissão de suas contemporâneas sem, no entanto, reivindicá-la. Lou Andreas-Salomé, através do trabalho como cronista literária

---

<sup>3</sup> Wieder den zugleich lahmen Willen neben jähem, nervösen Willenseruptionen, die Deinen organischen Zusammenhang durchrissen, haltlos Suggestionen gehorchten, [...]. Wieder die schwankende Ungewissheit zugleich mit den lauten Accenten und starken Worten und Beteuerungen, voll Wahn-Zwang, ohne Wahrheits-Zwang! (ANDREAS-SALOMÉ; RILKE, 1990, p. 53-54)

para as revistas mais em voga da Europa, em Munique, Berlin e Viena, assegura sua independência financeira e insiste em querer operar outras maneiras possíveis de abordar as falhas do indivíduo. Esse tema constitui o prisma através do qual a questão da mulher é abordada. Em 1892, a mulher escritora já era conhecida, na Alemanha e nos países escandinavos, por sua análise contundente das "Figuras Femininas no Teatro de Henrik Ibsen": Nora, Hedda Gabler e outras, são analisadas enquanto arquétipos da mulher aprisionada pelo espartilho familiar e colocadas sob o julgo de um olhar social implacável, caso queiram alçar voo. Logo, ao encontrar Rainer Maria Rilke, Lou Andreas-Salomé obtém a confirmação de estar trilhando os caminhos de uma análise em que terá um papel importante a cumprir.

Lou Andreas-Salomé vai além quando, no dia 27 de outubro de 1912, envia sua solicitação a Freud: "Consagrar-me, em todos os sentidos da palavra, a esta causa é o objetivo único de minha estadia" (ANDREAS-SALOMÉ; FREUD, 1970, p. 11) <sup>4</sup>. Essa iniciativa revela sua vocação, em que parece responder a um impulso profundo que ainda espera por sua concretização. Sua presença em meio ao círculo vienense será questionada: como uma mulher das letras, uma "artista", pode ter acesso, de maneira aparentemente tão frívola, à causa psicanalítica, a que todos se consagram com afincos e assiduidade? No entanto, já havia passado por uma formação rigorosa junto a Karl Abraham e Max Eitingon, em Berlin. Chega à estação de Viena, no dia 25 de outubro de 1912, para dedicar-se, até a primavera de 1913, ao estudo das teses freudianas junto aos melhores especialistas. Desenvolve uma relação com o fundador e uma atividade sólida emerge dessa amizade.

"Senti sua falta na sessão de ontem [...]. Adquiri o mal habito de sempre direcionar minha conferência a uma pessoa determinada da plateia e ontem, não pude evitar fixar meu olhar, como que fascinado, no lugar vazio que lhe havia sido reservado" (*id.*, p. 17)<sup>5</sup>. A homenagem feita no dia 10 de novembro de 1912 se deu apenas duas semanas após a entrada de Lou Andreas-Salomé para o cenáculo freudiano. Sua experiência com a psicanálise está inegavelmente vinculada à pessoa do mestre. Lou Andreas-Salomé não refutará jamais aquele que representa a "figura do pai" que adota a identidade do

---

<sup>4</sup> Mich dieser Sache weiter nach allen Seiten zu widmen, ist der einzige Zweck meines Aufenthalts dort. (ANDREAS-SALOMÉ; FREUD, 1980, p. 7)

<sup>5</sup> Ich vermisste Sie gestern in der Vorlesung [...]. Ich habe die Unart angenommen, den Vortrag immer an eine bestimmte Person im Hörerkreis zu richten, und starrte gestern wie gebannt in die Sitzlücke, die man für Sie gelassen hatte. (ANDREAS-SALOMÉ; FREUD, 1980, p. 12)

cientista – do fundador – e do homem – o racionalista engajado de maneira pessoal, o amigo que estava bastante consciente de estar diante de uma futura analista de outro gênero. Logo após voltar para casa, em Göttingen, em 1913, submete sua reflexão, ao mesmo tempo fiel e livre, e também sua prática, tão insubmissa às regras que fará com que Freud imponha disciplina quanto à duração e o pagamento obrigatório das sessões, à prática da análise.

Analista com intuições metafísicas, Lou Andreas-Salomé fica para a história da psicanálise como aquela que inspirou o mestre em suas teses sobre a feminilidade e o racismo. Sua obra teórica, ainda pouco conhecida, composta de dois ensaios, "Sobre o tipo feminino", e "O Narcisismo como via dupla" (1921), traz teses fundamentais que mostram a singularidade de seu pensamento e o longo isolamento imposto à autora.

A mulher é um ser humano antes de ser o semelhante ou o sexo oposto que luta por igualdade. Ela é *der Mensch als Weib* (1899), ou seja, "o ser humano como mulher", determinado por sua natureza biológica. A sociedade designa-lhe um papel secundário, mas ela é ávida de um saber sobre si mesma e sobre seu parceiro. Na relação íntima com ele, é a mãe pátria para onde o desejo de seu amante se dirige: o erotismo, assim como a criação artística, são pontos de convergência entre dois seres preocupados em retornar às fontes da existência. Graças a sua companheira de vida, ou sua parceira de ideias, o homem retorna à sua origem, tão grande é seu engajamento desde o nascimento. De fato, Lou Andreas-Salomé evoca o conteúdo da busca individual de maneira fiel à "filosofia de vida" nietzschiana: reconstituir o conforto intrauterino a que o nascimento põe fim, ao fragmentar o pequeno ser em meio ao desespero e o medo do universo com que formava, alguns minutos antes, um todo. A totalidade original, eis o objetivo de toda existência: reconstitui-la através da descoberta de seus elos com o mundo que nos cerca. Ao designar tal função ao inconsciente, Lou Andreas-Salomé cria um paradoxo: reivindicar a humanidade da mulher responde à questão do gênero enquanto entidade moral, política e cultural. Ser mulher significa, antes de tudo, ser esse humano que retorna a si mesmo em busca de uma unidade de paz e amor com seu parceiro. Para falar melhor de humanidade, é impossível abstrair o "ser mulher"; este é um fator de completude e não um fator prioritário para determinar a eventual existência de uma diferença entre o masculino e o feminino. A insubmissão de Lou Andreas-Salomé não teve a mesma envergadura que a de outras pioneiras da psicanálise, que lutaram através de seu modo de viver e de pensar. Neste sentido, é

preciso evocar figuras marcantes do século XX que deram seus nomes a uma corrente, como Melanie Klein.

Durante o século XIX, os primeiros passos de insubmissão fundaram o debate sobre a diferença entre os sexos, mas essas três personalidades não predeterminaram a questão do fosso entre gêneros. Para tornarem-se "transmissoras" do saber psicanalítico, essas mulheres agiram às custas de sua reputação pessoal, aparentemente desdenhando das apreciações, mas obrigatoriamente sofrendo as consequências dessa dissidência do lugar restrito a elas designado. As teses freudianas e junguianas deixaram um legado que Lou Andreas-Salomé e Sabina Spielrein, em particular, começaram a revisar. Em cada caso analisado, escutaram o relato de uma vida, um "romance vivido", certamente de um homem em sofrimento que resiste a si mesmo a caminho da cura.

## Conclusão

Enquanto as mulheres, na Europa, se reuniram para que a condição feminina se tornasse um assunto da atualidade e de combate, as pioneiras da psicanálise entraram, sozinhas, na cena da introspecção e não da coletividade. Diante de assuntos subversivos que distanciavam Freud da sociedade científica - as teorias sobre a mulher, a sexualidade e o inconsciente - é impressionante observar com que naturalidade essas mulheres assimilaram conceitos ainda inexplorados, modelando-os. Como mulheres, pagaram caro pela liberdade; como analistas, passaram por todas as provas e despertaram o olhar social para o fato de sua marginalidade. Para serem aceitas em um meio masculino, abordaram uma temática especificamente feminina, mas contribuíram amplamente para a compreensão do humano. Elas tinham uma sensibilidade nova em sua abordagem. Em certo sentido, fizeram resistência ao afirmar uma "vocação para o feminino". Foram as arquitetas dessa revolução que foi a psicanálise e as principais figuras do avanço de suas teorias. Todas se engajaram a serviço da palavra psicanalítica, sempre mantendo um sentido profundo de liberdade e de mulher.



Tradução  
Clara Cerqueira Fernandes  
Master en Traduction Littéraire et Édition Critique – Université Lyon 2

## REFERÊNCIAS

- ANDREAS-SALOMÉ Lou. **Lebensrückblick** : Grundriss einiger Erinnerungen (1931-). Édition d'Ernst Pfeiffer. Frankfurt/Main : Insel, 1974 (1951).  
\_\_\_\_\_. **Ma vie** : esquisse de quelques souvenirs. Traduction de Dominique Miermont et Brigitte Vergne. Paris : PUF, 1986 (1977).
- ANDREAS-SALOMÉ, Lou; FREUD, Sigmund. **Briefwechsel**. Édition d'Ernst Pfeiffer, Frankfurt/Main : S. Fischer, 1980 (1966) ;  
\_\_\_\_\_. **Correspondance avec Sigmund Freud** – suivie du Journal d'une année (1912-1913). Traduction de Lily Jumel. Paris : Gallimard, 1970.
- ANDREAS-SALOMÉ, Lou ; RILKE, Rainer Maria. **Briefwechsel**. Édition d'Ernst Pfeiffer. Francfort/Main : Insel, 1990 (1952).  
\_\_\_\_\_. **Correspondance**. Traduction de Philippe Jaccottet. Paris : Gallimard, 1985 (1980).
- CAROTENUTO, Aldo. **Sabina Spielrein** : Entre Freud et Jung. Édition de Michel Guibal et Jacques Nobécourt ; traduction de Mathilde Armand, Marc B. de Launay et Pierre Rusch, Paris : Gallimard, 2004 (1981).
- FROIDEVAUX-METTERIE, Camille. **La révolution au féminin**. Paris : Gallimard, 2014.
- MONS, Isabelle. **Lou Andreas-Salomé**. : en toute liberté. Paris : Perrin, 2012.  
\_\_\_\_\_. **Femmes de l'âme** : les pionnières de la psychanalyse, Paris : Payot, 2015.
- TODOROV, Tzvetan. **Insoumis**. Paris : Robert Laffont ; Versilio, 2015.

Constância Lima Duarte

**Imprensa feminina e feminista  
no Brasil: nos primórdios da  
emancipação**

## Resumo

O artigo apresenta, ainda que sucintamente, resultados e reflexões de uma investigação que realizei acerca da história intelectual das mulheres e do movimento feminista brasileiro que se encontram no livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX* – dicionário ilustrado (2016). Como os jornais foram os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, encontram-se neles valiosas informações acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas e da conscientização feminina, bem como sobre os avanços e recuos da política educacional e a formação do novo público leitor. Ao se posicionarem ideologicamente, os jornais refletiram a dicotomia vigente, ora reiterando a fragilidade e a especificidade dos papéis sociais destinados à mulher, ora se empenhando em acompanhar a transformação dos tempos. A emancipação intelectual, política e social da brasileira ficou, assim, à mercê de forças contraditórias que, ao mesmo tempo em que a impulsionavam para frente, a queriam estacionada na ignorância e na dependência.

**Palavras-chave:** história intelectual da mulher; periódicos femininos e feministas; século XIX

## Résumé

Cet article présente, quoique brièvement, des résultats et des réflexions sur une recherche que j'ai faite à propos de l'histoire intellectuelle des femmes et du mouvement féministe brésilien et qui sont publiés dans le livre *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX* – dicionário ilustrado (2016). Comme les journaux ont été les premiers et les principaux véhicules de la production féminine, on y trouve des précieuses informations sur la tradition littéraire des femmes, la professionnalisation des premières journalistes et la conscience féminine, ainsi que les progrès et les retraites de la politique de l'éducation et de la formation d'un nouveau lectorat. En se positionnant idéologiquement, les journaux reflètent la dichotomie qui existait, soit en montrant la faiblesse et la spécificité des rôles sociaux des femmes, soit en cherchant accompagner l'évolution des temps. L'émancipation intellectuelle, politique et sociale de la brésilienne a resté, donc, à merci des forces contradictoires qui or la poussaient en avant, or la voulaient parqué dans l'ignorance et dans la dépendance masculine.

**Mots-clés :** histoire intellectuelle des femmes ; les femmes et les revues féministes ; XIXe siècle

Em meio às turbulências políticas, midiáticas e jurídicas que assolaram o Brasil nos últimos meses, um fato mobilizou a atenção das mulheres em especial. Logo após a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* publicou um perfil de Marcela Temer, a esposa do vice-presidente Michel Temer, com o título “Bela, recatada e do lar” (LINHARES, 2016). O texto provocou imediata reação nas redes sociais principalmente por apresentar, como ideal de mulher, uma figura sem ambições profissionais apesar de formada em Direito, 43 anos mais jovem que o marido, dócil e submissa, dedicada única e exclusivamente a cuidar da família e da casa.<sup>1</sup>

Tal reportagem caberia perfeitamente nas páginas de uma revista feminina do século XIX, ou das primeiras décadas do XX, quando as mulheres ainda eram tratadas como *propriedade do pai ou do marido, e não tinham direito de se expressar. Hoje, quando o empoderamento está na ordem do dia, não é mais possível ver uma jovem de 30 anos ser assim retratada. Daí o repúdio ao retrocesso social e às características misóginas atribuídas à vice-primeira-dama. O valor de uma mulher não pode mais ser associado ao âmbito privado e a uma moral ultrapassada, apesar de tal pensamento ainda se manifestar hoje, quando nos tratam como minoria, fazem restrições aos nossos direitos duramente conquistados, ou nos culpabilizam por sofrer assédios e estupros.*

Enfim, esta introdução tem tudo a ver com a reflexão que ora apresento, resultado de investigações realizadas nos últimos anos acerca da história das mulheres, da literatura de autoria feminina e do movimento feminista no Brasil. Para apreender a produção intelectual das mulheres nas diferentes modalidades, e as especificidades de nosso movimento feminista em seu processo de desenvolvimento, foi preciso abarcar a produção letrada feminina como um todo, que se manifestou não apenas no formato ficcional e poético, mas também em crônicas, ensaios, memórias e escritos militantes. Os primeiros resultados dessa pesquisa encontram-se no livro, que tomou o formato de um dicionário ilustrado, intitulado *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX*, publicado pela Editora Autêntica, de Belo Horizonte, em 2016<sup>2</sup>.

---

\* **Constância Lima Duarte** – Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>1</sup> A crítica não se dirige à esposa de Michel Temer, nem às mulheres que possuem um estilo parecido, mas ao fato de a revista ter apresentado tal modelo como “ideal”, sem dar à mulher o direito de ser como quiser sem julgamentos à sua moral ou capacidade.

<sup>2</sup> O estudo dos periódicos que circularam ao longo do século XX no país encontra-se em fase final de elaboração e deverá ser publicado em breve.



Foram muitas as descobertas que essa investigação propiciou. Dentre elas, que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, no início do século XIX. Pois, quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente elas se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E, independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, e da condição subalterna a que o sexo estava submetido, possibilitando o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. E, mais do que os livros, foram os jornais os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência.

O marasmo dos tempos coloniais – é sabido – só se rompeu com a vinda da família real, legítimo estopim para as mudanças que se faziam urgentes à sociedade brasileira. A convivência com a Corte, com os costumes importados da Europa – como a etiqueta, os modismos, o gosto pela literatura, os ideais socialistas – tudo isso a imprensa se encarregou de difundir, impondo à parcela mais esclarecida da elite o passo ditado pelo novo século. E as mulheres foram então especialmente beneficiadas. Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca – resumida no velho ditado: “A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar” –, o quadro começa a mudar e vai deixando de ser “heresia social” instruir o sexo feminino.

Ao iniciar esta investigação, uma questão se impôs: jornais para mulheres ou jornais femininos? Afinal, esta é uma imprensa que se define pelo sexo de suas consumidoras, pois a elas se dirige e para elas é pensada. Da mesma forma, a imprensa feminista, que se diferencia por denunciar a opressão e exigir direitos civis e políticos. Como ambas as construções tiveram participação decisiva na formação intelectual da mulher, e enfim, de sua própria identidade, decidi examinar o conjunto de periódicos independentemente de terem sido escritos ou dirigidos por homens ou mulheres, e de se identificarem ou não ao discurso feminista.

E aos poucos, como quem monta um grande mosaico, recolhi títulos, datas e nomes dos (e das) que ensaiaram as primeiras investidas. O volume de informações reunido no dicionário pode surpreender: são 143 jornais e revistas femininos e

feministas que circularam no Brasil ao longo do século XIX. Mas, quero crer, devem representar a ponta de um *iceberg*, pois muitos outros devem ter também existido e se perderam por falta de conservação ou interesse. O material surpreende, ainda, pela multiplicidade de títulos e a larga amplitude alcançada no território nacional. Pois esta imprensa tensionou a opinião pública não só no centro, como também nas periferias; circulou no litoral, no interior, na metrópole e nas mais afastadas províncias.

Também os títulos merecem ser observados pois revelam as limitações dos periódicos. Muitos trazem nomes de flores (como *Tulipa, Lírio, Violeta*); ou de pequenas aves e insetos (*Colibri, Beija-Flor, Borboleta*) ou se referem a objetos identificados ao público a que se destinavam (*Leque, Grinalda, Brinco*). Foram muitos os Espelhos: *das Belas, das Brasileiras, Fluminense...* E muitos os Jornais: *das Moças, das Senhoras, das Damas...* Mas alguns romperam os estereótipos – como *República das Moças, Escrínio, O Porvir, Ave Libertas e A Mensageira* – e surpreendem ainda hoje pelo cuidado editorial e o teor das mensagens que divulgam.

Conhecer tais documentos conduz a novas reflexões acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas, da conscientização feminina, além de revelar as estratégias utilizadas para driblar a censura e se expressar publicamente. Permite também conhecer os avanços na política educacional e a formação do novo público leitor, entre outros aspectos.

Mas antes que a autoria feminina protagonizasse os próprios periódicos, alguns homens de imprensa atentos às novidades e às mudanças de costumes, se apressaram em oferecer jornais destinados às leitoras. O primeiro título – *O Espelho Diamantino*, circulou no Rio de Janeiro de 1827, fundado por Pierre Plancher, que logo na primeira edição faz uma afirmação bombástica: conservar as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”. Cabe observar que esse periódico surgiu no mesmo ano em que foi autorizada a abertura de escolas para meninas no país. Até então, as poucas que sabiam ler haviam aprendido em casa com os pais, com professoras particulares, ou nos conventos.

Outros jornais logo se seguiram: em São João Del Rei, MG, *O Mentor das Brasileiras* surgiu em 1829, defendendo com surpreendente ênfase o acesso das mulheres à educação e ao debate político; em São Paulo tivemos o *Manual das Brasileiras*; em Salvador, *O Despertador das Brasileiras*; e, em Recife, *O Espelho das*

*Brasileiras*. Chamo a atenção para o fato de os títulos dos primeiros jornais se relacionarem ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava. Ao se apresentarem como *Mentor*, *Farol*, *Manual*, *Despertador* ou *Espelho*, eles se colocam acima das mulheres, na condição de guias responsáveis pela mudança de seu *status quo*.

As primeiras iniciativas femininas que se tem notícia no Brasil surgiram em Porto Alegre, em 1833, sob a iniciativa da escritora Maria Josefa Barreto (1786?-1837), sob os títulos *Belona Irada contra os Sectários de Momo* e *Idade d'Ouro*. Ambos, francamente políticos, posicionavam-se a favor do Partido Conservador. E outros surgiram no mesmo ano, como *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833), escrito do ponto de vista de uma mulher que não se identifica, e que faz enfáticos apelos “às Brasileiras” para que se envolvessem mais com a política.

Também não deixa de ser interessante observar que os primeiros periódicos dirigidos por mulheres não trataram de questões específicas do gênero. O clima conturbado que dominava o país durante o vazio de poder existente entre o reinado de Pedro I e Pedro II, levava também o “segundo sexo” – quisessem ou não os homens – a tomar partido e eleger a política como tema prioritário.

Na década de 1850 surgiu no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), que circulou com relativo sucesso ao longo de quatro anos. Tendo como objetivo cooperar “para o melhoramento social e a emancipação moral da mulher”, o *Jornal das Senhoras* levantou a bandeira que a maioria dos periódicos também vai ostentar: a causa da instrução para as meninas. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente, mas costumava dirigir-se também ao homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens.

Em 1862, surge no Rio de Janeiro *O Belo Sexo*, de Júlia Sandy Aguiar, com o projeto de “provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social”. Em Minas Gerais, o primeiro a vir a público foi editado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, nomeado *O Sexo Feminino*, em 1873, na cidade Campanha das Princesas. Ao se transferir para a Corte ela intensifica o protesto pela emancipação da tutela “eterna e injusta” que pesava sobre o gênero.

Os periódicos são, pois, surpreendentemente múltiplos em sua diversidade. Se há os assumidamente feministas, há também os assumidamente conservadores, os que

não se comprometem, os que se limitam ao “*divertissement* do belo sexo”, e os que visam a jovem casadoura ou a mãe de família. Há também os que trazem um pouco de tudo em suas páginas: poesia, romance, moda, charadas e escritos militantes... Muitos, dentre os dirigidos por homens, deram voz e vez às mulheres – como o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), já citado, e *O Porvir* (1877), de Campinas, São Paulo. Nesse último, o editor comparou a opressão vivida pelas mulheres ao regime escravocrata e ainda denunciou os disfarces usados pelos homens para submetê-las ao seu jugo. Como Machado de Assis, alguns jornalistas consideravam a imprensa uma escola em potencial – legítima “república do pensamento” –, capaz de fornecer às mães e esposas, informações úteis sobre elas mesmas e o contexto em que viviam.

A partir daí os jornais se sucedem e se posicionam ideologicamente, ora mais tradicionais, louvando as virtudes domésticas e as qualidades femininas; ora de caráter progressista, defendendo os direitos das mulheres. A pesquisa tentou observar sempre o horizonte pretendido por cada periódico: não só *a quem* se dirigia, mas *como* se dirigia às leitoras.

O apelo por educação, presente na maioria deles, era mais que pertinente. Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois a opinião patriarcal dominante se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças de comportamento que daí podiam advir. O Censo Demográfico de 1872 (IBGE), o primeiro realizado no país, contém dados interessantes. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta; e apenas 19,85% dentre os homens e 11,5% dentre as mulheres eram alfabetizados. Dentre os escravos, menos de 1% sabia ler, e a maioria residia na Corte. Os jornais e revistas destinavam-se, portanto, às poucas brasileiras que começavam a superar a reclusão doméstica, a frequentar teatros, saraus e a apreciar literatura.

Diante de tal quadro, compreende-se porque os liberais defendiam a melhoria do sistema de ensino, pois viam a educação como necessária ao progresso do país. Ainda assim, o acesso das mulheres à escola secundária e superior enfrentou forte resistência por parte dos que consideravam tais estudos desnecessários para as jovens. O androcentrismo da família patriarcal que reservava aos homens os benefícios da cultura e se encarregava de excluir as mulheres desse universo, acabou impondo uma educação diferenciada como forma de respeitar as “diferenças biológicas e morais” de cada sexo, que vigorou por muitas décadas.

Em 1879, o governo abriu as instituições de ensino superior às mulheres, seguindo exemplos estrangeiros, e as primeiras brasileiras puderam ingressar nas Faculdades de Medicina e de Direito, apesar da hostilidade e preconceito dominantes. Mas apenas dez anos depois, com a proclamação da República, o Ministro da Educação revogou o acesso das jovens às universidades, atrasando em pelo menos três décadas o desenvolvimento das mulheres.

Em 1880, o Colégio Pedro II aceitou o ingresso de meninas, mas também por pouco tempo. Cinco anos depois, um novo diretor achou por bem transferir as quinze alunas matriculadas para estabelecimentos “mais adequados ao sexo”, voltando a atender somente aos meninos. (E apenas em 1927 o Pedro II voltará a aceitar a matrícula das jovens.) Ainda na década de 1880, eram poucas as instituições de renome, como o Liceu de Artes e Ofícios e o Liceu Santa Isabel, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que ofereciam o curso secundário às meninas. E se esta era a situação educacional das jovens da elite, na principal cidade do país, pode-se imaginar como devia ser nas demais províncias.

Os jornais vão refletir – portanto – a dicotomia vigente: ou se empenham em acompanhar a transformação dos tempos; ou reiteram a fragilidade e a especificidade dos papéis sociais destinados à mulher. Ocorria muitas vezes, inclusive, de perspectivas antagônicas se confrontarem no mesmo periódico, e artigos investidos de tom progressista ficarem próximos de outros com ideias contrárias. A emancipação intelectual, política e social da brasileira esteve, assim, à mercê de forças que ora a impulsionavam para frente, ora a queriam estacionada na ignorância e na dependência. E à medida que se avança na história das mulheres contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, Família e Escola. Segundo Bourdieu (1999), foi através destas instituições que o patriarcado eternizou seu poder e legitimou a opressão sobre as mulheres. Tanto é verdade que quando se tornou conveniente valorizar a função materna, tendo em vista os altos índices de mortalidade infantil, a maternidade foi investida de uma mística religiosa e filosófica que naturalizou o papel da mãe, incentivou a amamentação e contribuiu para manter a mulher ainda mais apegada à família.

Os ideólogos do patriarcado brasileiro – aí incluindo homens e mulheres, filósofos, moralistas, jornalistas e médicos – determinavam em seus escritos os novos comportamentos. Com a entronização da “divina missão” materna como “guardiã

privilegiada” da família, a autoridade do pai parecia diminuir na proporção que a mãe aumentava seu espaço de poder. Ao enfatizar as “virtudes naturais” da mulher, e considerar a “educação moral” como a responsável pela maior consciência dos seus deveres, os autores terminam por contribuir para a construção e a cristalização de uma “mística feminina”<sup>3</sup> e tocar as mesmas teclas de outros pensadores, em tudo contrários a uma ampla emancipação da mulher. Segundo tal “mística”, o melhor destino era “viver a feminilidade”, ser “recatada”, “boa mãe” e “esposa exemplar”, o que restringia o mundo feminino aos limites do lar.

Daí tantos jornais criados por médicos, padres e jornalistas empenhados exclusivamente em convencer as mulheres, sobretudo às da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em mães dedicadas. O periódico intitulado *A mãe de família* (1879-1888), foi um que se destacou nessa linha, dentre outros. E não deixa de ser irônico: a maternidade, o fato novo que vai permitir à mulher elevar seu *status* na sociedade, é o mesmo que mais vai contribuir para seu afastamento do espaço público. Simone de Beauvoir (1980) foi precisa ao afirmar que a maternidade foi nosso *hand cap* e, Elizabeth Badinter (1985), que o amor materno foi um mito cuidadosamente construído para melhor controlar as mulheres.

Para nós, é fácil perceber, hoje, a manipulação ideológica desse discurso e suas consequências nas décadas que se seguiram. Da mesma forma, compreender os motivos que levaram tantas mulheres a ver no elogio da maternidade a fórmula mágica para escapar da condição desprezível em que a maioria vivia. Realmente, de “escrava doméstica” a “rainha do lar” parecia haver uma grande distância: tão grande que enganou a maioria, incluindo até as mais lúcidas.

Mas, a partir de 1870, ao lado de tantos periódicos conservadores, órgãos feministas também se multiplicam com uma rapidez espantosa, minimizando o isolamento e realizando uma espécie de rede de apoio e intercâmbio intelectual. De objeto da escrita masculina, as mulheres se tornam sujeitos pensantes, dotados de capacidade crítica e fazem da escrita a sua resistência. Muitos dentre os editados por elas, foram usados para se posicionarem politicamente a favor ou contra a Monarquia,

---

<sup>3</sup> A expressão “mística feminina” tornou-se por conhecida a partir do livro de Betty Friedan, *The feminine mystique*, de 1964, que justamente questionava o “problema sem nome” que afligia grande parte das mulheres nos Estados Unidos. Sua grande contribuição – a desmitificação da realização doméstica – representou uma nova arrancada do movimento feminista nos anos 60 e 70 em muitos países.

a favor ou contra a Revolução Farroupilha, a Constituinte, a Abolição ou a República, como *Idade d'Ouro* (1833), *República das Moças* (1879), *O Abolicionista do Amazonas* (1884) e *Ave Libertas* (1885). Ou para contestar o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres, como *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Mulher* (1881-1883), *A Mensageira* (1897-1900) e *O Escrínio* (1898-1910), entre outros.

Os mais lúcidos e radicais propagavam enfaticamente que o gênero estava submetido ao fator econômico. Isto é: que a dependência financeira determinava a subjugação e que o progresso do país dependia de suas mulheres. Aliás, esta tese, que surge na Europa ainda no final do século XVIII, já está presente no primeiro livro de Nísia Floresta – *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832. E é abraçada pelas jornalistas empenhadas em ensinar às companheiras os seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho. De leitoras a redatoras, elas abrem espaço às vozes antes reclusas às alcovas e empreendem a transformação perceptível no perfil dessa imprensa: de revistas de moda a órgãos de reflexão.

Para terminar, retomo a metáfora do *iceberg*, para dizer que os 143 jornais presentes no dicionário são a face visível de um vasto universo de papel construído para a leitora daqueles tempos: enquanto uns a informavam sobre as transformações históricas e sociais em processo, outros a distraíam da rotina dos afazeres cotidianos. Alimentado por fontes primárias raras ou de difícil acesso, ele tenta cumprir seu papel de mapa e norteador de novas pesquisas, e pretende preencher lacunas que persistem acerca da história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.



## REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado** – O mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.
- LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>.
- Recenseamento do Brasil em 1872. **IBGE** – Biblioteca, Brasília, s.d. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477>>.



Tatiana Solodovnikova

**La presse comme un moyen de  
l'émancipation russe**

## Résumé

La situation des femmes en Russie, ce pays patriarcal et religieux, ne différait guère de celle d'autres pays. Elles étaient vues comme de bonnes épouses qui savaient cuisiner et coudre. Au cours de XIX<sup>e</sup> siècle, cette situation changea. Plusieurs facteurs étaient à la base de ces changements.

D'abord, c'était l'attitude spécifique de l'*intelligentsia* russe envers les œuvres de George Sand, car ses romans ont provoqué des réflexions sur le rôle de la femme dans la société. Puis, les écrivains russes ont fait beaucoup d'efforts pour attirer l'attention sur la question des femmes. Enfin, les femmes elles-mêmes ont utilisé des moyens différents pour s'émanciper et conquérir des droits possédés par les hommes.

L'un des moyens le plus influençant de l'époque était la presse écrite, qui donna aux femmes la possibilité de montrer aux hommes qu'elles étaient des membres de plein droit de la société. Dans cet article, à travers des biographies des femmes journalistes, nous analysons les changements dans la mentalité de la société russe envers l'émancipation.

**Mots-clés :** presse ; femme ; Russie

106

## Resumo

A situação das mulheres na Rússia, esse país patriarcal e religioso, não difere em nada da situação em outros países. As mulheres eram vistas como boas esposas que sabiam cozinhar e costurar. Essa situação mudará em meados do século XIX. Vários fatores explicam essas mudanças.

Nota-se, prioritariamente, a recepção, pela *intelligentsia* russa, das ideias e obras de George Sand, seus romances iniciaram reflexões e debates sobre o papel da mulher na sociedade. Desde então, escritores russos consagram muitos esforços para atrair a atenção para a questão das mulheres. As próprias mulheres dominaram diversos instrumentos para emanciparem-se e conquistarem os direitos possuídos pelos homens.

A imprensa escrita foi uma das mais poderosas alavancas nesse combate. A escritura e a edição oferecem às mulheres a possibilidade de mostrar aos homens que elas são membros integrais da sociedade. Nesse artigo, analisaremos, por intermédio da apresentação biográfica das mais notáveis mulheres jornalistas, as mudanças na mentalidade da sociedade russa quanto à emancipação feminina.

**Palavras-chave:** imprensa; mulher; Rússia

Le XIX siècle était riche en relations entre la France et la Russie. Beaucoup de Russes visitaient la France et beaucoup de Français s'installaient en Russie pour éviter les bouleversements qui avaient énormément changé leur mode de vie. De plus, l'essor massif de la presse permettait aux gens russes de connaître les nouvelles françaises assez vite et restaient au courant des événements marquants de ce pays.

La situation des femmes en Russie, un pays patriarcal et religieux, était pareille aux situations dans d'autres pays. Les hommes ne considéraient pas les femmes comme les membres à part entière de la société. Elles n'ont pas de droit à l'éducation supérieure et étaient envisagées comme de bonnes épouses qui savent cuisiner et coudre. Au cours de XIX siècle cette situation commence à changer. La question que l'on se pose est : comment se déroulent les changements dans la mentalité de la société russe envers les femmes et quelles sont les particularités du cheminement de la délibération des femmes et de leur émancipation ?

Premièrement, je vais analyser l'attitude du milieu littéraire envers les œuvres de George Sand, car ses romans ont provoqué les réflexions sur le rôle de la femme dans la société. Deuxièmement, je vais montrer les efforts des écrivains russes d'attirer l'attention à la question de femme. Troisièmement, je vais analyser les moyens que les femmes ont utilisés pour devenir émancipées et obtenir les droits que les hommes possédaient et enfin, je vais donner quelques exemples des activités des femmes progressives.

Les écrivains et les critiques russes ont admiré les romans et les articles de Sand. Ses romans ont été traduits dès le 1842. Plus souvent c'était dans la revue *Otechestvennie zapiski* où les romans de Sand ont été publiés. En 1869, Picemski a publié son roman « Les hommes de 40 années » dans la revue *Zaria*. Un chapitre a été nommé « Georgesandisme » et c'était le début officiel de la diffusion en masse des idées de Sand. L'attitude envers Sand n'était pas égale. Belinski, Guerzen, Chernishevski se sont intéressaient à elle. Dostoievski, Saltikov-Chedrin l'admiraient, Tolstoy ne l'acceptait pas du tout. Tourguenev et Nekrasov étudiaient et propageaient les œuvres de Sand dans les périodiques russes (*Otechestvennie zapiski*, *Sovremennik*, *Délo*). Tourguenev a écrit l'article sur les romans de Mme Tur et de Mme Gan, deux écrivaines russes, les comparant avec Sand.

---

\* Tatiana Solodovnikova – Docteur en Communication, Montréal.

Les pionniers qui ont parlé de l'émancipation en Russie étaient les hommes. En 1860 *Sovremennik* a publié l'article de Mihailov « Les femmes, leur formation et signification dans la famille et la société », où il a formulé les idées d'égalité de droits. En même temps Pisarev et Chernishevski ont écrit les articles pour les journaux et revues différents. Pisarev disait que une femme est incoupable, Chernishevski déclarait le droit des femmes à l'instruction, au travail et surtout à l'amour libre.

La participation active des hommes distingue l'émancipation russe de l'émancipation européenne. Selon Aivazova (1998), c'est sa singularité. Les idées d'émancipation ont été publiées dans tous les périodiques russes. Il y avait beaucoup d'articles russes et traduits. C'était plus souvent les journaux de Saint-Petersbourg.

Néanmoins, les femmes étaient aussi assez actives en faisant valoir ses droits. Elles prenaient une part active aux travaux publics et sociaux, comme la bienfaisance. D'une part la bienfaisance correspondait à la tradition religieuse russe, et d'autre part permettait de quitter la maison et la famille. C'était un moyen approuvé par la société. Ainsi, petit à petit, les femmes se montraient comme des citoyennes actives et utiles. Beaucoup des journalistes écrivaient sur la bienfaisance des femmes dans les périodiques russes (*Otechestvennie zapiski, Sovremennik, Délo, Zaria, Bulletin de Saint-Petersbourg, etc.*) ce qui donnait aux femmes un appui marquant.

Vers la fin du XIX siècle le volet de l'émancipation russe a tourné vers le désir des femmes de faire leurs études aux universités et d'obtenir la profession.

Il faut dire que les écoles pour les filles existaient dans le système éducatif russe avant XIX siècle. L'organisme d'enseignement pour les jeunes filles nobles le plus connu était l'Institut Smolny. Cet institut a été fondé par le décret signé par Catherine II le 5 mai (24 avril) 1764. Le but était de donner une éducation pour les filles de la noblesse pour qu'elles deviennent des femmes instruites, de bonnes mères, des membres utiles à la famille et à la société. Un concept qui a radicalement changé la nature de la société de l'éducation, face à la situation sociale de l'époque. Mais c'était la réaction des Russes au mouvement du Siècle de la Lumière hardiment soutenu par Cathérine II. À l'initiative d'Ivan Betski qui était amoureux de la pédagogie et étudiait les œuvres de grands penseurs de son temps (dont beaucoup ont été de ses connaissances), il a maîtrisé le système pédagogique de Locke, Rousseau, Helvétius.

Initialement pour l'admission à cet institut, il était nécessaire de passer des examens (un peu de français, encore moins de russe et un peu sur l'éducation

religieuse), mais le fait le plus important pour être admise étaient le degré de noblesse, dont la naissance a été enregistrée en III, V et VI du livre de familles nobles, ou celles dont le père était capitaine dans l'armée. Le cours complet durait 12 ans et très peu de parents ont accepté d'envoyer leurs filles à cet établissement ayant peur de ne pas avoir plus tard de possibilités d'organiser le futur mariage des filles trop instruites et trop âgées.

Si nous analysons les cours donnés à l'institut, nous allons comprendre tout de suite qu'il n'y avait pas de question de donner une éducation vraiment élevée, une éducation dans le sens moderne de ce concept. Les cours les plus importants étaient les cours de bonnes manières et le cours de français. De plus, il y avait des cours comprenant de la littérature russe et surtout française, de musique, de danse, de dessin et de peinture, de couture, de gymnastique.

Vers la fin du XIX siècle, la situation dans la société a été changée. Comme j'ai dit plus haut, les femmes voulaient faire leurs études aux universités. Le gouvernement russe s'est opposé à ce désir et les femmes ont été obligées de quitter la Russie et de faire leurs études aux universités européennes, notamment en Suisse, en Allemagne ou en France. Pour traverser les frontières, elles ont eu besoin de la permission soit du père, soit de l'époux. Comme les parents n'acceptaient pas le désir de leurs filles de suivre les cours supérieurs, les jeunes femmes utilisaient plus souvent un mariage blanc pour avoir la possibilité d'aller en Europe. Par exemple, Sofia Kovalevskaja une mathématicienne, ou Helena Petrovna von Hahn, plus connue sous le nom d'Helena Blavatsky, qui est devenue un philosophe connu.

Et c'était dans les années 1870 que le gouvernement russe a invoqué la nécessité de fonder des cours d'enseignement supérieur ouverts aux jeunes filles en Russie désirent arrêter la fuite des femmes à l'étranger. Une commission ministérielle s'est réunie à partir de 1873 et grâce à l'impulsion et aux moyens financiers des sociétés de bienfaisance des pionnières de l'émancipation féminine, Anna Philosophova, Nadejda Stassova, Maria Troubnikova et d'autres, qui ont été conseillées par le recteur de l'université impériale de Saint-Petersbourg le professeur Békétov, des cours ouverts aux jeunes filles ont été inaugurés en 1878. Les étudiantes suivaient des cours similaires aux cours pour les jeunes gens. Le premier directeur était le professeur Constantin Bestoujev-Rioumine, et c'était grâce à lui que ces cours devenaient si populaires et se montaient à un niveau si élevé. Plus tard, les cours étaient nommés les cours de

Bestoujev. L'inauguration a lieu le 20 septembre 1878 avec 468 étudiantes et 346 auditrices libres.

Au début, le conseil des cours n'acceptait que de jeunes filles de plus de vingt-et-un ans, puis la situation a changé et il a commencé à accepter les candidatures des jeunes filles ayant terminé leurs études secondaires sans limites d'âge. Les cours étaient payants, mais il existait un système de bourses et une Société d'aide aux étudiantes qui distribuait des aides financières présidées par Nadejda Stassova. Un certain nombre de jeunes filles s'orientaient ensuite vers l'enseignement dans les lycées de jeunes filles. À partir de 1906 certaines diplômées reçoivent le droit d'enseigner dans des lycées de garçons.

Les cours duraient trois années d'étude et avaient trois départements: lettres et histoire, physique et mathématiques et mathématiques spécialisées. L'enseignement des langues étrangères était obligatoire. Les jeunes filles apprenaient l'allemand et le français et en plus l'anglais et l'italien. Le fonctionnement de ces cours influençait beaucoup l'esprit de la noblesse russe. Les femmes devenaient de plus en plus les membres actives de la société, elles écrivaient bien et savaient partager leurs connaissances. Elles n'avaient pas peur de s'exprimer et influençaient leur société sur un pied d'égalité avec les hommes.

À la fin du XIX siècle, les activités des femmes montrent une nouvelle situation de l'émancipation russe. Les femmes, qui ont eu une bonne éducation et leur esprit se sont déjà libérées et est devenu hardi, écrivaient beaucoup sur des sujets différents qui traitaient les droits des femmes et sur des questions liées à ce problème. Elles publiaient leurs ouvrages dans les quotidiennes, car les journaux et les revues sont devenus une tribune importante pour la propagation des idées modernes.

Comme partout en Europe, le XIX siècle était riche aux nouveautés dans le domaine de la presse. En Russie la presse se développait de la même façon. Beaucoup de nouveaux journaux ont apparu et sont devenus un moyen important pour partager les idées progressives et pour changer les points de vue des lecteurs. Beaucoup de journaux traitaient le sujet sur le rôle des femmes et sur leur émancipation. Ainsi, en jumelant ces deux concepts, l'un de l'émancipation et l'autre de l'influence de la presse, je vais analyser les biographies des femmes russes qui ont eu activement utilisé la presse écrite pour faire connaître leurs idées aux lecteurs et pour changer l'attitude de la société envers le rôle des femmes dans cette société.

Elisavéta Vasilievna Soukhovo-Kobyлина est née à Moscou en 1815. Son père était général, combattant de la guerre nationale de 1812 et elle était, donc, d'origine noble. Elisavéta a obtenu l'instruction domestique, mais il faut dire que ses maîtres étaient les professeurs de l'Université de Moscou furent, comme S.E.Raïtche, M.P.Pogodine, N.I. Nadejdine. Tombant amoureuse de son professeur Nadejdine, elle a voulu se marier avec lui, mais les parents de la jeune fille étaient contre. Ils l'ont considéré comme indigne de leur fille. Elisavéta s'est tourmentée pour cette rupture et ses parents ont été obligés à l'emmener à l'étranger, où elle a terminé son instruction. Et c'était à l'étranger que E. Soukhovo-Kobyлина s'est mariée avec le comte André Salias de Tournemire en 1838. Peu de temps après leur mariage, ils sont arrivés à Moscou. En 1846 André Salias de Tournemire, banqueroutier, a été déporté du pays pour un duel. Il est parti seul, laissant sa femme avec trois enfants.

Après le départ de son mari, Elisavéta Salias de Tournemire, veuve de paille, a commencé à vivre émancipée. Elle a organisé chez elle un salon littéraire, qu'on considérait comme le meilleur salon de l'époque à Moscou. I.S. Tourgueniev, N.P. Ogarev, N.S. Leskov, K.N. Leontiev ont fréquenté ce salon. Selon les témoins des contemporains, Leskov a personnifié Elisavéta dans un personnage d'une marquise du roman « Pas d'issue » (1864). Tourgueniev (1851) disait qu'elle était « une femme pleine d'esprit, bonne, sincère ».

Mais ces salons n'apportaient pas d'argent. En restant sans ressources, seule à Moscou, Elisavéta a décidé de gagner sa vie par le travail littéraire. En 1849 dans la revue *le Contemporain (Sovremennik)* elle a publié sa première nouvelle « Erreur » sous le pseudonyme d'« Evgueniia Tur ». Cette œuvre débutée a eu du succès. Comme j'ai déjà mentionné plus haut, Tourgueniev a écrit un article, en la comparant avec George Sand. Tur est devenue connue dans le monde, les critiques ont porté leur attention sur elle. Il est curieux qu'elle ne soit pas entrée dans l'histoire de la littérature par ses œuvres, mais par les articles critiques qui, examinant son œuvre, ont résolu des problèmes généraux. Et c'était depuis les années 1850 que Evgueniia Tur s'est écarté de l'activité littéraire.

Son activité de publiciste a commencé en 1856, quand elle a écrit l'article « La Vie de George Sand » et le publia dans la revue *Le Messager russe (Russkiy vestnik)* éditée par Katkov. La même année, Tur est devenue chef de section littéraire de cette revue. Elle y a publié les articles critiques et publicistes sur la vie et l'œuvre des écrivains

étrangers (Michelet, Récamier). En 1860, elle a quitté cette revue à cause des divergences d'opinions avec le rédacteur.

Dès le 1857, Tur publiait activement les articles dans des périodiques différents. C'étaient les revues *les Memoires du pays (Otétchestvenniyé zapiski)*, *la Bibliothèque pour lire (Bibliotéka dlia tchténiya)*, et les journaux *l'Abeille du Nord (Sévernaya ptchéla)*, *la Voix (Golos)*. Dans ses articles critiques, Tur a analysé les littératures russe et étrangère, posé des questions sur l'instruction et la formation des femmes et n'a pas accepté la mode de vie aristocratique.

En 1861 Tur a fondé son propre journal *la Langue russe (Russkaïa Retch)*. Le premier numéro a paru le 1er janvier 1861 sous le titre *la Langue russe. Le Commentaire de littérature, histoire, art et vie publique dans l'Occident et la Russie* (éditeur - rédacteur Evgueniia Tur). Mais le 14 mai 1861 déjà, le journal s'est uni avec *le Messenger de Moscou (Moskovski Vestnik)* et a paru sous le titre *la Langue russe et le Messenger de Moscou*. (éditeur Evgueniia Tur, rédacteur E.M. Féoktistov). Le journal n'a existé que jusqu'au 4 janvier 1862.

Dans ce journal Tur était chef de section de la critique d'art et littéraire. Elle a engagé A.I.Lévitov, N.S. Leskov, I.S. Tourgueniev, A.Souvorine. Dans *la Langue russe* Tur a publié une série d'articles sur M.V. Avdéév, V.V.Krestovski, F.M. Dostoïevski. Dans ce temps, Dostoïevski n'a publié que ses premiers romans, mais dans son compte rendu du roman « Les Pauvres Gens » (1846) Tur disait que ce serait un grand et beau talent.

En 1860, le fils de Tur a pris part aux troubles des étudiants. En novembre, Evguéniia Tur, qui a écrit les articles sur ces événements avec compassion, a été prise sous le contrôle selon l'ordre d'Alexandre II. Evguéniia a compris qu'il fallait quitter Moscou et le 25 novembre 1861, elle est partie à Paris.

Habitant en France, E. Tur a continué à publier des articles critiques dans les revues russes, comme *la Bibliothèque pour lire, les Memoires du pays, le Messenger russe*, dans le journal *l'Abeille du nord*. Elle a écrit les essais sur Mme de Stael, E. Pelletan, M. Roland, Prud'Hon, V. Hugo, F. Guizot. Elle a critiqué « les Pères et les Fils » de Tourgueniev et « Pougatchevtsi » de son fils E. Solias. Donc, E. Tur s'est montrée comme l'une des femmes qui sont autonomes et savait gagner sa vie. Mais, comme la société était encore archaïque, le domaine où elle peut appliquer ses talents ne sort pas du cercle des activités féminines.



Une autre femme qui nous intéresse est Evguénia Ivanovna Botchetchkarova, publiciste, critique, écrivain et traductrice russe. Elle est née à Moscou en 1838 et a eu, comme E. Tur, l'instruction domestique. À l'âge de 20 ans, elle a perdu son père et restant seule a été forcée travailler à l'Institut de femmes de Moscou comme maîtresse d'anglais, mais ses opinions démocratiques qu'elle partageait avec ses élèves ne convenaient pas à l'administration de l'Institut et elle a été obligée de démissionner.

À la fin des années 1850, Evguénia Botchetchkarova a épousé un médecin et journaliste P.F. Konradi. Ils se sont établis à Saint-Pétersbourg, où elle a fait la carrière du journaliste. Son premier article original « L'évolution de l'esclavage en Amérique » a été publié dans le journal *Le Mot russe (Rousskoe slovo)* en 1865. Parallèlement, elle dirigeait la chronique de l'étranger dans *le Messenger étranger (Zagranitchni vestnik)*, publiait des articles critiques et scientifiques dans les revues différentes et était correspondante des journaux français à Saint-Pétersbourg.

Dès 1866 jusqu'à 1868, Konradi a collaboré dans *le Messenger de femme (Jenski vestnik)*, dont le sujet principal était la question d'éducation et d'instruction. Dans les articles pour cette revue Konradi (1866), pour la première fois en Russie, dit que « avec la plus grande liberté, la femme reste, en premier lieu, la mère, c'est à dire, l'éducateur » (*le Messenger de femme*, n1).

En 1868 Konradi a révisé le journal *la Semaine (Nedelia)*. Elle faisait des panoramas intéressants sur la vie étrangère et tentait faire la propagande de la I Internationale. En 1869 en collaboration de P.A. Gaïdébourov et Y.A. Rossel, elle est devenue propriétaire de ce journal et son rédacteur réel. En 1874 en divergeant les opinions avec P.A. Gaïdébourov, Konradi a refusé de travailler dans ce périodique.

Outre son travail dans *la Semaine*, Konradi a collaboré aux autres journaux : *la Connaissance (Znanie)*, *la Nouvelle revue (Novoie obozrenie)*, *le Messenger du Nord (Severni vestnik)*, *le Messenger d'Éducation et d'Instruction (Vestnik vospitania i obutchenia)*, *les Bruits (Molva)*.

Dans les années 1860, Konradi, qui était belle et attirait l'attention des hommes, est devenue une personne très populaire à Saint-Pétersbourg. Elle a utilisé cette popularité pour attirer l'attention des gens aux problèmes féminins et est devenue un leader absolu de mouvement féminin. En décembre 1867, elle a adressé une pétition au premier congrès des naturalistes sur la possibilité des femmes à suivre des cours à l'université. N.V. Stassova, A.P. Filosofova, M.V. Troubnikova se sont jointes à elle.

Konradi s'est affirmée pour l'instruction des femmes et en 1869, elle a publié une série d'articles dans *la Semaine*, en défendant ses positions démocratiques. Dans son article « Une question d'argent dans le domaine d'instruction des femmes », elle a émis une proposition sur l'instruction gratuite. Comme résultat, on a ouvert les cours Bestoujev à Saint-Pétersbourg en 1878.

Alors, Konradi a soulevé la question de la pédagogie l'une des premières des écrivains russes. Son premier article sur ce problème « Qu'est-ce que c'est que les jardins d'enfants et dans quelles circonstances ils seront à profit » a paru en 1866 dans *la Semaine*. Dans cet article elle acceptait et interprétait les principes de la pédagogie de F. Fröbel. Cet article a eu d'une grande importance dans l'étude du contenu et de la méthode du travail d'éducation et d'instruction des jardins d'enfants russes. En 1868, en polémiquant avec l'auteur des articles de la revue *Jardin d'enfants (Detski sad)*, elle a critiqué la méthode de E.N. Vodovosova, qui n'acceptait pas de la spontanéité.

« La confession de la mère » (1876) est le travail principal de Konradi sur la pédagogie. Ce roman est autobiographique (elle avait deux enfants). La formation de l'individu hautement développé est l'idée principale de ce livre. Une autre idée est l'évolution de la mère. Konradi affirmait que chaque femme doit être citoyenne jouissante de ses droits civiques. En 1883, on a publié la deuxième édition de ce livre avec le sous-titre « Les problèmes sociaux d'éducation de famille. Le livre pour les mères ». La popularité de ce livre montre l'importance de ce problème pour les femmes russes.

Outre les sujets pédagogiques, Konradi a réagi à toutes les actualités de la vie contemporaine. Par exemple, ses articles sur *l'affaire de Souvorina* (1873), « Le drame public de la vie intime » (n 39) et « La leçon à un certain publiciste de *l'Affaire* » (n49), qui traitent la publicité comme sujet principal de cette polémique qui a déchaîné entre *la Semaine* et *l'Affaire (Délo)*.

En 1859, sachant quatre langues, Konradi a publié sa première traduction de G. Eliot « Adam Bede ». Elle a traduit aussi Ch. Dickens, V. Hugo et F. Spielhagen. Tous ces faits montrent que E. Konradi était une femme très éduquée et s'engageait à la lutte des droits des femmes, notamment dans le domaine de l'éducation.

Ekatérina Grigorievna Bronévskaja est née en 1843 à Saint-Pétersbourg et était d'origine noble. Elle a fait ses études à l'Institut Sainte-Catherine à Saint-Pétersbourg, un Institut qui a été fondé en 1804 et était pareil à celui de Smolny dont on a parlé plus haut. En 1863, elle s'est mariée avec Viktor Ivanovitch Barténev. Son père, propriétaire

foncier de plusieurs gouvernements, a légué deux domaines à sa fille, mais Ekaterine et son mari ont refusé les rachats qui leur appartenaient après la réforme de 1861, et ont remis les terres aux paysans. C'était la réaction aux idées démocratiques des années 1860, notamment celles de narodnitchestvo.

En 1867, les Barténév se sont partis en Suisse où ils se sont joints au groupe des immigrants. Ekaterina s'est rapprochée avec M. A. Bakounine et est devenu membre de la I Internationale (sous le nom de Matvéeva) et de la société secrète de Bakounine, « l'Alliance des révolutionnaires socialistes ». Dès l'octobre 1868, elle prenait une part active à l'édition du journal *l'Affaire populaire (Narodnoïe Délo)*, dont le premier numéro a été paru sous la révision de M.A. Bakounine. En 1869, les Barténév ont rompu ses relations avec Bakounine et en collaboration de N. I. Outine ont fondé la Section russe de la I Internationale, qui avait comme but d'unir les mouvements de libération russe et européenne. Dès 1870, le journal *l'Affaire populaire* est devenu organe officiel de cette organisation.

En automne 1869 Barténéva est allée à Saint-Pétersbourg sur la demande de *l'Affaire populaire*. Elle a apporté cinq articles sous le titre général « La Question d'ouvrier en Suisse » pour le journal *la Semaine (Nedelia)*, que l'on publiait anonyme dans le courant de l'année 1870. C'était dans la rédaction de ce journal que Barténéva a fait la connaissance avec E. I. Konradi. Plus tard, elle a écrit l'article « Evgenia Ivanovna Konradi » pour le journal *l'Affaire de femme (Jenskoïe Delo)* (1899) où elle soutenait ses idées.

En 1871, Barténéva habitait Paris et a pris part à la Commune de Paris. Plus tard, elle a écrit les mémoires qu'elle a proposés au journal *la Richesse russe (Rousskoïe Bogatstvo)* en 1913, mais à cause des restrictions de censure ils n'ont pas été publiés.

Fin 1871, Ekaterina Barténéva est définitivement revenue en Russie et s'est occupée du travail littéraire. Elle a travaillé principalement dans le domaine de la chronique politique étrangère. Pendant 15 ans, elle dirigeait les communications électriques de l'étranger dans le journal de O. K. Notovitch *les Nouvelles (Novosti)*.

À la fin des années 70 au début de 80, Barténéva traduisait les articles français du fédéré Victor Jaclard sur la situation politique à l'étranger pour les journaux *le Mot (Slovo)* et *l'Affaire (Délo)* ainsi que les articles sur les chroniques politiques de Le Français pour *les Mémoires du Pays (Otétchestvénniè Zapiski)*.

En janvier 1889, Barténéva est allée à Paris pour travailler comme correspondante du journal *les Nouvelles* à l'exposition universelle dans la section russe. Elle a publié une

série d'articles signés par « B. », avec sous-titre « De notre correspondant ». La même année, elle a été secrétaire au premier congrès de la II Internationale à Paris, où elle a participé sous le nom d'« Arténéva ». Dans son article du 16 juillet 1889 pour *les Nouvelles*, Barténéva a écrit qu'elle assistait aussi au congrès des femmes. Cet article elle a signé « E.G. ».

En 1889 à Paris, Barténéva a rencontré Ch. Richet, J. L. Adam et L. Michel et en 1893, elle en a écrit les articles « les Images de la vie parisienne (Du carnet de touriste) » pour *la Richesse russe* sous le pseudonyme de « Maria Prokofieva ».

À la fin des années 1880 au début des années 1890, Barténéva a été liée avec le groupe social-démocratique de M. I. Brousnev dont elle a fait la propagande. Comme résultat, le 13 décembre 1890, Barténéva a été perquisitionnée, jugée dangereuse pour l'ordre public et en 1891, déportée de Saint-Pétersbourg à Pskov.

Lors de son séjour forcé à Pskov, elle a publié l'article « Jean Macé. Une page d'histoire de l'instruction publique en France » dans *la Richesse russe* en 1896 et l'article « À l'hôtel médiocre » dans lequel elle a décrit ses impressions des entrevues avec les bourgeois moyens à l'hôtel parisien qu'elle habitait en 1889. Cet article a paru dans *le Nouveau mot (Novoïe Slovo)* en 1897. De plus, elle a fait la traduction de la plus grande partie du livre d'A. Sorel « L'Europe et la Révolution française » dont le premier volume a été publié dans l'édition de L. F. Pantéléev à Saint-Pétersbourg en 1892.

Toute sa vie, Barténéva écrivait les articles sur le mouvement révolutionnaire russe pour la presse étrangère. Elle collaborait avec *Arbeiter Zeitung*, *Arbeiter Wochen Chronik*, *la Justice*, *le Soir*, *la Bataille*. Elle a été liée avec le mouvement socialiste de New York et était en relation avec A. Bebel. Elle a aussi publié beaucoup d'articles sur les problèmes des ouvriers (dans les journaux *les Memoires du pays*, *la Revue picturale*, *la Feuille d'Odessa*, *le Messenger du nord*, etc.). Elle a traduit les oeuvres d'E. Zola et de J.P. Richter en russe et deux récits de M.I. Saltykov-Chtchedrine en français pour les lecteurs français qui l'ont caractérisée comme une très bonne femme de lettres.

Barténéva, elle-même, étant très exigeante, ne faisait pas cas de son travail littéraire et c'est pourquoi elle signait assez rare ses articles de son nom véritable. Pour elle c'était les idées démocratiques qu'elle partageait comptaient et non pas l'argent qu'elle puisse gagner.

La première femme russe qui a obtenu le titre universitaire de docteur ès sciences juridiques était Anna Mikhailovna Evréinova. Elle est née en 1844 à Saint-

Pétersbourg. Son père, commandant de Peterhof, général M.G. Evréinov a voulu marier sa fille contre son gré. Anna a tenté de se noyer, mais après avoir reçu une lettre de son amie proche S. Kovalevskaïa, elle a décidé de s'évader. Elle a traversé la frontière secrètement sans passeport par marais dans les souliers en prunelle.

Evréinova a passé à l'étranger environ 15 ans. Dès 1867, elle étudiait le droit à l'Université de Heidelberg, et puis à l'Université de Leipzig. Au cours de quelques années, Anna travaillait en Croatie, en consultant les documents sur les droits civils des Slaves de sud aux églises et aux monastères de la Dalmatie.

Plus tard, en revenant en Russie à titre de juriste diplômé, Evréinova a publié les articles dans *la Revue de droit criminel et civil (Zhournal grazhdanskogo i ougolovnogo prava)*, dans *le Messenger juridique (Iuriditcheski vestnik)*, et dans l'édition féministe *l'Ami des femmes (Drug jenchitchin)* (1882-1884). Dans ces articles elle posait des questions de droits d'existence des femmes en Russie. Elle écrivait sur l'égalisation en droits de femme de succession (1884), sur les droits de femme en famille, sur la nécessité d'instruction des femmes (*Sur les cours de médecine de femmes à Saint-Pétersbourg*, 1890). Evréinova a fait des communications dans les sociétés juridiques de Moscou et de Saint-Pétersbourg. Elle a fondé l'histoire du développement de droit de femmes et de législation à l'égard de femmes en Russie. Ses articles étaient écrits sur une langue claire et vive montrant son génie de la philologie. Dans son travail « La Loi vinicole » (1878), elle s'est manifestée comme un écrivain fort passionné.

Après son retour à Saint-Pétersbourg, Evréinova s'est liée principalement avec les hommes et les femmes de lettres. En 1885, elle a fondé et dirigé pendant 5 ans la revue *le Messenger du Nord (Severni vestnik)*. C'était une revue mensuelle de la littérature, de la science et de la politique. A.V. Sabachnikova, son amie, a donné de l'argent pour cette édition et est devenue son éditeur, Anna est devenue rédacteur en chef, et M.D. Fedorova, l'amie intime d'Evréinova est devenue secrétaire. La rédaction de la revue s'est composée des collaborateurs de *Memoire du pays (Otétchestvénnie Zapiski)*, que l'on a fermé en 1884. C'étaient V. G. Korolenko, G. I. Ouspenski et les autres. Tous étaient proches au mouvement des narodniks. Au début de l'existence de la revue, Evréinova a fait une grande attention aux questions sociales et économiques. Plus tard, elle s'est souciée du développement de la rubrique littéraire et de l'invitation des écrivains jeunes, les futures symbolistes. La revue d'Evréinova a été la première édition sérieuse où les plus connus récits de A. P. Tchekhov ont été parus (*La Steppe, Ivanov*). Dans les

années 1880, Tchekhov n'était qu'un écrivain jeune promis beaucoup, mais c'était Evréinova qui a prévu son talent. Elle s'est extasiée de l'indépendance de Tchekhov. « Vous serez un grand écrivain justement parce que vous n'êtes pas esclave », écrivait-elle (Mémoires, 1986).

Au printemps 1890, Evréinova a trouvé à grand-peine des fonds indispensables pour publier la livraison suivante, car mines d'or de Sabachnikova ont été tariées. Mais déjà le 23 mai 1890, elle a vendu la revue à l'éditeur nouveau et a quitté la poste de rédacteur.

Comme disait Z. Hippius, Evréinova a été « un type curieux, toujours avec sa doguine, à cheveux blancs coupés, une vieille jaquette de velours cramoisi aux épaules. Elle a été ininterrompue "en trois émotions" et on l'a nommée "la vieille inoffensive" » (Mémoires, 1986).

A la limite de XIX et XX siècles, Evréinova s'est vouée au travail scientifique. Elle était membre de la Société de droit de Saint-Pétersbourg et présidait d'une succursale de la Société de droit de Moscou. Elle a prononcé souvent des discours aux discussions publiques divers et a publié des articles sur le droit dans la presse spécialisée (*le Messenger juridique (Yuriditcheski vestnik)*, *la Revue du Ministère de justice (Zhournal Ministerstva Yusticii)*), et dans *le Premier almanach de femmes (Pervi jenski kalendar)* (1905).

On peut dire que cette femme était la première femme russe qui a obtenu officiellement le droit de faire sa carrière au moyen du travail intellectuel, ou plus exactement, scientifique.

La fille du pédagogue très connu à Saint-Pétersbourg Iakov Grigoriévitch Gourévitch, qui était fondateur et directeur du Gymnase et de l'école pratique de Gourévitch et de la revue *L'École russe (Rousskaïa shkola)*, Lioubov Iakovlevna Gourévitch, née en 1866, a terminé ses études au Gymnase de la princesse A.L. Obolenskaïa (1884) et la faculté d'histoire et de philologie des Cours Bestoujev (y compris une année supplémentaire en qualité de la maîtresse de famille) (1888).

En 1887, Gourévitch a voyagé en France où elle a acheté le « Journal intime » de M. Bachkirtseva, qui venait de paraître. En revenant de Paris, Lioubov a débuté dans la presse par les articles sur Bachkirtseva. Son premier article "En mémoire de M. Bachkirtseva" a été publié dans *Le nouveau temps (Novoïe vremia)* en 1887. En 1888 dans *La richesse russe (Rousskoïe bogatstvo)* a été paru son deuxième article « M.K.

Bachkirtseva. L'étude biographique et psychologique ». Dès lors, elle traduisait son « Journal intime », dont les extraits seraient publiés pendant 12 numéros de 1892 dans la revue *le Messenger du Nord* (*Severni vestnik*).

En 1887, Gourévitch a fait la connaissance de N.S. Minski, D. S. Mérejkovski et A. Volynski. Avec A. Volynski (Flekser), elle est devenue membre de la rédaction de la revue *le Messenger du Nord*, qu'elle a achetée en 1891 et jusqu'à 1898 était son rédacteur. C'était la première revue russe qui faisait la propagande de l'idéalisme philosophique et du symbolisme littéraire. Gourévitch a engagé à la collaboration dans la revue N.S. Leskov, A. P. Tchekhov, L. N. Tolstoï, M. Gorki, D. Mérejkovski, N. S. Minski, Z. Hippius, plus tard – F. Sologoub, K. Balmont. C'était dans cette revue que l'on a publié le premier manifeste des symbolistes russes, l'article de D. Mérejkovski « Sur les causes de la décadence et sur les nouveaux courants de la littérature russe contemporaine » (1893). De plus, la rédaction a publié les symbolistes occidentales (M. Maeterlinck, H. Ibsen, K. Hamsun, G. d'Annunzio).

En 1897, Gourévitch et Volynski ont publié dans quelques numéros du *Messenger du Nord* un fragment de la monographie de Lou Andreas-Salomé « F. Nietzsche dans ses œuvres ». C'était une démarche décisive parce que la philosophie de Nietzsche était interdite en Russie pour le motif que son influence minait la moralité.

Dans *le Messenger du Nord*, Gourévitch a joué aussi le rôle de femme de lettres. Elle y a publié ses récits (*Chourotchka*, 1893, n2; *la Commission*, 1893, n10; *Une histoire étrange*, 1894, n11; *le Spleen*, 1897, n10) et son roman (*le Plateau*, 1896-1897). De plus, elle y a publié ses revues de la presse provinciale et ses commentaires bibliographiques (sous le pseudonyme de L. Gorev).

En 1898 la revue a été fermée à cause des obstacles de censure et financières. Les dettes, qui restaient après la clôture du *Messenger du Nord*, ont forcé Gourévitch à faire les traductions. Sa carrière de traductrice a commencé en 1889 quand elle a publié la « Correspondance de Baruch Spinoza ». Dès 1898, Gourévitch s'est mise à la tête du département de traductions du français et de l'allemand dans la maison d'édition Mospoligraphe. Elle a traduit les « Petits poèmes en prose » de Ch. Baudelaire, les œuvres de G. de Maupassant, d'A. France, de Stendhal et a écrit des préfaces les éditions russes de P. Mac Orlan, C. Jung. En 1926, avec Parnok, Gourévitch a traduit le roman de M. Proust « À l'ombre des jeunes filles en fleurs ».

En travaillant comme traductrice, Gourévitch collaborait aux périodiques différents. Elle a publié ses articles dans *la Vie (Zhizn)*, *le Monde de Dieu (Mir bozhi)*, *Notre Vie (Nacha Zhizn)*. Dès 1913, elle est devenue le chef de section littéraire de *la Pensée russe (Rousskaïa misl)*, en travaillant dans le journal *la Libération (Osvobozhdenie)*, qui était imprimé à l'étranger.

Dès milieu des années 1900, Gourévitch s'est occupée principalement de la critique théâtrale. Son premier grand article critique sur le théâtre a paru en 1904 dans la revue *l'Instruction (Obrazovanie)*. Cet article « la Libération de théâtre » était consacré aux spectacles du Théâtre d'art de Moscou en tournée à Saint-Pétersbourg et à K.S. Stanislavski dans le rôle de Brutus. Gourévitch est devenue l'amie de Stanislavski et a corrigé ses livres « Ma vie dans l'art », « La Formation de l'acteur » et les autres. En 1929, elle a écrit le livre « K.S. Stanislavski ».

Gourévitch a publié les comptes rendus, les critiques sur les théâtres, les essais et les feuilletons dans les revues *les Mémoires du nord (Severnie zapiski)*, *les Demandes de la vie (Zaprossi zhizni)* et dans les journaux *le Bulletin russe (Rousskie vedomosti)*, *le Mot (Slovo)*, *les Bruits russes (Rousskaïa molva)*, *le Camarade (Tovarichtch)*.

Dès 1911 jusqu'à 1916, elle a été critique des spectacles et chef de section de théâtre du journal *la Parole (Retch)* (sous les pseudonymes de N.N., El-Gour, Elgour).

L'un des sujets de ses articles littéraires et théâtraux était l'œuvre de A.P. Tchekhov. En 1904, elle a analysé « la Cerisaie » dans le Théâtre d'art de Moscou (*l'Instruction*, n4). En 1910, elle a examiné le rôle des mises en scène de Tchekhov dans l'histoire de Théâtre d'art de Moscou (*les Demandes de la vie*, n16 ; *le Bulletin russe*, n95).

Ses essais et articles essentiels sur la littérature et le théâtre sont recueillis dans le livre « La Littérature et l'Esthétique » (1912). Ces articles étaient mentionnés dans la presse comme un phénomène notable de la littérature critique russe. En 1901, elle a été nommée « observatrice perspicace de la vie actuelle russe » (*La galerie des écrivains russes*, 1901, p.515).

La vie privée de Gourévitch ne répondait pas aux règles adoptées par le monde. C'était une femme laide aux cheveux blancs avec une cigarette dans la bouche. Elle n'était jamais mariée, mais elle avait une fille à qui elle a donné son nom de famille. Depuis 1905, Gourévitch devient une féministe active. En 1907, selon les données du questionnaire des ouvriers de Saint-Pétersbourg, elle a composé l'essai « Le mouvement populaire du 9 janvier 1905 à Pétersbourg ».



Depuis 1917, Gourévitch collaborait aux institutions de théâtre de Petrograd, puis de Moscou, où elle s'est installée en 1920. Le dernier travail de Gourévitch était « L'histoire de la vie quotidienne du théâtre russe » (1939).

Alors, cette femme travaillait comme professionnelle, elle gagnait sa vie au moyen de sa profession de critique et théoricien. Son opinion a été prise en compte dans le monde de théâtre.

Donc, à travers de ces biographies analysées, on peut dire que le rôle des femmes russes dans la presse écrite a beaucoup changé durant la XIX siècle. Si à la première moitié du siècle on voit des tentatives de soulever la question des femmes faites par des hommes, à partir des années 1860, les femmes participent activement dans les mouvements féminins en utilisant comme tribune les pages des journaux et des revues. Grâce à la presse, les femmes ont eu la possibilité de montrer aux hommes qu'elles étaient les membres égales de la société. Aux années 1840, les femmes commencent à s'exprimer dans la presse au moyen des habilités littéraires ce qui était acceptable par la société, car une bonne épouse devait savoir écrire des lettres à son entourage. Vers les années 1860, les femmes publient beaucoup d'articles sur des sujets différents liés à la question des femmes : éducation, profession, droits de travailler, etc. Elles ont des expériences dans leurs domaines et partagent leurs connaissances et leurs désirs de se libérer dans la presse. Et c'est aux années 1880 que les femmes prennent une part active dans la vie de la société. Dès cette période, les femmes travaillent comme journalistes et rédacteurs ce qui montre que l'attitude de la société a été changée. Les femmes ont obtenu les droits et ont joué un rôle important d'un professionnel, d'un membre actif et influent en Russie à la limite des siècles.



## RÉFÉRENCES

- AÏVAZOVA, S. G. "La tradition féministe en Russie". **Les femmes russes dans le labyrinthe de l'égalité**. Moscou : RIK Roussanov, 1998. p. 12-65.
- TOURGUENIEV, I. S. (1851). La nièce - Un roman d'Evgueniia Tur. **Œuvres**. Moscou : Littérature, 1976-1979. 12 v. Disponible sur : [http://az.lib.ru/t/turgenew\\_i\\_s/text\\_1100.shtml](http://az.lib.ru/t/turgenew_i_s/text_1100.shtml).
- TCHEKHOV, A. P. dans les mémoires de ses contemporains (1986). **Maxim Moshkov's Library**, Moscou, s.d. Disponible sur : <http://lib.ru/LITRA/CHEHOW/vosp.txt>.
- IGNATOV, I. (Org.). **La galerie des écrivains russes**. Moscou : Éditions Skirmount, 1901. p. 513-515.

Hamdi Hemaidi

**Claire Démar, saint-simonienne et  
féministe : une insoumission à  
facettes multiples**

## Résumé

Figure atypique du saint-simonisme et du féminisme des années trente du XIXe siècle, Claire Démar a adhéré aux idées du Père Enfantin avant de constater qu'aussi bien le discours que les actes de celui-ci sont en décalage par rapport à ses aspirations à une liberté sans limites et que le ton adopté par ses camarades femmes dans leurs revendications spécifiques n'est pas assez fort pour aboutir à des résultats concrets. Elle a donc décidé d'assumer son insoumission totale en s'inscrivant dans la dissidence. Ses deux ouvrages illustrent cette attitude d'insurgée. Nourrie certes des idées généreuses et séduisantes des saint-simoniens mais jugées conciliantes, elle y a inséré ce qui est requis pour un changement radical. Cette Antigone des temps modernes a contribué à l'émergence d'un monde nouveau.

**Mots clés :** saint-simonisme ; enfantinisme ; féminisme ; dissidence ; mère sociale

## Resumo

Figura atípica do saint-simonismo e do feminismo dos anos 1830, Claire Démar aderiu às ideias do Pai/Padre Enfantin antes de constatar que tanto o discurso quanto os atos dele são em defasagem em relação às próprias aspirações a uma liberdade sem limites e que o tom adotado por suas colegas mulheres em suas reivindicações específicas não é suficientemente forte para ter resultados concretos. Ela decidiu, então, assumir sua insubmissão total ao se inscrever na dissidência. Suas duas obras ilustram essa atitude de insurgente. Certes nutrida das ideias generosas do saint-simonistas, mas julgadas conciliantes, ela inseriu nelas o requerido para uma mudança radical. Esta Antígona dos tempos modernos contribuiu para a ascensão de um mundo novo.

**Palavras-chave:** saint-simonismo; enfantismo; feminismo; dissidência; mãe social

Grâce à la Révolution de 1830, le mouvement féministe français qui s'était étiolé sous l'Empire (1804-1814) et la Restauration (1814-1815 et 1815-1830), a connu un regain d'activité. Les restrictions exercées sur les droits et les libertés par la Monarchie de juillet (1830-1848) ont paradoxalement donné plus de vigueur au combat des femmes désormais solidaire avec celui des ouvriers et des partisans de leur cause.

L'influence des socialismes dits « utopiques » – en particulier des idées de Saint-Simon (1760-1825), de son disciple Barthélémy Prosper Enfantin (1796-1864) dit Père Enfantin et de Charles Fourier (1772-1837) – a largement contribué à la concomitance des deux combats en question.

Un air d'insoumission va souffler sur le XIXe siècle français en guise de riposte aux velléités de retour de l'Ancien Régime et aux conséquences négatives de la révolution industrielle qui commencent à se faire sentir.

C'est dans ce contexte que s'inscrit la révolte des femmes contre le code civil, baptisé Code Napoléon (1804), qui considère celles-ci comme juridiquement inférieures aux hommes et décrète que l'épouse est entièrement dépendante de son mari.

Pour que leur lutte ait un impact réel, des femmes adeptes du saint-simonisme et du féminisme décident de fonder un hebdomadaire baptisé *La Femme Libre* puis *La Femme Nouvelle*, lorsque Suzanne Voilquin en devient la directrice. Celle-ci sollicite la collaboration de plusieurs femmes dont Claire Démar. La décision relative à la création de ce journal a été également suscitée par le fait que les femmes n'étaient plus admises dans les réunions de la communauté dirigée par B. P. Enfantin qui se tenaient à Ménilmontant. Cet acte de remise en cause de la condition d'infériorité infligée au deuxième sexe aussi bien à l'échelle sociale qu'au sein des cercles masculins des mouvements protestataires a donné lieu à la formulation d'idées et de principes qui rendent compte de la détermination de leurs auteures à changer l'ordre des choses. Ainsi peut-on lire dans le premier numéro de *La Femme Libre* qui inscrit les revendications spécifiques dans un cadre aussi bien global, qui concerne toute l'humanité, que restreint, relatif à la classe ouvrière :

---

\* Hamdi Hemaïdi – Professeur de littérature française et francophone à l'Université de la Manouba, Tunisie.

Lorsque tous les peuples s'agitent au nom de *Liberté*, et que le prolétaire réclame son affranchissement, nous, femmes, resterons-nous passives devant ce grand mouvement d'émancipation sociale qui s'opère sous nos yeux ? (JEANNE-VICTOIRE<sup>1</sup>, [1832], p. 1-3).

Le lien organique de la lutte féminine et de la lutte ouvrière est réaffirmé dans le numéro du 8 octobre 1832 : « C'est en affranchissant la femme qu'on affranchira le travailleur, leurs intérêts sont liés et de leur liberté dépend la sécurité de toutes les classes. » (JEANNE-DESIREE, 1832a, p. 36-39)

L'action prônée consiste essentiellement à ne plus accepter un état de fait. Rejet de la sujétion : « Les femmes, jusqu'à présent, ont été des esclaves soumises, ou des esclaves révoltées, jamais libres. » (JEANNE-DESIREE, [1832b], p. 3-6) Rejet du mariage n'instaurant pas l'égalité homme-femme : « Refusons pour époux tout homme qui n'est pas assez généreux pour consentir à partager son pouvoir » (JEANNE-VICTOIRE, [1832], p. 1-3), « Plutôt le célibat que l'esclavage ! » (*id.*) Rejet de la domination masculine qui cache son nom :

N'entendons-nous pas encore dans les mariages civils le mot de *protection* [...] Ce mot de protection ne devrait-il pas être remplacé par le mot *égalité*, et dans les mariages chrétiens, cette phrase de droit divin : Femmes, soyez soumises à vos maris, n'est-elle pas encore plus surannée (VOILQUIN, 1832, p. 35).

Rejet de la jalousie : « Que toute jalousie disparaisse parmi nous. Honneur au mérite, place à la capacité » (JEANNE-VICTOIRE, [1832], p. 1-3).

Seule l'appartenance au saint-simonisme est affirmée et réaffirmée malgré les dissensions qui ont vu le jour au sein de la communauté et malgré les flèches dirigées indirectement contre ceux qui ont décidé de ne pas admettre les femmes dans les débats.

Nous sommes saint-simoniennes, et c'est précisément pour cela que nous n'avons pas cet esprit exclusif qui repousse tout ce qui n'est pas soi. C'est notre nouvelle religion qui nous fait voir en chaque chose, ce qu'il y a de bon de grand, et nous fait chercher et prendre l'élément progressif partout où il se trouve, [écrit Marie-Reine] (MARIE-REINE, [1832], p. 6-8).

---

<sup>1</sup> Pour signer leurs articles, les collaboratrices du journal n'utilisaient que leurs prénoms.

Fait et cause sont pris pour B. P. Enfantin et ses camarades jugés pour immoralité. C'est ainsi qu'est mis à l'index le jury qui a déclaré « coupables d'immoralité des hommes qui ont conçu la pensée de sauver la femme des souillures de la prostitution et des souffrances de l'esclavage. » (JOSEPHINE-FELICITE, p. 3-5)

L'adhésion des féministes aux idées saint-simoniennes est également signifiée par le sous-titre, *Apostolat des femmes*, donné à leur revue, et ce en référence à la décision prise par B. P. Enfantin en 1832, décision qui estime qu'est venu le temps de... l'apostolat.

Comment se situe Claire Démar par rapport à son environnement social et par rapport à sa double appartenance en tant que saint-simonienne et en tant que féministe ? Le fait d'être saint-simonienne et féministe constitue en soi une double insoumission, par rapport à une société régie par des valeurs que Claire Démar rejette. Toutefois, à l'intérieur de la sphère de sa double appartenance, celle-ci ne se contente pas d'être un simple maillon de la chaîne. Elle n'hésite pas à prendre ses distances par rapport aux ténors des deux communautés dont elle fait partie.

En tant que figure atypique, elle incarne une insoumission à facettes multiples que nous nous proposons de décrire ici.

Claire Démar (1799 ou 1800 - 3 août 1833) ou Emilie D'Eymard (nom qu'elle utilise dans les lettres adressées à B. P. Enfantin) a mené jusqu'au bout une vie de contestataire. Son être, son faire et son dire l'attestent. Le choix d'un autre nom (et non d'un simple pseudonyme) constitue son premier acte de révolte. Révolte contre une identité imposée par la famille (le prénom d'Emilie). Révolte contre l'appartenance à une catégorie sociale signalée par la particule de noblesse (D'Eymard). Son amie et éditrice Suzanne Voilquin écrira à ce sujet : « Cette femme jeune encore, d'un extérieur agréable, d'une âme fortement trempée, avait eu le courage d'accepter la pauvreté, de rejeter au loin sa position aisée, mais équivoque et sans considération. » (VOILQUIN, p. 249-254) Puis, d'autres décisions, d'autres actes de révolte suivront. Par rapport à leur époque, ils sont aussi détonnants les uns que les autres. Il y a d'abord eu le refus du mariage. Il y a eu ensuite le refus d'avoir des enfants. Mais elle est allée encore plus loin en voulant créer un nouveau type de relation avec l'être aimé. En effet, pour son entourage, Perret Désessarts, le dernier homme dans sa vie, était son amant. Pour elle, il était plutôt celui avec qui elle voulait

fonder un autre type de rapport homme-femme, afin de briser ce qui a été institutionnalisé. Quel était ce rapport ? Elle cherchait à en définir la spécificité, mais elle n'y était finalement pas parvenue, sans doute faute de conditions favorables. Suzanne Voilquin a bien décrit cette quête désespérée en évoquant le suicide du couple :

Tous ont fait entendre [...] que des rapports intimes existaient entre Claire et Désessarts. Pour qui a sondé le cœur humain, ce fait reste invraisemblable ; s'ils eussent aimé, si l'amour, ce feu créateur, eût animé leurs âmes, ils auraient eu foi en eux [...] car l'amour, pris dans son expression la plus noble, la plus élevée, la plus étendue : n'est-ce pas une croyance, n'est-ce pas une religion, n'est-ce pas la vie ! (*id.*)

La forme extrême et ultime d'insoumission aura été, pour Claire Démar, le suicide. En véritable héroïne tragique, elle a décidé de s'ôter la vie et non d'en laisser l'initiative à une force occulte. Cet acte de désespoir qu'elle a accompli en même temps que son « compagnon » est en fait l'affirmation d'une détermination à fixer elle-même la date de sa mort, au lieu de la subir, et à être jusqu'au bout dans le rejet.

Froissés et fatigués de la lutte qu'ils avaient à soutenir avec le monde, ils ne virent pas sans effroi les obstacles sans nombre que l'égoïsme, ce mal profond qui ronge au cœur de toute société, allait apporter à leurs efforts [écrit Suzanne Voilquin, avant d'ajouter] : Mourir faute de trouver sa place dans la vie... Quelle énergique protestation contre ce qui est. (*id.*)

Ce même type de comportement qui consiste à vouloir constamment faire bouger les lignes est perceptible dans son attitude vis-à-vis des deux communautés auxquelles elle a décidé d'appartenir. En effet, au sein du mouvement saint-simonien, elle constituait en quelque sorte un cas à part puisqu'au départ elle était tiraillée entre deux tendances : « Certainement liée aux républicains, Claire Démar se sentait souvent plus proche de ceux-ci que des saint-simoniens – *je suis encore la femme des barricades* – mais souhaitait leur conversion à la doctrine. » (PLANTE, 1997, p. 481-494) Plus tard, elle n'a pas hésité à rallier les membres qui ont vivement protesté contre l'exclusion des femmes des cercles des débats par B. P. Enfantin et ses apôtres. Rappelons que cette mise à l'écart s'est effectuée en deux temps : il a d'abord été décidé de ne pas permettre aux femmes d'intervenir dans les séances de discussion et de diriger des sections ouvrières, puis de ne pas en tolérer la présence dans le



cénacle. Pour justifier cela, il fallait trouver un prétexte : « Enfantin a écarté les femmes du mouvement au motif que la société n'était pas encore prête à aborder la question de leur libération » (COILLY ; REGNIER, 2006). Un sentiment de désarroi s'était alors emparé des militantes : les « femmes, déjà exclues de la hiérarchie, [...] se sentirent abandonnées, sans trop comprendre- certaines ne l'acceptaient jamais- que le Père puisse les exalter dans son discours et se montrer de plus en plus lointain, sinon inaccessible dans la réalité. » (LEVALLOIS, 2002, p. 13-32) Cependant, au lieu de céder à l'abattement, certaines d'entre elles décident de lancer un journal pour défendre leurs droits, ce qui n'est pas de nature à plaire aux hommes :

Les saint-simoniens et le Père Enfantin ne contribuèrent ni à la fondation ni au progrès de la feuille féministe [...] Enfantin même encouragea une expérience journalistique alternative [...] destinée à la célébration des apôtres du mouvement (LA PETIT[E]..., 2010a).

Alors que certains rattachent cette attitude au tempérament autoritaire, paternaliste et *phallogratique* du chef (COLLIN, 1976, p. 83-84), d'autres expliquent cela par le simple fait que le projet du fondateur du mouvement est essentiellement politique et que le volet de l'émancipation de la femme n'a été abordé que d'une façon incidente : « Il n'y a pas dans l'œuvre de Saint-Simon de grandes incitations à s'occuper de la question féminine » (LA PETIT[E]..., 2010a).

Non seulement Claire Démar n'a pas accepté cette marginalisation, mais également elle s'est opposée énergiquement à la modération de ses camarades féministes dans leurs revendications. Le témoignage de Suzanne Voilquin est fort édifiant à ce sujet :

Vers le commencement d'août 1832, mon activité reçut un nouvel emploi. Deux jeunes filles prolétaires, qui s'étaient également retirées de la rue Monsigny, firent paraître un petit journal hebdomadaire sous le titre de *La Femme Libre*. A leur demande, j'y écrivis dans le second numéro un article bien timide, pour appeler les femmes à une croisade pacifique, afin de combattre à armes courtoises les abus du sexe fort à notre endroit (VOILQUIN, 1866, p. 95).

La non acceptation de la pusillanimité par Claire Démar est confirmée par la même Suzanne Voilquin lorsqu'elle écrit :

Depuis longtemps, je la sollicitais d'écrire dans notre journal [...] Jusqu'au 17<sup>e</sup> numéro, elle avait constamment refusé, disant que le ton du journal était trop modéré [...] Lorsque ce numéro parut, il y eut, dans un article de moi, un passage qui, par sa modération, exaspéra Claire (VOILQUIN, 1833, p. 14).

Comme le note à juste titre Christine Planté, récalcitrante à toute forme de compromis, elle « se méfiait des groupes féminins existant dans le saint-simonisme, qu'il s'agisse des bourgeoises comme Aglaé Saint-Hilaire ou des prolétaires saint-simoniennes de la Tribune des femmes » (PLANTE, 1997).

Cette *pasionaria* avant la lettre est allée jusqu'à enfreindre certaines règles d'écriture en refusant, dans ses lettres à Enfantin, de se « plie [r] aux usages complexes de la typographie saint-simonienne qui impliquait un code de majuscules et de soulignures », signifiant ainsi son « insoumission graphique à l'autorité enfantinienne » (*id.*).

Toutefois, c'est dans les deux ouvrages qu'elle a écrits que l'insoumission de Claire Démar trouve son expression la plus forte.

*Appel d'une femme au peuple pour l'affranchissement de la femme* (1833), le premier ouvrage, est à lui seul porteur d'un titre-programme : la revendication par une femme de l'émancipation de la femme. Le choix des vocables constitutifs du titre rend compte du souci d'être aussi vigoureuse que percutante : le livre « respire l'alacrité de ce qui est déterminé à démasquer la trivialité de la norme sociale. L'emploi du terme affranchissement fait référence à l'esclavage, question d'actualité. » (DEMAR, 2001, p. 9) Cet *Appel* consiste essentiellement en un ensemble de critiques, de dénonciations et d'exigences liées à cette revendication. La première série de critiques est dirigée contre le Code Bonaparte, qui a institutionnalisé la soumission de la femme : « Vous avez écrit dans votre Code civil, *la femme doit obéissance à l'homme* » (DEMAR, 1833, p. 65). Cette décision est, selon elle, erronée parce que basée sur une tricherie qui ne respecte pas le principe du contrat : « Est-ce qu'il est reconnu légal parmi vous, quand vous passez un bail, un contrat, que l'une des parties impose des clauses à l'autre, et que cette dernière n'ait pas le droit d'en discuter les conditions ? » (*id.*, p. 65-66) A cette remise en question de la légalité du mariage s'ajoute le fait que les femmes n'ont pas participé à l'élaboration de ce code civil : « Ont-elles assisté à sa rédaction ? » (*id.*, p. 66) Quant à la demande

d'approbation adressée à l'épouse, elle est tout simplement considérée comme une obligation déguisée :

Aux termes de la loi, l'officier municipal pose toujours cette question à la femme qu'il marie : *Acceptez-vous, oui ou non ?* [...] Lorsqu'on entend une semblable formule [...] ne penserait-on pas plutôt entendre un usurier dire à son client, alors que ce dernier n'a plus espoir de vivre si on lui refuse de l'argent : *Monsieur, cent pour cent, c'est à prendre ou à laisser.* Pitié des lois faites ainsi ! (*Id.*)

Dans le sillage du dévoilement des lacunes du Code Bonaparte, Claire Démar s'attaque au mariage en tant que pratique sociale. La fille est, écrit-elle, « jetée dans les bras d'un étranger, comme, ou à peu près comme un fardeau importun ; la voilà contrainte de donner, si ce n'est son amour, du moins ses caresses, à un individu qui l'a prise pour femme, parce qu'elle était belle ou bien qu'il voulait devenir riche ». Cette pratique est condamnée d'une façon énergique : « Voilà ce qui peut s'appeler de la prostitution *de par la loi.* » (*ibid.*, p.71) En tant que saint-simonienne, elle reprend ici à son compte l'idée développée par Enfantin et selon laquelle le mariage est une relation de *convenance* qui s'établit entre personnes à « affections profondes » (i.e. fidèles) et personnes à « affections vives » (i.e. inconstantes) et qui est, de ce fait, une négation de l'amour (LA PETIT[E]..., 2010b).

D'autres pratiques sociales sont également remises en cause. Il s'agit en particulier de l'éducation inculquée aux filles, quelle que soit leur origine sociale. Du côté des familles aisées, on en fait des inadaptées :

Riche, on la [la fille] met dans un pensionnat : qu'apprend-elle là qui lui fasse connaître le monde ? On voudrait lui laisser ignorer jusqu'à la forme d'un homme, et la danse, la broderie, le dessin des fleurs, la lecture des fables, voilà de quoi se compose toute son éducation. » (DEMAR, 1833, p. 71)

Du côté des familles de condition modeste, on les prépare à l'acceptation de la soumission et de l'exploitation sans broncher :

La fille du peuple [...] va-t-elle à l'école ? Oui, quelquefois à l'école des Sœurs de la Charité, où elle apprend des prières et des cantiques qu'elle ne comprend pas ; sortie de là, va-t-elle en apprentissage ? Oui et non, c'est-à-dire on la met chez une couturière, une blanchisseuse, n'importe, où elle fait des commissions et promène les enfants de sa maîtresse ; puis, plus âgée elle devient ouvrière ; elle

gagne, en travaillant depuis sept heures du matin jusqu'à neuf heures du soir, elle gagne quinze sous par jour » (*id.*, p. 72).

Nous décelons ici les deux voix qui parlent en elle, celle de l'origine sociale et celle de la prolétaire, et qu'elle fait entendre pour donner plus de véracité à ses propos, pour s'attaquer à la fois à une situation et à un ordre établi non compatibles avec ses convictions idéologiques.

Les dénonciations, elles, font flèche de tout bois. Reproches et accusations sont en effet multiples et multiformes. Ils se limitent parfois à une simple constatation de l'injustice faite aux femmes : « Il est assez d'usage qu'on oublie de mentionner les femmes alors même qu'on parle du peuple dont elles composent la plus grande partie » (*id.*, p. 65). Mais ils accèdent rapidement à un niveau supérieur pour cibler les intellectuels, leur vision étriquée de l'amour et leur manque d'engagement en faveur de la cause féminine :

Hommes de sciences vastes, de prévoyance incommensurable, dites, qu'avez-vous fait pour elles, pour elles que vous aimez encore, mais sournoisement, lubriquement et d'une manière indigne d'hommes qui accorderaient quelque gloire à l'amour ? » (*id.*)

La teneur des propos concerne la gent masculine d'une manière générale, mais quand on la met en relation avec son contexte, on ne peut s'empêcher d'y voir une vive protestation contre la mise à l'écart des femmes par le Père Enfantin et ses apôtres. Il appert en effet qu' « A côté des grandes proclamations théoriques masculines sur l'inéluctabilité de l'affranchissement des femmes, la pratique et les attitudes des hommes saint-simoniens (et surtout de leur leader Enfantin) viennent accentuer l'enfermement et l'exclusion des femmes » (ELHADAD ; FRAISE, 1976, p. 109). En bonne saint-simonienne, Clair Démar n'hésite pas non plus à s'attaquer aux rémanences de l'Ancien Régime qui perpétuent les valeurs et les pratiques du système féodal :

Arrière [...] vos Chartes [...] où l'on déclare les hommes égaux devant la loi quand parmi ces mêmes hommes le petit nombre accumule dans l'oisiveté toute la masse de richesses et de bonheur arrachée par l'autre des entrailles de la terre ou des combinaisons du cerveau, par l'autre qui meurt de faim en travaillant pour le riche qui papillonne à rien faire. (DEMAR, 1833, p. 68)

En plus des critiques de la Révolution Française perceptibles dans le discours des adeptes de Saint-Simon se profile ici leur cher désir de remodeler la société en bannissant la propriété et en instaurant une nouvelle conception du travail qui reconnaît l'apport déterminant des actifs. En effet, leur doctrine visait à « ébranl[er] l'ordre social fondé sur les privilèges de la naissance et de la transmission de l'héritage » et à « mett[re] en péril l'institution familiale, que la *Famille* saint-simonienne, unie par le seul lien religieux de l'amour, contestait de façon radicale » (LEVALLOIS, 2002, p. 22).

Les critiques et les dénonciations, malgré leur vigueur, ne sont donc pas ici de simples cris de révolte. Elles se rattachent à un projet conçu pour les femmes et pour la société tout entière. Quatre principaux volets forment les éléments constitutifs de ce projet. Ils sont formulés en termes d'appels. Dans un premier appel, Claire Démar invite à une redéfinition de l'amour en vue de le dissocier de la « faiblesse » et de la « débauche ». Elle écrit en soulignant : « *Sagesse, force et beauté* [...] Ces trois aspects forment le nouvel amour qui doit embrasser le monde, l'amour qui est la vie » (DEMAR, 1833, p. 67). Dans un second appel, elle préconise un changement total de la loi « Nous voulons une législation telle qu'une moitié de la société cesse d'être en lutte avec l'autre. » (*id.*) Le troisième appel consiste en une invitation à œuvrer pour l'émergence d'une nouvelle catégorie, celle de l'individu social : « L'individu social complet, c'est l'homme et la femme, dont nous sommes les mères, les sœurs et les épouses, mais dont nous ne voulons pas être les très humbles servantes, car nous sentons clairement que nous sommes nées libres comme l'homme » (*id.*, p. 66). Quant au quatrième appel, il se situe dans la lignée du principe saint-simonien du progrès : « La révolution dans les mœurs conjugales doit être permanente : elle se fait à toute heure, en tout lieu. » (*id.*, p. 68)

Ainsi, se trouve ici affirmée la touche féminine conférée à ces principes saint-simoniens : l'amour comme substitut des relations familiale et matrimoniale, l'égalité homme-femme, le progrès et l'émergence de l'individu social. Elle se réfère explicitement à ce que déclarent aussi bien le fondateur que le disciple : « L'individu social se compose d'un homme et d'une femme » (Saint-Simon cité par REGNIER, 2005, p. 95), « A chacun suivant sa capacité, à chaque capacité suivant ses œuvres, voilà le droit nouveau » (Enfantin cité par LEVALLOIS, 2002, p. 22).

Dans *Ma Loi d'avenir* (1834), le second ouvrage, le ton est devenu plus ferme, les remises en question se sont intensifiées et les revendications sont formulées d'une manière plus précise. Consciente de la virulence de ses propos et du caractère audacieux de ses propositions, par rapport à son époque, Claire Démar assume totalement le ton et la teneur de son discours : « Et moi femme, je parlerai, qui ne sais pas tenir ma pensée captive et silencieuse au fond de mon cœur [...] , mettre à la VÉRITÉ une robe de gaze, arrêter au bord des lèvres une parole franche, libre, audacieuse, une parole nue, vraie, acerbe, poignante » (DEMAR, 1834, p. 24), « Mon choix est fait : je parle. Vienne à présent la calomnie, avec son cortège de railleries piquantes, de mots amers, d'insinuations perfides. Je suis prête. Vienne l'anathème, la persécution, encore une fois je suis prête. » (*id.*, p. 37) En effet, ces propos lui vaudront un désaveu de la part des membres de sa communauté, aussi bien hommes que femmes, désaveu qui la conduira au suicide.

L'ouvrage prend la forme d'un manifeste invitant à l'adoption d'une nouvelle morale qui, selon l'auteure, va totalement changer les rapports sociaux :

J'appelle de tous mes vœux l'heure sainte qui établira les relations de l'homme et de la femme sur les bases de cette loi morale nouvelle, qui, résultant du concours sympathique et simultané de l'homme et de la femme, entourera l'homme et la femme d'un lien d'amour religieux et pur ! Heure [...] qui, pour la grande famille des hommes, ouvrira une ère nouvelle de vie sociale ! (*id.*, p.25)

Quels sont donc les éléments constitutifs de cette nouvelle morale ? Elle est d'emblée définie par ce qu'elle ne sera pas et rattachée à un antichristianisme radical qui puise sa vigueur dans le saint-simonisme : « Longtemps encore nous nous débattons dans cette atmosphère pestilentielle de la loi morale chrétienne, qui nous étouffe » (*id.*). Elle est de ce fait explicitement reliée au projet d'Enfantin de fonder une nouvelle religion qui se démarque totalement du catholicisme : « la religion qu'il prônait [...] entendait [...] pratiquer la réhabilitation de la matière. » (LEVALLOIS, 2002, p. 23) L'instauration de cette morale est confiée par Démar à un guide qu'elle appelle soit « la femme messie » soit « la femme rédempteur » et dont elle définit la nature du discours : « La parole de la FEMME RÉDEMPTEUR SERA UNE PAROLE SOUVERAINEMENT RÉVOLTANTE, car elle sera la plus large, et conséquemment la plus satisfaisante à toute nature, à toute volonté. » (DEMAR, 1834, p. 28) Là encore,

elle entend se situer dans la continuité de la pensée du leader mais c'est pour le pousser à aller encore plus loin. Elle ne conteste pas son statut de Père, elle milite toutefois, au nom de l'égalité, pour qu'une véritable place soit accordée à la Mère au sein de la hiérarchie : « Le Père [...] promet une place à la Mère- mais sous condition que plus puissante que l'homme religieusement, elle ne le soit pas politiquement » (RABAUD, 1980). Il est donc impératif que la promesse se transforme en acte et que les restrictions tombent.

Deux principes généraux régissent la morale en question : la liberté totale et ce que, à la suite de James de Laurence, Claire Démar appelle le « mystère » (i.e. la discrétion absolue) par opposition à la « publicité » (i.e. le fait de rendre public) recommandée par le Père. C'est ce qui fera dire à Christine Planté que « sa plus visible divergence avec la doctrine infantinienne et les rédactrices de *la Tribune des femmes* concerne la question de la publicité », puisqu'elle « prend [...] résolument parti pour le droit au secret » (PLANTE, 1997). Les deux principes mentionnés sont énoncés comme suit : « Je crois [...] au besoin, à la nécessité d'une liberté sans règles ni limites, et une liberté aussi large que possible, appuyée sur le mystère, dont je fais la base de la morale nouvelle. » (DEMAR, 1834, p. 32)

Il découle de ces deux principes la nécessité d'entreprendre une double action. La première consistera à rendre à la matière et à la chair la place qu'elles méritent après qu'elles eurent été longtemps honnies par la religion « Nous réclamons la réhabilitation de la chair flétrie, torturée depuis tant de siècles sous la loi chrétienne [...] Les temps sont venus où la *chair* doit être *réhabilitée*, où la *matière* sera *l'égale*, non *l'esclave* de *l'esprit*. » (*id.*, p.35) Là il ne s'agit pas seulement de s'inscrire dans la lignée de l'idéologie saint-simonienne, adoptée mais considérée comme conciliante ; l'action revendiquée se veut radicale, plus ferme que le réformisme d'Enfantin. Par rapport à la « condamnation civile et religieuse de la femme [née] de la mortification de la chair infligée par le catholicisme » et à la « séparation entre matière et esprit » qui en est dérivée, celui-ci « propose de recoudre une déchirure historique, en rejoignant les deux substances divisées de l'être, éloignées l'une de l'autre » (LA PETIT[E]..., 2010a).

La seconde action aura trait à l'observation d'une période d'essai par le couple, période où « il faudra donc se connaître, se mettre en rapport, s'étudier, s'essayer plus

ou moins longtemps » (DEMAR, 1834, p. 33). Pour Claire Démar, cette entreprise passera inéluctablement par « L'ÉPREUVE de la MATIÈRE par la MATIÈRE, l'ESSAI de la CHAIR par la CHAIR » (*id.*, p. 36). Dans la foulée, cela posera la question de la publicité : « A quel point déterminé devra [...] s'arrêter le mystère ? Qui marquera l'heure précise de la publicité ?... Nous sommes forcément obligés, sur ce point, de nous en remettre au libre arbitre des intéressés » (*id.*, p. 38). La « dynamique de la transgression » instaurée par le saint-simonisme et incarnée par Enfantin à travers « sa liberté à parler de la chair et du sexe » (LEVALLOIS, 2002, p. 30) se trouve ici largement distancée par une attitude extrême.

Ceci étant, est-il pour autant nécessaire de passer à l'étape suivante, celle du mariage ? Même si « de l'amour, de l'union des deux sexes, il doit [...] résulter en définitive une œuvre, une création nécessaire » (DEMAR, 1834, p. 35), Claire Démar ne voit ni la nécessité ni l'utilité de conclure un acte condamné d'une manière ou d'une autre à l'échec : « Le mariage n'est-il pas une suite continue et prolongée d'essais qui doit tôt ou tard aboutir, du moins pour les natures mobiles, à un refroidissement, à une séparation » ? (*id.*, p. 38-39)

Pour la saint-simonienne féministe qu'est notre auteure, mariage et progrès sont donc incompatibles. L'adoption du progrès comme idée fondamentale par les saint-simoniens implique, selon elle, le rejet de toute forme de constance, d'inertie : « La mobilité est la condition du progrès et je ne saurais concevoir d'autre immobilité, d'autre constance que celle de Dieu ». Par conséquent, « C'est par la proclamation de la loi d'inconstance que la femme sera affranchie, mais seulement par là. » (*Id.*, p. 49) Ces propos nés d'une intransigeance absolue et provocante à dessein ne cadrent pas avec ceux, nuancés, de B. P. Enfantin. Celui-ci divise les individus en deux catégories, celle des êtres à affections profondes et durables et celle des êtres à affections vives, passagères (Enfantin cité par LA PETIT[E]..., 2010b). Seule la deuxième catégorie s'inscrit dans la logique de l'inconstance et simule une acceptation des liens du mariage par pure *convenance*. Par conséquent, c'est cette hypocrisie qui est condamnable et non le mariage en tant que tel puisque les saint-simoniens n'en rejettent pas le principe (GAY, 1864). L'analyse de Démar puise exclusivement ses éléments dans les choses vues, celle d'Enfantin étend l'observation des faits aux



domaines littéraires et « transpose sur le plan social les fictions [romanesques] » du début du XIXe siècle dans lesquelles

l'homme raconte ses aventures amoureuses avec désinvolture, [...] vit à son gré le drame de la volupté mais sans encourir la réprobation sociale [...] Et la femme qui ne se conforme pas au code de comportement qu'il est convenu de respecter même dans une relation amoureuse, est une personne extravagante ou inconsciente (LA PETIT[E], 2010b).

Dans la logique du progrès/inconstance tel que conçu par Démar, plusieurs aspects de la relation homme-femme sont redéfinis autrement. Le sentiment d'amour tel qu'il est éprouvé dans les conditions actuelles est perçu comme une pratique qui dissimule l'hypocrisie sociale :

De toutes [les] définitions [de l'amour] qui ont grossi tant de gros volumes, une seule me paraît belle de vérité, de concision et d'énergie, celle de Madame de Staël [...] Oui, femme étrange, illustre écrivain, tu as dit vrai : oui, jusqu'à ce jour, l'amour n'a été que de *l'égoïsme à deux*, l'homme n'a aimé que lui-même dans la femme, la femme n'a cherché que sa propre satisfaction auprès de l'homme (DEMAR, 1834, p. 45).

La fidélité, elle, est considérée comme l'expression d'un handicap : elle « n'a presque toujours reposé que sur la crainte ou l'impuissance de faire mieux ou autrement » (DEMAR, 1834, p. 49). Elle est même accusée d'être responsable de tous les comportements déviants : « Adultère, ruse, mensonge, voilà donc où nous retombons sans cesse avec la *loi de constance* » (*id.*, p. 47). En bonne saint-simonienne, Claire Démar fustige la jalousie, car considérée comme une forme de propriété :

La jalousie, qu'est-ce autre chose [...] que l'expression la plus haute, la mieux prononcée de cet égoïsme qui rapporte tout à soi, qui voudrait, exempt de toute condition, de toute entrave, de toute abnégation personnelle, enchaîner à jamais, le corps et l'esprit, la pensée, le vouloir, la sensation de tout être aimé, le courber à sa loi, à son plaisir, à son caprice ? – La jalousie, qu'est-ce autre chose que le sentiment antisocial de propriété qui vous fait dire : mon château, mon domaine, ma maison » (*id.*, p. 47-48).

Dans un ultime acte de révolte, l'auteure de *Ma Loi d'avenir* lance une invitation à s'insurger contre la légitimité et la sacralité du pouvoir paternel et de ses implications. Cette forme de tutelle est présentée comme étant une usurpation

d'autorité : « Ce titre de père ne peut être véritablement attribué qu'à Dieu ; car quoique chacun sache qu'il a un père, personne ne peut savoir avec exactitude quel fut son père » (*id.*, p. 55).

Poussée jusqu'au bout, la remise en question de l'autorité paternelle conduit Claire Démar à une négation de l'héritage et de la filiation : « L'héritage [est] un privilège de la naissance et [...] tous les privilèges de la naissance doivent être abolis, sans exception » (*id.*, p. 57), écrit-elle à ce sujet. Elle ajoute plus loin, pour appuyer cette idée : « Plus de maternité, plus de loi du sang » ! (*id.*, p. 58)

Les parents biologiques sont ainsi remplacés par une nouvelle instance salvatrice pour la femme et pour l'humanité : la mère sociale. En clamant haut et fort : « Je m'aventure à élever la voix pour la loi de liberté, contre la loi du sang, la loi de génération » (*id.*, p. 55), Claire Démar formule enfin sa loi d'avenir en ces termes : « Vous voulez affranchir la femme ! Eh bien, du sein de la mère du sang, portez le nouveau né aux bras de la mère sociale [...] et l'enfant sera mieux élevé » (*id.*, p. 59).

Un écart se creuse ici par rapport à la doctrine saint-simonienne. Il révèle indirectement l'influence d'un autre courant :

Cette contestation sans appel de la famille et des liens du sang - dans laquelle la dette envers Fourier, qu'elle ne cite pas, semble plus forte que celle envers Enfantin - aboutit à l'affirmation d'un droit de l'enfant comme individu libre (PLANTE, 1997).

Fortement consciente du caractère particulièrement subversif des idées et des écrits de Claire Démar, Suzanne Voilquin mettra l'accent sur « cette parole neuve » énonçant une « vérité toute nue », « dépouillée de sa dernière gaze ». Pour elle, *Ma Loi d'avenir*, « ce grand cri de liberté » est, en effet, « le plus fort et le plus énergique qui ait été jeté au monde par une voix de femme » (SUZANNE, 1834, p. 57).

C'est essentiellement à ce niveau-là que se situe le combat de cette féministe, saint-simonienne certes, mais surtout engagée dans la défense de la cause du deuxième sexe. Suzanne Voilquin ne s'y est pas trompée en écrivant : « Toute la face politique des nouvelles théories ne fut pas pour elle l'objet d'un examen sérieux ». Puis elle ajoute à juste titre : « L'activité de son âme se porta tout entière sur la transformation de la morale. Chercher une nouvelle conception où les deux sexes

puissent se livrer sans honte et sans dégradation à ce besoin si puissant et si naturel d'aimer, fut son unique préoccupation » (*id.*, p. 14).

Les féministes du XXe siècle ont apprécié à sa juste valeur cette triple *dissidence* initiée par Claire Démar : celle d'une auteure « qui ose dire au Père qu'elle a été plus loin que la Morale qu'il a proclamée » bien qu'elle ait adhéré à sa pensée, celle de prolétaires saint-simoniennes qui bravent leurs camarades hommes en fondant un journal propre à elles et celle de ces mêmes prolétaires qui se démarquent des bourgeoises de leur communauté (ELHADAD ; FRAISE, 1976, p. 112). Cette insoumission est d'autant plus appréciable que les questions soulevées sont toujours d'actualité, comme le confirme Laure Adler dans un ouvrage consacré aux premières femmes journalistes (1830-1850).



## RÉFÉRENCES

- ADLER, Laure. **A l'Aube du féminisme** : les premières journalistes, 1830-1850. Paris : Payot, 1979.
- Au cœur de la symbologie saint-simonienne. **La Petit[e] Bougie** : histoire et imaginaire. 8 jul. 2010b. Disponible sur : <<http://lapetitbugie.blogspot.com.br/2010/07/au-cur-de-la-symbologie-saint.html>>
- Aux racines du féminisme saint-simonien. **La Petit[e] Bougie** : histoire et imaginaire. 8 jul. 2010a. Disponible sur : <<http://lapetitbugie.blogspot.com.br/2010/07/aux-racines-du-feminisme-saint-simonien.html>>.
- COLLY, Nathalie ; REGNIER, Philippe (Org.). **Le Siècle des saint-simoniens** : du nouveau christianisme au canal de Suez. Paris : BNF, 2006
- COLLIN, Françoise. Claire Démar : L'Affranchissement des femmes. **Cahiers du GRIF**, n° 12, 1976, p. 83-84.
- CORBIN, Alain et al (Org.). **Femmes dans la cité** : 1815-1871. Paris : Créaphis, 1997.
- DEMAR, Claire. **Appel d'une femme au peuple pour l'affranchissement de la femme**. 1833.
- \_\_\_\_\_. **Ma Loi d'avenir**. Ouvrage posthume publié par Suzanne [Voilquin]. Paris : Tribune des femmes, 1834.
- \_\_\_\_\_. **Textes sur l'affranchissement des femmes**. Postface de Valentin Pelosse. Paris : Payot, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Appel au peuple sur l'affranchissement de la femme**. Présentation de Valentin Pelosse. Paris : Albin Michel, 2001.
- ELHADAD, Lydia ; FRAISE, Geneviève. « L'affranchissement de notre sexe » : À propos des textes de Claire Demar réédité par Valentin Pelosse. **Les Révoltes Logiques**, Paris, n° 2, p. 105-120, printemps-été 1976.
- GAY, Jules. **Bibliographie des ouvrages relatifs à l'amour, aux femmes, au mariage**. Paris : Ed. Jules Gay, 1864.
- JEANNE-DESIREE. Amélioration du sort des femmes et du peuple par une nouvelle organisation du ménage. **La Femme Nouvelle**, 10 octobre 1832a, p. 36-39.
- \_\_\_\_\_. Article sans titre. **La Femme Libre**, n° 1, [15 août 1832b], p. 3-6.
- JEANNE-VICTOIRE. Appel aux femmes. **La Femme Libre**, n° 1, [15 août 1832], p. 1-3.
- JOSEPHINE-FELICITE. Procès des apôtres. **La Femme de l'Avenir**, s.d., p. 3-5.
- LEVALLOIS, Anne. Point de vue psychanalytique sur la « Famille saint-simonienne ». In : REGNIER, Philippe (Org.). **Etudes saint-simoniennes**. Lyon : Presses universitaires de Lyon, 2002. p. 13-32.
- MARIE-REINE. Article sans titre. **La Femme Libre**, n° 1, [15 août 1832], p. 6-8.
- PLANTE, Christine. La parole souverainement révoltante de Claire Démar. In : CORBIN, Alain et al (Org.). **Femmes dans la cité** : 1815-1871. Paris : Créaphis, 1997. p.481-494.

RABAUD, Jean. « A l'Aube du féminisme. Les Premières journalistes 1830-1850 », par Laure Adler. **Esprit**, Paris, p. 179 janvier 1980.

REGNIER, Philippe. Corps du Roi, corps du Christ : la personne symbolique et les théories charnelles du Père Enfantin, chef suprême de l'Eglise saint-simoniennes. In : ROULIN, Jean-Marie (Org.). **Corps, littérature, société** (1789-1900), Publications de l'Université de Saint-Etienne, 2005. p.91-108

VOILQUIN, Suzanne. Croisade pacifique. **La Femme Libre**, Paris, n° 2, 25 août 1832, p. 35.

\_\_\_\_\_. Suicide de Claire Démar et de Perret Désessarts (11 août 1833). **La Femme Nouvelle**, s.d. p. 249-254.

\_\_\_\_\_. Notice historique. In : DEMAR, Claire. **Ma Loi d'avenir**. Ouvrage posthume publié par Suzanne [Voilquin]. Paris : Tribune des femmes, 1834. p.5-20.

\_\_\_\_\_. **Souvenirs d'une fille du peuple**. [Paris] : [s.n.], 1866.

ZENKINE, Serge. L'Utopie religieuse des saint-simoniens : la sémiotique et le sacré. In : REGNIER, Philippe (Org.). **Etudes saint-simoniennes**. Lyon : Presses universitaires de Lyon, 2002. p. 33-36.

Rafael Balseiro Zin

**Maria Firmina dos Reis  
e seu conto “A escrava”:  
consolidando uma literatura  
abolicionista**

## Resumo

A publicação de “A Escrava”, obra que representa o auge da maturidade intelectual de Maria Firmina dos Reis, ocorreu em 1887, poucos meses antes da promulgação da Lei Áurea. Diferentemente da tessitura social em que a autora estava inserida quando escreveu seu romance *Úrsula*, de 1859, a essa altura dos acontecimentos, os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados, o que influenciaria significativamente os rumos de sua literatura. Veiculado no terceiro número da *Revista Maranhense*, em São Luís, o texto denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro e chama a atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados, do mesmo modo em que aponta para o lugar obscuro que cercava as mulheres naquele contexto político-cultural de final de século. Levando em consideração esse cenário, a presente reflexão tem por objetivo analisar, justamente, as ideias da autora contidas em seu conto “A Escrava”.

**Palavras-chave:** Maria Firmina dos Reis; “A escrava”; Brasil; século XIX

## Abstract

The publication of “The Slave”, a work that represents the peak of the intellectual maturity of Maria Firmina dos Reis, occurred in 1887, a few months before the promulgation of the “Áurea Law”. Unlike the social fabric in which the author was inserted when she wrote her novel *Úrsula*, of 1859, by this time, the winds were already blowing with greater intensity in favor of the liberation of the enslaved Africans and Afrodescendants, which would significantly influence the direction of their literature. Published in the third issue of *Revista Maranhense*, in São Luís, the text denounces the injustices arising from the Brazilian slave system and draws attention to the subhuman conditions to which the captives had been relegated, just as it points to the obscure place that surrounded Women in that political-cultural context of the end of the century. Taking into account this scene, the present reflection aims to analyze, precisely, the ideas of the author contained in her tale “The Slave”.

**Keywords:** Maria Firmina dos Reis; “The slave”; Brazil; 19th century

## Introdução

Nascida em 11 de outubro de 1825, na ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão, Maria Firmina dos Reis foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Menina negra e bastarda, vivendo sob condições de segregação racial e social latentes, aos cinco anos, teve que se mudar para a vila de São José de Guimarães, ligada ao antigo município de Viamão, localizado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos (LOBO, 2006, p. 193; DUARTE, 2009, p. 263). Por lá, cresceu em companhia da avó, da mãe e de suas duas únicas amigas, a prima Balduína e a irmã Amália Augusta dos Reis. Distanciada das efemérides políticas típicas de uma capital do Império, a acolhida que teve na casa da tia materna, melhor situada economicamente, foi fundamental para a sua primeira formação (MOTT, 1988), além do apoio que teve de um primo, também por parte de mãe, o jornalista, escritor e gramático Francisco Sotero dos Reis, “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas” (LOBO, 1993, p. 224). Já adulta, em 1847, aos vinte e dois anos, Firmina é aprovada em um concurso público para a *Cadeira de Instrução Primária* em Guimarães, que já atingira a condição de município, tornando-se, assim, a primeira professora efetiva a integrar os quadros do magistério maranhense, função que ocuparia até o início de 1881, ano em que se aposenta e em que funda, aos cinquenta e cinco anos, no vilarejo de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do estado, dessa vez, dedicando-se aos filhos de lavradores e de donos de terras da região (MORAIS FILHO, 1975). É, portanto, algo pouco factível para as condições da época e que evidencia o fato de ter sido ela uma mulher consciente do papel de transformação que poderia desempenhar naquela sociedade.

Do ponto de vista da produção intelectual, Maria Firmina dos Reis não deixa a desejar. A primeira obra sua de que se tem notícia, *Úrsula*, foi publicada em 1859, na cidade de São Luís, pela Tipografia do Progresso. Sob o heterônimo “*Uma Maranhense...*”, a autora aborda a questão do cativo a partir do entendimento do negro, perspectiva essa que nortearia outros trabalhos (DUARTE, 2005). É interessante observar que, num momento em que as mulheres viviam submetidas a um sem-

---

\* Rafael Balseiro Zin – Sociólogo e doutorando em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



número de limitações e de preconceitos, a ausência do nome, somada à indicação da autoria feminina, aliam-se ao tratamento “absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro” (DUARTE, 2009, p. 265). No ano seguinte à publicação de seu romance inaugural, Firmina passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos, divulgando, n’*A Imprensa*, um primeiro poema utilizando, ainda sob o manto protetor, as iniciais M.F.R. Em 1861, participa da antologia poética *Parnaso Maranhense*, e o jornal *O Jardim das Maranhenses* dá início à publicação de seu segundo trabalho, o conto *Gupeva*, de temática indianista e que fora veiculado em forma de folhetim, prática recorrente no período (HALLEWELL, 1985). Tendo em vista a boa aceitação da obra, em 1863, o jornal *Porto Livre* republica *Gupeva*. Em 1865, a autora brinda o seu público leitor, em momentos diversos, com o lançamento de novos poemas e, uma vez mais, *Gupeva* é reimpresso, agora pelo jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações de estilo, mas sem alterar seu conteúdo. Suas publicações chamam a atenção de leitores e repercutem nos meios intelectuais, o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher negra e de poucos recursos, vivendo distante dos perímetros da Corte: a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais.

Rompendo com as barreiras do patriarcado e manifestando o exemplo de sabedoria e determinação, Maria Firmina dos Reis continua fértil em sua produção literária, trazendo a lume, em 1871, os poemas de *Cantos à beira-mar*, publicados pela Tipografia do País, também em São Luís. Anos mais tarde, em 1887, num período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a um “problema que exigia solução” (CHALHOUB, 2012), no auge das campanhas abolicionista e republicana, a escritora lança n’*A Revista Maranhense*, nº 3, além de novos poemas, o conto “A escrava”. Vale dizer que esse texto é mais um ato intelectual de consciência social de Firmina contra o estigma dos negros no Brasil do que um manifesto contra a servidão, propriamente, ainda que se perceba um forte viés político contido nas entrelinhas. Para completar sua trajetória, além de ter contribuído de maneira significativa na imprensa

maranhense com ficções, crônicas e até enigmas e charadas,<sup>1</sup> a autora atuou como folclorista,<sup>2</sup> na recolha e na preservação de textos da literatura oral; e como compositora, sendo responsável, ao mesmo tempo, pela elaboração, com letra e música, do *Hino da libertação dos escravos*, de 1888 (MORAIS FILHO, 1975; DUARTE, 2009), além de ter contribuído com a criação de algumas canções de caráter folclórico para folgedos populares, como a pastoral e o bumba meu boi.

De modo sucinto, essa breve cronografia serve para mostrar que Maria Firmina dos Reis teve participação relevante como cidadã e intelectual no Império, “ao longo dos noventa e dois anos de uma vida dedicada a ler, escrever e ensinar” (DUARTE, 2009, p. 264). No Maranhão de seu tempo, ainda que tenha vivido como uma mulher negra e livre em meio a uma ordem social, política e econômica escravagista (FRANCO, 1969), foi considerada pelos seus pares como um exemplo de erudição. Sua popularidade deve ter sido tão grande em Guimarães, que, até hoje naquela cidade, “a uma mulher inteligente e instruída chamam-na Maria Firmina” (MOTT, 1988, p. 62). Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural maranhense oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através do magistério e da literatura, contribuir para a construção de um país mais justo e sem opressão, a escritora ficou esquecida por muitos anos, provavelmente, por conta de um possível silenciamento ideológico vindo das elites condutoras da vida intelectual brasileira. Faleceu, em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria, na casa de uma amiga que vivera como escrava e em companhia de Leude Guimarães, um de seus filhos de criação. O resultado disso é que “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 265).

---

<sup>1</sup> De acordo com Zahidé Muzart (1999, p. 264), Maria Firmina dos Reis colaborou assiduamente com vários jornais literários, além dos já mencionados, como *Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *Federalista* e outros, publicando seus enigmas e charadas, um passatempo bastante apreciado pelos leitores desses periódicos.

<sup>2</sup> Criada por Mário de Andrade em 1936, enquanto atuava como diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, a *Sociedade de Etnografia e Folclore* foi uma entidade que, de acordo com seus estatutos, tinha por objetivo “promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”, tendo, como membros-fundadores, pesquisadores das primeiras turmas de cientistas sociais dos cursos universitários paulistas. Em 1938, Mário de Andrade reuniu uma equipe de entusiastas com o intuito de catalogar as músicas tradicionais do Norte e Nordeste brasileiros e instituiu a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, que tinha como objetivo declarado, como consta na ata da sua fundação, “conquistar e divulgar a todo país, a cultura brasileira” (CAVALCANTI, 2004). Note-se que, antes de Mário de Andrade, Maria Firmina já trazia consigo essa preocupação.

De maneira um tanto peculiar, os escritos de Maria Firmina vêm à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi “descoberto”, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida (MUZART, 1999), que, ao garimpar a identidade do heterônimo “*Uma Maranhense...*” no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres, além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora (LOBO, 1993, p. 224). Tendo compreendido a importância histórica e literária da obra, depois de ter preparado, em 1975, uma edição fac-similar do texto, Almeida doou seu achado a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Desde então, foram publicadas mais duas edições do livro, nos anos de 1988, idealizada pela Editora Presença, de Luiza Lobo, em parceria com o Instituto Nacional do Livro, por ocasião do centenário da abolição da escravatura; e de 2004, em decorrência de um projeto de reedição das obras literárias de escritoras do século XIX, que, inclusive, deu origem à Editora Mulheres<sup>3</sup>, criada pelas pesquisadoras Zahidé Muzart, Susana Funck e Elvira Sponholz. Em 2009, finalmente, essa mesma editora, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, publicou uma reimpressão de *Úrsula* em comemoração aos cento e cinquenta anos de sua primeira edição, que vem acompanhada de um belíssimo posfácio elaborado por Eduardo de Assis Duarte: *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*.

No prólogo à sua edição de 1975, porém, Horácio de Almeida salienta a ausência de registros sobre a escritora nos estudos dedicados à produção literária maranhense. Possivelmente, por ter sido redescoberta tardiamente, Firmina ficou esquecida, também, entre os principais estudiosos da literatura brasileira. Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970), por exemplo, ignoram-na completamente. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ela.<sup>4</sup> Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos

---

<sup>3</sup> Entre coletâneas de artigos, ensaios, trabalhos acadêmicos e algumas traduções, todos relacionados à mulher e/ou ao feminismo, o catálogo da Editora Mulheres conta, hoje, com cerca de noventa livros, que contribuem significativamente com os pesquisadores de todo o país que se interessam pelo tema e para a preservação e divulgação da literatura nacional, ao resgatar da invisibilidade as autoras excluídas ou silenciadas ao longo da história.

<sup>4</sup> Em 2015, durante a realização do curso intitulado *O negro escrito*, ministrado por Oswaldo de Camargo na cidade de São Paulo e que foi oferecido pela Ciclo Contínuo Editorial, editora independente voltada

fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake<sup>5</sup> (1970 [1883-1902]), que foi contemporâneo da autora; Raimundo de Menezes (1978 [1969]), que soube da existência de *Úrsula* logo após seu ressurgimento e que acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro*; e Wilson Martins (2010 [1979]), que, no terceiro volume de sua monumental *História da Inteligência Brasileira*, apenas cita seu nome em uma linha.

Os demais documentos de e sobre Maria Firmina dos Reis foram resgatados, a partir de 1973, pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho, que realizou uma intensa pesquisa nos jornais locais do século XIX e início do XX alocados nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (LOBO, 1993, p. 225; CARVALHO, 2006, p. 62-3), e que entrevistou, entre outras personalidades, dois filhos de criação da escritora, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart. É dele, inclusive, o primeiro esboço de uma biografia da maranhense, intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, obra de difícil acesso e que foi publicada em 1975, mesmo ano em que veio a público a edição fac-similar de Horácio de Almeida e o artigo *A primeira romancista do Brasil*, de Josué Montello, também conterrâneo da autora, no *Jornal do Brasil*. O livro de Morais Filho reúne charadas, enigmas e poemas divulgados na imprensa, além dos contos *Gupeva* e *A escrava*. Entretanto, o achado de maior importância, até mesmo como contribuição para a história de nossa literatura, é aquele que deve ser, provavelmente, o primeiro diário íntimo escrito por uma mulher já publicado no Brasil: o *Álbum*, de Maria Firmina dos Reis (LOBO, 1993, p. 225). Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição de *Úrsula*; as reflexões de Luiza Lobo (1993; 2006; e 2011) disponibilizadas em livros e periódicos especializados; o estudo assinado por Zahidé Muzart (1999) sobre as escritoras brasileiras oitocentistas; os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2009 e 2011) e de Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012) acerca da romancista, além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários ou enciclopédias literárias voltados a essa temática

---

para a difusão e valorização das artes e das literaturas negras e periféricas, tive a oportunidade de indagar o escritor sobre as razões que o levaram a não incluir Maria Firmina dos Reis em sua coletânea. De modo sucinto, fui informado por ele de que o único motivo da ausência foi o total desconhecimento da existência da autora na época em que o livro foi escrito, o que, segundo Camargo, poderá ser revisto, caso ele consiga publicar uma segunda edição da obra.

<sup>5</sup> Estimulado por D. Pedro II e Rui Barbosa, Sacramento Blake escreveu seu famoso *Dicionário bibliográfico brasileiro*, que traz, em sete volumes, a biografia de centenas de personalidades da época. O volume foi publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional, entre 1883 e 1902, e, anos mais tarde, pela Imprensa Nacional, tendo sido reimpresso em 1970, nessa mesma cidade, pelo Conselho Federal de Cultura.

(SABINO, 1996 [1899]; SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000 e 2007; e LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre a escritora maranhense, evidenciando, assim, a escassa recepção crítica obtida por ela, em pouco mais de um século.

### Consolidando uma literatura abolicionista

A publicação de “A Escrava”, obra que representa o auge da maturidade intelectual de Maria Firmina dos Reis, ocorreu em 1887, poucos meses antes da promulgação da Lei Áurea. Diferentemente da tessitura social em que a autora estava inserida quando escreveu seu romance *Úrsula*, a essa altura dos acontecimentos, os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados, o que influenciaria significativamente os rumos de sua literatura.<sup>6</sup> Veiculado no terceiro número da *Revista Maranhense*, em São Luís, o conto denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro e chama a atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados, do mesmo modo que aponta para o lugar obscuro que cercava as mulheres naquele contexto político-cultural de final de século. Pautadas em um ponto de vista outro, o mesmo que aparece nos demais trabalhos da escritora, as experiências narrativas de “A escrava” se alternam entre o sentimento de compaixão para com os oprimidos e a denúncia direta das instâncias e das autoridades legitimadoras da servidão. Tendo como epicentro os dramas vividos pela escrava fugida Joana, descritos ao longo da trama por “uma senhora”,<sup>7</sup> o invento final de Firmina, logo, se põe a debater as questões políticas mais latentes daquele momento, mas, sobretudo, a abolição da escravatura.

---

<sup>6</sup> Vale notar que a publicação de “A escrava” se deu já no ocaso do Império, em meio às turbulências que dividiam, entre outros temas, aqueles que eram a favor e os que eram contrários à manutenção do trabalho forçado. *Úrsula*, primeira obra da escritora, havia sido publicada logo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, e, como não poderia deixar de ser, carregava em sua narrativa as preocupações de quem havia observado, de perto, os resultados não muito positivos dessa medida restritiva. “A escrava”, contudo, sofreu os impactos diretos de dispositivos jurídicos criados posteriormente, como a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885. É em meio a essa conjuntura política de transição, portanto, que o último trabalho de Maria Firmina dos Reis vem à tona.

<sup>7</sup> É interessante observar que o anonimato atribuído à narradora faz referência direta ao silenciamento das demais mulheres que se aventuraram no mundo das letras e que se utilizaram de pseudônimos para se proteger da dominação masculina. Assim como em *Úrsula*, Firmina subscreve o texto como “uma maranhense”, em “A escrava”, a narradora será apresentada apenas como “uma senhora”, anônima, incógnita, o que não é feito por acaso.

A história tem início “em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade” (REIS, 2009, p. 241), que, depois de discorrerem sobre assuntos diversos, passaram a tratar do “elemento servil”. A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. Assim começou a discussão:

Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

Levantai os olhos ao Gólgota,<sup>8</sup> ou percorrei-os em torno da sociedade e dizei-me:

Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2009. p.241-2)

O primeiro movimento do texto, assim, é a aparição da tal senhora, de “sentimentos sinceramente abolicionistas” e que professa um discurso desfavorável às dinâmicas do cativo, direcionando seu apelo moral cívico e religioso aos presentes no salão. Num período em que a Igreja Católica apoiava a utilização da mão de obra escrava, Maria Firmina dos Reis acaba incorporando à narrativa determinadas representações da religiosidade cristã como recurso argumentativo na busca da compreensão e da adesão de seus leitores às suas ideias. Os valores de igualdade e de fraternidade, por sua vez, bastante consagrados entre os adeptos do catolicismo, são utilizados pela autora para mostrar que a opressão vivida pelos escravos no Brasil representava um conflito gritante entre a teoria e a prática religiosas. Com isso, logo na sequência, mirando com precisão no “cancro que era a servidão”, a tal senhora continua sua premissa, no sentido de despertar a atenção daquelas “pessoas distintas, e bem colocadas” para os problemas causados por esse “abutre que corrói constantemente a sociedade”:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro;

---

<sup>8</sup> Gólgota, ou Calvário, de acordo com a liturgia cristã, é o nome dado à colina na qual Jesus de Nazaré teria sido crucificado.

o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassomburada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...  
E depois, o caráter que nos imprime, e nos envergonha!  
O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.  
O senhor, que papel representa na opinião social?  
O senhor é verdugo<sup>9</sup> – e esta qualificação é hedionda (REIS, 2009, p. 242).

A miscigenação e o hibridismo étnico-racial do brasileiro, acompanhados do papel de dominação praticado pelos donos de escravos, portanto, são os destaques feitos pela senhora para embasar seu discurso. Para provar que o que acabara de dizer sobre as vítimas e os algozes fazia sentido, contudo, entre “uma infinidade de casos concretos”, ela escolhe “um fato que ultimamente se deu”. Nesse momento, Firmina encaixa a segunda narrativa de seu conto, que principia em “uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem, melancólica, e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso” (REIS, 2009, p. 243). A calma e o tom contemplativo logo são entrecortados por gritos lastimosos e soluços angustiados de uma mulher trêmula e espavorida que corria, sem rumo, para esconder-se de um homem que a perseguia, “de cor parda, de estatura elevada, longas espáduas, cabelos negros, e anelados” e que “brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho” (REIS, 2009, p. 244). Vale notar que as características físicas atribuídas a essa personagem masculina não são mera casualidade. Nessa passagem, a autora faz uso da ironia, ainda que de modo sutil, para representar a posição de algoz que determinados homens negros de pele mais clara cumpriam naquela sociedade maculada pela servidão.

Adiante, transtornado pela fúria que sentia por não ter conseguido capturar a escrava fugitiva, o feitor acaba se deparando com a tal senhora e a indaga: “– não viu passar por aqui uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge de douda...” (REIS, 2009, p. 244). Mesmo ciente do paradeiro da “desditosa”, que se escondera em “uma grande mouta de murta”, a narradora, aparentando profunda indiferença, o leva à direção contrária. Franzindo as sobancelhas e mordendo os beiços, no entanto, eis que ele ruge: “– Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por

---

<sup>9</sup> Tirano, déspota.

estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! " (REIS, 2009, p. 245). O contorno que Maria Firmina dos Reis dá à "loucura" é um tanto curioso, já que a fuga de Joana representa justamente a tentativa da personagem de romper com o cativo. A metáfora da "negra que se finge de douda...", inclusive, pode ser associada, para além da opressão vivida pelos escravos, ao lugar que as mulheres escritoras ocupavam naquela sociedade. Através de uma ação que desestabiliza a ordem cultural patriarcal e escravagista, conseqüentemente, a autora coloca seus personagens a serviço da liberdade, com o intuito de formar e transformar consciências.

No decorrer da trama, com o cair da noite e considerando a dificuldade que seria encontrá-la, o feitor é convencido pela tal senhora a adiar sua procura e decide partir. Nesse instante, surge na cena Gabriel, filho da escrava Joana, que, ao sair à procura da mãe, também acaba se tornando um foragido. É interessante perceber o modo como Maria Firmina dos Reis apresenta essa personagem, uma figura de expressão "franca e agradável", mas que, além do cansaço, trazia em seu corpo as marcas da escravidão:

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado<sup>10</sup> de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção da angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante (REIS, 2009, p. 247).

Essa descrição do jovem escravizado, logo, é uma novidade para a literatura brasileira produzida até aquele momento, uma vez que está pautada por um olhar que *humaniza o oprimido e animaliza o opressor*. Gabriel, o filho da escrava fugitiva, carrega consigo os traços do amor filial: mesmo correndo o risco de sofrer represálias e demais castigos físicos, é ele quem se arrisca para salvar a mãe das mãos do feitor. A imagem que Firmina constrói, portanto, distancia-se e muito da figura grosseira e reificada atribuída aos cativos até então.

---

<sup>10</sup> Salpicado por pequenas gotas de orvalho, orvalhado; suado.



A história prossegue e a tal senhora, que relata ter-se constituído como membro da sociedade abolicionista de sua província,<sup>11</sup> decide proteger os escravos fugidos, abrigando-os em sua própria casa. Mesmo sabendo-se à margem da lei e correndo o risco de sofrer represálias, ela impõe para si o que denomina de “santo dever”:

Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita<sup>12</sup> da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes.

Sim, a vindita lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco.

Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, ou tranquilidade! Não.

Tomei como coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever (REIS, 2009, p. 250-251).

Agradecida pelo gesto de compaixão oferecido a ela e a seu filho pela tal senhora, Joana sorriu e indagou com espanto: “– Inda há nesse mundo quem se compadeça de um escravo?” (REIS, 2009, p. 252). E é justamente nessa altura do texto que Maria Firmina dos Reis confere às personagens negras o direito à voz, considerando que elas passam a falar de si mesmas e de seus infortúnios, dando início à terceira narrativa que compõe o drama. A escrava conta a história de seus pais, um “índio livre de cor fusca”, que passara os seus dias ajudando a pobre esposa, “uma africana que vivera na condição de cativa” e que era forçada a se dedicar às “desmedidas tarefas” que seu senhor constantemente lhe infligia. Dessa união nasceria Joana. Vale notar que o perfil do brasileiro idealizado por Firmina em “A escrava” já não é mais fruto da união entre uma índia tupinambá e um bravo português, como acontece em *Gupeva*, mas,

---

<sup>11</sup> De acordo com Norma Telles (1997, p. 415): “Vinte e oito anos depois de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis, que sempre havia sido abolicionista, pôde explicar, um ano antes da Abolição, as redes abolicionistas para a libertação dos escravos que então haviam se generalizado pelo território do Império. A liga de mulheres para libertar escravos surgiu primeiramente em São Paulo, mas outras logo apareceram na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias, por volta de 1870. Envolviam-se com esses clubes mulheres da classe alta, mulheres negras e das camadas inferiores da sociedade. O surgimento de sociedades e clubes femininos abolicionistas demonstra um tipo de iniciativa pública organizada que substituía, para algumas mulheres das classes altas, as anteriores atividades filantrópicas. Eles tinham o apoio de homens engajados na mesma vertente política. Na imprensa, na década de 1870, vão se tornando comuns libelos e comentários de mulheres. Algumas discursavam em praça pública e outras artistas davam espetáculos visando à emancipação dos escravos”.

<sup>12</sup> Castigo, represália, vingança.

sim, da união de um indígena nascido livre e uma africana que fora capturada e escravizada por um homem branco.

Após o nascimento da filha, o índio decide juntar recursos para comprar a liberdade da esposa. Sem saber ler, no entanto, ele acaba sendo ludibriado pelo senhor e recebe, ao invés de uma carta de alforria, um papel sem qualquer valor, contendo “umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data”. Não percebendo a cilada em que se metera, “agradecido beijou as mãos daquela fera” (REIS, 2009, p. 254). Dois anos depois, repentinamente, ele acaba morrendo e, de imediato, o tal senhor diz à mãe: “– Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia” (REIS, 2009, p. 255). “Surpresa, e confundida”, ela cumpre a ordem sem pestanejar. Com o tempo, conta a escrava, percebendo a trapaça que envolvera o marido, sua “pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus. Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo” (REIS, 2009, p. 255).

De volta ao presente, em meio a delírios, a escrava encerra seu depoimento e passa a lembrar a dor que sentira ao ter seus outros dois filhos, os gêmeos de oito anos Carlos e Urbano, sequestrados por um “traficante de carne humana” para serem vendidos como cativos no Rio de Janeiro. Nesse momento, Gabriel surge em cena pedindo à mãe que descansasse. É aí que Maria Firmina dos Reis insere na história a quarta e última narrativa de seu conto, denunciando, através das palavras de Joana, o triste legado da escravidão:

– Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.  
– Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!  
– Cala-te! gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.  
– Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante:  
– meus filhos!... meus filhos!  
Mas ele, dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar...  
Aqui a mísera calou-se; eu respeitei o seu silêncio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado:  
Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e juntos exclamamos:  
– Morta! (REIS, 2009, p. 257-8).

O embate de Joana com as lembranças que trazia à tona acabou sendo forte demais para as suas débeis forças: “[...] tinha cessado de sofrer”, disse a tal senhora, que

ouvira atentamente todo o testemunho da escrava. Nesse instante, chega à porta de sua casa um rapaz. “Era o homem do azorrague que eles intitulavam feitor; era aquele homem de fisionomia sinistra, e terrível, que me interpelara algumas horas antes, acerca da infeliz foragida; e este homem aparecia agora mais hediondo ainda” (REIS, 2009, p. 258). Acompanhado por “dois negros, que, como ele, pararam à porta”, a senhora convida o feitor para entrar. Gabriel, trêmulo, busca o canto mais escuro da casa para se esconder, quando, perplexo, ouve de sua protetora:

– Anda, Gabriel, disse-lhe com voz segura, continua a tua obra, e voltando-me para o feitor, acrescentei:  
Eu, e este desolado filho, ocupamo-nos em cerrar os olhos à infeliz, a quem o cativo, e o martírio despenharam tão depressa na sepultura (REIS, 2009, p. 258).

Comovidos com a aquela situação, ao verem o corpo de Joana estendido no chão, os dois escravos “deixaram pender a fronte no peito”. O feitor, por sua vez, ao primeiro ímpeto, “teve um impulso de homem”, mas, recompondo-se em sua “rude, e feroz fisionomia”, redarguiu:

– É hoje a segunda vez que a encontro, minha senhora, entretanto, não sei ainda a quem falo. Peço-lhe que me diga o seu nome, para que eu conheça o patrão, o senhor Tavares. É escandalosa, minha senhora, a proteção que dá a estes escravos fugidos (REIS, 2009, p. 258-9).

Essas palavras inconvenientes, relata a senhora, “mereceram o meu desdém”. E ela decidiu não responder aos questionamentos do feitor. O silêncio que se instalara no ambiente, por conseguinte, incomodou tanto aquele homem, que ele ordenou aos dois escravos que o acompanhavam que prendessem Gabriel.

– Detém-te! Lhe gritei eu. Estás sob a minha imediata proteção; e voltando-me para o homem do azorrague, disse-lhe:  
Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, – miserável instrumento de um escravocrata; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa, uma mísera escrava, louca porque lhe arrancaram dos braços dois filhos; menores, e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda; mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes. Vai-te, e entrega-lhe este cartão; aí achará o meu nome.  
Vai, e que nunca mais nos tornemos a ver (REIS, 2009, p. 259-60).

No dia seguinte, já ao final da tarde, a tal senhora recebe em sua casa a visita de um homem, de nome Tavares, reivindicando a propriedade e a devolução dos escravos fugidos. Após cumprimentá-la, “com maneira da alta sociedade” e pedindo desculpas

pelo incômodo, ao deparar-se com o corpo de Joana retesado e sem aparentar qualquer remorso, eis que ele dispara:

Sei que esta negra está morta, exclamou ele, e o filho acha-se aqui: tudo isso teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa de monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a sua existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, com este negro a coisa muda de figura: minha querida senhora, este negro está fugido: espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo (REIS, 2009, p. 260-1).

Nessa passagem do texto, conseqüentemente, Maria Firmina dos Reis evidencia a insensibilidade e o caráter violento do senhor de escravos que, ao se referir ao elemento servil com frieza e vilania, o reduz imediatamente à materialidade de seu cruel interesse. E é nesse momento final do conto que a maranhense insere em sua narrativa uma virada surpreendente. A senhora que abrigava Gabriel, de posse de “um volume de papéis subscritados e competentemente selados” (REIS, 2009, p. 261), apresenta-os a Tavares. Acontece que a documentação conferia justamente o direito à liberdade ao jovem cativo, que continuava apavorado com a situação. Contrariado, mas sem alternativas, o senhor exclama: “A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra o seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos” (REIS, 2009, p. 261). Ao fim, a tal senhora lhe apresenta “um cadáver e um homem livre”, voltando-se para o rapaz com os seguintes dizeres: “Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!” (REIS, 2009, p. 262).

A dignidade dos vencidos, a liberdade entendida enquanto um valor universal da humanidade e a exaltação de uma postura antiescravista, portanto, são os elementos que se entrelaçam no desfecho da obra. Nesse sentido, não somente o filho de Joana encontra-se liberto, mas também o leitor, que, em tese, ao ser sensibilizado pelas ideias da maranhense, passaria a compreender e a propagar os ideais abolicionistas. Vale dizer, ainda, que a noção de alteridade presente em “A escrava” consolida o encontro da angústia vivida pelos oprimidos e a eliminação dessas sensações, seja o negro escravizado, seja a mulher silenciada, movimento esse que rompe com as velhas formulações, abrindo caminhos para o estabelecimento de uma

nova realidade política, econômica e cultural que modificaria inevitavelmente aquele cenário escravagista e patriarcal do Brasil de fins do século XIX.

### Considerações finais

O nome de Maria Firmina dos Reis, como foi possível observar, veio à tona a partir da redescoberta de seu romance *Úrsula*, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida, que, em 1975, após preparar uma edição fac-similar do livro, acabou doando o original a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Em decorrência desse fenômeno, atualmente, os estudos que tratam de sua produção literária e dos aspectos que compõem sua trajetória vêm aumentando em todo o país, ainda que timidamente, contribuindo para a consolidação de toda uma fortuna crítica dedicada à autora. Vale lembrar, também, que Firmina participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa local, publicando livros e fazendo parte de antologias, além de ter sido professora, musicista e compositora.

No âmbito das letras nacionais, ela inaugurou a construção de identidades culturais que levam em consideração uma perspectiva outra, a perspectiva dos próprios vencidos, algo inédito para a literatura produzida até então. Suas narrativas, mesmo tendo como fundamento a estética de cunho romântico, se utilizam da principal manifestação do Romantismo, que é a idealização amorosa, como desvio de atenção, com o intuito de ludibriar o patriarcalismo escravagista em vigência no Império, em torno das questões levantadas por ela sobre a condição das mulheres e dos africanos e afrodescendentes escravizados. Em “A escrava”, particularmente, seu último conto publicado, já às vésperas da abolição, podemos dizer que Firmina consolida uma literatura específica, dessa vez, mais combativa e de cunho fortemente antiescravista.

Finalmente, é preciso dizer que, embora a atuação política da maranhense tenha se dado de modo indireto e através das letras, ela não pode e nem deve ser subestimada. Até porque, como sugere a pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott (1988, p. 17): “a resistência e a luta da mulher contra a escravidão resgata uma forma de participação informal exercida, quase sempre, fora das esferas de poder e dos quadros político-partidários, mas nem por isso menos importante e eficiente”. Daí, então, a necessidade de se recuperar a produção literária e as ideias dessa escritora, uma das

poucas intelectuais afrodescendentes do século XIX de que se tem notícia, cuja trajetória de vida, desde muito cedo, a faria compreender a importância de se propagar e de se estabelecer naquela decadente sociedade brasileira oitocentista os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contribuindo, assim, para a construção de um país mais justo e sem opressão.



## REFERÊNCIAS

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970 [1883-1902].
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.
- CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1959].
- CARVALHO, Ronald de. **Pequena história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1920.
- CARVALHO, Claunísio Amorim. **Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 2, p. 53-69, dez. 2006.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 57-79, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 [1959].
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 443-444, maio/ago. 2005.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina (dos). **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Florianópolis: Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. 1 (Precursores).
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Guia de escritoras da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- \_\_\_\_\_. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica (vol 1: Precursores)**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 111-126.
- LOPES, Nei. **Dicionário literário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL, 1988.
- MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Volume III (1855-1877). 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010 [1979].
- MENEZES, Raimundo (de). **Dicionário literário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978 [1969].
- MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. v. 1.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

\_\_\_\_\_. **Úrsula**. 2. ed. (impressão fac-similar). Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. Gupeva (1865). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

\_\_\_\_\_. Cantos à beira-mar (1871). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

\_\_\_\_\_. A escrava (1887). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

\_\_\_\_\_. **Úrsula**. 3. ed. Organização, atualização e notas de Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Florianópolis: Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1943 [1888].

SABINO, Ignez. **Mulheres ilustres do Brasil**. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996 [1899].

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985 [1938].

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX**. 1987. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan/jul. 1989.

\_\_\_\_\_. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.

\_\_\_\_\_. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília, 1981 [1916].



Adriana Ibaldo  
Cíntia Schwantes

**Ada Lovelace,  
a encantadora de números**

## Resumo

Ada Lovelace foi a única filha legítima de seu famoso pai, o poeta George Gordon, Lord Byron. Seus pais se divorciaram quando Ada tinha apenas meses de idade, e ela nunca o conheceu. Mais do que isso, ela foi educada para evitar que a hereditariedade de loucura, que sua mãe acreditava que ela estaria em risco de desenvolver, se manifestasse. Assim, ela teve uma extensa educação matemática. Sua vida se desenrolou dentro do esperável para uma mulher de sua classe social em sua época, com um diferencial: seu enorme talento para a matemática, e sua improvável amizade com Charles Babbage. Em virtude disso, Ada viria a se tornar a primeira programadora de computadores da história.

**Palavras-chave:** Ada Lovelace; literatura; Matemática; programação

## Abstract

Ada Lovelace was the only legitimate daughter of her (in)famous father, poet George Gordon, Lord Byron. Her parents divorced when she was scarcely months old and she never met him. More than that, she was raised to prevent any surfacing of hereditary insanity her mother felt she was at risk of having. Thus, she had an extensive mathematical education. Her life developed inside what was expected for a woman of her social position, in her time, with a differential: her huge talent and her unlikely friendship with Charles Babbage. Due to those facts, Ada would become the first computer programmer in history.

**Keywords:** Ada Lovelace; literature; Mathematics; programming

Ada Lovelace foi respingada pela fama do pai que nunca conheceu. Afinal, George Gordon, Lord Byron, que despertou tantas paixões a favor bem como contrárias, manteve uma miniatura da filha em sua escrivaninha. É interessante notar, no entanto, que em uma época na qual, em casos de divórcio, a guarda dos filhos era conferida preferencialmente aos pais, Byron não procurou judicialmente esse direito.

Augusta Ada foi a única filha legítima de Byron, fruto de seu casamento com Anna Isabella (Annabella) Milbanke. Ela era uma jovem de grande inteligência, e que não se preocupava em escondê-la. Seu pai era barão e ela herdaria de um tio rico, o que a fazia uma boa escolha como esposa. Ademais, era reconhecida por sua retidão moral. Annabella encontrava Byron com frequência, pois ele estava tendo um caso amoroso com a esposa de seu primo, Caroline Lamb. Embora esse não seja o modo mais recomendável de se travar conhecimento com um provável pretendente, ambos chamaram a atenção um no outro. Annabella considerava seu dever cristão trazer Byron de volta para o bom caminho (além, é claro, de ser atraída pela fama que seu talento como poeta e seus escândalos sexuais conferiam a ele). Byron, por sua vez, não falharia em considerar uma jovem esposa com uma herança em perspectiva, já que seus débitos já eram um problema de dimensões consideráveis. Além disso, uma mulher que, embora se sentisse atraída por ele, não cederia a seus encantos deve ter parecido muito intrigante para ele. Assim é que Byron convenceu a tia de sua pretendida, Lady Melbourne, a apoiar sua causa junto à recalcitrante sobrinha. Além dessa aliada de peso ele contou com a ajuda de vários amigos que encorajaram Annabella a aceitá-lo. O amor pelos contrastes e diferenças, muito presente na época, os apontava como um casal perfeito: ela loura, ele moreno; ela racional, ele passional; ela matemática, ele poeta; ela moral, ele nem tanto. Também apelava à vaidade dela a afirmativa de que, se alguém seria capaz de recuperar o poeta, esse alguém era ela. Assim, Annabella não aceitou o primeiro pedido de casamento de Byron, mas aceitou o segundo.

Ambas as previsões se provaram erradas e o casamento desmoronou rapidamente e com estrépito. O casamento ocorreu em uma cerimônia discreta em 2 de janeiro de 1815; um ano depois, e apenas um mês após o nascimento de Ada, que ocorreu em 10 de dezembro de 1815, Byron aconselhou Annabella a visitar seus pais, e

---

\* **Adriana Ibaldo** – Professora do Instituto de Física da Universidade de Brasília.

\* \* **Cíntia Schwantes** – Professora do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília.

embora relutante, ela viajou. Os dois nunca mais se encontraram. Eventualmente, ela encaminhou um pedido de divórcio, que ele aceitou após alguma hesitação; os procedimentos legais tornaram-se efetivos em março de 1816.

Embora fizesse questão de manter a guarda da filha, Annabella não era exatamente uma mãe dedicada, embora suas demonstrações de preocupação e afeto para com a filha não estivessem em dissonância com seu tempo e lugar. Annabella se dedicou a um passatempo comum à época para mulheres de alguma fortuna: viajar. Ada foi entregue aos cuidados da avó materna.

Ada recebeu a educação de uma jovem de boa fortuna de sua época. Era fluente em francês. Além disso, ela recebeu aulas de matemática, não apenas porque esse era um dos assuntos prediletos de sua mãe, mas também, e talvez principalmente porque ela acreditava que a disciplina da matemática era necessária para contrapor-se a qualquer tendência à loucura que Ada pudesse ter herdado do pai. As aulas ministradas por Annabella eram em si mesmas um meio disciplinar, pois ela, que aplicava um sistema de prêmios e castigos de acordo com os acertos e erros da filha, não considerava que prender a criança dentro de armários fosse má pedagogia. No entanto, novamente, os métodos de Lady Byron, embora inculcassem na filha um temor que jamais a deixaria, não eram exatamente excepcionais para a época.

Byron morreu na Grécia, lutando contra os invasores turcos, quando Ada contava 8 anos de idade. A filha foi mantida o máximo possível ignorante sobre as particularidades de seu famoso pai. Na infância, muito doente, ela foi mantida na casa da avó, a Honorável Judith Milbanke, e educada por tutores. Essa solução se revelou também problemática, uma vez que, aos 17 anos, ela fugiu com um dos tutores, com a intenção de casar-se com ele. Descoberta e retornada para a família, ela ficou sob a vigilância dos amigos de sua mãe (mas não da mãe).

No entanto, esse fato é menos prova de um espírito rebelde que um índice de inscrição no espírito da época. Vale notar que Byron já pertence à segunda geração de poetas românticos ingleses e, portanto, no período correspondente à juventude de Ada, o Romantismo já estava consolidado. A ideia de que a felicidade residia em um casamento contraído por amor, de livre escolha, e não por interesse, já se encontrava bastante disseminada.

As devidas providências foram tomadas para abafar qualquer possível escândalo, e no ano seguinte, na idade apropriada, Ada foi apresentada à corte. Esse rito era de

suma importância para que uma jovem de boa família fizesse um casamento apropriado, o que acabou por acontecer em julho de 1935, quando Ada casou-se com William King (8.º Barão King). O casal teve três filhos, dois meninos e uma menina. Assim, os fatos da vida de Ada Lovelace são consoantes com sua época, classe social e local. Ela levou uma vida que cabia dentro dos parâmetros da normalidade. Mesmo seu vício em jogos não constituía uma excepcionalidade (embora sua tentativa de utilizar seus conhecimentos de matemática para inventar um método que lhe permitisse ganhar sempre em jogos de apostas, sim) e sua coqueteria (não há provas de que ela tenha cometido adultério, mas há testemunhos de que ela apreciava atenções masculinas) tampouco era exatamente incomum. Quanto ao método que acabou por falhar, ela acabou devendo uma quantia substancial e tendo que confessar ao marido, que quitou seus débitos.

No entanto, alguns documentos, entre eles algumas das cartas que ela escreveu a vários interlocutores, indicam que ela alimentava um desejo de realização pessoal e de afirmação de sua própria individualidade, muito além do que sua posição social granjeava a ela. Ela procurou satisfazer esse intento de várias formas. Provavelmente o mais notável deles foi sua dedicação à matemática.

Em 1833, Ada foi apresentada a um visionário, Charles Babbage, por sua tutora, Mary Somerville, uma pesquisadora de renome, e tradutora da obra de Pierre-Simon Laplace para o inglês. Entre o velho professor viúvo e rabugento e a jovem aristocrata se estabeleceu uma improvável amizade; ele passou a chama-la de “encantadora de números”.

No intuito de enriquecer, Babbage tentou desenvolver vários inventos, tendo, no entanto, pouco sucesso com eles. Um deles foi a sua Máquina Analítica, um protótipo de computador. Babbage pediu a Ada que traduzisse o artigo do matemático italiano Luigi Federico Menabrea, (que escolheu o francês para escrever seu artigo visto como a França na época dispunha dos maiores nomes na matemática) intitulado *Sketch of the Analytical Engine Invented by Charles Babbage, Esq.* Ela foi a escolha óbvia como tradutora por ser fluente na língua e ao mesmo tempo ter os necessários conhecimentos de matemática. A tradução de Ada foi acrescentada de Notas, que ela julgou necessárias para o bom entendimento do texto, e que viram a configurar a primeira programação de computador da história. Elas se estendem por quase o dobro do artigo traduzido, somando 40 páginas a um artigo de 24 páginas. A máquina,

infelizmente, jamais foi construída, pois seria muito dispendiosa para os recursos da época (além dos entraves tecnológicos da época, uma vez que a precisão dos equipamentos e maquinário não era adequada para o funcionamento ideal da calculadora).

As Notas continuam uma descrição da máquina e sequências (ou algoritmo) para que ela operasse (FUEGI; FRANCIS, 2003). Até o século XIX, diversas tabelas logarítmicas e trigonométricas foram construídas, de forma que pudessem ser utilizadas para efetuar cálculos nas áreas de Ciências, Engenharias e Aplicações, como na indústria e na navegação, por exemplo. Estes cálculos eram feitos por “computadores humanos”. Diversas pessoas trabalhavam em grupos para que os cálculos pudessem ser realizados, conforme exibido no manuscrito de Menabrea sobre a palestra de Babbage:

M. de Prony dividiu em três seções, e para cada uma destas foi designado um conjunto especial de pessoas. Na primeira seção, as fórmulas eram combinadas de forma a tornar possíveis os cálculos numéricos; na segunda, estas fórmulas eram calculadas para valores de variáveis [...]; e na terceira seção, compreendendo cerca de oitenta indivíduos, que eram a maioria deles apenas familiarizados com as duas primeiras regras da aritmética, os valores intermediários para aqueles calculados pela segunda seção foram interpolados por meio de simples adições e subtrações. (MENABREA, 1843, p. 666-731)

Charles Babbage propôs que as operações realizadas na fase final dos cálculos fossem realizadas por uma máquina. Assim, ele inicialmente criou a calculadora diferencial, que poderia resolver equações polinomiais, e cujo nome deriva do seu princípio de funcionamento: o resultado de um determinado cálculo pode ser obtido por meio de somas e diferenças (*ibid.*). Ainda que a máquina diferencial não tenha sido construída na época, uma réplica dela foi construída por um dos filhos de Babbage e se encontra em exibição no Museu de Ciências em Londres. Uma fotografia de parte desta máquina diferencial é exibida na fig. 1(a).

A máquina diferencial de Babbage foi uma proposta de unir a precisão dos resultados obtidos com economia de tempo. Um exemplo fornecido pelo próprio Babbage em sua palestra em Turim pode ser utilizado para explicar o princípio de funcionamento da máquina (MENABREA, 1843): o cálculo da série de números quadrados. Para este cálculo, seriam necessários três discos, chamados de discos A, B e C. Os discos são marcados com divisões, sobre as quais uma agulha inscreve os

registros. Uma série de engrenagens conecta os movimentos dos três discos em questão. Mas como a máquina faria o cálculo dos termos? Conforme a proposta da máquina diferencial, são considerados os primeiros termos desta série de quadrados, cujos valores correspondem a aqueles contidos no disco A. Para a construção do disco B, são feitas as diferenças entre termos consecutivos da série de quadrados. Por fim, para a construção do disco C, são tomadas as diferenças entre os termos consecutivos do disco B, de forma que é então obtida a diferença constante e igual a 2, no caso. A fig. 1(b) mostra como seriam os discos para os primeiros cinco termos da série de quadrados. A máquina calcularia um termo da série de quadrados fazendo a soma de termos na diagonal *ab* exibida na fig. 1(b): se é somado  $(2 + 5 + 9) = 16$ , que corresponde ao termo consecutivo ao número 9 na série de quadrados. Para obter o consecutivo de 16, 25, a operação corresponde à diagonal *cd*. Pensando no funcionamento dos discos e engrenagens, para cada giro/registro feito no disco C, o disco B é movimentado em uma divisão, e conseqüentemente o disco A, fornecendo então o próximo termo da série de quadrados. O princípio de uma máquina diferencial é o método de Newton de diferenças divididas, cujos coeficientes são calculados via diferenças divididas. Assim, se for necessário calcular um polinômio de ordem  $m$ , a máquina deverá operar com  $(m + 1)$  discos, seguindo a metodologia descrita acima. Ainda, na fig. 1(c), é exibido como a operação poderia ser realizada para um polinômio:  $R = x^2 + 1$ . Uma característica interessante da máquina diferencial consiste na impressão dos resultados obtidos.

[Ver página seguinte]



Disco A	Disco B	Disco C
<i>Série de Quadrados</i>	<i>Série da primeira diferença</i>	<i>Série da segunda diferença</i>
1		
	3	
4		2 ← a
	5	
b 9		2 ← c
	7	
d 16		
	9	
25		

Disco A	Disco B	Disco C	Disco D
<i>Polinômio</i> $R = x^2 + 1$	<i>Resultado</i> $R$	<i>Série da primeira diferença</i>	<i>Série da segunda diferença</i>
0	1		
		1	
1	2		2 ← a
		3	
2	b 5		2 ← c
		5	
3	d 10		2
		7	
4	17		

Figura 1 -

(a) Parte da réplica da máquina diferencial de Babbage exibida no Museu de Ciências de Londres. Fonte: Museum of Science. Disponível [aqui](#).

(b) Representação esquemática dos três discos necessários para calcular os termos da série de quadrados para a máquina diferencial de Babbage.

(c) Representação do cálculo para um polinômio:  $R = x^2 + 1$ .

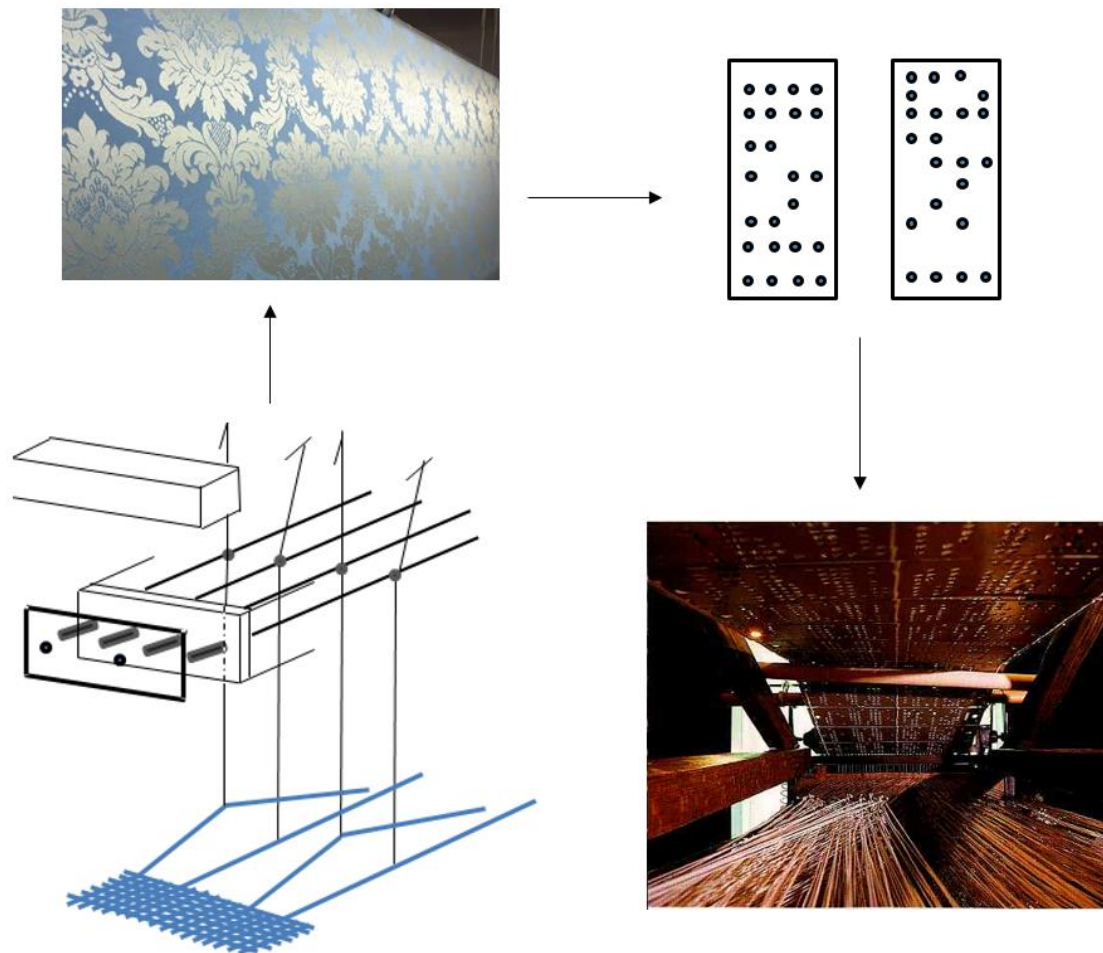
Entretanto, posteriormente, Babbage criou a máquina analítica, com a qual as quatro operações básicas podem ser empregadas, permitindo a realização de cálculos mais complexos. Em 1833, ele apresentou sua criação, considerada hoje o precursor do computador eletrônico moderno.



Conforme Babbage enunciou, a máquina consistia em “*um equipamento que operaria de acordo com as leis impostas a ele*” (MENABREA, 1843), o que sugere o conceito de uma máquina programável. A ideia central de uma máquina como a máquina analítica era realizar cálculos complexos com a minimização erros de cálculo, além de permitir que eles fossem realizados no menor tempo possível. Para que a máquina pudesse realizar uma gama mais ampla de operações, era necessário introduzir mudanças no maquinário. Para tanto, Babbage se inspirou em uma invenção ocorrida 32 anos antes: o tear de Jacquard (WOLFRAM, 2015; SCHWARTZ et al, 2006). Joseph-Marie Jacquard era um tecelão francês, e criou a primeira máquina programável em 1801. Um tear tradicional permite obter tecidos por meio da trama de fios dispostos de tal maneira que há sempre fios transversais, que são entrelaçados por meio da lançadeira. Para a obtenção de tramas simples, basta que o tear alterne os fios dispostos transversalmente uns com relação aos outros. Entretanto, para que tramas e padronagens mais complexas sejam produzidas, inicialmente era necessário controlar a mão diversos fios, o que resultava em um trabalho dispendioso e exaustivo. Assim, em 1801, Jacquard inventou o conceito de utilizar cartões perfurados para fazer com que o tear seletivamente levantasse apenas grupos de fios a cada passagem da lançadeira, conforme exibido na figura 2. Com a invenção dos cartões perfurados de Jacquard, foi possível obter tecidos com padronagens complexas em menor tempo e custo.

A máquina analítica de Babbage consistia em uma máquina composta por dispositivos de entrada e saída de dados, um engenho central (unidade aritmética e lógica) no qual os cálculos eram realizados, uma memória, todos interligados por um maquinário de alavancas e engrenagens. Uma das grandes inovações na calculadora analítica foi utilizar cartões perfurados para conduzir os cálculos no engenho central. Devido à introdução dos cartões perfurados, o mecanismo da calculadora analítica opera de acordo com a instrução contida no cartão, determinando assim uma ordem, a sequência de operações do maquinário. Os cartões podem ser divididos em duas categorias, de acordo com sua função na máquina (MENABREA, 1843): (i) os cartões de operação, que como o próprio nome diz, contém as informações necessárias para que a calculadora execute operações matemáticas de interesse, e (ii) os cartões referentes às variáveis, que determina para a calculadora as colunas nas quais os valores devem ser representados. Em termos de *hardware*, Ada explica em suas notas como o uso dos cartões perfurados permitiria que a máquina realizasse os cálculos: “*A calculadora*

analítica tece os padrões algébricos assim como os padrões do tear de Jacquard permitem tecer flores e folhas" (MENABREA, 1843)<sup>Erro! Indicador não definido.</sup>, conforme escrito em sua Nota A.



**Figura 2** - Iniciando pelo canto superior esquerdo, sentido horário: uma padronagem que se deseja tecer é selecionada. Os padrões são convertidos em pontos em cartões, conforme o segundo desenho (no alto, à direita). Os cartões são conectados entre si, e então são colocados no tear (canto inferior direito). Estes programam o funcionamento do tear, de forma que as agulhas operam de acordo com o padrão fornecido pelo cartão (figura canto inferior esquerdo), de forma que apenas alguns fios são puxados para que a lançadeira passe. Como resultado, é obtido o tecido na padronagem desejada, de maneira eficiente.

Assim como na máquina diferencial, é possível utilizar um exemplo para explicar o funcionamento desta (MENABREA, 1843). A máquina analítica contém dois conjuntos de cartões: o primeiro, chamado de cartões de operação, dão as instruções de como e quais as operações devem ser realizadas, e quais partes do maquinário participam destas operações; o segundo, chamado de cartões das variáveis, registram e armazenam os dados utilizados nos cálculos. Utilizando o exemplo dado em Menabrea (1843), para resolver o sistema de equações a seguir e calcular os valores de  $x$  e  $y$ , deve-se primeiro representar os valores das variáveis  $m, n, m', n', d,$  e  $d'$  nas colunas referentes

às variáveis. Assim, as colunas contendo as variáveis primitivas seriam nomeadas:  $V_0=m$ ,  $V_1=n$ ,  $V_2=d$ ,  $V_3=m'$ ,  $V_4=n'$ ,  $V_5=d'$ ,  $V_6=n$ ,  $V_7=n'$ . As demais colunas das variáveis computam os dados obtidos dos cálculos, e o arranjo de operações necessárias pode ser sumarizada de acordo com a fig. 3.

Para que a máquina analítica funcionasse corretamente, era necessário que instruções fossem fornecidas. Ada Augusta foi a pessoa que escreveu estas instruções em suas notas, o que atualmente é conhecido como algoritmo do programa. Desta maneira, Ada se tornou a primeira programadora da história. Ela ainda formulou diversos conceitos fundamentais para o funcionamento da máquina. Em um total de sete notas, nomeadas de A G, adicionadas ao final da tradução do artigo de Menabrea, Ada descreve não apenas o funcionamento da máquina analítica, mas também estabelece novos conceitos e procedimentos que são utilizados atualmente em computação:

$$\begin{cases} mx + ny = d \\ m'x + n'y = d' \end{cases}$$

Colunas com os dados primitivos	No. De operações	Cartões de operação		Cartões das variáveis		Resultados
		No. De cartões de operação	Natureza de cada operação	Colunas que participam de cada operação	Colunas que recebem o resultado de cada operação	
$V_0 = m$	1	1	x	$V_0 \times V_4$	$V_6$	$V_6 = mn'$
$V_1 = n$	2	1	x	$V_3 \times V_1$	$V_7$	$V_7 = m'n$
$V_2 = d$	3	1	x	$V_2 \times V_4$	$V_8$	$V_8 = dn'$
$V_3 = m'$	4	1	x	$V_5 \times V_1$	$V_9$	$V_9 = d'n$
$V_4 = n'$	5	1	x	$V_0 \times V_5$	$V_{10}$	$V_{10} = d'm$
$V_5 = d'$	6	1	x	$V_2 \times V_3$	$V_{11}$	$V_{11} = dm'$

	7	2	-	${}^1V_6 - {}^1V_7$	${}^1V_{12}$	${}^1V_{12} = mn' - m'n$
	8	2	-	${}^1V_8 - {}^1V_9$	${}^1V_{13}$	${}^1V_{13} = dn' - d'n$
	9	2	-	${}^1V_{10} - {}^1V_{11}$	${}^1V_{14}$	${}^1V_{14} = dm' - d'm$
	10	3	$\div$	${}^1V_{13} / {}^1V_{12}$	${}^1V_{15}$	${}^1V_{15} = \frac{dn' - d'n}{mn' - m'n} = x$
	11	3	$\div$	${}^1V_{14} / {}^1V_{12}$	${}^1V_{16}$	${}^1V_{16} = \frac{dm - d'm}{mn' - m'n} = y$

**Figura 3** - Representação esquemática das operações necessárias para resolver o sistema de equações exibido na figura. Para clareza, foi omitida a coluna nomeada "indicação da mudança de valor nas colunas", da divisão de cartões das variáveis.

Na *Nota A*, Ada descreve o funcionamento da máquina analítica, e o compara ao funcionamento da máquina diferencial, para evidenciar porque a primeira seria melhor – mais precisa e mais rápida que a segunda. A principal diferença apontada por Ada reside no fato de que, em virtude do princípio de cálculo no qual é baseada, a máquina diferencial apresenta limitações com relação ao tipo de operações que pode realizar, ao passo que a máquina analítica apresenta caráter mais amplo. Ainda, ela aponta que o grande avanço feito na concepção da máquina analítica foi utilizar a técnica de cartões perfurados de Jacquard. Na *Nota C*, Ada complementa a descrição da máquina analítica ao descrever o uso dos cartões perfurados, comentando sobre o fato de que apenas o uso em si dos cartões não garantiria o funcionamento da máquina a contento. Ao mencionar que os cartões poderiam ser agrupados segundo certos procedimentos, e assim serem utilizados repetidas vezes para efetuar os cálculos, estabelecendo o conceito de subrotina, ela otimiza o processo de cálculo. O conceito de *subrotina* consiste em sequências de instruções que poderiam ser utilizadas em diversos contextos repetidas vezes. No caso da máquina analítica, na prática consistia em agrupar cartões em grupos que apresentassem similaridade de acordo com as instruções. Com este procedimento os cartões, ou grupos de cartões, poderiam ser utilizados quantas vezes fossem necessárias para que os cálculos fossem realizados a contento. A *Nota F* ela também endereça a questão do número de cartões necessários

para diversos cálculos. Outro conceito importante introduzido por Ada Lovelace é o conceito de *loop*, feito na *Nota E*. O conceito de *loop* permite que a máquina retornasse a um determinado cartão ao seguir uma certa instrução, o que aceleraria a execução de uma sequência de instruções. Esses procedimentos também permitiram reduzir o número de cartões para que a calculadora operasse.

Em sua *Nota B*, ela descreve a memória da máquina analítica, composta por colunas de discos nas quais são inseridos os valores empregados nos cálculos. Cada coluna é composta por diversos discos graduados de 0 a 9, e são empilhados verticalmente de forma que na parte inferior da coluna, o disco mais baixo corresponderia à unidade, o disco acima à dezena, seguido pelos discos da centena, milhar, etc. Nesta nota, Ada mostra como representar as colunas referentes às variáveis, e ao selecionar a função a ser calculada, como os cartões que compõem a máquina operam, e para tanto, existindo duas categorias de cartões: os cartões de operação e os cartões de variáveis.

Dentre todas as notas escritas por Lovelace, a mais famosa é na *Nota G*, na qual ela calculou os números de Bernoulli. A priori foi uma maneira de mostrar a máquina analítica, mas acabou tendo um impacto muito maior: consistiu no primeiro programa descrito. Os números de Bernoulli consistem em uma sequência de números racionais que aparecem em séries infinitas e expansões em série de funções trigonométricas, e são importantes em Teoria de Números e em Análise. Nesta Nota, Ada mostrou quais operações foram feitas para cada cartão de variável, e qual cartão recebeu os resultados, sendo assim o primeiro programa. Ela também definiu o chamado desvio condicional, no qual, durante os cálculos, a máquina seria dirigida a outro cartão se atendesse uma condição a ser satisfeita, ou seja, a máquina poderia 'pular' um trecho da sequência se uma determinada condição em questão fosse atendida (DEPARTAMENTO...).

Desta forma, Ada Lovelace se tornou a primeira programadora da história, e criou todo o arcabouço necessário para introduzir o primeiro programa (o exemplo que ela fornece nas suas notas), que é bastante similar ao utilizado nos computadores atualmente (GÜRER, 2002). Finalmente, Ada ponderou em suas notas que a calculadora poderia realizar mais que cálculos, propondo o conceito de computação universal, mostrando como sua capacidade de abstração estava à frente do seu tempo.

Ada Lovelace gozou dos privilégios de sua classe social e teve acesso a uma ampla gama de conhecimentos. No entanto, o que ela fez com eles ultrapassa em muito o que foi feito pela média das mulheres de sua classe social, em sua época.

Ada Lovelace morreu muito jovem – coincidentemente quando tinha a mesma idade que seu pai ao morrer – de câncer de colo útero. Mais de um século após sua morte, as mulheres ainda encontram dificuldades em seguir a trilha que ela abriu. A porcentagem de mulheres atuando nas áreas que compõem a sigla STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics) ainda é muito pequena, e isso em termos mundiais. No entanto, sua contribuição, que não passou despercebida, certamente abriu algumas portas que de outra forma permaneceriam fechadas. Entre outras coisas, Ada fornece prova concreta de que não existe nenhuma incompatibilidade intrínseca entre feminilidade e matemática.

À guisa de conclusão, importa citar a linguagem de programação que recebeu seu nome. Ada se destinou a unificar as linguagens de computação utilizadas pelo Departamento de Defesa norte-americano, para uso em sistemas que não admitem falhas, como os softwares de aviação, por exemplo. É uma homenagem merecida.



## REFERÊNCIAS

- Babbage e Ada. **Departamento de Ciência da Computação da Universidade de São Paulo** (DCC-IME-USP) – Projeto MAC Multimídia. s.d. Disponível em: <[https://www.ime.usp.br/~macmulti/historico/histcomp1\\_6.html](https://www.ime.usp.br/~macmulti/historico/histcomp1_6.html)>.
- ESSINGER, James. **Ada's Algorithm**: how Lord Byron's daughter Ada Lovelace launched the digital age through the poetry of numbers. Londres: Melville, 2014.
- FUEGI, J. e FRANCIS, J. "Lovelace and Babbage and the creation of the 1843 'notes'". **IEEE Annals of History of Computing**, 25(4), 16-26, 2003.
- GÜRER, D. Women in computing history. **ACM SIGCSE Bulletin**, 34(2), p. 116-120, 2002.
- MENABREA, L. F. Sketch of the Analytical Engine invented by Charles Babbage (article XXIX). In: TAYLOR, R. **Scientific Memoirs**. [S.l]: [s.n], 1843. v. 3. p. 666-731.
- SCHWARTZ, J. et al. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras? **Cadernos Pagu**, Campinas, s/v, n. 27, p. 255-278, jul./dez. 2006.
- WOLFRAM, S. Untangling the Tale of Ada Lovelace. **Stephen Wolfram Blog**, 10 dez. 2015. Disponível em: <<http://blog.stephenwolfram.com/2015/12/untangling-the-tale-of-ada-lovelace/>>.

Isabelle Le Pape

**Charlotte Brontë :  
plume insoumise**



## Résumé

Les romans des sœurs Brontë révolutionnèrent les conventions de l'écriture féminine dans l'Angleterre du milieu du XIX<sup>e</sup> siècle. Le mystère autour du choix de leurs pseudonymes n'y est pas étranger. La plupart des critiques s'interrogeaient alors sur l'identité sexuelle des auteurs, notamment sur celle de Currer Bell, auteur de *Jane Eyre* (1847). Nourrie par une créativité littéraire intense dès son plus jeune âge, Charlotte Brontë va s'engager dans la voix littéraire avec une opiniâtreté rare, affrontant les représentations attachées à son identité de femme auteur. Nous questionnerons son entrée dans la vie littéraire depuis les *juvenilia* jusqu'à son dernier roman, *Shirley* (1849), dans un monde éditorial dominé par des confrères masculins, afin de comprendre en quoi ses écrits ont brisé radicalement les conventions alors de mise.

**Mots-clefs :** anonymat ; écriture ; ère victorienne ; genre ; héroïne ; roman

## Resumo

Os romances das irmãs Brontë as convenções da escritura feminina na Inglaterra, em meados do século XIX. O mistério em torno da escolha de seus pseudônimos não é, nesse contexto, estranho. A maioria dos críticos se interrogava, então, sobre a identidade sexual dos autores, notoriamente sobre a de Currer Bell, autor de *Jane Eyre* (1847). Nutrida por uma intensa atividade literária desde a mais tenra idade, Charlotte Brontë irá engajar-se na voz literária com uma tenaz determinação, afrontando as representações atreladas à sua identidade de mulher-autora. Nós questionaremos sua entrada na vida literária, em um mundo editorial dominado por editores homens, desde suas juvenila até seu último romance, *Shirley* (1849), com o objetivo de compreender como seus escritos abalaram radicalmente as convenções então vigentes.

**Palavras-chave:** anonimato; escritura; era vitoriana; gênero; heroína; romance

## Les *juvenilia* : une écriture à quatre voix

Dès les *juvenilia*, écrits à quatre mains avec son frère Branwell (1817-1848) et ses deux sœurs Emily (1818-1848) et Anne (1820-1849), Charlotte Brontë (1816-1855) s'engage dans l'écriture en s'inspirant de romans et de nombreux périodiques qui arrivent au *Parsonage* de Haworth, où ils vivent avec leur père vicaire et leur tante Elizabeth Branwell, venue les élever après le décès de leur mère Maria en 1821. Sagas, poèmes, drames et récits d'expéditions composent une palette d'écrits variés, qui ont pour décor l'Afrique. Consignés dans de minuscules livres et facsimilés de périodiques, les *juvenilia* sont élaborés autour de royaumes imaginaires créés par les enfants, alors âgés d'une dizaine d'année. Glass Town (la « Confédération de la Ville de verre »), fondée en 1827, permet d'imaginer des destins insolites à partir de héros et d'héroïnes inspirés par des personnages historiques (le Duc de Wellington, Napoléon) ou littéraires. Influencés par leurs lectures de Byron, Walter Scott et du *Blackwood's Magazine*, les jeunes Brontë apprennent à développer une attention aux goûts littéraires de leur époque et se prennent au jeu de l'édition, en fabriquant eux-mêmes des magazines et des livres miniatures. Puis, en 1831, les deux sœurs cadettes, Emily et Anne, prennent leur distance d'avec leur frère et sœur aînés et fondent le royaume fictif de Gondal. Enfin, en 1834, Charlotte et Branwell, à leur tour, imaginent Angria, qu'ils situent en Afrique. Il faut dire que la famille Brontë vit dans une région particulièrement isolée, le Yorkshire, et se trouve éloignée de la scène littéraire londonienne. Afin de développer sa connaissance de la vie littéraire de son temps, Charlotte s'intéresse vivement aux périodiques et emprunte des recueils de poésie, des romans et des pièces de théâtre à la bibliothèque de Ponden Hall. Son ambition littéraire s'appuie donc sur cette initiation précoce à l'écriture et sur la lecture de périodiques, comme le *Blackwood's Magazine*, le *Household Words* ou le *Chamber's Edinburgh Journal*, qui donnaient un aperçu de la poésie et de la fiction publiées à cette époque.

C'est donc à l'âge de 11 ans que Charlotte, principale administratrice du royaume imaginaire de Glass Town, fabrique et relie les fascicules entre eux, avant de consigner les récits de son écriture microscopique si caractéristique. Le nom des périodiques ainsi

---

\* Isabelle Le Pape – Conservatrice des bibliothèques, directrice des collections, Département littérature et art. Bibliothèque Nationale de France, Paris.

créés évolue. Le *Branwell's Blackwood's Magazine* devient le *Blackwood's Young Men's Magazine*, puis *The Young Men's Magazine*. Parallèlement, Charlotte élabore des livres mesurant 3,8 cm x 6,4 cm environ (THE BRITISH LIBRARY), qui contiennent des drames, des poèmes et des fragments de romans. Ses écrits de jeunesse lui permettent ainsi d'imiter différents styles et de s'essayer à plusieurs genres : théâtre, poésie, roman... Ces éditions miniatures des enfants Brontë rassemblent leurs écrits et montrent l'intérêt qu'ils portent au monde de l'édition. Toutefois, ces publications ne sont partagées qu'au sein d'un cercle familial et amical très restreint. C'est tout de même Charlotte qui semble être la plus impliquée dans cette aventure commune. En 1830, elle rédige une liste des *juvenilia* dans *Catalogue of my Books with the Period of Their Completion up to August 3, 1830* (THE MORGAN LIBRARY...). C'est elle qui calligraphie les contes, les pièces de théâtre, les poèmes et les romans de son écriture quasiment indéchiffrable sans l'aide d'une loupe. Si on étudie l'aspect microscopique de cette graphie, on peut remarquer qu'il confère non seulement aux écrits une dimension exagérément intime mais aussi un caractère particulièrement secret.

Ayant écrit à quatre mains, puis en duo avec son frère Branwell, Charlotte s'est progressivement affranchie de son identité féminine pour découvrir une littérature à plusieurs voix. Cette forme d'écriture collaborative a quelque chose de profondément innovant, que peu d'auteurs ont pu expérimenter auparavant. L'aventure inédite des *juvenilia* marque donc l'entrée de Charlotte dans l'écriture et explique, peut-être, le caractère novateur du ton qu'elle adoptera ensuite dans ses romans. En effet, le duo d'apprentis écrivains qu'elle forme avec Branwell permet de produire une fiction à deux, autorise des rebonds, suggère des développements et des ajustements féconds. Même tardivement, Charlotte et Branwell tiennent leurs plus jeunes sœurs informées des évolutions des affaires politiques et des développements d'Angria et conservent cette source de créativité nourrie par un imaginaire commun. Les *juvenilia* témoignent donc de la façon dont les jeunes Brontë font fi des rôles féminins et masculins en adoptant tour à tour une écriture indifférenciée, non sexuée, tandis qu'en grandissant, les sœurs et le frère se tournent chacun vers des mondes plus différenciés, où les rôles, les tâches et l'avenir ne sont pas les mêmes en fonction du sexe.

## Écriture du féminin, écriture du masculin

Tandis que Branwell s'enfonce progressivement dans l'alcool et la consommation de laudanum, ruinant ses projets, Charlotte s'approprie une culture propre au monde féminin et lui apporte une liberté nouvelle en explorant la condition féminine avec un ton radicalement nouveau, notamment dans *Jane Eyre*, où l'héroïne n'hésite pas à affronter l'autorité et à affirmer sans crainte sa volonté et ses sentiments, s'affranchissant des carcans et des rôles sociaux :

L'anticléricisme, les scènes d'amour explicites, la virilité du héros, le langage direct, la situation révoltante d'une jeune fille seule en train d'écouter avec calme l'histoire des escapades sexuelles d'un homme – c'était déjà blâmable chez un homme, mais chez une femme c'était inexcusable. « Si *Jane Eyre* est l'œuvre d'une femme, proclamait la *North British Review* en août 1849, ce doit être une asexuée ». (PETERS, 1979, p. 287)

C'est que l'écriture des *juvenilia* a permis très tôt à Charlotte d'endosser à la fois les rôles féminins et les rôles masculins des personnages qu'elle a créés. Cela s'explique probablement par son entraînement à l'écriture romanesque dans les sagas gondaliennes, où elle conduisait à la fois les personnages forts et virils et les héroïnes passionnées dans la veine byronienne. Si on met en parallèle les héros des sagas de Glass Town mis en scène par Charlotte avec ceux de ses romans, on se rend compte que leur représentation lui permet de s'affranchir progressivement du culte qu'elle vouait à ces figures romanesques masculines, présentes dans les drames de Byron. Elle exerce ainsi son regard et développe une distance, rendant possible cette analyse minutieuse des personnages masculins que l'on trouve dans *Jane Eyre*, avec le portrait acéré de Rochester élaboré dans la lignée du sombre et cruel Duc de Zamorna, qui vivait dans le péché, ayant épousé Mary Percy et régnant sur le royaume d'Angria.

Le fait de porter ces doubles rôles mène indéniablement Charlotte vers une écriture non définie par des attributs et des caractères proprement féminins et masculins, ce qui lui permet de s'aventurer librement, sans crainte de jugement, dans de nouvelles contrées littéraires. Il ne faut pas oublier qu'à l'origine de Gondal, il y a ce cadeau : des soldats de bois offerts par son père à Branwell, auxquels les enfants Brontë s'identifient, chaque enfant incarnant un héros de la confédération. En s'appuyant sur

l'image de ces hommes fiers, les sœurs s'immergent dans un monde parallèle, qui favorise le déploiement d'une galerie de personnages masculins, qui serviront ensuite de prototypes à leurs héros. En s'identifiant à ces figures viriles, loin du regard moralisateur des adultes, elles expérimentent librement un ensemble de sentiments qu'elles visent à retranscrire dans leurs écrits et qui favorise l'apprentissage de l'écriture sur différents modes (tragique, politique, historique, poétique...), préparant ainsi l'avenir littéraire des jeunes auteurs, loin des schémas traditionnels liés au genre.

### L'accès à la publication sous le masque du pseudonyme

Les *juvenilia* ont non seulement pour fonction de générer une émulation au sein de la fratrie et de favoriser la créativité littéraire, mais offrent durablement la possibilité de s'échapper des contraintes de la vie ordinaire. Charlotte juge pourtant ce besoin d'écrire compulsif, comme elle le note en 1836 :

J'allais commencer à écrire, ne pouvant m'en empêcher. [Branwell] pourrait à juste titre parler de cette graphomanie s'il me voyait, entourée [d'élèves]... se demandant tous pourquoi j'écris tandis que mes yeux se ferment – me fixant, bouche bée – à leur grande surprise!<sup>1</sup> ! ... (Cité dans GLEN, 2002, p. 34)

181

Longtemps restée cachée aux yeux des adultes, l'écriture brontéenne, prolifique, parfois même obsessionnelle, prend une nouvelle dimension sous l'impulsion de Charlotte, lorsqu'elle décide de se lancer dans l'aventure de la publication. C'est une véritable pulsion d'écrire qui l'anime depuis son enfance et qu'elle décide de partager en-dehors du cercle familial. Elle-même se trouve comme hantée par ce besoin impérieux d'écrire, ce qui l'empêche d'assumer ses fonctions d'institutrice, puis de gouvernante. Déçue par l'incapacité de Branwell à mener à bien ses projets de publication et ses ambitions littéraires, Charlotte se décide finalement à acheter un manuel professionnel et écrit à divers éditeurs, prête à affronter refus, absences de réponses et déceptions :

« Depuis très longtemps, confiait Charlotte à son amie Elizabeth Gaskell, nous caressions le rêve de devenir un jour auteurs [...] Nous sommes tombées d'accord pour

---

<sup>1</sup> *I am just going to write because I cannot help it. [Branwell] might indeed talk of scribblemania if he were to see me just now, encompassed by [students]... all wondering why I write with my eyes shut – staring, gaping – hang their astonishment!*

préparer un petit choix de nos poèmes, et pour, si possible, les faire imprimer.» (Cité BRONTË, 1994, p. 106)

C'est en découvrant les poèmes d'Emily, habituellement enfermés dans son bureau portatif, que Charlotte se décide à envoyer à des éditeurs un recueil de ses poèmes accompagnés de ceux d'Anne et d'Emily en 1845. Ce qui étonne, c'est le jugement qu'elle porte alors sur l'écriture de sa sœur, qu'elle trouve « vigoureuse » et « indomptée » :

Je parcourus ce volume et fus saisie par quelque chose qui dépassait la surprise, une conviction profonde que ce n'était pas là des épanchements ordinaires et que cela ne ressemblait en rien à la poésie qu'écrivent généralement les femmes. Je trouvai ces vers ramassés et concis, vigoureux et vrais. Ils possédaient pour mon oreille une musique singulière – indomptée, mélancolique et exaltante (GASKELL, 2004, p. 224).

Charlotte prend-elle conscience qu'une telle écriture risque de heurter les jugements des critiques, à une époque où la poésie est dominée par des auteurs masculins, comme William Wordsworth, Samuel Taylor Coleridge, John Keats ou Percy Bysshe Shelley et où les femmes auteurs se cantonnent à des romans sentimentaux ? Il est vrai qu'au début du XIX<sup>e</sup> siècle, la poésie est le genre qui est encore le plus publié, avant qu'émergent les romans populaires et que le lectorat développe son goût pour la fiction. En outre, la sphère littéraire est largement dominée par les poètes et les romanciers masculins, et la critique nourrie de représentations stéréotypées concernant le genre des auteurs. Il faut prendre en considération le fait qu'un des plus grands poètes anglais, Robert Southey (1774-1843), à qui Charlotte a écrit, espérant trouver en lui un mentor, lui répond que la littérature ne peut être l'affaire d'une femme et que Charlotte doit remplir les obligations dévolues à son sexe :

La littérature ne saurait être l'affaire des femmes et il est bien qu'il en soit ainsi. Plus elle s'adonne aux devoirs qui sont les siens, moins elle aura de temps à lui consacrer, que ce soit à titre de réussite personnelle ou de divertissement. Ces devoirs, vous n'avez pas encore été amenée à les remplir mais quand vous le serez, vous serez moins avide de gloire... Mais n'allez pas croire que je dénigre le don que vous possédez ni que je veuille vous décourager de l'exercer. Je vous exhorte seulement à réfléchir et à l'utiliser de façon qu'il contribue à votre bonheur permanent<sup>2</sup>. (BOCK, 1988, p. 61)

---

<sup>2</sup> *Literature cannot be the business of a woman's life, and it ought not to be. The more she is engaged in her proper duties, the less leisure she will have for it, even as an accomplishment and a recreation. To*

Forte de cet avertissement, Charlotte prend conscience de la violence des préjugés à l'égard des femmes qui écrivent. C'est avec prudence qu'elle s'obstine dans ce choix et voilera son identité, comme elle l'explique à son amie Elizabeth Gaskell :

Nous ne nous doutions pas à l'époque que notre façon d'écrire et de penser n'était pas de celles qu'on juge « féminines » - nous avons vaguement l'impression qu'une certaine prévention s'attache aux femmes écrivains; nous avons remarqué que les critiques utilisent parfois pour les châtier l'arme de la personnalité et, pour les récompenser, une flatterie qui n'est pas louange authentique. (Cité dans GASKELL, 2004, p. 225)

C'est donc sous le nom de Currer, d'Ellis et d'Acton Bell que Charlotte et ses sœurs décident de publier le recueil, accepté par les éditeurs Aylott et Jones à Londres et publié à compte d'auteur en 1846, sans réaction du public. Dès le début de la correspondance avec ses éditeurs, Charlotte adopte un ton viril et endosse une identité masculine. La décision de masquer son nom et celui de ses sœurs se fait avec le souci scrupuleux d'éviter les préjugés sur les femmes qui écrivent. Ce choix de voiler leurs noms sous des pseudonymes est également dicté par le souhait de ne pas être identifiées en tant que femmes. De plus, les sœurs Brontë sont peu désireuses d'être personnellement connues du public.

183

### Les attentes stéréotypées de la critique à l'égard des femmes écrivains

À une époque où les valeurs Victoriennes pèsent fortement sur les femmes écrivains et les emprisonnent dans des rôles bien déterminés, l'écriture féminine se doit de correspondre à une extension naturelle du rôle domestique féminin. Les femmes auteurs qui souhaitent accéder à la publication sont donc censées avoir des qualités féminines, mettre en valeur des sentiments et des émotions bien déterminés, et travailler plus finement les détails au détriment de la composition de leurs ouvrages. Ces stéréotypes concernant les genres sont aussi valables pour leurs confrères masculins. Ainsi, le poète Swinburne est-il critiqué pour avoir adopté des qualités d'écriture non masculines. Il faut noter que les critiques les plus acerbes du vivant de

---

*those duties you have not yet been called, and when you are you will be less eager for celebrity. You will not seek in imagination for excitement, of which the vicissitudes of this life, and the anxieties from which you must not hope to be exempted, be you state what it may, will bring with them but too much.*

Charlotte Brontë proviennent souvent de femmes qui ont intégré le fonctionnement patriarcal, comme Elizabeth Rigby, qui condamne l'indépendance non féminine de Lucy Snowe dans *Villette* (1853). La critique la plus célèbre de l'époque est Géraldine Jewsbury, qui travaille pour l'*Athenaeum*. Celle-ci juge principalement à partir de standards moraux. Elle est donc véritablement acerbe à l'égard des femmes dont les écrits ne correspondent pas aux attentes liées à leur genre. Ce sont de telles voix critiques féminines qui vilipendent les œuvres des Brontë, ne supportant pas que des femmes auteurs puissent adopter ou imiter le style de leurs confrères masculins. Selon elles, les femmes se doivent d'écrire en respectant les conventions et les attentes des aspects moraux liés à la féminité. Observons un exemple de ce type de critique paru du vivant de Charlotte Brontë :

Ainsi de *L'Atheaneum* : Les Bell semblent s'intéresser à des sujets pénibles et exceptionnels – les méfaits et les abus de la tyrannie ou les bizarreries de l'imagination féminine. Ils ne répugnent pas à s'appesantir sur ces actes de cruauté qui, nous le savons, ont leurs répondants dans les annales du crime et de la souffrance – que rejette cependant le bon goût véritable. (PETERS, 1979, p. 224)

Face à la conception dominante d'une écriture masculine, qui aurait le droit d'aborder sur tous les tons les sujets les plus crus et les plus horribles, Charlotte s'insurge et combat les préjugés qui nourrissent la sphère des lettres. Par l'usage du pseudonyme, elle adopte une liberté de ton et jouit par là même d'une grande indépendance. C'est principalement auprès de son amie Elizabeth Gaskell qu'elle se confie sur la vision stéréotypée des femmes, qu'elle juge caricaturale et obsolète, dans une ère victorienne en plein bouleversements économiques et sociaux :

On attend des femmes qu'elles soient en général imperturbables, et pourtant les femmes ressentent autant de choses que les hommes [...] elles souffrent d'une contrainte trop rigide, d'une stagnation trop absolue, exactement comme les hommes en souffrent ; et c'est de l'étroitesse d'esprit de la part de leurs compagnons plus privilégiés de dire qu'elles doivent se contenter de faire la cuisine et de tricoter des chaussettes, de jouer du piano et de broder des sacs. C'est insensé de les condamner, ou de se moquer d'elles, si elles cherchent à faire plus, à apprendre davantage que ce que l'usage a décrété nécessaire à leur sexe. (BRONTE, 1994, p. 13)

Il ne faut pas oublier que Charlotte Brontë est issue d'un milieu modeste. Fille d'un homme d'église relativement pauvre, elle n'avait d'autre choix que d'être



gouvernante ou institutrice. En tant que femme, elle n'avait donc pas la possibilité de prétendre à d'autres carrières et de pouvoir s'élever dans les sphères de la société :

Les charges des débuts de sa vie d'adulte, d'autre part, rendirent particulièrement difficiles son souhait de poursuivre une carrière ; en tant que fille d'un homme pauvre dans une société patriarcale, elle n'avait aucune stimulation pour une réussite professionnelle. L'avertissement décourageant de Southey, duquel elle attendait un possible soutien, corrobora ce que les conditions socio-économiques semblaient impliquer : qu'il n'était comme femme ni son devoir si son destin de devenir écrivain<sup>3</sup>. (BOCK, 1988, p. 63)

Jusqu'à 1850, moment où la véritable identité de Currer Bell est révélée, les critiques pensent que le roman d'Emily Brontë, *Wuthering Heights* (1847), a été écrit par une plume masculine. Vouloir connaître le sexe des auteurs Ellis et Currer Bell semble plus important à leurs yeux que de comprendre véritablement les enjeux de leurs romans. C'est donc un véritable choc lorsque les critiques découvrent l'identité réelle d'Ellis Bell, plus encore que de découvrir celle de Currer Bell, car les esprits ne peuvent absolument pas concevoir et accepter que *Wuthering Heights*, son langage cru et sa violence, puisse avoir été écrit par une femme. Certains émettent même l'hypothèse selon laquelle le roman aurait été dicté par le frère Branwell à sa sœur Emily. Il y a cette contradiction, impossible à admettre, que *Wuthering Heights* ait été écrit par une femme, alors que le roman comporte un langage masculin. La transgression des rôles sexuels étant jugée monstrueuse et incompréhensible, venant d'une écrivain qui vit en recluse dans les *moors* du Yorkshire. En cela, *Wuthering Heights* défie les stéréotypes accordés aux sexes à l'époque victorienne. On peut s'étonner de la crédulité des critiques de l'époque, qui ont longtemps pensé longtemps que Currer Bell, comme Ellis, était un homme. Cette interrogation sur l'identité des auteurs perdure un certain nombre d'années et devient une véritable obsession ; comme on le voit ici :

Qui sont les Bell ? devint ainsi un jeu, le passe-temps littéraire favori de cette saison et les hypothèses concernant l'identité et le sexe des auteurs firent autant de publicité en faveur de ces romans que leur étrange perfection. Les trois sœurs avaient espéré pénétrer dans le monde littéraire par le biais de faux passeports : ce plan avait réussi. [...]

---

<sup>3</sup> *The social and economic exigencies of her early adult life, on the other hand, made pursuit of that career extremely difficult; as the daughter of a poor man in a patriarchal society, she was given little opportunity of encouragement for professional success. The discouraging advice of Southey, whom she sought out as a possible mentor, corroborated what socio-economic conditions seemed to imply: that it was not her duty or fate as a woman to become a writer.*

Elles avaient prévu le préjugé qui s'attachait à leur sexe ; elles avaient conscience que leurs romans défiaient les idées admises à propos des femmes. (PETERS, 1979, p. 229)

### Qui est Currer Bell ?

S'il s'agit pour Charlotte de se protéger de l'emprisonnement lié aux concepts attribués à l'écriture féminine, le recours au pseudonyme lui permet aussi d'être identifiée parmi des pairs et de trouver sa place avec plus de liberté dans le monde littéraire. Evitant ainsi les jugements négatifs préconçus à l'égard des femmes auteurs, qui étaient souvent traitées comme des victimes, et faisaient l'objet de nombreux préjugés, Charlotte n'a pourtant pas anticipé les multiples interrogations concernant les trois auteurs mystérieux :

En avril, *Jane Eyre* fut réimprimée pour la troisième fois avec en guise de préface une note de Currer Bell « pour expliquer que mon droit au titre de romancier repose sur ce seul ouvrage. » Bien des critiques et des lecteurs continuaient à attribuer à Currer Bell *Les Hauts de Hurlevent* qui maintenant se vendaient très bien et *Agnes Grey* qui se vendait bien, alors même que les rôles étaient renversés : dans un article de janvier de *l'Athenaenum*, Ellis Bell, devenait l'auteur de *Jane Eyre*. En dépit de cette confusion, les trois sœurs continuaient à s'accrocher à l'anonymat. (PETERS, 1979, p. 243)

Les sœurs sont alors dépassées par la stratégie qu'elles ont adoptée, sans forcément avoir anticipé les conséquences de leur choix. En effet, derrière le désir d'éloignement scrupuleux de la vie littéraire, les sœurs Brontë ont mis en place, peut-être involontairement, une véritable stratégie de promotion en tant qu'auteurs, tout en revendiquant paradoxalement une forme d'effacement de soi. Ce qui étonne réside dans la volonté farouche des Brontë de demeurer en retrait de la vie littéraire, tout en publiant des ouvrages dont la réception provoque de telles réactions. Comme le souligne Margot Peters dans son étude sur la réception des œuvres des Brontë :

Des esprits moins remarquables se révoltèrent à l'idée que des femmes aient pu écrire de tels romans. La franchise, la rébellion, l'âpreté, les passions fortes, la brutalité, la vigueur – toutes qualités admirables chez un écrivain si c'était un homme – devenaient autant de crimes si c'était une femme. Un article du *Christian Remembrancer* qui tournait en ridicule l'opinion qui voulait que Currer Bell fût un homme et proposait à la place une amazone, rendit Charlotte littéralement malade : « Il serait difficile de trouver livre moins féminin que celui-ci, tant par ses qualités que par ses défauts, dans les annales de la littérature des femmes

écrivains. D'un bout à l'autre se font jour une puissance, un souffle et une finesse toute masculine mêlés à une dureté, une crudité également masculines. » (*ibid.*, p. 227)

En outre, il y a bien une coupure entraînée par cette identité voilée : celle de la frontière entre la vie privée et la sphère publique. Ce conflit, qui était déjà présent auparavant dans le choix entre une vie consacrée à l'écriture et les tâches liées à sa vie de femme à cette époque, resurgit donc sous une nouvelle forme. Comme le formule Claire Bazin, en masquant son identité, Charlotte peut poursuivre son activité d'écrivain et mener à bien ses projets, sans affronter les préjugés attachés à son écriture :

Le roman éponyme, comme *Shirley*, ne porte pas le nom de son auteur, d'autant qu'à la première parution, Charlotte Brontë dissimulait sa véritable identité sous un nom de plume androgyne, Currer Bell (conservant des initiales à la fois protectrices et révélatrices, le patronyme étant aussi adopté par ses sœurs, qui, elles-aussi, conservaient l'initiale de leurs prénoms respectifs). La « mode » du pseudonyme se poursuit avec George Eliot, soufflé par la grande sœur française, George Sand. Charlotte Brontë déclarait que l'usage du pseudonyme, écran salutaire, permettait à l'écrivain de ne pas être jugé en fonction de son sexe. (BAZIN, 2005, p. 96)

Les femmes se sont régulièrement abritées derrière des noms masculins, en particulier dans l'Angleterre du XIX<sup>e</sup> siècle, où les jeunes filles de bonne famille ne pouvaient envisager une carrière d'écrivain. L'histoire de la littérature anglaise fournit de nombreux exemples de femmes auteurs, dont certaines connurent un succès considérable bien avant les pionnières comme Jane Austen et Mary Shelley. Au milieu du XIX<sup>e</sup> siècle, les femmes qui publiaient masquaient souvent leurs signatures par un genre non défini, à l'image de George Eliot, née Mary Ann Evans, qui utilise un nom de plume masculin afin que ses romans ne soient pas considérés comme des romans sentimentaux. Il est certain que les rôles sociaux continuent d'influencer les femmes, qui ont tendance à minimiser leur activité de publication. Toutefois, autour de 1840, certaines femmes auteurs commencent à gagner en visibilité dans l'Angleterre victorienne, grâce au développement des revues littéraires et à l'émergence sur la scène littéraire de femmes écrivains, telle Elizabeth Gaskell, qui publie *Mary Barton* en 1848 et *North and South* en 1855 ou Lady Morgan, de son nom de jeune fille Sydney Owenson (1776-1859), brillante romancière irlandaise dont les essais politiques, lui valent les foudres de la critique. D'autres, comme Frances Trollope (1780-1863) ou, auparavant, Mary Wortley Montagu (1689-1762), renouvèlent l'image de la femme écrivain en vivant

de leur plume et en transgressant les genres traditionnels, mêlant récits de voyages et romans. Il faut dire que peu de femmes avaient accès aux bases de l'écriture à cette époque. Lorsqu'elles étaient issues de la classe moyenne, comme les sœurs Brontë, elles recevaient un niveau d'éducation qui n'était jamais identique à celui de leurs confrères masculins. C'est notamment ce que pointe le roman *Jane Eyre*, en dressant non seulement un portrait incisif des conditions de vie lamentables dans les pensionnats et les écoles pour jeunes filles, mais en soulevant aussi les difficultés rencontrées par les jeunes femmes voulant entrer dans la vie professionnelle :

La critique du système éducatif développée dans *Jane Eyre* précède ce qui est antérieur à ce que l'on considère comme le début de la réforme éducative des jeunes femmes – la Commission Taunton de 1850 -, qui, après des décennies de combat a conduit à une redéfinition de l'éducation des jeunes filles dans son sens, sa forme et son but. La commission auditionna des directrices d'écoles de jeunes filles et d'autres personnalités concernées par l'absence totale de scolarité et d'études dans les écoles. [...] L'intérêt à tonalité féministe de Brontë pour l'éducation transcende la question de l'expérience de l'élève pour aborder celle de l'enseignant, en explorant souvent cette dernière avec un point de vue d'un matérialisme froid<sup>4</sup>. (JULIEN, 2007, p. 120)

188

## Dévoilements

Il faut attendre un événement qui interpelle Charlotte pour que les sœurs décident de révéler leur identité. Avec la publication de *The Tenant of Wildfell Hall* par Anne en 1848, un nouvel éditeur, T. C. Newby, joue sur cette confusion entretenue par les pseudonymes et l'utilise pour faire la promotion de l'ouvrage. Aussi, n'hésite-t-il pas à laisser entendre de propos délibéré que les quatre romans sont dus à la même plume.

Cette fois-ci Newby était allé trop loin [...] Indignée au plus haut point, elle réunit immédiatement un conseil avec Emily et Anne. [...] Il n'y avait qu'une façon de résoudre le mystère Bell ; elles devaient se rendre à Londres et prouver que Currer, Ellis et Acton étaient en chair et en os trois personnes différentes. (PETERS, 1979, p. 250-251)

---

<sup>4</sup> *The education critique in Jane Eyre predates what has been accepted as the beginning of the reform of girls' education – the 1850s Taunton Commission, after which followed decades of struggle to define the meaning, form, and purpose of girls' education. The commission heard testimonies from headmistresses of girls' schools and other concerned with the often total absence of scholarly or academic pursuits in girls' schools. [...] Brontë's feminist interest in teaching goes beyond the issues of student experience to embrace the question of teacher experience, often exploring the latter with an unsentimental materialism.*

C'est avec Anne que Charlotte se rend à Londres et rencontre son éditeur, qui s'étonne à la vue de ces figures improbables et inattendues :

Deux petites dames drôlement fagotées, aux visages pâles, à l'allure anxieuse, pénétrèrent dans mon bureau ; l'une d'elle s'avança et me présenta une lettre écrite de ma propre main et adressée à « Currer Bell ». Je remarquai que la lettre était ouverte et dis, non sans brusquerie : « D'où la tenez-vous ? » - De la poste, répondit-elle, elle m'était adressée : nous sommes venues toutes les deux de façon que vous ayez une preuve oculaire que nous sommes au moins deux à exister. (*id.*, p. 253)

En outre, la plupart des critiques de cette période étaient constitués d'amateurs, qui se contentaient de résumer les romans et de donner envie aux lecteurs des périodiques de lire les ouvrages qu'ils recommandaient. Aussi jugèrent-ils sous le prisme de nombreux préjugés les romans des sœurs Brontë, les qualifiant de violents. La question de l'identité sexuelle de l'auteur n'existait pas encore mais s'est fortement posée avec la publication de *Jane Eyre*, dont le langage et le caractère des personnages dénotaient une écriture masculine :

Nous l'avouons nous aimons qu'un auteur, champion du sexe faible, se lance au premier rang du combat », déclarait *l'Examiner* à propos de Currer Bell, dans un article du 27 novembre 1847. [...] Ces romans d'ailleurs contenaient des éléments considérés, selon les conventions en usage, comme le signe de la masculinité : un langage vigoureux librement émaillé de jurons, de passions ouvertement déclarées, de rébellions hardies ; de personnages âpres, hors du commun, et un manque d'intérêt pour les soucis domestiques qui ne pouvait passer inaperçu. (*ibid.*, p. 226)

À sa manière, Charlotte Brontë a donc contribué à faire évoluer la place des femmes dans la sphère littéraire, renouvelant les attentes et les conceptions liées au genre de l'auteur. « Comme sa sœur Emily, voire d'autres auteurs féminins du XIX<sup>e</sup> siècle, Charlotte Brontë réussit le tour de force d'affirmer son autorité/auteurité, en faisant mine de se plier aux conventions, tant sociale que littéraires, en les subvertissant. » (BAZIN, 2005, p. 123) Ainsi les sœurs Brontë sont-elles devenues Currer, Ellis et Acton Bell. Une manière de jouer avec l'identité, de brouiller les limites du réel et de la fiction tout autant que de préserver sa tranquillité. Dans tous les cas, chacune des trois sœurs s'affranchit des conventions en dressant des portraits de personnages féminins moins idéalisés que dans les romans des périodes précédentes. Leurs héroïnes (Catherine Earnshaw de *Wuthering Heights*, Jane Eyre, Helen Graham de *The Tenant of*

*Wildfell Hall*) mènent des combats inédits et portent des revendications dans un monde encore très patriarcal. Nul doute que la construction d'une identité d'auteur n'est pas étrangère à l'initiation propre aux *juvenilia*. Charlotte Brontë est entrée dans le métier d'écrivain dès son plus jeune âge d'une manière inédite, à travers l'écriture collective, ce qui lui permit de pénétrer dans la sphère littéraire sans subir les contraintes liées au monde éditorial et de la critique. Au gré de ses publications : les poèmes, puis les quatre romans *Jane Eyre*, *Shirley*, *Villette* et *The Professor* (1857), elle a tracé sa voix, d'abord sous son nom de plume, puis en dévoilant son identité à son lectorat et à la critique.



## RÉFÉRENCES

- BAZIN, C. **Jane Eyre, le pèlerin moderne**. Paris: Éd. du Temps, 2005.
- BOCK, C. A. Gender and Poetic Tradition: The Shaping of Charlotte Brontë's Literary Career. In: **Tulsa Studies in Women's Literature**. Vol. 7, n°. 1, 1988, p. 49-67.
- BRONTË (famille). **Lettres illustrées**: les sœurs Brontë ; choisies et commentées par Juliet Gardiner ; trad. de l'anglais par Thérèse de Cherisey et Hélène Fatou. Paris: Herscher, 1994.
- Brontë juvenilia: The History of Angria. **The British Library**, s.d. Disponible sur : <<https://www.bl.uk/collection-items/bront-juvenilia-the-history-of-angria>>. Accès: le 24 mai 2017.
- Charlotte Brontë's Teenage "Catalogue of Books". **The Morgan Library & Museum**, s.d. Disponible sur : <<http://www.themorgan.org/blog/charlotte-bront%C3%ABs-teenage-catalogue-books>>. Accès: le 24 mai 2017.
- GASKELL, E. **Charlotte Brontë** ; traduit de l'anglais par Lew Crossford. Monaco ; Paris: Éd. du Rocher, 2004.
- GLEN, H. **The Cambridge companion to The Brontës**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- JULIEN, H. School Novels, Women's Work, and Maternal Vocationalism. In : **NWSA Journal**. Vol. 19, n°. 2, 2007, p. 118-137.
- PETERS, M. **Charlotte Brontë**: une âme tourmentée, traduit de l'anglais par Guy Le Clec'h. Paris: Stock, 1979.

Cláudia Falluh  
Norma de Castro

**Mulher, islã e literatura:  
os avatares de Isabelle Eberhardt**



## Resumo

Desenvolvido através da leitura de três obras a escritora argelina de origem suíça Isabelle Eberhardt: *Pages d'Islam*, *Notes de Route* e *Amours Nomades*, assim como a leitura da fortuna crítica dessa autora e as obras que estudam em profundidade os aspectos da religião islâmica e a situação da mulher no seio do islamismo, bem como seu alcance sobre a sociedade em que a autora viveu, incluindo a influência marcante e preponderante da ocupação francesa nos países que compõem o Magrebe (países do norte da África), mais especificamente a Tunísia, a Argélia e o Marrocos.

**Palavras-chave:** Isabelle Eberhardt; Islã; mulher

## Abstract

This work was developed through reading three books of Isabelle Eberhardt: *Pages d'Islam*, *Notes de Route* and *Amours Nomades*, as well as reading of critical works of this author and studying in depth aspects of the Islamic religion and situation of woman in the Islamism, as well as her achieve on the society that the author lived, include striking and predominant influence the French occupation in the countries that are part of Maghreb (North African countries), especially Tunisia, Algeria and Morocco.

**Keywords:** Isabelle Eberhardt; Islam; Woman

## Introdução

Com a finalidade de demonstrar a influência da religião islâmica na vida e na produção literária da escritora Isabella Eberhardt o presente estudo quer evidenciar o grau de força exercida pela religião islâmica agindo como um propulsor em sua obra influenciando seus posicionamentos diante do mundo e da própria literatura. São relevantes as evidências da conversão da autora, – de confissão católica para o islã – como um passo decisivo na sua projeção no mundo muçulmano proibido às mulheres neste final do século XIX. Desta conversão deu-o seu mergulho insólito no universo de uma Argélia profunda com reflexos extraordinários em sua obra literária.

Contudo, para tocarmos o universo literário de Isabelle Eberhardt, faz-se necessário, primeiramente, conhecermos minimamente o Islã, sua história, sua influência no mundo árabe. Igualmente necessário é saber esmiuçar a história da Argélia e de outras antigas colônias francesas como Marrocos e Tunísia e sua extensão na vida dos povos que compõem esses países. Mas um trabalho desta natureza e de tão amplas prospecções não serem nosso objetivo. Limitaremos neste texto a lançar sobre leitor algumas breves, mas claras luzes sobre o tema, considerando também que o conhecimento da trajetória desta jovem escritora cuja literatura revela uma mulher emblemática e visionária, é de grande valia para a apreciação de sua extraordinária capacidade de ir além de seu tempo, ligando passado e presente, sonho de oriente e texto narrativo em simbioses indissolúveis.

194

### Quem foi Isabelle Eberhardt?

Isabelle Eberhardt nasceu na Suíça em 17 de fevereiro de 1877 e faleceu em 21 de outubro de 1904, aos 27. Foi correspondente de jornais e escritora. Suas crônicas foram recolhidas após sua morte e compiladas, na sua maioria, por seu editor-chefe Victor Barrucand. Posteriormente, estudiosos e escritores, admiradores de sua obra e de sua vida também fizeram suas compilações as publicaram.

---

\* **Cláudia Falluh** - Professora de literatura francesa e magrebina na Universidade de Brasília (UnB).

\* **Norma de Castro** - Especialista em docência superior pela UFRJ. Membro do Grupo de Estudos Literários Magrebinos Francófonos (UnB).

Já aos quinze anos Isabelle Eberhardt já se correspondia com grandes escritores de sua época. Aos dezesseis, suas crônicas eram publicadas em jornais. Intelectualmente inquieta, após ter contato com a cultura árabe, através de um escritor exilado chamado Abou Naddara, intitulado o *Molière* egípcio, liga-se a ele que lhe ensinará a dar seus primeiros passos rumo ao aprendizado da língua árabe, daí revelando todo um oculto e fascinante universo ao qual ela adere definitivamente mais tarde.

Escreve duas novelas em 1895. A primeira, *Infernalía* foi escrita em colaboração com seu meio-irmão Augustin, sob o pseudônimo *N. Podolinsky*. A segunda novela *Vision du Moghred* foi igualmente publicada em *La Nouvelle Revue Moderne*.

Isabelle iniciou sua carreira de escritora, tradutora, correspondente e cronista utilizando vários pseudônimos diferentes. Ao publicar poemas do Russo Simon Nadson, traduzidos em francês, ela utilizou o pseudônimo *Nicolas Podolinsky* publicados no *L'Athénée*; também, assinava como *Isabelle de Moerder* (sobrenome de casada de sua mãe); *Mariam*, *Meriem*, *Nadia* e *Podol*, entre outros cognomes que ela utilizava dependendo do momento. Como árabe se chamava: *Si Mahamoud*, *Mahamoud ben Abdallah Saadi*, *Mahamoud ould Ali*.

Com o advento da colonização francesa dos países do norte da África, Isabelle interessou-se ainda mais pela cultura árabe. Através de contatos com os intelectuais da época, teve a oportunidade, primeiramente, de traduzir para o árabe alguns poemas de *Pouchkine* e, então, os envia ao Barão Rosen, professor da Faculdade de Línguas Orientais de São Petesburgo, sendo por ele reconhecida como autodidata no aprendizado e domínio da língua árabe.

Mulher excepcionalmente despojada para os costumes da época – final dos anos 1800 e início dos anos 1900 –, escrevia para jornais e revistas. Era livre e desprendida. Vestiu-se como homem pela primeira vez aos 15 anos para tirar uma foto vestida como um legionário<sup>1</sup>. Depois disso cortou os cabelos e acompanhou seu irmão que havia se alistado na Legião Estrangeira.

Em suas viagens e com o contato com os Beduínos teve a oportunidade sentir a liberdade desse povo. Resolve, assim, seguir uma caravana beduína. É nesse momento que tem seus primeiros contatos com o Islã e em 1897, ela e sua mãe convertem-se ao

---

<sup>1</sup> Legionário: Aquele que pertence a legião. Neste caso, refere-se à Legião Estrangeira.

Islamismo. A partir deste contato, Isabelle assume alguns nomes árabes: *Si Mahmoud*, *Mahmouod ben Abdallah Saadi*, *Mahmoud ould Ali* serão os mais frequentes.

Isabelle viaja pelo Magrebe, Marrocos, Argélia e Tunísia, desta forma mantém contato constante com a cultura islâmica. Esse contato enriquece e transforma, sobremaneira, sua visão de mundo. E é então que através de seus contatos jornalísticos, relata tudo o que vê, lê e ouve, percebe e entende em suas crônicas que são publicadas em jornais da época.

Essa é Isabelle Eberhardt, mulher audaciosa e independente, inteligente e altiva, que falava russo, francês e árabe. Escreveu sobre o islã, sobre a mulher, sobre a vida beduína e sobre a liberdade. Sua obra é excepcional e extraordinariamente rica, surpreendente, e inovadora, sem deixar de ser um tanto romântica e contemplativa. Isabelle foi, antes de tudo, uma observadora. Como mulher ela observou o mundo árabe/islâmico e analisou esse mesmo mundo sob a ótica masculina, sem esquecer sua alma feminina. Utilizou-se de sua coragem em se transfigurar em homem para adentrar no mundo masculino do Islã, dos Beduínos, da Legião Estrangeira, assim conheceu e desvendou os mistérios daquele mundo dominado pelo gênero masculino e tão envolto em mistérios.

196



Figura 1 – Isabelle Eberhardt em trajes europeus e bérberes.

## Conhecendo o islã

Para conhecer um pouco sobre o Islã comecemos por entender o que é o Islã. A palavra Islã, em Português, significa submissão. O Islã é uma Religião que fora fundada por Maomé ou Muhammad (570-632 d.C.). Maomé pertencia ao ramo menor do clã dos *Quraysh* (Coraixitas) e foi criado como mercador. Casou-se aos 25 anos com uma mulher mais velha do que ele, uma rica viúva. Chamava-se Kadhijia. Acredita-se que Maomé teve contato com árabes judaicos e cristãos e por eles pode ter sido influenciado. Aos quarenta anos ele começou a ter visões divinais e fora encorajado por sua esposa a estimular tais visões. “Nessa época, Maomé morava em uma *área meridional* chamada *Arábia Feliz* por ser mais chuvosa e fértil, havia mesmo reinos e civilizações avançadas e laços históricos com Estados africanos”. (DEMANT, 2004, p. 25). Nessa mesma época os árabes do *Hijaz* ou *Arábia Feliz* saíam de séculos de declínio comercial, esse fato estimulou correntes nômades favorecendo a retomada da ascensão de Meca.

É importante frisar, para o bom entendimento da obra de Eberhardt, que a organização social nessa época era tribal, isto é, a linhagem e o parentesco sobrepujavam outras formas de lealdade.

Uma figura recorrente nas crônicas de Isabelle é a figura do Beduíno, ela mesma se transfigurou em um deles para prosseguir em suas viagens pelo deserto da Argélia, e desta forma, garantir sua própria segurança. O estilo de vida Beduíno a intrigava, como podemos constatar no trecho do prefácio de Victor Barrucand no livro *Notes de Route*; podendo ser confirmado por Martine Reide, outra estudiosa da vida e da obra de Isabelle Eberhardt, na apresentação do livro *Amours nomades*, que passamos agora a ver:

Drapée aux plis de son burnous sévère, coiffée comme d’une tiare assyrienne du haut turban à cordelettes fauves, bottée en cavalier filali, d’un vrai style sans équivoque, elle se souleva du coude parmi les coussins épars où elle rêvessait couchée<sup>2</sup>... (Prefácio de Victor Barrucand in EBERHARDT, 1908, p. 2).

---

<sup>2</sup> Tradução livre (T.L.): Envolta nas dobras de seu albornoz austero, penteado como que de uma tiara assíria de um turbante alto com cordinhas fulvas, calçado em botas de couro, de um verdadeiro estilo sem equívoco, ela levantou o cotovelo entre as almofadas espalhadas onde ela sonhava dormia... (Prefácio de Victor Barrucand in EBERHARDT, 1908, p. 2)

Isabelle Eberhardt habillée en Bédouin, chapelet dans la main gauche, fez planté sur des cheveux coupés ras, regard fuyant, lèvres boudeuses. On compte plusieurs photographies où elle figure dans ce costume<sup>3</sup>... (Apresentação de Martine Reide in EBERHARDT, 2008, p. 7).

## Conhecendo os beduínos

Os beduínos são originários da Península Arábica e, no século VII, durante as conquistas árabes, expandiram-se pelo norte da África. O termo beduíno deriva de uma forma plural da palavra árabe *badawi*, termo árabe que deriva da palavra *bãdiyah* que significa deserto seminário. Portanto, *beduíno* é o termo que designa as *peessoas do deserto*. "... os árabes do deserto – conhecidos como beduínos – eram politeístas, isto é, acreditavam em vários deuses [...] adoravam as forças da natureza [...] e acreditavam em talismãs e amuletos" (ARRUDA, 2006, p. 113).

Os Beduínos valorizavam acima de tudo "a liberdade de movimento (a honra ligada em particular ao controle da sexualidade feminina) e a solidariedade para com os membros do clã" (DEMANT, 2004, p. 25). Isabelle também amava a liberdade da vida nômade, entretanto, pensava exatamente o contrário no que diz respeito ao controle da sexualidade feminina. Victor Barrucand no prefácio do livro *Notes de Route* comenta que certa vez em que conversavam, ele e Isabelle, ela lhe falou: "... Les femmes n'ont pas encore admis que le bonheur résidat dans la liberté" (EBERHARDT, 1908, p. 2).

198

## A mulher e o islã na visão de Isabelle Eberhardt

Isabelle cria na liberdade feminina, mas o desejo de conhecer a história e o comportamento masculino aguçava sua curiosidade. Por isso, não se importou em se transfigurar em homem para adentrar no universo masculino dos Beduínos para conhecer-lhe a essência.

A influência do Islã, aliada à influência Beduína e sua admiração unidas a um misto de curiosidade e mesmo de indignação com relação à condição da mulher naquele ambiente tão inóspito, fez com que ela viajasse pelos desertos do Marrocos,

---

<sup>3</sup> T.L.: Isabelle Eberhardt vestida de Beduíno, terço em sua mão esquerda, plantada sobre os cabelos cortados rente, olhar esquivo, lábios trombudos. Existem várias fotografias que ela aparece nestes trajes... (Apresentação de Martine Reide in EBERHARDT, 2008, p. 7)

Argélia e Tunísia para desvendar os segredos aquele povo tão misterioso, intrigante e ao mesmo tempo tão envolvente.

Com seu espírito jornalista, sua conversão ao Islamismo, sua alma desbravadora e seu espírito altamente irrequieto, fê-la destemida e determinada a aprender, compreender e descobrir os mistérios que envolviam a mulher naquele contexto peculiar, bem como, de conhecer profundamente a alma beduína e a alma islâmica.

Suas crônicas são plenas de figuras femininas. Em sua maioria, são personagens ou imagens de mulheres tristes, sofridas e infelizes. Com amores impossíveis e finais trágicos. Quase sempre os desfechos de suas crônicas são trágicos e envolvem a morte, separação ou desaparecimento destas personagens. Como podemos ver em *Portrait de l'Ouled Nail*, crônica publicada em 1908 por Victor Barrucand no livro *Pages d'Islam* e publicada posteriormente por Marie-Odile Delacour et Jean-René Huleu na compilação *Amours Nomades* (2008) das obras de Isabelle Eberhardt:

Achoura, comme toutes les filles de sa race, regardait Le trafic de son corps comme Le Seul gage d'affranchissement accessible à la femme. Elle ne voulait plus de la claustration domestique, elle voulait vivre au grand jour et elle n'avait point honte d'être ce qu'elle était<sup>4</sup> (EBERHARDT, 2008, p. 37).

Achoura rentra dans l'ombre et la retraite du foyer musulman, où elle mène désormais une vie exemplaire et silencieuse [...]. Elle s'est réfugiée là pour songer en toute liberté à Si Mouhammed el Arbi, le beau chérif qui l'a oubliée depuis longtemps et qu'elle aime toujours<sup>5</sup> (*id.*, p. 40).

199

## A personalidade e a trajetória de vida de Isabelle Eberhardt

Jovem ainda já escrevia para os jornais da Suíça, onde morava durante sua adolescência, e trazia consigo grande número de célebres admiradores de suas notas e cartas:

Adolescente, Isabelle Eberhardt se jette dans le mensonge et la mystification avec une énergie rare. Elle entre en correspondance avec inconnu qui a placé une annonce dans un journal, avec un jeune marin, avec quelques érudits russes et arabes (parmi lesquels l'Égyptien Abou

---

<sup>4</sup> T.L.: Achoura, como todas as filhas de sua raça, observava O tráfico de seu corpo como A Única garantia de libertação acessível a mulher. Ela não queria mais o confinamento doméstico, ela queria viver às claras e ela não tinha vergonha de ser o que era. (EBERHARDT, 2008, p. 37)

<sup>5</sup> T.L.: Achoura entrou na sombra e retiro do lar muçulmano, onde ela agora leva uma vida exemplar e silenciosa [...]. Ela se refugiou para pensar livremente à Si Mouhammed el Arbi, o belo Sharif que a esqueceu há muito tempo e que ela ainda ama. (*id.*, p. 40).

Naddara, le Tunisien Ali Abdul Wahab)...Tous lui apportent des nouvelles du monde arabe, lui décrivent par le menu cet Orient mythifié par Fromentin et Loti. Ces érudits, spécialistes de langue et de littérature arabes, jugent des premières traductions de la jeune autodidacte (du russe en arabe) et l'aident à publier ses premiers textes (en français), ceux dans lesquels elle décrit avec justesse un univers qu'elle connaît pourtant que par ses lectures, qu'elle n'a encore vu que par leurs yeux (EBERHARDT, 2008, p. 10).

Assim teve início a vida literária de Isabelle e foi assim sua iniciação e sei despertar sobre a mística do mundo árabe.

Seu espírito libertário aliado à perda prematura de sua mãe e uma vida conturbada faz com que aumente seu amor pela literatura e aumente seus contatos com jornalistas e escritores que lhe abriram caminho para que publicasse suas crônicas em um jornal suíço. Em 25 de dezembro de 1902 tem sua primeira obra publicada no jornal *Mes journaliers*.

Isabelle se utiliza de vários epítetos para facilitar a publicação de suas obras: *Nicolas Podolinsky*, *Mahmoud Saadi* são os mais comumente utilizados para este fim.

Só após a morte de sua mãe, já dominando o idioma árabe e também acostumada a utilizar trajes masculinos e à vida nômade é que pode conhecer a Argélia como gostaria, isto é, em plena liberdade. Usa então seu nome *Mahamoud Saadi* para se tornar jornalista de jornais argelinos como *Akhbar* e *La Dépêche Algérienne* (*ibid.*, p. 11).

Isabelle produz crônicas e relatos baseados no que mais lhe agradava em suas viagens, isto é, as belas paisagens, seja na Argélia, na Tunísia, em *Batna*, *Biskra*, *El Oued* ou em *Aïn Sefra*. A pé ou a cavalo, seu olhar é um olhar ambíguo, é o olhar de uma mulher travestida em homem, o olhar de uma mulher *nômade-beduina* que produz suas crônicas da vida cotidiana desses povos, para serem publicados em jornais suíços e argelinos. Suas crônicas também são publicadas em jornais e revistas francesas, isso devido à colonização francesa que desperta o interesse e curiosidade no povo Francês que habita nas colônias. Mesmo os habitantes de Paris, anseiam por conhecer um pouco mais sobre suas colônias e, Eberhardt, possui todos os elementos (conhecimento) e condições (capacidade literária) para saciar essa sede por conhecimento da colônia.

É perfeitamente verificável que a influência Árabe-Islâmica permeia toda a obra de Isabelle Eberhard. Note-se pelos títulos tanto dos livros quanto de cada crônica. Os



livros que estudamos são *Pages d'Islam*, *Notes de route* e *Amours nomades* que espelham essa influência e também refletem a existência e a experiência da autora no mundo árabe, seja como beduíno, como homem muçulmano ou mesmo como mulher.

Os títulos de suas crônicas, bem como os nomes de suas heroínas são bem sugestivos de sua conversão ao Islamismo e da influência religiosa em sua obra.

### Reconhecendo a influência religiosa na obra de Isabelle Eberhardt – o islã

Victor Barrucand faz a compilação dos manuscritos recolhidos do desmoronamento da casa de Isabelle, onde ela morreria soterrada. Muitos dos manuscritos estão em péssimo estado devido ao acidente. Ele também compila seus escritos a partir do resgate das publicações de jornais e revistas da época. Muitos dos textos possuem mais de uma escrita, não é surpresa encontrar a mesma crônica com uma reescrita melhorada ou acrescida de novos elementos. Devido à conhecida influência islâmica na vida e na obra de Eberhardt, Barrucand, ao publicar *Pages d'Islam*, nomeia suas divisões em capítulos atendendo a esse pressuposto de modo a estabelecer uma relação entre as crônicas contidas em cada um: *Obscurité; Femmes; Nomades; Fellah; En Marge; Au village; Dans la Légion; Frères de rencontre; Partir; Divagations; e Fragments et variants*.

As crônicas são alusivas a cada título de capítulo. No capítulo intitulado *Obscurité*, temos uma referência clara a um sentimento que embalou a obra de Isabelle que foi o mito, o místico e o obscuro. Tudo que ela encontrou em suas viagens e que ela mesma talvez não compreendesse, imprimia em seu ser uma sombra, um ponto obscuro, incógnito e desconhecido, isso fazia com que ela desejasse descobrir aquilo que não estava explícito. Nesse momento, de busca pela revelação ou busca de conhecimento ela escreveu sobre o oculto, o obscuro. Dessa forma percebe-se que títulos de suas crônicas são bem reveladores: *Le Mage, Le Moghrebin, Le main, L'écriture de sable, L'Enlumineur sacré, Le Magicien, Le Meddah* ( trovador, que conta oralmente uma história), *La Derouicha, Le Taleb* (Estudante de uma escola de Corão; tipo de guru espiritual; profundo conhecedor do corão), *Le Marabout* (Local muçulmano santo, lugar de culto popular, ou ainda pode ser o mágico o misterioso).

No Capítulo intitulado "Femmes", podemos observar o contraste das duas culturas, isto é, da cultura magrebina-muçulmana que Isabelle se deparou em suas

viagens e, que posteriormente assumiu como sua; da cultura europeia na qual foi criada, sobretudo, no que se refere à condição feminina naquela cultura em contraponto com a liberdade que ela mesma tão bem conhecia e desfrutava: *Le portrait de l'Ouled Nail, Fiancée, Taalith, Pleurs d'amandiers*.

Em *Nomades*, temos: *Campement* e *Mériéma*. Em *Fellah*, encontramos: *Veillée de Ramadhan* (mês em que os muçulmanos, praticam o jejum ritual, é o nono mês do ano islâmico), *Fellah* (agricultor ou pequeno proprietário de terras dos países árabes), *Veste bleue*. Por outro lado, em *Marge*, nos deparamos com: *Cheminot, Criminel, Hauser le Trave, Prisonniers sur la route, Ilotes du Sud, Les Enjôlés, Dans le sentier de Dieu*. No capítulo *Au Village* vemos as crônicas *L'arrivée du colon*, e *Exploits indigènes*, que abordam o tema da colonização francesa de maneira crítica.

Já no capítulo intitulado *Dans la Légion*, podemos observar sua admiração pela Legião Estrangeira. Admiração esta, causada pelo impacto do alistamento primeiro de seu irmão mais velho, Nicolas, que permaneceu apenas um ano (1883-1884) nas fileiras da Legião Estrangeira, mas esse pouco tempo foi suficiente para impactar seus irmãos mais novos, Augustin e Isabelle. Sendo que Augustin, o irmão preferido de Isabelle, em 1894, também se alista, mas fora reformado por motivos de saúde, alguns anos mais tarde (1896). Esse tópico de sua história de vida foi preponderante para a confecção das crônicas desse capítulo. Então, neste mesmo capítulo encontramos ainda, *Le Russe* e *Coeur faible*.

Os três últimos capítulos: são menores em número de crônicas. O capítulo *Frères de rencontre* conta com duas crônicas: *L'ami* e *M'tourni (retorno ou meia-volta)*. *Partir*, outro capítulo, possui apenas uma crônica *La Rivale* e, no último capítulo *Divagations* possui apenas duas crônicas: *Notes au crayon* e *Cérès*. Sendo todos mais intimistas como os seus próprios títulos indicam. Mas não se afastam, de maneira alguma, do pensamento que a influenciara, ou seja, o islã, a problemática feminina, o deserto, a vida errante, a liberdade e a colonização francesa.

*Fragments et variants*, o último capítulo, conta com fragmentos e variantes de quatro crônicas: *Hauser Le Trave, Coeur faible, Le Miroir, La Foggara* (sistema de irrigação típico do deserto). Como sempre possuem o escopo voltado para o mundo árabe, para o islã e para a vida no deserto.

Os títulos dos livros e das crônicas de Isabelle, são elementos que comprovam a influência da religião que Isabelle Eberhardt abraçara e da cultura que admirava, o Islã, a língua árabe, a vida nômade e a liberdade.

Em *Amours nomades* encontramos doze crônicas assim intituladas: *Amara de forçat; La Zouïa, Portrait de l'Oued Nail, Le Roman du turco; Thaalith; Légionnaire, Aïn Djaboub, Le Meddah, Campement, Deuil; Le Vagabond; Les Paradis des Eaux.*

No corpo do texto de suas crônicas encontramos além da descrição física de pessoas, homens e mulheres, muçulmanos, berberes e beduínos, a descrição da vida naquelas paragens. Isabelle demonstra se encantar pela beleza física dos homens e mulheres dos habitantes dos lugares por onde passou, mas incrivelmente, não se detém em grandes descrições, a atmosfera que os envolve, são, para ela, mais relevantes do que seus aspectos físicos.

As vestimentas e os costumes também a intrigavam. Tanto que ela mesma se trajava como um nativo. “Drapée aux plis de son burnous sévère, coiffée comme d’une tiare assyrienne Du haut turban à cordelettes fauves, boittée em cavalier filali, d’un vrai style sans equivoque...” (EBERHARDT, 1908, p. 2). Para Isabelle a beleza estética das pessoas era envolta em mistério e esse mistério aguçava sua curiosidade, causando-lhe surpresa e admiração, instigando sua criatividade e sua vontade de escrever.

Un peu par nécessité, un peu par goût, j’étudiais alors les mœurs des populations maritimes des ports du Midi et de l’Algérie<sup>6</sup> (EBERHARDT, 2008, p. 20).

Les nomades étaient partis, sans un regard de regret pour ce coin de pays où ils avaient vécu quelques semaines<sup>7</sup> (*id.*, p. 104).

Uma descrição feminina em *Taalith* não ocupa um parágrafo, mas é diluída nos dois ou três parágrafos iniciais, entretanto, essa descrição não se detém a aspectos físicos, mas em aspectos psicológicos:

Elle se souvenait, comme d’un rêve très beau, de jours plus gais sur des coteaux riants que dorait Le soleil, au pied des montagnes puissantes que des gorges profondes [...] Petite bergère libre et rieuse, elle avait

---

<sup>6</sup> T.L.: Um pouco por necessidade, um pouco de sabor, então estudava os hábitos das populações marítimas dos portos do sul e da Argélia (EBERHARDT, 2008, p. 20).

<sup>7</sup> T.L.: Os nômades foram embora, sem um olhar de pesar para esta parte do país onde tinham vivido algumas semanas *id.*, p. 104).

joué là dans Le bain continué de la bonne lumière vivifiante, les membres robustes, 'presque nus, au soleil'<sup>8</sup>. (*id.*, p. 59).

Note-se que não há uma verdadeira descrição física em seus pormenores, mas há a utilização da metáfora para descrever a personagem em seu momento de vida e tudo que a envolvia. É uma descrição psicológica que descreve um sentimento, uma sensação.

A descrição masculina, não difere muito da feminina, uma vez que Eberhardt privilegia o psicológico. Mas há algo de peculiar que diferencia as descrições do feminino e do masculino, a força e a liberdade do homem e a dependência e a fragilidade feminina e de sua condição no mundo árabe.

Então encontramos, para os homens, um tipo de descrição como a que passamos a ler em seguida:

Enfant du peuple, orphelin très tôt, élevé par son oncle, pauvre diacre du village presque illettré, Dmitri avait pourtant pu, Grace aux sacrifices inouïs de son oncle, suivre les cours du gymnase [...] Dmitri Orschanof avait la faculté rare de pouvoir réussir dans toutes ses tentatives, et cela presque sans peine<sup>9</sup>. (*ibid.*, p. 65-66).

204

Percebe-se que, não raro, suas personagens masculinas, diferentemente de suas personagens femininas, possuem um nome, como podemos verificar nos extratos de textos anteriores.

No extrato a seguir, Eberhardt se preocupa um pouco mais com a descrição física pormenorizada, mas, ainda assim, procura dar ênfase aos aspectos psicológicos, psicanalíticos e utiliza-se de metáforas para isso. Na crônica *Le Moghrebin*, encontramos das raras descrições mais detalhadas de uma personagem, *El Hadj Zoubir*, entretanto, essa descrição está diluída nos 5 parágrafos iniciais da crônica:

[...] El Hadj Zoubir était vieux et bronze, de constitution frêle, avec un fin profil d'oisieu, l'oeil cave et expressif, sous d'épais sourcils grisonnants

---

<sup>8</sup> T.L.: Ela se lembrava, como em um sonho muito bonito, de dias alegres nas encostas risonhas que dorava O sol, ao pé das montanhas poderosas que desfiladeiros profundos [...]. Pequena pastora livro e risonha, ela havia jogado lá no banho contínuo da boa luz refrescante, os membros robustos, "quase nus, ao sol" ... (*id.*, p. 59)

<sup>9</sup> T.L.: Filho do povo, órfão muito cedo, criado por seu tio, pobre diácono de aldeia quase iletrada, Dimitri tinha sido, portanto, graças aos sacrifícios incríveis de seu tio, seguiu os estudos do ginásio [...] Dimitri Orschanof tinha a rara capacidade de obter sucesso em todas as suas tentativas, e quase sem esforço. (*ibid.*, p. 65-66).

[...] Il portait le costume de son pays, la djellab de drap bleu et le petit turban blanc autour de la chéchiya rouge<sup>10</sup>.  
Calme, poli, accueillant, El Hadj Zoubir était à son ordinaire fort silencieux, avec des attitudes pensives et de longs regards scrutateurs<sup>11</sup>. » (EBERHARDT, 1920, p. 31).

Na crônica intitulada *Le Magicien*, podemos encontrar outra breve descrição física masculina, diluída em apenas dois parágrafos:

C'était un homme d'une trentaine d'années, de haute taille, svelte sous des vêtements larges dont la blancheur s'éteignait sous un burnous noir.  
Un voile blanc encadrait son visage bronzé, émâcié par les veilles, mais dont les traits et l'expression étaient d'une grande beauté. Le regard de ses longs yeux noirs était grave et triste<sup>12</sup>. (*ibid.*, p. 49)

Ela sempre procura desenvolver parágrafos inteiros para descrever as paisagens e as pessoas em comunidade, sempre cheias de mistérios, enigmas nunca totalmente decifrados ou decifráveis. As personagens descritas são simples, contudo são, ao mesmo tempo, são complexas e emblemáticas. Ela demonstra preocupar-se muito mais com descrições psicológicas e com a determinação da personalidade de suas personagens do que com as descrições físicas.

Entretanto, as descrições dos lugares por onde passou, das paisagens que viu e de todas as imagens que deleitaram seus olhos, são imprescindíveis e, por isso, impressionantes dada a riqueza de detalhes. As paisagens urbanas que descrevia eram-lhe familiares e de certa forma Eberhardt gostava da profusão de cores das flores e frutos que via e que provaria. É possível perceber o prazer com que ela descreve os sabores, os perfumes e aromas exóticos que ela sentia e preocupava-se em, de alguma forma, transmitir aos seus leitores. Não podemos esquecer-nos que Eberhardt escrevia para os franceses que queriam conhecer e obter mais informações sobre os países colonizados pela França.

---

<sup>10</sup> T.L.: [...] El Hadj Zoubir era velho e bronzeado, de constituição frágil, com um perfil de pássaro, olhos fundos e expressivos, sob grossas sobrancelhas grisalhas [...] Ele usava traje típico de seu país, um jelaba de tecido azul e um pequeno turbante branco em torno de uma chéchia vermelha.

<sup>11</sup> T.L.: Calmo, polido, acolhedor, El Hadj Zoubir foi como de costume muito silencioso, com atitudes atenciosas e de longos olhares observadores. " (EBERHARDT, 1920, p. 31).

<sup>12</sup> T.L.: Ele era um homem de trinta anos, alto, magro sob roupas largas, cuja brancura estava desaparecendo sob um albornoz preto.

Um véu branco emoldurava seu rosto bronzeado, emaciado pelas vigílias, mas cujos traços e a expressão foram de grande beleza. O olhar de seus longos olhos negros eram graves e tristes. (*ibid.*, p. 49)

Pour arriver chez moi, il fallait monter des rues et des rues mauresques, tortueuses, coupées de couloirs sombres sous la forêt des porte-à-faux moisis.

Devant les boutiques inégales, on côtoyait des tas de légumes aux couleurs tendres, des mannes d'oranges éclatantes, de pâles citrons et de tomates sanglantes. On passait dans la senteur des guirlandes légères de fleurs d'oranger ou de jasmin d'Arabie lavé de rose avec, au bout, des petits bouquets de fleurs rouges.

[...]

Un escalier de faïence usée, une autre porte : on était sur ma terrasse, étroite, dallée en damier noir et blanc, qui dominait toutes les terrasses et toutes les cours d'Alger, dévalant doucement vers le miroir moire du port, où les grands navires à l'ancre me parlaient de voyages lointains, en cette fin d'été sereine.

Ma chambre était petite, voûtée, peinte en bleu pâle, avec des niches dans les murailles, et les solives du plafond s'assemblaient avec un art surannée, peintes en brun sombre<sup>13</sup>. (*id.*, p. 27-28)

Em uma paisagem campestre, percebemos uma Eberhardt mais detalhista, mais intimista e sóbria, mais observadora dos fenômenos da natureza: luz e trevas, chuva e sol, e a influência que as estações do ano exercem sobre a paisagem.

Les parois rouges de la montagne enserraient la vallée profonde et la brousse sombre tapissait les gorges et les fissures déchiquetés que les oueds tumultueux de l'hiver creusent dans le roc. Des oliviers sauvages, tordus et d'aspect maussade, de grands lentisques à marure raide et immobile, au feuillage métallique, jetaient leur ombre bleue sur la terre raboteuse et dure. Au fond de la vallée, l'Ansar-ed-Dèm (la Source de Sang) jaillissait d'un creux d'obscurité, dans un fouillis de roches brisées, de stalactites dorées où, entre les mousses noires et fougères graciles, l'eau souterraine laissait des coulées de rouille. Fragmento da crônica Le Marabout do livro Pages d'Islam<sup>14</sup>. (*ibid.*, p. 81)

---

<sup>13</sup> T.L.: Para chegar em casa, era necessário subir ruas e ruas mouriscas, tortuosas, cortadas por corredores escuros sob a floresta de saliências bolorentas.

Diante de lojas inegaladas, convivíamos com um monte de legumes com cores suaves, de cestas de laranjas brilhantes, de pálidos limões e de tomates sangrentas. Sentíamos o leve aroma das guirlandas de flores de laranjeira de jasmin da Arábia lavados de rosa com, ao fim dos pequenos buquês de flores vermelhas.

[...]

Uma escada de faiança usada, uma outra porta: estávamos sobre meu terraço, estreito, pavimentado em xadrez preto e branco, que dominou todos os terraços e em todo Argel, gentilmente rolando em direção ao espelho ondeado do porto, onde os grandes navios ancorados me falavam de viagens longínquas, neste fim de verão sereno.

Meu quarto era pequeno, abobadado, pintado de azul pálido, com nichos nas paredes, e as vigas do teto se assemelhavam com uma arte antiquada, pintado em castanho escuro (*id.*, p. 27-28).

<sup>14</sup> T.L.: As paredes vermelhas da montanha cingindo o vale profundo e a brousse escura forrava as gargantas as fissuras retalhadas que os uádís tumultuosos do inverno furam a rocha. As oliveiras selvagens, torcidas e de aspecto irritado, de grandes lentiscos rígidos e imóveis, de folhagem metálica, lançou sua sombra azul sobre a terra robusta e dura. Ao fundo do vale, em Ansar-ed- Dèm (a Fonte de Sangue) irrompia de uma cavidade obscura, de uma bagunça de rochas quebradas, de estalactites douradas onde, entre as espumas negras e fetos grácils, a água subterrânea deixa as torrentes de ferrugem. Fragmento da crônica Le Marabout do livro Pages d'Islam. (*ibid.*, p. 81)

A sociedade, as pessoas, a comunidade, o agrupamento de pessoas chamava a atenção de Isabelle. É preciso lembrar que ela era correspondente de um jornal e, de certa forma, estava ali para, através de suas crônicas, mostrar ou apresentar o povo do Magrebe e o mundo islâmico à Europa e ao resto do mundo. A religião, o modo de viver, seus costumes. Isabelle procura descrever tudo e o faz com maestria e simplicidade.

Sous les eucalyptus au feuillage rougi par l'hiver, sur une côte pulvérulente, une foule compacte se meut : burnous grisâtres, burnous bruns, voiles blancs. Dans les cris des hommes et des bêtes, les Bédouins vont et viennent. Les uns arrivent, les autres s'installent. Et une grande clameur s'élève, cri rapace de cette humanité dont la pensée unique est le gain. Vendre le plus cher possible, tromper au besoin, acheter à vil prix, tel est le but de cette foule disparate, mélange confus d'Européens, d'Arabes, de Kabyles et de Juifs, rendus tous semblables en leur soif de lucre<sup>15</sup>. (*id.*, p. 148)

Em sua obra podemos perceber a influência da ocupação francesa que ela retrata com uma alta dose de crítica. Vemos que ela não apoia a colonização francesa e a vê como um estorvo aos costumes e ao progresso da colônia. No trecho abaixo, retirado do da crônica intitulada *Fellah*, do livro *Pages d'Islam*, ela demonstra que a prosperidade local é independente da autoritária ocupação francesa que expropriava os melhores pedaços de terra e subjugava o povo nativo.

Le 'centre' des Trois-Palmiers, em árabe Bouzraïa, est un village de création officielle. Les terrains de colonisation ont été prélevés sur les meilleurs parcelles des tribus de Hemis et de Bahdoura, par expropriation : le 'centre' ne doit sa prospérité relative qu'au grand marché arabe du vendredi. – Fragmento da crônica *Fellah*<sup>16</sup>. (*ibid.*)

---

<sup>15</sup> T.L.: Sob os eucaliptos de folhagem avermelhada pelo inverno, sob um lado pulverulento, uma multidão densa se move: albornozes acinzentados, albornozes marrons, véus brancos. Nos gritos de homens e de animais, o bédouinos vem e vão. Alguns vem, outros se instalam. E um grande clamor se eleva, grito rapace desta humanidade cujo o pensamento único é o ganho. Vender o mais caro possível, enganar se necessário, comprar a preços baixos, este é o propósito desta multidão heterogênea, mistura confusa de europeus, de árabes, de cabilas e de judeus, todos semelhantes em sua sede de lucro. (*id.*, p. 148)

<sup>16</sup> T.L.: O "centro" das Três-Palmeiras, em árabe Bouzraïa, é uma aldeia de criação oficial. Os terrenos de colonização foram tomados a partir dos melhores lotes das tribos de Hemis e de Bahdoura, por expropriação: o "centro" não deve sua prosperidade relativa que ao grande mercado árabe de sexta-feira. – Fragmento da crônica *Fellah*. (*ibid.*)

As crônicas de Eberhardt nos dão uma visão real do que era a ocupação francesa, sem deixar de lado o glamour daquele povo exótico, mostrando toda a sua beleza e simplicidade. Certamente suas crônicas deviam fazer grande sucesso entre os franceses da colônia devido à fidelidade e paixão de suas descrições das paisagens e das características físicas do povo, entretanto, também deviam causar certo desconforto na metrópole.

Em um banquete oferecido pela imprensa, em 1903, em homenagem ao presidente Loubet<sup>17</sup>, Isabelle exprimiu suas posições anticoloniais. Depois disso ela e sua família foram difamados e caluniados publicamente, além de sofrerem fortes críticas por seu comportamento. (EBERHARDT, 2008, p. 136)

Mas para comprovar a influência do Islã em sua obra, comprovar o seu amor pelo mundo árabe, comprovar seu fascínio pela religião, cultura e língua árabes a crônica intitulada La Zaouïa (edifício religioso muçulmano) é a crônica que mais demonstra toda essa influência: "J'entrais, mon déguisement aidant, dans la sainte zaouïa à l'heure de la prière... J'écoutais ces paroles que je devais bientôt comprendre et aimer... Et je regardais l'imam." (*Id.*, p. 27)

208

### Considerações finais

Pela simples análise dos títulos das crônicas de Eberhardt podemos observar a forte influência que o Islã teve sobre sua obra. Sua conversão foi preponderante, marcando-a profunda e definitivamente. Desta forma resta provado que o Islã está vivo e presente em cada linha escrita por Isabelle:

Chose étrange! J'ai ressenti là, à l'ombre antique de cette mosquée sainte de l'islam, des émotions ineffables au son de la voix haute et forte de l'imam psalmodiant ces vieilles paroles de la foi musulmane en cette belle langue arabe, sonore et virile, musicale et puissante comme le vent du désert où elle est née, d'où elle est venue, sous l'impulsion d'une seule volonté humaine, conquérir la moitié de l'univers<sup>18</sup>... [Trecho de La Zaouïa] (EBERHARDT, 2008, p. 28)

---

<sup>17</sup> T.L.: Emile Loubet (1838-1929). Foi Ministro do Trabalho, Ministro do Interior, Presidente do Conselho de Ministros durante o ano de 1892. Foi eleito presidente do Senado Francês em 1896, três anos mais tarde foi eleito Presidente da República Francesa.

<sup>18</sup> T.L.: Coisa estranha! Eu me senti lá, na sombra antiga desta mesquita sagrada do Islã, de emoções inefáveis ao som das vozes altas e fortes do imã salmodiando estas velhas palavras da fé muçulmana nesta bela língua árabe, sonora e viril, musical e poderoso como o vento do deserto onde ela nasceu, de



O pouco que aqui estudamos revela o grande potencial de análise e pesquisa que ainda nos reserva a obra de Isabelle Eberhardt.



## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História:** História Geral e História do Brasil. 12. ed. reform. e atual. 5. imp. São Paulo: Ática, 2006.
- BENZAKOUR-CHAMI, Anissa. **Femme Idéale ?** Collection dirigée par Fatima-Zohra Zryrouil. Maroc: Editions Le Fennec, 1992.
- DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- EBERHARDT, Isabelle. **Pages d'Islam.** Préface et notes par Victor Barrucand. Paris: Eugène Fasquelle, 1920.
- \_\_\_\_\_. **Amours Nomades** : nouvelles choisies. Texte établi par Marie-Odile Delancour et Jean-René Huleu. Edition présentée et annotée par Martine Reide. Paris: Gallimard, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Notes de route.** Préface de Victor Barrucand. Paris: Librairie Charpentier et Fasquelle Editeur, 1908.
- FARES, Mohamad Ahmad Abou. **Condição da mulher na religião muçulmana.** 2. ed. [S.l.]: Mohamad Ahmad Abou Fares, 1988.
- FEUILLE D'AVIS OFFICIELLE DU CANTON DE GENEVE (FAO). Genève : 250e année, n. 101. J.A. 12000 Genève 2. p. 1386., 2 sept. 2002.
- GOUGES, Olympe de (Marie GOUZE). **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.** [S.l.] : [s.n.], 1791.
- IBRAHIM, I. Abu Harb. **Petit guide illustrée pour comprendre l'Islam.** Traduction de Barbara Centorami. Londres : Darussalam, 2008.
- MEDDEB, Abdelwahab. **Islam, la part de l'universel.** Paris: ADPF – Ministère des Affaires Étrangères, 2003.
- MURAT, Michel (Ed.). **Le Vers Français** : Histoire, Théorie, Esthétique. Paris: Honoré Champion, 2000.
- MUTAHHARI, Murtadã. **Os direitos das mulheres do islão.** Organização Mundial ao Serviço do Islão. Portugal : ALQALAM, 1988.
- PELLISSIER, E. **Histoire de l'Afrique de Moh'ammed-Ben-Abi-El-Raïni-el-Kaïrouâni.** Traduit de l'arabe par Pellissier E. et Rémusat. Paris : Imprimerie royale, 1845.



Carole Wrona

**La Belle Époque vue du lit :  
le *business* des demi-mondaine**

## Résumé

Dans le Paris des Grands Boulevards, bourgeois et aristocrates vivent les derniers instants de cette parenthèse dorée, synonyme de paix relative, de prospérité économique : la Belle Époque. Si la femme est célébrée dans les arts, elle n'en continue pas moins, dans la société, à être dénigrée ou reléguée au rôle de faire-valoir. Or, l'un des paradoxes de cette période réside dans la célébration d'une catégorie de « nanas » peu fréquentables : les demi-mondaines. Ces dernières s'affichent avec des hommes mariés très riches qui les entretiennent. Elles n'œuvrent pas pour l'indépendance des femmes et n'ont que mépris pour les suffragettes. Cependant, elles offrent un premier modèle d'émancipation sexuelle. Caroline Otero, Liane de Pougy et Émilienne d'Alençon sont les Trois Grâces de la Belle Époque. La Belle Otero est une Carmen ombrageuse, Liane de Pougy, une mélusine fatale, et Émilienne d'Alençon, une drôlette, celle par qui l'humour arrive. La carrière de ces demi-mondaines, romancières et poétesses à leurs heures, met en relief la cruauté, la futilité, l'hypocrisie d'une époque à l'égard des femmes, en faisant bel et bien réfléchir sur la nôtre.

**Mots-clés :** Belle Époque ; demi-mondaine ; Paris ; plaisir ; poétesse ; théâtreuse

213

## Resumo

Na Paris dos Grandes Bulevares, burgueses e aristocratas vivem os últimos instantes de um parêntese dourado, sinônimo de relativa paz e prosperidade econômica: a *Belle Époque*. Se a mulher é celebrada nas artes, ela não deixa de ser denegrada ou relegada ao papel de acessório na sociedade. No entanto, um dos paradoxos desse período está na celebração de uma categoria de "moças" pouco frequentáveis: as *demi-mondaines*.

Elas se exibem com homens casados e muito ricos que as sustentam. Elas não lutam pela independência das mulheres e têm desprezo pelas sufragistas. Entretanto, oferecem um modelo pioneiro de emancipação sexual. Caroline Otero, Liane de Pougy e Émilienne d'Alençon são as "Três graças da *Belle Époque*". A Belle Otero é uma Carmen sombria, Liane de Pougy, uma sereia fatal, e Émilienne d'Alençon, uma engraçadinha, por meio de quem o humor acontece. A carreira dessas *demi-mondaines*, romancistas e poetisas nas horas vagas, destaca a crueldade, a futilidade, a hipocrisia daquela época em relação às mulheres, provocando reflexões sobre a nossa.

**Palavras-chave :** *Belle Époque* ; *demi-mondaine* ; Paris ; prazer ; poetisa ; mulher de teatro

*Si tu couches avec un bourgeois, tu es une putain. Si tu couches avec un roi, tu es une favorite. La nuance est sensible et l'expression plus jolie.*

Émilienne d'Alençon

Les rois de France, dans l'obligation de se marier jeunes et utilement, eurent très souvent à leur côté des maitresses de cœur surnommées par les historiens, favorites. Elles étaient, pour beaucoup d'entre elles, issues de la noblesse ou de la bourgeoisie. Agnès Sorel (la première favorite officielle et reconnue), Diane de Poitiers, Gabrielle d'Estrées, madame de Montespan ou la marquise de Pompadour, pour n'en citer que quelques-unes, surent charmer tour à tour Charles VII, Henri II, Henri IV, Louis XIV et Louis XV. Entre agréments et séductions, ces dames ont offert à l'Histoire de France divers clichés : protectrices des arts, conseillères avisées, maitresses despotiques ou dépensières, intrigantes. Sans attache, elles pouvaient être répudiées du jour au lendemain, selon le bon vouloir de leur illustre amant. Louis XVI n'eut point de maitresse, il aimait Marie-Antoinette, et certains commentateurs y ont vu le signal de la fin des Bourbons, le déclencheur de la Révolution. Les empereurs qui suivront ne dérogeront pas à cette règle, Napoléon Bonaparte et Napoléon III posséderont eux aussi leur(s) favorite(s).

Mais à côté des favorites royales existent d'autres femmes d'exception, les courtisanes. Indépendantes, libres<sup>1</sup>, voire femmes d'esprit et tenant un Salon littéraire, ces courtisanes revendiquent leur filiation à Phryné et Aspasia (mythiques hétaires<sup>2</sup> antiques) ou à la très surprenante Tullia d'Aragona (1510-1556). Ces femmes d'exception sont cependant peu nombreuses et finalement d'exception, en France, avant la Révolution, il n'y en a qu'une : Ninon de Lenclos (1620-1705).

Après la Révolution française et le destin tragique d'une Olympe de Gouges qui osait revendiquer une société de femmes, le XIX<sup>ème</sup> siècle que voilà ne pense plus qu'argent, finances, industries, bourse. Ce siècle bourgeois très moral, conservateur et religieux, ravale la femme au rang de mineure et lui interdit d'étudier. Les années 1800 vont donc très vite se retrouver confrontés à une exploitation grandissante du corps

---

\* **Carole Wrona** – Réalisatrice ; Écrivain ; Professeur de l'École Supérieure de Réalisation Audiovisuelle, Paris.

<sup>1</sup> Ne l'oublions pas, une femme dite libre est une prostituée. Un homme libre, en revanche, est un célibataire.

<sup>2</sup> Hétaire vient du grec *hetaira* « compagne, amie ». Ce mot, comme le mot courtisane, prit vite une tournure vénale puisqu'il s'agissait de femmes. Un *hetairos* et un courtisan n'ont en français pas de connotations sexuelles.

féminin, un corps rétribué, acheté, un corps-produit, une marchandise : la femme-objet. La réalité est terrible, entre la misère insoutenable de la prostituée et la splendeur scandaleuse d'une hétaïre. Il n'est donc pas étonnant que ce siècle à l'essor industriel et financier sans précédent ait finalement créé une catégorie de courtisanes à son image : les demi-mondaines. Entre 1870 et 1914, ces femmes vont être les Reines de Paris !

Voici donc contée l'histoire de ces nouvelles courtisanes, les demi-mondaines, celles qui par leur manière d'être, leur égoïsme, leur insolence, leurs amours, vont révéler, comme une épreuve photographique, négatif/positif, l'envers de ce chic décor, la Belle Époque.

### De la théâtreuse à la demi-mondaine

Paris voit fleurir, avec la prolifération de théâtres en tous genres, notamment sur les Grands Boulevards, une race de jeunes femmes ambitieuses et aux mœurs légères : les théâtreuses. Ces actrices qui exhibent leurs mollets plus facilement qu'elles n'apprennent leur Marivaux comptent bien occuper le devant de la scène pour faire montre de leur talent en séduction afin d'appâter un homme riche (banquier, industriel), si possible à particule, et qui pourrait ainsi les entretenir. Insoumises, elles veulent gagner leur indépendance et seul le théâtre (ce qui sera vrai encore au XXème siècle !) va le leur permettre. La littérature a magnifié ces Marguerite Gautier qui ne vivent que pour l'argent, souvent après une jeunesse miséreuse, mais qui sont d'un coup rattrapées par l'Amour, le Vrai, alors prêtes à tout lui sacrifier pour tout racheter. Elles meurent comme il faut et la morale est sauvée. Ainsi *Splendeurs et misères des courtisanes* d'Honoré de Balzac (1838), *La Dame aux camélias* d'Alexandre Dumas fils (1852) ou encore *Nana* d'Émile Zola (1880).

La deuxième moitié du XIXème siècle voit dès lors naître les galantes, appelée aussi « cocottes », « horizontales », « dégrafées », « impures », « biches », « castors » ou « lionnes ». Voilà bien un vocabulaire cynique qui dit crûment la seule pulsion, sexuelle s'entend, qui les anime : ces femmes sont des bêtes fauves, à dompter, à apprivoiser, à caresser. Elles sont surtout des déclassées. Et ces déclassées s'appellent, sous la Monarchie de Juillet (1830-1848) et le Second Empire (1852-1870), Marie Duplessis (1824-1847), Lola Montez (1821-1861), Blanche d'Antigny (1840-1874) ou Cora Pearl (1835-1886), elles ont le bon goût de mourir ruinées et encore jeunes.

Ces femmes entretenues, malgré leur nom de guerre à particule style Jeanne de Tourbey<sup>3</sup> (Marie-Anne Detourbay, 1837-1908) ou Valtesse de la Bigne (Émilie-Louise Delabigne, 1848-1910), ne sont pas issues de la noblesse ou de la bourgeoisie – une origine qui les différencie des favorites royales traditionnelles. Si elles ont réussi à se hisser en haut de l'échelle galante, elles ont pour beaucoup d'entre elles, dû entamer leur carrière dans les bas-fonds. Avant de devenir des insoumises, des célébrités parisiennes, elles sont des soumises, des anonymes : soumises à un mac qui récupère l'argent gagné, soumises à une maison close réglementée, soumises à des visites médicales régulières au Dispensaire de Salubrité, ainsi « encartées » par crainte du grand fléau, la syphilis. Les filles soumises sont en effet des filles inscrites à la Préfecture, des femmes en carte (LECA, 1910, p. 31-38). Notons que ce qui distingue les courtisanes des prostituées est d'une part l'absence de souteneur, même si certaines ont parfois à charge une famille dirigée par une mère un peu maquerele, et d'autre part, le souci de la propreté, les courtisanes sont assurées d'être propres. Nullement soumises à des contrôles d'hygiène, elles ne sont donc pas « encartées ».

Si au plus bas de l'échelle se trouve la prostituée, dans la classe supérieure se trouvent la grisette (une jeune fille pas encore mariée et qui travaille, couturière, fleuriste ou modiste) et la lorette (du nom du quartier où ces jeunes filles opèrent, Notre-Dame-de-Lorette). Les fins de mois sont difficiles et les femmes, qui n'ont pas pu avoir accès à certains métiers faute d'éducation, qui n'ont pas les mêmes droits que les hommes, la même paie que les hommes, vendent leur corps, pour beaucoup d'entre elles, occasionnellement.

Ravalées au rang de mineures, les femmes du XIX<sup>ème</sup> siècle obéissent à des lois qu'elles n'ont pas conçues, à des gouvernants qu'elles n'ont pas élus et subissent une justice qu'elles ne peuvent rendre. Rien ne leur est offert dans la société qui leur permette de prendre leur indépendance tant financière que sentimentale et sexuelle. (SCHIFFER, 2008).

Le mariage est donc *la* grande affaire de leur vie. Le divorce autorisé sous la Révolution grâce à Olympe de Gouges sera annulé en 1816 et réinstauré sous la Troisième République en 1884. Le code Napoléon dit encore code civil (1804) oblige ainsi l'épouse à devoir une obéissance aveugle envers son époux. Précisons que la

---

<sup>3</sup> Mais future vraie comtesse de Loynes !



femme a des devoirs, l'homme, des droits. La femme est la propriété de l'homme comme l'arbre fruitier est celle du jardinier, ainsi s'exprime Napoléon. En d'autres termes, le bonheur de la femme est fait du bonheur de l'homme. La France de Jeanne d'Arc installe donc des bustes de Marianne dans les mairies mais ne donne aucun droit à la femme. Son destin est invariablement le même : épouse, mère, sœur virginale, catin. En résumé, ménagère ou courtisane. La femme doit être élevée dans une stricte morale et n'a pas le droit d'étudier (à partir de 1880, elle pourra enfin s'instruire... sauf en philosophie). On lui demande de surtout laisser son cerveau tranquille ! Ses uniques biens sont la séduction, la grâce et la beauté, l'homme a pour lui, intelligence, pouvoir et courage. Certaines grandes courtisanes vont dès lors jouer de ces mots, séduction, grâce, beauté, et s'amuser des apparences en piégeant l'homme dans ses préjugés.

Le XIXème siècle a été politiquement très chamboulé : Restauration, Empire, République, Révolution, Coup d'état, Guerre, Royauté, se sont succédés à un rythme effréné. Les Français finissent par ne plus savoir vers quel régime se tourner et quand 1871 voit l'instauration de la Troisième République (1870-1940), la perte de l'Alsace-Lorraine et la chute de la Commune, les hommes se jettent dans le champagne et dans les courtisanes. L'amour (ou disons plus crûment la relation sexuelle avec une insoumise) va dès lors être traité comme une Gloire.

Entre 1870 et 1914, posséder une courtisane est considéré comme un acte de bravoure : les hommes bravent les interdits moraux qu'ils ont eux-mêmes votés ou ratifiés ! Les plus célèbres des insoumises, Liane de Pougy (1869-1950), Caroline Otero (1868-1965) et Émilienne d'Alençon (1870-1945), dites les Trois Grâces, vont vite devenir celles par qui le scandale arrive. L'homme doit élaborer des stratégies, comme en temps de guerre, pour assiéger ces délectables forteresses qui promettent beaucoup. Posséder une courtisane est une preuve de réussite sociale. À côté du train-train quotidien, l'argent dépensé pour une Émilienne d'Alençon prouve au duc, au comte, à l'industriel, sa grande assise financière. Les fortunes se font et se défont en un rien de temps. Caroline, Liane et Émilienne sont des signes extérieurs de richesse. Conquérir ces « superflus enivrants », c'est le délicieux risque de perdre son héritage, sa réputation et cela ne donne pas seulement du sel à l'aventure mais élève l'homme ou l'assassine. L'argent n'est qu'une vulgarité de petit bourgeois et un prince russe ne ment pas à la Belle Otero quand il lui dit : « Ruine-moi mais ne me quitte pas. »

Dans cette seconde moitié du XIX<sup>ème</sup> siècle, la demi-mondaine, un mixte entre la théâtreuse et la courtisane, fait ainsi son apparition.

### Des femmes nées de et par l'argent

Demi-mondaine. « On entend par là, souligne Virginia Rounding, un monde qui se situe à mi-chemin de la respectabilité de la haute société et des misères de la simple prostitution » (ROUNDING, 2003, p. 13). Ce terme de demi-mondaine est tiré d'une pièce de théâtre, *Le Demi-monde* d'Alexandre Dumas fils (1855). Il désigne des veuves joyeuses ou des étrangères, des déclassées, qui collectionnent les amants mais n'acceptent pas d'argent en retour. Se donner n'est pas se vendre. Or le mot « demi-mondaine » va subir un petit glissement sémantique et va désigner certaines galantes de grande réputation qui affichent dans leur pedigree, des rois, des comtes, des industriels, la fine fleur de la société.

Ce demi-monde imite ainsi le beau monde (les demi-mondaines prennent des cours de maintien et de politesse !) et pourrait même faire illusion (Liane de Pougy se mariera en 1910 avec un vrai prince). Émilienne d'Alençon, Liane de Pougy et Caroline Otero, qui sont craintes, choyées et entretenues, inaccessibles pour le commun des mortels, adoptent ainsi un entre deux, pas vraiment ceci, pas vraiment cela, « demi-mondaines » donc. Elles déplacent au gré de leur humeur, la frontière les séparant des prostituées qui elles, sont rétribuées, méprisées et marquées, et à la portée de tout le monde.

Ces indolentes exigent en retour de l'or, des bijoux, des propriétés, des diamants, toujours plus. Dans ce siècle de l'argent, siècle qui annonce avec violence les deux siècles à venir, le corps se monnaie. À l'encontre des favorites royales, les demi-mondaines sont nées de et par l'argent. Avec l'argent, pensent-elles, il est possible de tout avoir, de l'hôtel particulier à un patronyme singulier. L'Espagnole Austina Otero Iglesias, qui a vécu dans une sombre misère avant de tenter sa chance comme danseuse à Paris, se fait donc appeler Caroline Otero. Anne-Marie Chassigne, une petite bourgeoise bretonne qui vient de divorcer et qui réalise des tours de magie improbables aux Folies Bergère se fait, elle, pompeusement surnommer Liane de Pougy. Enfin Émilienne André, fille d'une concierge du IX<sup>ème</sup> arrondissement,

surprenante comédienne mais indécrottable fainéante, se fait baptiser, Émilienne d'Alençon.

« La fortune, Nihnon, c'est pour nous, courtisanes modernes, l'affranchissement, la supériorité, le droit à tout, même à la considération, si nous y tenons ! Tout s'achète ! » écrit Liane de Pougy dans son roman, *L'Insaisissable* (1901) (POUGY, 2003 [1901], p. 164-165). « La courtisane, explique Mathilde Cortey, est alors en parfait accord avec une représentation bourgeoise et libérale du monde qui place l'activité économique (l'échange des biens) au centre des relations. » (CORTEY, 2001, p. 274)

Nos dames ont tout compris. En complète adéquation avec leur époque, elles font du business ou plutôt, elles font de leur corps un business.

## Faire parler de soi

*Vous êtes aujourd'hui, Madame, la renommée, la préoccupation, le scandale et la beauté de Paris. Partout, on ne parle que de vous : les petits pour vous envier, les riches pour vous dédaigner et le commun des gens pour vous adorer.*

Alfred Delvau, journaliste, à propos de Liane de Pougy

Le premier écrivain en France à avoir introduit l'argent dans un roman est Honoré de Balzac. L'argent n'est plus uniquement un souci quotidien mais devient aussi une question existentielle, un drame (« Comment puis-je la conquérir si je ne peux lui offrir cette rivière de diamants ou ce bouquet de violettes ? »). L'argent fait parler de soi quand on en a... beaucoup. Surtout à Paris. Balzac saisit le pouvoir du paraître, des faux-semblants, le pouvoir de l'argent. Et ce pouvoir là, financier, n'est pas étranger à un autre pouvoir, celui de la presse. Chroniques et portraits égrènent les scandales, financiers, politiques et mondains, tandis que les différents comptes-rendus de soirées, de courses, ne parlent que d'elles, les insoumises, les Reines de Paris. Ces articles deviennent vite des réclames pour nos dames. Et n'oublions pas que la loi sur la liberté de la presse, le 29 juillet 1881, provoque une explosion de publications de périodiques en tous genres. Les demi-mondaines vont avoir leurs revues, celles qui ne parlent que d'elles, ainsi *Gil Blas* (fondé par Auguste Dumont en 1879) ou celles qui font appel à leur modeste plume, *La Grande vie* (1899-1900) ou *L'Art d'être jolie* (publication hebdomadaire

illustrée sous la direction de Mme Liane de Pougy, 1900) – pour ne citer que les plus connues. Les deux grands directeurs de journaux, Gaston Calmette (*Le Figaro*) et Arthur Meyer (*Le Gaulois*) soutiennent officiellement Caroline Otero ou Liane de Pougy, et publient à leur tour les potins mondains, voire consacrent une page à la mode et au demi-monde. Il est de bien entendu qu’une partie de la population trouve à redire et la Belle Époque est alors pour ces gens-là, signe de décadence. Que les faits et gestes de ces dames puissent avoir de l’importance leur semblent invraisemblable.



Figure 1 - Caroline Otero en Une de L'Art d'être jolie. Publication chapeautée par Liane de Pougy. 8 oct. 1904 (coll. de l'auteur)



Figure 2 - Émilienne d'Alençon en Une de Comœdia Illustré. Pour évoquer une pièce de théâtre écrite par Émilienne. 20 fév. 1914 (coll. de l'auteur)

220

Pour assurer cette fabuleuse notoriété, les demi-mondaines doivent donc gérer un fol emploi du temps où les sorties (au Bois, au théâtre, sur les Grands Boulevards<sup>4</sup>,...) ainsi relatées dans les journaux assoient leur réputation. Il y a une sacrée différence entre ces enchanteresses que l'on va voir, de loin, que l'on admire, et les cocottes, le menu

<sup>4</sup> Nous restons dans la capitale française mais il faudrait également inclure les villégiatures à Trouville, Deauville et les quelques voyages en Europe (Angleterre, Russie) des demi-mondaines.

fretin des poules parisiennes, qui, elles, veulent à tout prix être vues et en font trop. Les grands de ce monde ne sauraient s'y tromper.

### Se faire voir : reines d'élégance

La couturière Jeanne Paquin (1869-1936) a l'excellente idée dans les années 1890 de demander aux demi-mondaines de porter ses créations. La réclame (ancêtre de la publicité) est née, les premiers mannequins aussi. Émilienne d'Alençon, Liane de Pougy, Caroline Otero, d'autres encore, vont ainsi porter du Paquin, du Poiret, du Doucet, en descendant les grandes allées des hippodromes de Longchamp et d'Auteuil, en se rendant au Bois de Boulogne ou en allant déjeuner chez Maxim's toutes calèches ouvertes. Aux robes s'ajoutent les voilettes, les chapeaux (de plus en plus impressionnants), les gants, les ombrelles, les bijoux. Les demi-mondaines portent avant toutes les autres femmes, les nouveautés vestimentaires ou les nouveaux accessoires. Émilienne d'Alençon est ainsi le premier mannequin Coco Chanel. Grâce à sa notoriété, la blonde courtisane aidera la jeune débutante en arborant ses premières créations fin 1900. Les demi-mondaines lancent donc les modes. Elles lancent le col carcan et la jupe sport court, le paletot sac ou le canotier à la matelote.

La presse fait ainsi moult comptes-rendus sur ces premiers défilés et la moindre sortie d'une demi-mondaine, un événement en soi, l'est également quand la belle a porté un nouveau collier ou un nouveau chapeau. En témoigne l'enthousiasme d'un journaliste apercevant Émilienne d'Alençon lors d'une de ses légendaires promenades au Bois :

Très simple aussi, Émilienne d'Alençon, simple comme une petite provinciale, avec au cou, en guise de broche, une pièce de cent francs en or. La robe à carreaux blanc et bleus que portait Émilienne lui seyait à ravir. Bravo, mon enfant ! La simplicité est une parure ; toutes ne savent point la porter. (NOS ÉCHOS, 1894)

Le Bois de Boulogne, la sortie rituelle incontournable du monde et du demi-monde, est ainsi le premier lieu où les toilettes de jour font sensation. Vers 15 heures, dans la semaine, imperturbablement, la Haute-Société côtoie le demi-monde, tous assis dans leur calèche, victoria, phaéton, poney-chaise, spider, landau armorié, whisky ou carrosse, et tous remontant alors les Champs-Élysées pour se rendre au Bois. Cette

promenade devient vite l'image d'une élégance française qui règnera jusqu'à la Première Guerre mondiale.

Pour attirer les regards, les demi-mondaines doivent donc étonner par leur vêtue, le choix des coloris, des tissus, et un duel permanent s'instaure entre elles. La guerre entre Liane de Pougy et Caroline Otero – le public savoure chaque semaine l'animosité qu'il y a entre ces deux insupportables – est également une guerre de couturier. Paul Poiret disait qu'une femme ne devait jamais porter deux fois le même vêtement devant les mêmes personnes, et nos hétaires vont ainsi faire preuve d'ingéniosité pour paraître toujours uniques. Ce souci de l'habillement est contemporain de l'apparition des boutiques de confection et des grands magasins (Le Bon Marché ou la Samaritaine). Les femmes, en admirant la ligne d'une Liane de Pougy, n'auront qu'une envie : porter la même veste, la même robe, et faire le même effet aux hommes (sans se l'avouer bien sûr). Ces *fashion victims* s'exaltent ainsi pour les fleurs, on porte alors des fleurs partout, marguerite, aubépine, lilas blanc, rose, orchidée. La femme est en effet femme fleur, femme flamme, et sa silhouette, toute printanière, inspire les créateurs, ceux qui vont dessiner les courbes et les lignes des ustensiles et mobiliers de l'Art nouveau. La femme reste bien un floral et mouvant corps-enseigne, une décoration.

Après la crinoline notamment, objet type du Second Empire, très encombrant et qui n'autorise pas de s'approcher d'une dame à moins d'un mètre, la silhouette féminine s'amincie pour mieux mettre en évidence quelques arguments : la poitrine qui est projetée en avant, la taille, étroite, les hanches, joliment moulées, et la tournure qui transforme les fesses en (l'expression dit tout) « Suivez-moi, jeune homme ! » Le XIX<sup>ème</sup> siècle n'aura de cesse d'entraver la marche des femmes en leur imposant des étoffes lourdes, des couches de vêtements, un corset. Courir, se déplacer librement, sautiller même légèrement, bref se manifester, être un corps en mouvement, en révolution, n'entrent pas en ligne de compte dans la garde-robe féminine. La femme, selon Philippe Perrot, est une force d'« improduction » prestigieuse, un agent de dilapidation intensive,

[...] il faut encore souligner continûment cette inutilité fondamentale, prouver son incapacité à fournir un effort matériellement profitable qui engagerait son corps. En témoignent la singulière nature de sa garde-

robe et l'extrême complexité de son maniement » (PERROT, 1980, p. 102-103).

La demi-mondaine sait alors détourner ce costume pesant. La lenteur dans le déplacement, les poses, l'inertie ou la passivité (accentuées bien souvent), agrippent le regard de l'homme. Une nuque offerte, une bottine entraperçue, une ombrelle qui s'ouvre, un gant que l'on retire, et la femme attire et condense les regards. « Le corps de la courtisane est un petit théâtre à lui tout seul. » (CORTEY, 2001)

### À croquer dans l'esprit du temps

Puisqu'elles doivent se faire voir et être vues, et après les sempiternelles promenades au Bois et sur les champs de courses, nos hétaires se rendent dans certains restaurants huppés de la capitale. Les restaurants sont des lieux à la mode qui constituent une des grandes attractions de Paris. Les Grands Boulevards (du Faubourg Montmartre à la rue Royale) sont le cœur de la capitale, le Paris de Paris !, l'âme du monde, la patrie des demi-mondaines (ou plutôt leur terrain de chasse), « l'un des points rares sur la terre où le plaisir est concentré », disait le journaliste Aurélien Scholl. Notons que les journaux, à l'époque, étaient localisés rue Montmartre, côté Grandes Boulevards donc. Se côtoient ainsi quotidiennement journalistes et demi-mondaines.

Le Café Anglais, la Maison Dorée, Chez Helder, pour ne citer que les plus célèbres des restaurants situés boulevard des Italiens, possèdent des cabinets particuliers et une cuisine réputée. Nos dames s'y rendent bien évidemment mais le restaurant qui leur sert d'enseigne, *leur* restaurant, est Maxim's, rue Royale.

Lancé en 1893, ce bistrot au départ fréquenté par les cochers de fiacre, devient vite, par le hasard d'une rencontre, le lieu où il faut être. La légende raconte que c'est la cocotte Irma de Montigny (nom de guerre) qui, trouvant la cuisine plutôt bonne, balança au cuisinier en sortant : « On va vous le lancer, votre bouchon ! » Et les Reines de Paris s'engouffrèrent chez Maxim's. Maxim's voit ainsi défiler le monde, mais le monde des hommes (seuls), et le demi-monde, nos demi-mondaines. Car comme l'exprime si bien et drôlement Émilienne d'Alençon : « Pas de légitimes chez Maxim's ! »

Ce rituel fastueux, – diner et souper au champagne font partie du jeu de la séduction –, met bien en évidence le rôle que nos hétaires se doivent de jouer : comme les geishas japonaises, elles divertissent l'homme, lui enlèvent le poids de ses soucis et

lui assurent de tout oublier le temps d'un instant. Goûter les mets, les plats, c'est également goûter les mots, les bons mots.

Avec humour, les hétaires sont surnommées par leurs illustres bienfaiteurs, « Mon p'tit plat principal », c'est dire qu'elles sont à croquer dans l'esprit du temps. Il n'est de secret pour personne que les cuisiniers et les pâtisseries en créant de nouveaux délices salés sucrés ont, tout au long de l'Histoire de France, baptisé ces hors d'œuvres ou ces desserts, du nom d'une courtisane, d'une favorite, d'une comédienne ou d'une diva. À la fin du XIXème siècle, le cuisinier Auguste Escoffier crée la pêche Melba en hommage à la célèbre cantatrice anglaise. Il existe aussi une salade Réjane (comédienne réputée de la Belle Époque), les mignonettes Rachel (tragédienne célèbre du Second Empire), la poire Belle-Hélène (opérette d'Offenbach),... et puis, tout un arsenal culinaire estampillé Caroline Otero.

Cette fameuse demi-mondaine surnommée la Belle Otero car elle fut sans conteste la plus incendiaire des belles de la Belle Époque a su créer une légende – on mourrait pour Caroline, les princes, les rois, s'arrachaient ses faveurs. Otero a imposé une danse lascive qui des Folies Bergère au Cirque d'été a enflammé 1900. De suite, des cuisiniers ont concocté des recettes pour rendre gloire à celle qui, venue du fin fond de l'Espagne, représentait le mieux... la Parisienne : l'œuf mollet Otero, les pommes de terre Otero ou la sole Otero.

« *La sole Otero* : dresser dans une pomme de terre au four, un filet de sole poché, plié, avec des écrevisses et champignons glacés à la Mornay. »

Si en 1900, les actrices et autres danseuses voient leur nom fondre dans la bouche des hommes et des femmes en une grande satisfaction, aujourd'hui, il est de meilleur ton d'avoir une rose à son nom : ainsi la rose Catherine Deneuve, la rose Sophia Loren, la rose Ingrid Bergman... « Je regarde mais je ne touche pas... ça pique ! »

### L'image de soi, être de son temps

On les regarde, on les envie, on les copie, on les mange, on les dévore. Les demi-mondaines qui font la réclame pour les autres, bijoutiers, modistes, couturiers, ne la font admirablement que pour elles-mêmes. Elles ne sont célèbres que parce qu'elles **sont**, ou disons-le autrement, les demi-mondaines sont célèbres de leur célébrité même. La renommée n'est donc plus synonyme de prestige militaire ou de grandeur royale. À



l'aube du XXème siècle, et soixante ans après l'invention de la photographie, nos hétaires vont donc travailler leur image en laissant à la postérité de splendides portraits. La carte postale est le petit truc en plus qui va leur permettre de diffuser leurs traits à moindre frais (le tourisme naissant aide beaucoup) et justifier cette surprenante notoriété. Le public va acheter ces reproductions et envoyer ainsi à leur destinataire les visages de nos courtisanes. Par le biais de l'image, Liane, Émilienne et Caroline appartiennent donc à tout le monde mais à si peu finalement.



**Figure 3** - L'effigie d'Émilienne d'Alençon est ici utilisée pour vanter un parc à l'anglaise dans la ville de Bordeaux. La demi-mondaine est délicatement assimilée à la nature dans la ville, le sauvage dans le civilisé. Avec ce voile rose qui « love » sa jolie tête, les épaules nues et un regard quelque peu lointain, la blonde suzeraine d'amour évoque rien de moins qu'une nymphe. (coll. de l'auteur)



**Figure 4** - «23 juin 1904 et Amitiés», est-il écrit sur cette carte postale, timbrée et oblitérée, avec un magnifique portrait de la Belle Otero. (coll. de l'auteur)



**Figure 5** - Liane de Pougy, légèrement vêtue, avec des voiles partout et des points de couleur. (coll. de l'auteur)

Les demi-mondaines sont le *nec plus ultra* de la Belle Époque, le miroir d'une société qui aspire à ne voir que la beauté, la beauté femme, et qui place l'esthétique au-dessus de l'intelligence. Cette société exalte l'orientalisme, le floralisme, la décadence, les Arts Incohérents, elle s'adore, c'est l'époque du « Moi, je » ! Ce règne du momentané et de la fantaisie voue donc un culte au corps et à la beauté. Cette société narcissique qui va vite et qui s'enivre de nouvelles techniques (voiture, vélocipède, train, métro, avion, cinématographe) découvre aussi les joies du sport au féminin. Émilienne d'Alençon, de nos trois courtisanes, est celle qui prend des risques, qui échauffe son corps, qui lui donne une dynamique et une énergie : Émilienne est une *sportswoman* notoire comme on disait à l'époque. Décrite dans les journaux, elle ouvre cependant une voie non négligeable pour les femmes, elle est la première galante à conduire une voiture, à monter en avion, à faire de la bicyclette ou à mener une écurie de chevaux.

## Reines des Folies

Bien évidemment que ces sorties diverses, ainsi que le regard porté sur elles, et qui détaille leur moindre toilette, ne suffisent pas. À toutes ces mises en scène quotidiennes s'adjoint un prétexte à leur célébrité, le théâtre. Caroline et Émilienne<sup>5</sup> apparaissent sur scène régulièrement : un moyen comme un autre de rester au cœur de l'actualité et surtout de faire montre de leur talent. Elles sont des artistes avant d'être des demi-mondaines. Caroline Otero, danseuse, peut donc enfiévrer le public masculin grâce à de subtiles déhanchements et ainsi dévoiler ses gambettes. C'est comme cela qu'elle enflamme Paris en 1890 lors de son premier passage au Cirque d'été. Émilienne d'Alençon, comédienne, peut dompter en petite tenue des lapins roses dans un spectacle loufoque et provoquer de fait un séisme amoureux sans précédent. Elle réitérera cette formule coquine en domptant des ânes savants. Dresser des ânes ou des lapins (animaux à la connotation sexuelle forte), jouer avec le fouet, le faire claquer, maîtriser ces bêtes, sont autant d'actes qui disent assez l'humour de la future grande demi-mondaine qui s'amuse avec les fantasmes. C'est bien en 1890 et au Cirque d'été, en même temps que la Belle Otero, qu'Émilienne révèle ses talents de dompteuse et

---

<sup>5</sup> Liane de Pougy n'a aucun talent : ni comédienne, ni danseuse. Elle s'essaie à quelques tours de magie ou quelques pantomimes après le début de sa carrière galante mais n'aura jamais le même succès sur scène que ses consœurs.

bouleverse le duc d'Uzès, son premier amour fortuné. Trois ans plus tard, Mlle d'Alençon osera le déshabiller en devenant la première artiste stripteaseuse de Paris. Dans la revue qui porte son nom *Émilienne au bal des Quat'z'Arts*, Émilienne fait un lent effeuillage. L'effeuillage est intégral mais la morale est sauve, l'artiste porte un collant qui recouvre tout son corps. Il n'empêche que le public peut aller admirer pour quelques sous les courbes d'une des plus onéreuses courtisanes de son temps !

### Des romancières, des poétesses

Nos demi-mondaines ont aussi le soin de jeter en pâture au public leurs souvenirs, leurs impressions ou leurs élans poétiques dans des romans ou des articles. Entre fiction et réalité, elles disent tout et osent ainsi décrire les approches, les initiations, les amours dans des récits plutôt mièvres, il faut bien le dire. Mais elles parlent de ce qu'elles connaissent et le choix des mots, des situations restent inestimables pour qui s'intéresse à leur façon d'être. Ces écrits restent un témoignage sans fard d'une vie vouée au plaisir. Si les demi-mondaines ne tiennent pas Salon comme Ninon de Lenclos, elles tiennent à démontrer qu'elles sont femmes d'esprit. Elles fréquentent donc les artistes et soutiennent une publication, une pièce de théâtre, un recueil de poésies. En digne héritières de Tullia d'Aragona.

Liane de Pougy a écrit plusieurs romans (les mauvaises langues disent que les premiers ont été rédigés par son ami Jean Lorrain). Le plus célèbre, édité en 1901, est *L'Insaisissable*, roman où elle décrit ses rapports avec Valtesse de la Bigne, la courtisane qui l'a initiée au métier. *La Mauvaise part*, *Myrrhille*, *Idylle saphique* suivent alors. *Mes Cahiers bleus* reste un ouvrage unique, mélange d'autobiographie et de journal intime, écrit par Liane au sortir de la Première Guerre mondiale. Elle affiche ses amours lesbiens et ses regrets, non sans une pointe de conservatisme qui dit bien que Liane est redevenue avec son mariage pourtant princier, une indémodable petite bourgeoise. Caroline Otero, elle, n'a nullement la fibre poétique mais, pour rembourser des dettes, écrit ses mémoires en 1929, *Souvenirs et vie intime par la Belle Otero*. Elle y décrit son époque, ses fastes et ses aventures avec franchise, humour et nostalgie. Émilienne d'Alençon touche un peu à tout : dramaturge (*Cœur de Pantin* et *Le temple de l'amour*, des pièces de théâtre qui ont été montées de son vivant), conseillère esthéticienne (*Secrets de beauté pour être belle*, recueil de conseils utiles et pratiques pour les soins

de la femme, 1919) et finit, elle aussi, par publier ses mémoires en feuilleton dans la revue *Voilà*. Mais Émilienne est également poétesse et ses vers, quoique mal fichus, ont parfois un bref élan littéraire pas si inintéressant que cela.

#### COURTISANE

« Mes bras se sont ouverts et se sont refermés  
J'ai bu tous les poisons aux coupes exaltantes  
Et si c'est un péché d'avoir beaucoup aimé  
Je veux le premier rang parmi les pénitentes. » (D'ALENÇON, 1918)

Le lecteur 1900, celui qui plongera dans un roman de Liane de Pougy ou dans un article du *Gil Blas* pour se faire une idée, vague, des déboires sentimentaux d'Émilienne d'Alençon, ne pourra après lecture de ces pages enfiévrées que songer au métier de ces dames qui n'est pas simplement de paraître ou de se raconter mais... de se déshabiller.

#### Jusqu'au lit, il faut pouvoir régner

« Qui dit Belle Époque, écrit Jean-François Josselin, pense jarretelles et corsets, guêpières et longs jupons, effeuillages voluptueux, grandes horizontales, simulacres du désir, prémices du plaisir » (GOURMONT, 1989, p. 7). Car finalement ce qui rend appétissante l'apparition des demi-mondaines au théâtre, chez Maxim's, au Bois ou sur les hippodromes reste ce qui se cache derrière ces épaisseurs, ces voilettes, ces chapeaux, ces gants : la surface érotique. D'autant, murmure-t-on dans les grandes allées du Bois, qu'elles auraient des dessous féminins colorés *Shocking!* – alors que le blanc seul est autorisé. Lorsqu'une demi-mondaine se balade, l'homme ne peut s'empêcher de la déshabiller du regard, il songe... Une fois la conquête assurée, regarder ne suffit plus et le rituel du (vrai) déshabillage devient un art. Le galant pense enfin arriver au bout de ses peines mais, non, il lui faut encore retirer un jupon. Voilà un jeu de séduction, d'attente, d'impatience, de cache-cache, que la demi-mondaine sait parfaitement encadré. Nos déclassées s'amuse de ces couches de vêtements, y trouvent là un vrai bonheur, visuel, sensuel, auditif (ah le cri de la soie !) pour leurs amants. Dans leurs conquêtes, ces enchanteresses sollicitent ainsi les cinq sens de l'homme : la vue, l'ouïe, l'odorat, le goût, le toucher.

« Quelle série de conquêtes représentait ce savant déshabillage, se souvient Émilienne d'Alençon, la blouse aux milles agrafes invisibles, le cache-corset et ses faveurs... l'adorable corset et ses nids de dentelles, le pantalon et ses trous de rubans, les longs bas noirs ou de Chantilly retenus par la jarretière... » (D'ALENÇON, 1940). Nous noterons le terme « savant » employé par Émilienne pour définir ce déshabillage cassette ! Cependant, pour parfaire cette délicate description digne d'une toile coquine de François Boucher, n'oublions pas les senteurs : nos demi-mondaines, certes, sentent le propre (Coco Chanel aimait l'odeur d'Émilienne d'Alençon<sup>6</sup>) mais osent porter des parfums anglais, notamment des parfums... pour hommes. L'encens et autres effluves de patchouli assurent également d'enfiévrer l'amant pendant cette longue séance de déshabillage. Il est de bien entendu que lorsque les demi-mondaines ont un « régulier », elles l'attendent en *tea-gown* (ces délicieuses robes de chambre alors à la mode) sans rien en dessous.

### Le plaisir, le droit de jouir et avec qui on veut

Les demi-mondaines, à l'encontre des favorites royales, n'ont pas le sens de la politique. Elles n'ont pas le souci de faire ou de défaire des carrières. Si Lola Montez, en son temps, provoqua la chute de Louis 1<sup>er</sup>, roi de Bavière, il ne serait en être de même avec les courtisanes version 1900. Certes, elles sortent avec des rois, Léopold II de Belgique, Édouard VII d'Angleterre, le Maharaja de Kapurthala, mais ne se permettraient pas de donner leur opinion. Elles décident d'être leur premier rôle, ou disons d'être Reines de leur royaume, le lit, sans chercher à jouer un second rôle autrement et autre part. Ces femmes très libres de mœurs préfèrent jeter leur dévolu sur des dramaturges, des jockeys, des financiers, et finalement ne s'occuper que de leurs petites affaires. L'égoïsme des dégrafées est légendaire. Fières de leur beauté, leur capital somme toute, elles sont plutôt préoccupées par la magnificence de leurs différentes entrées en scène (dans un café, un restaurant, au théâtre) que des droits de la femme. Elles ne sont pas des suffragettes. Revendiquer pour elles est le sommet de la vulgarité. Que les hommes dirigent le monde, telle serait leur pensée, et que les femmes dirigent les hommes.

---

<sup>6</sup> En 1920, lorsque Coco Chanel demande à Ernest Beaux de créer un nouveau parfum, elle exige une fragrance qui sente le propre, comme la peau de son amie Émilienne d'Alençon. Ce parfum s'appelle le n°5 Chanel.

Ne l'oublions pas, la femme de 1900 n'est pas considérée comme un élément social pouvant intervenir dans la cité mais comme un élément sexuel, élément de satisfaction et de reproduction via le mariage. La maternité est la vocation unique de la femme, son corps et le destin de son corps appartiennent de plein droit, non pas à elle-même, mais à l'homme. Or les demi-mondaines ne doivent pas être mariées ni avoir d'enfants, conditions *sine qua non* pour être estimées et considérées. Sur ces seules conditions, le souverain, ce qui n'est pas peu rien, leur accorde alors sa pleine confiance. Liane de Pougy a eu un fils issu de son premier mariage à l'âge de seize ans, Émilienne d'Alençon, une fille, Zouzou, issue d'un premier amour adultère à l'âge de dix-sept ans, mais ce sera tout. Quant à Caroline Otero, violée toute petite, elle n'aura, elle, jamais la possibilité d'enfanter.

L'acte sexuel n'a donc pour but que *le plaisir, se faire une joie, jouir donc*, et tout cela, *sans culpabiliser*.

Bien des années plus tôt, la très respectable comtesse Marie d'Agoult (1805-1876) qui venait de quitter le domicile conjugal pour vivre au grand jour son histoire d'amour avec Franz Liszt, nota dans ses carnets cette phrase admirable et d'une toujours désolante actualité : « Assez que toute volonté venant d'une femme soit perçue comme perverse et toute volupté, coupable » (D'AGOUT, 2007, p. 445). Ces mots ont été écrits dans la seconde moitié du XIX<sup>ème</sup> siècle. Cinquante ans plus tard, en 1907, Léon Blum fait paraître son texte fameux, *Du Mariage*, où le futur politicien prône l'égalité des sexes devant le désir et le plaisir, en désacralisant la virginité féminine.

Certes, la contestation concernant les droits des femmes, et le droit de vote, grandit mais en attendant, les demi-mondaines se tournent vers le seul royaume, la chambre qu'il ne faudrait quitter que le moins possible. Elles vont ainsi faire du sexe, le centre de leurs apparitions et démonstrations puisque c'est lui, le sexe, qui est au centre des préoccupations. Nos indolentes ont décidé de se comporter dans le secret des alcôves comme elles l'entendent, et ainsi dompter l'homme. Jamais soumises. Un seul créneau donc : le plaisir. Comme je l'explique dans mon ouvrage consacré à Émilienne d'Alençon, ces indolentes n'ont pas l'intention de donner un coup de fouet à l'émancipation des femmes, elles espèrent

seulement se libérer, de leur mère, de leur père, de leur quartier, du premier viol, de la première raclée, des premières injures. À travers l'histoire des femmes, aux conditions et aspirations si différentes, c'est

aussi l'histoire de leur désarroi et de leur abandon qu'il faut traquer. Le paradoxe de nos demi-mondaines provient alors de cette liberté qui n'en était fondamentalement pas une, de cet esclavage qui n'en était pourtant pas un non plus (WRONA, 2015, p. 248).

De par leur façon d'être, leur égoïsme, leur sexualité affichée et décomplexée, les demi-mondaines vont par petites touches demander à l'homme de revoir, au lit s'entend, leur rapport à la femme.

## Le saphisme

Nos enchanteresses ne s'habillent qu'en robe princesse et ne portent pas de pantalon (sauf sur scène) – il faut savoir que les femmes qui souhaitent porter le pantalon doivent demander une autorisation spéciale à la Préfecture. À l'aube du XXème siècle, l'écrivain Rachilde, la femme de sciences Mme Dieulafoy, Mme Marc de Montifaut ou l'actrice Sarah Bernhardt, osent ainsi quitter la robe, mais brièvement. Il n'en reste pas moins que dans la vêtue très féminine, des attributs masculins se dessinent, plus simples, plus confortables, plus pratiques : veste sport, cravate d'homme, col plastron ou gilet d'homme en soie blanche brodée... Le couturier anglais John Redfern introduit le tailleur (1885), le trotteur (qui arrive jusqu'à la cheville) et le manteau-tailleur à la coupe très masculine.

Cet attrait de plus en plus marqué pour le chic masculin va intéresser les demi-mondaines qui royalement féminines, vont finalement adopter une mâle attitude. Dans *L'Insaisissable* (2003 [1901], p. 19), Liane de Pougy énumère le nombre d'amants que se doit de posséder une courtisane : le premier amant, utile, nécessaire, presque le légitime, est vieux, riche et généreux, le deuxième, l'amoureux ou disons le petit péché quotidien, est jeune, gentil, vigoureux (Liane insiste bien sur le terme « vigoureux »). Viennent ensuite les occasions, occasion utile, recherchée, soudaine, flatteuse. À cette liste non exhaustive s'adjoint ce qui va faire la réputation sulfureuse de Liane et d'Émilienne (pour le coup, Caroline ne voulait pas en entendre parler) : l'amante. Nos demi-mondaines s'affichent avec des femmes !

Le saphisme 1900, une homosexualité revendiquée, et qui ressurgit follement sous la plume de Marcel Proust avec ses jeunes filles en fleurs ou dans les écrits de Pierre Louÿs (*Les Chansons de Bilitis* par exemple), est l'arme la plus redoutable pour dénoncer

la cruauté des hommes, leur insensibilité, voire aussi, leur susceptibilité. Finalement, ces dames à la mode ne revendiquent qu'une chose : *le droit d'être libres de choisir leur partenaire sexuel*. Le droit au plaisir, à la jouissance, au bonheur de soi.

Les obus de la Première Guerre mondiale vont détruire tout ce beau petit monde égoïste et narcissique, le monde de 1900, la Belle Époque. Les femmes vont petit à petit gagner des droits et les dernières représentantes d'une race épuisée, les demi-mondaines, n'auront plus aucune raison d'être.

Après la mort de son prince, Liane de Pougy se retire du monde et prend le voile, elle devient sœur Anne-Marie de la Pénitence et meurt en 1950 à Lausanne en Suisse. Caroline Otero se ruine au casino et sombre dans la misère. Elle meurt en 1965 à Nice. Liane et Caroline ont été cinématographiées de leur vivant – deux petites vues datant de 1897-1898 qui montrent Caroline dansant lascivement et Liane faisant de la pantomime. Images inestimables de la Belle Époque. Émilienne d'Alençon dilapide son argent pour faire plaisir aux autres et meurt en 1945 dans une relative pauvreté.

Liane, Émilienne et Caroline qui ont fortement marqué leur époque, vont réapparaître par à-coup, sur le grand écran. *La Belle Otero* est un film de Richard Pottier, sorti en 1954, retraçant la vie de la célèbre courtisane avec Maria Félix dans le rôle-titre. Un récit des amours de Caroline très édulcoré et qui aura l'art d'ennuyer la toujours fringante septuagénaire. Le *Chéri* de Colette (Colette qui a si bien connu nos hétaires) a été porté à l'écran par Stephen Frears (2009) avec Michelle Pfeiffer en Léa de Lonval (Liane de Pougy donc), tandis qu'Emmanuelle Devos et Marine Delterm interprètent Émilienne d'Alençon dans *Coco avant Chanel* (Anne Fontaine, 2009) et *Coco Chanel* (téléfilm de 2008). Émilienne d'Alençon laissa aussi à la postérité un personnage, la Môme Crevette, la fameuse *Dame de chez Maxim's* de Georges Feydau (1899). Marcel Proust qui appréciait (de loin) Liane de Pougy osa faire figurer Émilienne dans *La Recherche du temps perdu*, « ... bien que le duc d'Alençon n'eût put se froisser qu'on parlât avec lui d'Émilienne d'Alençon... » Mais surtout Émilienne, seule demi-mondaine à avoir fondé sa carrière galante sur le comique, affina au long de sa carrière le personnage de la blonde évaporée ou blonde idiote. Dans son *Livre des courtisanes*, Susan Griffin met en évidence ce rôle de femme écervelée tenu par Émilienne au théâtre :

On sent derrière le personnage une qualité d'intelligence qui, comme les fils invisibles d'une marionnette, donne au spectacle un sens



subversif, presque opposé à ce qui est en principe représenté, et suscite le rire des représentants des deux sexes : les femmes, qui jouissent de pouvoirs inégaux, prétendent parfois être stupides pour mieux manipuler les hommes (GRIFFIN, 2001, p. 142).

Ce personnage de blonde idiote sera immortalisé dans le cinéma hollywoodien avec Jean Harlow, Jane Mansfield ou Marilyn Monroe. La blonde idiote est un personnage construit pour rassurer l'homme sur sa puissance – la décoloration des cheveux joue sur l'aspect fragile, la femme devient une petite chose pâlotte à protéger, naïve et écervelée – mais reste une figure complexe. Pour être devenue l'une des Trois Grâces de la Belle Époque, Émilienne d'Alençon était bien loin, justement, d'être une idiote.

Liane, Caroline, Émilienne étaient loin d'être des idiotes, et toutes les trois ont su gérer leur carrière comme de véritables petits chefs d'état en léguant aux femmes cette devise (piquée à Valtesse de la Bigne) : « Aimer peu ou beaucoup, suivant sa nature, mais vite et pendant un instant.



## RÉFÉRENCES

- BLUM, Léon. **Du mariage** (1907). Paris : Albin Michel, 1937.
- CHALON, Jean. **Liane de Pougy**. Paris : Flammarion, 1994.
- COLETTE. **Mes apprentissages** : œuvres complètes. Genève : Éditions de Crémille, 1970.
- CORTEY, Mathilde. **L'Invention de la courtisane au XVIIIème siècle**. Paris : Éditions Arguments, 2001.
- D'AGOUT, Marie. **Mémoires, souvenirs et journaux**. Paris : Mercure de France, Le temps retrouvé, 2007.
- D'ALENÇON, Émilienne. L'amour bohème : roman vécu [feuilletons]. **La Grande vie**, Paris, 1. année, n. 1 - 2. année, n. 4, 1899-1900.
- \_\_\_\_\_. **Sous le masque**. Paris : E. Sansot, 1918.
- \_\_\_\_\_. Les confidences d'Émilienne d'Alençon. **Voilà**, Paris, 10. année, n. 457, 5 jan. 1940.
- DERVAL, Paul. **Folies Bergère** : souvenirs de leur directeur. Paris : les Éditions de Paris, 1954.
- DUFRESNE, Claude. **Trois Grâces de la Belle Époque**. Paris : Éditions Bartillat, 2003.
- DUMAS, Alexandre. **Filles, lorettes et courtisanes**. Paris : Éditions de Paris, 2009.
- FIGUERO, Javier ; CARBONEL, Marie-Hélène. **La véritable biographie de la belle Otero et de la Belle Époque**. Paris : Fayard, 2003.
- GOURMONT, Rémy de. **Physique de l'amour** : essai sur l'instinct sexuel (1903). Préface de Jean-François Josselin. Montréal, Québec : Les Éditions 1900, 1989.
- GRIFFIN, Susan. **Le Livre des courtisanes**. Paris : Albin Michel, 2001.
- LECA, Victor. **Paris noceur**. Paris : J. Fort, 1910.
- LORRAIN, Jean. **Femmes de 1900**. Préface de Paul Morand. Paris : Éditions de la Madeleine, 1932.
- NOS ÉCHOS. *Le Journal*, Paris, 3. année, n. 545, p. 1, 26 mars 1894.
- OTERO, Caroline. **Souvenirs et vie intime par la Belle Otero**. Monaco : Éditions Saurat, 1993.
- PERROT, Philippe. Le jardin des modes. In : ARON, Jean-Paul (comp.). **Misérable et glorieuse** : la femme au XIXème siècle. Paris : Fayard, 1980.
- POUGY, Liane de. **L'Insaisissable** (1901). Paris : Alteredit, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Mes Cahiers bleus**. Paris : Plon, 1977.
- ROUNDING, Virginia. **Les Grandes horizontales**. Paris : Éditions du Rocher, 2003.
- SCHIFFER, Liesel. **Femmes remarquables du XIXème siècle**. Paris : Vuibert, 2008.
- WRONA, Carole. **Émilienne d'Alençon** : vivre d'amour en 1900. Paris : Éditions la Tour Verte, 2015.

Carole Wrona

***A Belle Époque vista da cama: o  
business das demi-mondaines***

## Resumo

Na Paris dos Grandes Bulevares, burgueses e aristocratas vivem os últimos instantes de um parêntese dourado, sinônimo de relativa paz e prosperidade econômica: a *Belle Époque*. Se a mulher é celebrada nas artes, ela não deixa de ser denegrida ou relegada ao papel de acessório na sociedade. No entanto, um dos paradoxos desse período está na celebração de uma categoria de "moças" pouco frequentáveis: as *demi-mondaines*.

Elas se exibem com homens casados e muito ricos que as sustentam. Elas não lutam pela independência das mulheres e têm desprezo pelas sufragistas. Entretanto, oferecem um modelo pioneiro de emancipação sexual. Caroline Otero, Liane de Pougy e Émilienne d'Alençon são as "Três graças da *Belle Époque*". A Belle Otero é uma Carmen sombria, Liane de Pougy, uma sereia fatal, e Émilienne d'Alençon, uma engraçadinha, por meio de quem o humor acontece. A carreira dessas *demi-mondaines*, romancistas e poetisas nas horas vagas, destaca a crueldade, a futilidade, a hipocrisia daquela época em relação às mulheres, provocando reflexões sobre a nossa.

**Palavras-chave :** *Belle Époque*, *demi-mondaine*, Paris, prazer, poetisa, mulher de teatro.

236

## Résumé

Dans le Paris des Grands Boulevards, bourgeois et aristocrates vivent les derniers instants de cette parenthèse dorée, synonyme de paix relative, de prospérité économique: la Belle Époque. Si la femme est célébrée dans les arts, elle n'en continue pas moins, dans la société, à être dénigrée ou reléguée au rôle de faire-valoir. Or, l'un des paradoxes de cette période réside dans la célébration d'une catégorie de « nanas » peu fréquentables: les demi-mondaines. Ces dernières s'affichent avec des hommes mariés très riches qui les entretiennent. Elles n'œuvrent pas pour l'indépendance des femmes et n'ont que mépris pour les suffragettes. Cependant, elles offrent un premier modèle d'émancipation sexuelle. Caroline Otero, Liane de Pougy et Émilienne d'Alençon sont les Trois Grâces de la Belle Époque. La Belle Otero est une Carmen ombrageuse, Liane de Pougy, une mélusine fatale, et Émilienne d'Alençon, une drôlette, celle par qui l'humour arrive. La carrière de ces demi-mondaines, romancières et poétesses à leurs heures, met en relief la cruauté, la futilité, l'hypocrisie d'une époque à l'égard des femmes, en faisant bel et bien réfléchir sur la nôtre.

**Mots-clés :** Belle Époque, demi-mondaine, Paris, plaisir, poétesse, théâtréuse.

*Se você dorme com um burguês, você é uma meretriz. Se você dorme com um rei, você é uma favorita. A nuance é sensível e a expressão, mais bonita.*

Émilienne d'Alençon

Os reis da França, na obrigação de se casar jovens e utilmente, tiveram frequentemente amantes a seu lado, apelidadas de "favoritas" pelos historiadores. Muitas delas vinham da nobreza ou da burguesia. Agnès Sorel (a primeira favorita oficial e reconhecida), Diane de Poitiers, Gabrielle d'Estrées, Madame de Montespan ou a marquesa de Pompadour, para citar apenas algumas, souberam envolver, respectivamente, Carlos VII, Henrique II, Henrique IV, Luís XIV e Luís XV. Entre agrados e seduções, essas mulheres deram à história da França diversos clichês: protetoras das artes, conselheiras prudentes, amantes déspotas ou esbanjadoras, intrigantes. Sem alianças, elas podiam ser repudiadas de um dia para o outro, conforme a boa vontade de seu ilustre amante. Luís XVI não teve amante, ele amava Maria Antonieta — e alguns comentaristas viram nisso o sinal do fim dos Bourbons, o estopim da Revolução. Os imperadores que seguiram não fugiram à regra: Napoleão Bonaparte e Napoleão III tiveram também sua (s) favorita (s).

Mas ao lado das favoritas reais existem outras mulheres excepcionais, as cortesãs. Independentes, livres<sup>1</sup>, espirituosas e até donas de salões literários, essas cortesãs reivindicam sua filiação a Frinéia e Aspásia (hetairas<sup>2</sup> míticas antigas) ou à surpreendente Tullia d'Aragona (1510-1556). Todavia, essas mulheres excepcionais são poucas e excepcional, no fim das contas, na França pré-Revolução, há apenas uma: Ninon de Lenclos (1620-1705).

Depois da Revolução francesa e do destino trágico de Olympe de Gouges, que ousava reivindicar uma sociedade de mulheres, eis o século XIX, que pensa somente em dinheiro, finanças, indústrias, Bolsa. Este século burguês, muito moral, conservador e religioso, relega a mulher a um papel secundário e a proíbe de estudar. Os 1800 rapidamente se veem confrontados com uma exploração crescente do corpo feminino, um corpo retribuído, comprado, um corpo-produto, uma mercadoria: a mulher-objeto.

---

\* Carole Wrona – Doutora em cinema-audiovisual e estética da imagem.

<sup>1</sup> Não nos esqueçamos: uma mulher "livre" é uma prostituta. Um homem livre, por outro lado, é solteiro.

<sup>2</sup> Hetaira vem do grego *hetaira* : "companheira, amiga". Essa palavra, assim como "cortesã", tomou rapidamente um aspecto venal, visto que tratava sobre mulheres — um *hetairos* e um cortesão não têm conotação sexual em francês [e português].

A realidade é terrível, entre a miséria insustentável da prostituta e o esplendor escandaloso de uma hetaira. Não é surpreendente, portanto, que esse século de expansão industrial e financeira sem precedentes tenha finalmente criado uma categoria de cortesãs à sua imagem: as *demi-mondaines*<sup>3</sup>. Entre os anos 1870 e 1914, essas mulheres serão as rainhas de Paris!

Assim, esta é a história dessas novas cortesãs, as *demi-mondaines*, que, por seu jeito de ser, seu egoísmo, sua insolência e seus amores, vão revelar, como um filme fotográfico, negativo/positivo, o inverso dessa decoração chique, a *Belle Époque*.

### De mulher de teatro a *demi-mondaine*

Paris vê florescer, com a proliferação de teatros de todos os gêneros, especialmente nos Grandes Bulevares, uma raça de mulheres ambiciosas e de costumes leves: as mulheres de teatro. Essas atrizes, exibindo suas panturrilhas mais facilmente que aprendendo Marivaux, almejam ocupar a frente do palco para mostrar seu talento de sedução a fim de fisgar um homem rico (banqueiro, industrial), se possível de nome nobre, e que poderia sustentá-las. Insubmissas, elas querem ganhar independência e apenas o teatro vai lhes proporcionar isso (o que acontecerá até o século XX!). A literatura glorificou essas Marguerite Gautier que vivem somente para o dinheiro, normalmente após uma juventude miserável, mas que são subitamente alcançadas pelo Amor, o verdadeiro, dispostas a sacrificar-lhe tudo para compensar tudo [o que passaram]. Elas morrem como é preciso e a moral é salva. Assim é em *Esplendores e misérias das cortesãs*, de Honoré de Balzac (1838), *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas filho (1852), ou ainda, *Nana*, de Émile Zola (1880).

A segunda metade do século XIX testemunha, a partir de então, as galantes, também chamadas de “cocotes”, “horizontais”, “desprendidas”, “impuras”, “corças”, “castoras” ou “leoas”. Eis o vocabulário cínico que diz cruamente a única pulsão, leia-se sexual, que as estimula: essas mulheres são felinas a domar, a capturar e a acariciar. Elas são, sobretudo, desqualificadas. E essas desqualificadas se chamam, na monarquia de Julho (1830-1848) e no Segundo Império (1840-1874), Marie Duplessis (1824-1847), Lola

---

<sup>3</sup> N.T.: Vide seção “Mulheres nascidas em nome do dinheiro”.

Montez (1821-1861), Blanche d'Antigny (1840-1874) ou Cora Pearl (1835-1886) — elas têm o bom gosto de morrer arruinadas e ainda jovens.

Essas mulheres sustentadas, apesar de seu nome de guerra nobre, como Jeanne de Tourbey<sup>4</sup> (Marie-Anne Detourbay, 1837-1908) ou Valtesse de la Bigne (Émilie-Louise Delabigne, 1848-1910), não vêm da nobreza ou da burguesia — uma origem que as diferencia das favoritas reais tradicionais. Se elas conseguiram se içar ao alto da escala galante, muitas delas tiveram de iniciar a carreira nas profundezas. Antes de se tornar insubmissas, celebridades parisienses, elas são submissas, anônimas: submissas a um cafetão que recebe o dinheiro ganho, submissas a um prostíbulo, submissas a visitas médicas regulares na Clínica de Salubridade; “inscritas”, dessa forma, por medo do grande flagelo, a sífilis. As moças submissas são, na verdade, moças inscritas junto à administração policial, mulheres da vida (LECA, 1910, p. 31-38). Notamos que o que distingue as cortesãs das prostitutas é, por um lado, a ausência de cafetão, mesmo que algumas sejam, às vezes, dependentes de uma família dirigida por uma mãe meio cafetina, e, por outro lado, a preocupação com o asseio — as cortesãs se certificam de estarem limpas. Não submetidas a controles de higiene, elas não são “inscritas”.

239

Se no mais baixo da escala está a prostituta, na classe superior estão a *grisette* (uma jovem que ainda não se casou e que trabalha como costureira, florista ou modista) e a *lorette* (do nome do bairro parisiense onde essas jovens operam, Notre-Dame-de-Lorette). Os finais de mês são difíceis e as mulheres, que não puderam ter acesso a alguns ofícios em virtude da escassez de educação, que não têm os mesmos direitos que os homens, o mesmo pagamento que os homens, vendem seus corpos, muitas delas ocasionalmente.

Relegadas a um papel secundário, as mulheres do século XIX obedecem a leis que não elaboraram, a governantes que não elegeram e sofrem uma justiça a que não podem acessar. Não lhes é dado nada na sociedade que permita que tomem sua independência tanto financeira como sentimental e sexual. (SCHIFFER, 2008, tradução nossa).

O casamento é, portanto, o grande negócio de suas vidas. O divórcio, autorizado na Revolução graças a Olympe de Gouges, será anulado em 1816 e instaurado novamente na Terceira República, em 1884. O código de Napoleão, ainda chamado de Código civil (1804), obriga, assim, a esposa a dever obediência cega a seu esposo.

---

<sup>4</sup> Mas futura condessa de Loynes!

Precisamos que a mulher tem deveres; e o homem, direitos. A mulher é propriedade do homem como a árvore frutífera é do jardineiro, assim falava Napoleão. Em outras palavras, a felicidade da mulher é feita da felicidade do homem. A França de Joana d'Arc instala bustos de Marianne nas prefeituras mas não dá nenhum direito à mulher. Seu destino é invariavelmente o mesmo: esposa, mãe, irmã virginal, meretriz. Em resumo, governanta ou cortesã. A mulher deve ser criada sob uma estrita moral e não tem o direito de estudar (a partir de 1880, ela poderá, enfim, instruir-se... exceto em filosofia). Acima de tudo, demandam que ela deixe o cérebro em paz! Seus únicos bens são a sedução, a graça e a beleza; o homem tem, por sua vez, inteligência, poder e coragem. Algumas grandes cortesãs vão, a partir de então, brincar com essas palavras — sedução, graça, beleza — e se divertir com as aparências, capturando o homem em seus preconceitos.

O século XIX foi muito agitado politicamente: Restauração, Império, República, Revolução, golpe de estado, guerra e realza se sucederam em ritmo desenfreado. Os franceses acabam não sabendo mais a qual regime se inclinar e em 1871, quando ocorre a instauração da Terceira República (1870-1940), a perda da Alsácia-Lorena e a queda da Comuna, os homens se abandonam no champanhe e nas cortesãs. O amor (ou digamos mais cruamente, a relação sexual com uma insubmissa) vai, a partir de então, ser tratado como uma glória.

Entre 1870 e 1914, possuir uma cortesã é considerado um ato de bravura: os homens enfrentam as proibições morais que eles mesmos votaram ou ratificaram! As mais célebres insubmissas, Liane de Pougy (1869-1950), Caroline Otero (1868-1965) e Émilienne d'Alençon (1870-1945), chamadas de "Três Graças", vão rapidamente se tornar as mulheres por meio de quem o escândalo acontece. O homem deve elaborar estratégias, como em tempos de guerra, para cercar essas encantadoras fortalezas que prometem muito. Possuir uma cortesã é uma prova de êxito social. Ao lado da rotina cotidiana, o dinheiro gasto para uma Émilienne d'Alençon prova ao duque, ao conde e ao industrial sua grande base financeira. As fortunas se fazem e se desfazem num piscar de olhos. Caroline, Liane e Émilienne são sinais exteriores de riqueza. Conquistar esses "inebriantes supérfluos" é o delicioso risco de perder sua herança, sua reputação e isso não apenas tempera a aventura, mas eleva o homem ou o assassina. O dinheiro não é nada além de uma vulgaridade de pequeno-burguês, e um príncipe russo não mente para Belle Otero quando lhe diz: "Arruína-me, mas não me abandones".



É assim que, na segunda metade do século XIX, a *demi-mondaine*, um misto entre a mulher de teatro e a cortesã, faz sua aparição.

## Mulheres nascidas em nome do dinheiro

*Demi-mondaine*. “Entende-se aqui”, sublinha Virginia Rounding (2003, p. 13), “um mundo que se situa a meio caminho entre a respeitabilidade da alta sociedade e as misérias da simples prostituição”. Este termo é tirado de uma peça de teatro, *Le Demi-monde*, de Alexandre Dumas Filho (1855). Ele designa viúvas alegres ou estrangeiras, desclassificadas, que colecionam amantes, mas não aceitam dinheiro em retorno. Dar-se não é se vender. Ora, o termo “*demi-mondaine*” sofrerá uma mudança semântica e passa a designar certas galantes de grande reputação que exibem em seu pedigree reis, condes, industriais, a fina flor da sociedade.

Esse “semi-mundo” imita assim o belo mundo (as *demi-mondaines* tomam aulas de etiqueta!) e poderia até iludir (Liane de Pougy se casará em 1910 com um príncipe de verdade). Émilienne d’Alençon, Liane de Pougy et Caroline Otero, que são temidas, cuidadas e sustentadas, inacessíveis para o ser humano comum, adotam assim um entre lugares — nem muito isso, nem muito aquilo —, portanto, “*demi-mondaines*”. Elas movimentam, de acordo com seu temperamento, a fronteira que as separa das prostitutas — elas são retribuídas, desprezadas e marcadas, ao alcance de todos.

Essas indolentes exigem ouro, joias, propriedades, diamantes, sempre mais em retorno. Nesse século de dinheiro, século que anuncia com violência os dois séculos a vir, o corpo se monetiza. Ao contrário das favoritas reais, as *demi-mondaines* nasceram em nome do dinheiro. Com o dinheiro, pensam, é possível ter tudo, do casarão a um patronímico singular. A espanhola Austina Otero Iglesias, que viveu na obscura miséria antes de tentar a sorte como dançarina em Paris, passa a se chamar Caroline Otero. Anne-Marie Chassaing, uma pequeno-burguesa bretã que acabara de se divorciar e que realiza truques de magia improváveis no Folies Bergère se apelida, pomposamente, Liane de Pougy. Enfim, Émilienne André, filha de uma zeladora do nono *arrondissement* de Paris, surpreendente atriz, mas incorrigível ociosa, batiza-se Émilienne d’Alençon.

“A fortuna, Nihnon, é para nós, cortesãs modernas, a alforria, a superioridade, o direito a tudo, até à consideração, se nós o considerarmos. Tudo se compra!” escreve Liane de Pougy em seu romance, *L’Insaisissable* (2003 [1901], p. 164-165, tradução

nossa). “A cortesã”, explica Mathilde Cortey (2001, p. 274), “está em total conformidade com a representação burguesa e liberal do mundo que coloca a atividade econômica (a troca dos bens) no centro das relações”.

## Fazer falar de si

*A senhora, Madame, é hoje o renome, a preocupação, o escândalo e a beleza de Paris. Em todo lugar, só se fala da senhora: os pequenos, para a invejar; os ricos, para a desdenhar, e as pessoas comuns, para a adorar.*

Alfred Delvau, jornalista, sobre Liane de Pougy

O primeiro escritor a ter introduzido dinheiro num romance na França foi Honoré de Balzac. O dinheiro não é mais unicamente uma preocupação cotidiana, mas torna-se igualmente uma questão existencial, um drama (“Como posso conquistá-la se não posso oferecer-lhe aquele rio de diamantes ou aquele buquê de violetas?”). O dinheiro faz falar de si quando se tem... muito. Sobretudo em Paris. Balzac discerne o poder do parecer, do fingimento, o poder do dinheiro. E esse poder, o financeiro, não é estranho a um outro poder: o da imprensa. Crônicas e retratos enumeram escândalos financeiros, políticos e mundanos, enquanto as diferentes resenhas de festas, de corridas, falam apenas delas, as insubmissas, as rainhas de Paris. Tais artigos se tornam rapidamente publicidade para nossas mulheres. E não esqueçamos que a lei sobre liberdade de imprensa, em 29 de julho de 1881, provoca uma explosão de publicações periódicas de todos os gêneros. As *demi-mondaines* terão suas revistas, que falam apenas delas, como *Gil Blas* (fundada por Auguste Dumont em 1879), ou que recorrem a sua modesta pluma, *La Grande vie* (1899-1900) ou *L’Art d’être jolie* (publicação semanal ilustrada sob a direção de Liane de Pougy, 1900) — citamos apenas as mais conhecidas. Os dois grandes diretores de jornais, Gaston Calmette (*Le Figaro*) et Arthur Meyer (*Le Gaulois*), apoiam oficialmente Caroline Otero ou Liane de Pougy e publicam, por sua vez, fofocas mundanas, e até consagram uma página à moda e ao *demi-monde*. Evidentemente, uma parte da população critica isso e a *Belle Époque* é, para esses, sinal de decadência. Parece-lhes inverossímil que os fatos e gestos dessas mulheres possam ter importância



Figura 1. Caroline Otero na capa de *L'Art d'être jolie*. Publicação coordenada por Liane de Pougy. 8 out. 1904 Fonte: Acervo pessoal



Figura 2. Émilienne d'Alençon na capa de *Comœdia Illustré*. Para evocar uma peça de teatro escrita por Émilienne. 20 fev. 1914. Fonte: Acervo pessoal

243

Para assegurar essa fabulosa notoriedade, as *demi-mondaines* deviam gerenciar uma agenda louca em que as saídas (ao bosque, ao teatro, aos Grandes Bulevares...<sup>5</sup>) relatadas nos jornais firmassem sua reputação. Existe uma diferença enorme entre essas encantadoras que se vê, de longe, que se admira, e as cocotes, moças sem importância de Paris, que querem a todo custo serem vistas e fazem demais para tanto. Os grandes desse mundo não poderiam se enganar.

### Mostrar-se: rainhas de elegância

A costureira Jeanne Paquin (1869-1936) tem a excelente ideia, nos anos 1890, de pedir às *demi-mondaines* para usar suas criações. A *réclame* (precursora da propaganda) nasceu, e as primeiras modelos também. Assim, Émilienne d'Alençon, Liane de Pougy, Caroline Otero e outras mais usam Paquin, Poiret, Doucet, ao descer os

---

<sup>5</sup> Ficamos na capital francesa, mas seria necessário incluir também os passeios a Trouville, Deauville e algumas viagens na Europa (Inglaterra, Rússia) das *demi-mondaines*.

corredores dos hipódromos de Longchamp e de Auteuil, ao ir ao Bosque de Boulogne ou almoçar no Maxim's em calças abertas. Aos vestidos, juntam-se os véus, os chapéus (cada vez mais impressionantes), as luvas, os guarda-sóis e as joias. As *demi-mondaines* usam antes de todas as outras mulheres as novidades têxteis ou novos acessórios. Émilienne d'Alençon é, assim, a primeira modelo de Coco Chanel. Graças a sua notoriedade, a cortesã loura ajudará a jovem iniciante arvorando suas primeiras criações no final dos anos 1900. Portanto, as *demi-mondaines* lançam as modas. Elas lançam a gola alta, a saia *sport* curta, o *blazer* ou o chapéu *boater*.

A imprensa faz várias resenhas sobre esses primeiros desfiles e a menor saída de uma *demi-mondaine*, um evento em si, é também um evento quando a bela usa um novo colar ou um novo chapéu. Prova disso é o entusiasmo de um jornalista ao perceber Émilienne d'Alençon durante uma de seus lendários passeios ao Bosque:

Muito simples também é Émilienne d'Alençon, simples como uma pequena provinciana, com, no pescoço, uma moeda de cem francos de ouro no pescoço à guisa de um broche. O vestido quadriculado branco e azul que Émilienne usava lhe convinha maravilhosamente. Bravo, minha filha! A simplicidade é um ornamento, não são todas que sabem usá-la. (NOS ÉCHOS, 1894, tradução nossa)

O Bosque de Boulogne, a saída ritual incontornável do mundo e do "semi-mundo", é, assim, o primeiro lugar onde as *toilettes de jour* impressionam. Às 15 horas, aproximadamente, durante a semana, impassivelmente, a alta sociedade convive com o *demi-monde*, todos sentados em suas calças, carruagens e carroças de todo tipo, algumas com insígnias, e subindo os Campos Elísios para ir ao Bosque. Esse passeio se torna rapidamente a imagem de uma elegância francesa que reinará até a Primeira Guerra mundial.

Para atrair os olhares, as *demi-mondaines* devem surpreender por seu vestir, pela escolha das cores, dos tecidos, e um duelo permanente se instaura entre elas. A guerra entre Liane de Pougy e Caroline Otero — o público saboreia a cada semana a animosidade que existe entre essas duas insuportáveis — é igualmente uma guerra de costureiros. Paul Poiret dizia que uma mulher não devia usar nunca a mesma roupa na frente das mesmas pessoas, e nossas hetairas vão, assim, demonstrar engenhosidade para parecerem sempre únicas. Essa inquietação com a vestimenta é contemporânea à aparição das lojas de confecção e das grandes lojas (Le Bon Marché ou a Samaritaine). As mulheres, admirando a linha de Liane de Pougy, terão apenas um desejo: usar o

mesmo suéter, o mesmo vestido e causar o mesmo efeito nos homens (sem reconhecer isso, claro). Desse modo, essas *fashion victims* se entusiasmam com as flores, usando então flores em toda a parte: margarida, pilriteiro, lilás branco, rosa, orquídea. A mulher é, de fato, mulher flor, mulher flama, e sua silhueta, toda primaveral, inspira os criadores, os que vão desenhar as curvas e linhas dos utensílios e mobiliário do *art nouveau*. A mulher se mantém um corpo-insígnia floral em movimento, uma decoração.

Particularmente após a crinolina, objeto típico do Segundo Império muito volumoso e que não autoriza a aproximação a menos de um metro de uma mulher, a silhueta feminina se esbelta para melhor evidenciar alguns argumentos: o colo, projetado para frente, o tronco estreito, os quadris belamente moldados e a anágua que transforma as nádegas em (a expressão diz tudo) “siga-me, juvenzinho!”. O século XIX não cessará de por obstáculos à caminhada das mulheres, impondo tecidos pesados, camadas de roupas, um espartilho. Correr, movimentar-se livremente, saltitar, mesmo que levemente, enfim, manfiestar-se, ser um corpo em movimento, em revolução, não é levado em conta no guarda-roupa feminino. A mulher, segundo Philippe Perrot, é uma força de “improdução” prestigiosa, um agente de dilapidação intensivo:

[...] deve-se ainda sublinhar continuamente esta inutilidade fundamental, provar sua incapacidade de fornecer qualquer esforço materialmente aproveitável que se serviria de seu corpo. São prova disso a singularidade atual de seu guarda-roupas e a extrema complexidade de seu manejo. (PERROT, 1980, p. 102-103, tradução nossa).

A *demi-mondaine* sabe, portanto, desviar essa fantasia que pesa. A lentidão no movimento, as poses, a inércia ou a passividade (frequentemente acentuadas), agarram o olhar do homem. Uma nuca à mostra, uma botina apercebida, um guarda-sol que se abre, uma luva que se retira e a mulher atrai e condensa os olhares. “O corpo da cortesã é, sozinho, um pequeno teatro” (CORTEY, 2001).

### Experimentáveis no espírito da época

Considerando que devem se mostrar e ser vistas, e depois dos sempiternos passeios ao Bosque e os campos de corrida, nossas hetairas vão a certos restaurantes

notáveis da capital. Os restaurantes são lugares da moda que constituem uma das grandes atrações de Paris. Os Grandes Bulevares (da rua Faubourg Montmartre até a rua Royale) são o coração da capital, a Paris de Paris, a alma do mundo, a pátria das *demi-mondaines* (mais precisamente, seu terreno de caça), “um dos raros pontos da terra onde o prazer se concentra”, dizia o jornalista Aurélien Scholl. Notamos que os jornais, na época, se localizavam na rua Montmartre, portanto, nos Grandes Bulevares. Convivem diariamente, então, jornalistas e *demi-mondaines*.

O Café Anglais, a Maison Dorée, Chez Helder, para citar apenas os mais célebres restaurantes situados no boulevard des Italiens, possuem salas particulares e uma cozinha reputada. Nossas mulheres frequentam tais lugares, evidentemente, mas o restaurante que lhes serve de insígnia, o restaurante *delas*, é Maxim’s, na rua Royale.

Inaugurado em 1893, esse bistrô inicialmente frequentado pelos cocheiros de aluguel, torna-se rapidamente, pelo acaso de um encontro, o lugar onde se deve estar. Diz a lenda que foi a cocote Irma de Montigny (nome de guerra), achando a cozinha boa, quem lançou ao cozinheiro, ao sair: “Nós vamos lançar seu restaurante!”. E as rainhas de Paris se embrenharam no Maxim’s. Maxim’s presencia o desfile do mundo, o mundo dos homens (sós), e do “semi-mundo”, de nossas *demi-mondaines*. Pois como expressa, de forma tão conveniente e tão divertida, Émilienne d’Alençon: “Nada de legítimos no Maxim’s!”

Esse ritual faustoso — jantar e ceia regados a champanhe fazem parte do jogo da sedução — coloca em evidência o papel que nossas hetairas têm o dever de representar: como as *geishas* japonesas, elas divertem o homem, tiram dele o peso das preocupações e lhe asseguram o esquecimento de tudo em um instante. Experimentar os alimentos e os pratos é também experimentar as palavras, as boas palavras.

Com humor, as hetairas são apelidadas por seus ilustres benfeitores “meu pratinho principal”, o que quer dizer que elas são experimentáveis no espírito da época. Não é segredo para ninguém que os cozinheiros e confeitores, ao criar novas delícias salgadas e doces, ao longo de toda a história da França, batizavam esses petiscos ou sobremesas com o nome de uma cortesã, de uma favorita, de uma atriz ou de uma diva. No final do século XIX, o cozinheiro Auguste Escoffier cria o *pêche Melba* em homenagem à célebre cantora inglesa. Existe também uma salada Réjane (atriz reputada da *Belle Époque*), as *mignonnettes* Rachel (atriz de tragédias célebre no Segundo Império), a pera Belle-Helène (ópera cômica de Offenbach)... e, finalmente,

todo um arsenal culinário com o selo Caroline Otero.

Essa famosa *demi-mondaine*, apelidada de a Belle Otero por ter sido, sem dúvidas, a mais incendiária das belas da *Belle Époque*, soube criar uma lenda — morria-se por Caroline, os príncipes e os reis disputavam por seus favores. Otero impôs uma dança lasciva que, do Folies Bergère até o Cirque d'Été, pôs os anos 1900 em chamas. Imediatamente, cozinheiros elaboraram receitas para glorificar aquela que, vinda dos confins da Espanha, representava melhor... a parisiense: o ovo Otero, as batatas Otero ou o linguado Otero.

"O *linguado Otero*: rechear uma batata ao forno com um filé de linguado brevemente cozido, dobrado, com caranguejos e *champignons* gelados à Mornay".

Se, em 1900, as atrizes e outras dançarinas veem seus nomes cair na boca dos homens e das mulheres em grande satisfação, hoje é de melhor tom ter uma rosa com seu nome — assim, a rosa Catherine Deneuve, a rosa Sophia Loren, a rosa Ingrid Bergman... "Olho, mas não toco... Isso machuca!"

## A imagem de si, ser do próprio tempo

Olham para elas, invejam-nas, copiam-nas, comem-nas, devoram-nas. As *demi-mondaines* que fazem propaganda para os outros, joalheiros, modistas, costureiros, apenas o fazem para si mesmas. Elas são célebres apenas porque *são elas*, ou dito de outra forma, as *demi-mondaines* são célebres pela própria fama. Dessa forma, o renome não é mais sinônimo de prestígio militar ou grandeza real. Na aurora do século XX e sessenta anos depois da invenção da fotografia, portanto, nossas hetairas vão explorar sua imagem deixando para a posteridade esplêndidos retratos. O cartão postal é o truque extra que vai lhes permitir que difundam seus traços com taxa mínima (o turismo nascente ajuda bastante) e justifiquem sua surpreendente notoriedade. O público vai comprar essas reproduções e enviar a seu destinatário os rostos de nossas cortesãs. Portanto, pelo viés da imagem, Liane, Émilienne e Caroline pertencem a todo mundo, mas, finalmente, a pouquíssimos.



**Figura 3** - A efígie de Émilienne d'Alençon é utilizada aqui para vangloriar um parque à inglesa na cidade de Bordeaux. A demi-mondaine se assemelha delicadamente à natureza na cidade, ao selvagem no civilizado. Com este véu rosa que envolve sua bela cabeça, os ombros nus e um olhar ligeiramente distante, a loura suserana de amor evoca nada menos que uma ninfa. Fonte: Acervo pessoal



**Figura 4** - "23 de junho de 1904" e "Saudações" estão escritas neste cartão postal, selado e carimbado, com um magnífico retrato da Belle Otero. Fonte: Acervo pessoal



**Figura 5.** Liane de Pougy, levemente vestida, com véus por toda a parte e pontas de cor. Fonte: Acervo pessoal

As *demi-mondaines* são o *nec plus ultra* da *Belle Époque*, o reflexo de uma sociedade que aspira a ver somente a beleza, a beleza da mulher, e que coloca a estética acima da inteligência. Essa sociedade exalta o orientalismo, a arte floral, a decadência, as artes incoerentes, ela se adora — é a época do "Eu, eu mesmo"! Esse reino do momentâneo e da fantasia consagra, portanto, um culto ao corpo e à beleza. Essa sociedade narcisista que avança rápido e que se inebria por novas técnicas (carro, velocípede, trem, metrô, avião, cinematógrafo) descobre também as alegrias do esporte feminino. Émilienne d'Alençon, de nossas três cortesãs, é a que toma riscos, que



aquece o corpo, que lhe dá dinâmica e energia: Émilienne é uma *sportswoman* notória, como se dizia na época. Mesmo detraída pelos jornais, ela abre uma via importante para as mulheres: ela é a primeira galante a dirigir um carro, a subir num avião, a andar de bicicleta ou a conduzir os cavalos de um estábulo.

## Rainhas do Folies

Evidentemente, as diversas saídas, assim como o olhar sobre elas, que enumera o menor detalhe de suas roupas, não bastam. A todas essas representações cotidianas se associa um pretexto para a fama delas, o teatro. Caroline e Émilienne

<sup>98</sup> aparecem no palco regularmente: um meio como qualquer outro de se manter no centro da atualidade e, acima de tudo, de mostrar seus talentos. Elas são artistas antes de serem *demi-mondaines*. Caroline Otero, dançarina, pode animar o público com seu andar e desvelar suas belas pernas. É assim que ela põe Paris em Chamas em 1890 durante sua primeira passagem no Cirque d'Été. Émilienne d'Alençon, atriz, pode, com roupas pequenas, domar coelhos rosas num espetáculo excêntrico e provocar de fato um abalo apaixonado sem precedentes. Ela reiterará esse modelo travesso ao domar asnos. Amestrar asnos ou coelhos (animais de forte conotação sexual), brincar com o chicote, fazer barulhos com ele e submeter aqueles animais são atos que dizem suficientemente o humor da futura grande *demi-mondaine* e que se diverte com as fantasias. É exatamente em 1890 e no Cirque d'Été, ao mesmo tempo que a Belle Otero, que Émilienne revela seus talentos de domadora e impacta o duque d'Uzès, seu primeiro amante rico. Três anos mais tarde, a senhorita d'Alençon ousará nas roupas íntimas tornando-se a primeira artista de *striptease* de Paris. Na revista que leva seu nome, *Émilienne au bal des Quat'z'Arts*, Émilienne se despe lentamente. O *striptease* é integral mas a moral está salva: a artista usa um colante que cobre todo seu corpo. Ainda assim, o público pode ir admirar, por pouco dinheiro, as curvas de uma das mais onerosas cortesãs de seu tempo!

## Romancistas, poetisas

---

<sup>98</sup> Liane de Pougy não tem nenhum talento: não é nem atriz, nem dançarina. Ela se aventura com alguns truques de mágica ou algumas pantomimas depois do início de sua carreira galante, mas nunca terá o mesmo sucesso no palco que suas colegas.

Nossas *demi-mondaines* têm também o cuidado de oferecer à cobiça do público suas lembranças, suas impressões ou seus impulsos poéticos em romances ou artigos. Entre ficção e realidade, elas dizem tudo e ousam, dessa forma, descrever as abordagens, as iniciações e os amores em narrativas, deve-se dizer, insossas. Mas elas falam do que conhecem e a escolha das palavras e situações são inestimáveis para quem se interessa pelo seu jeito de ser. Esses escritos se mantêm como um testemunho sem sombras de uma vida dedicada ao prazer. Se as *demi-mondaines* não são donas de salão literário como Ninon de Lenclos, elas desejam demonstrar que são mulheres espirituosas. Portanto, elas frequentam os artistas e mantêm uma publicação, uma peça de teatro, uma antologia de poesia. Digno de herdeiras de Tullia d'Aragona.

Liane de Pougy escreveu vários romances (as más línguas dizem que os primeiros foram redigidos por seu amigo Jean Lorrain). O mais célebre, editado em 1901, é *L'Insaissable*, romance em que ela descreve suas relações com Valtesse de la Bigne, a cortesã que a iniciou ao ofício. *La Mauvaise part*, *Myrrhille*, *Idylle saphique* vêm em sequência. *Mes Cahiers bleus* permanece como obra única, mistura de autobiografia e de diário íntimo, escrito por Liane ao final da Primeira Guerra mundial. Ela mostra seus amores lésbicos e seus lamentos, não sem uma ponta de conservadorismo, que ressalta que Liane voltou apesar de tudo a seu casamento principesco — uma incorrigível pequeno-burguesa. Já Caroline Otero não tinha nenhuma fibra poética, mas, para pagar suas dívidas, escreve suas memórias em 1929, *Souvenirs et vie intime par la Belle Otero*. Nelas, ela descreve sua época, suas pompas e suas aventuras com franqueza, humor e nostalgia. Émilienne d'Alençon aborda de tudo um pouco: é dramaturga (*Cœur de Pantin* e *Le temple de l'amour*, peças de teatro que foram montadas enquanto era viva), conselheira estética (*Secrets de beauté pour être belle*, compilação de conselhos úteis e práticos para os cuidados da mulher, de 1919) e acaba, igualmente, publicando suas memórias em folhetim na revista *Voilà*. Mas Émilienne é também poetisa e seus versos, ainda que um pouco desagradáveis, têm por vezes um breve impulso literário relativamente interessante:

#### COURTISANE

Mes bras se sont ouverts et se sont refermés  
J'ai bu tous les poisons aux coupes exaltantes  
Et si c'est un péché d'avoir beaucoup aimé

Je veux le premier rang parmi les pénitentes. (D'ALENÇON, 1918)<sup>99</sup>

O leitor de 1900, o que mergulhará em um romance de Liane de Pougy ou em um artigo do *Gil Blas* para ter uma ideia, vaga, dos obstáculos sentimentais de Émilienne d'Alençon, após a leitura dessas páginas febris, poderá apenas pensar no ofício dessas mulheres que não é simplesmente parecer ou contar a si mesmas... mas de se desnudar.

### Até na cama é preciso poder reinar

"Quem diz *Belle Époque*," escreve Jean-François Josselin, "pensa em ligas, espartilhos, cintas, *stripteases* voluptuosos, grandes horizontais, simulacros do desejo, primícias do prazer" (GOURMONT, 1989, p. 7). Pois, afinal, o que torna apetitosa a aparição das *demi-mondaines* no teatro, no Maxim's, no Bosque ou nos hipódromos é o que se esconde por trás daquelas espessuras, daqueles véus, daqueles chapéus, daquelas luvas: a superfície erótica. Consideravam, nos grandes passeios do Bosque, que elas teriam roupas de baixo coloridas — *shocking!* — embora apenas o branco fosse autorizado. Quando uma *demi-mondaine* passeia, o homem não resiste a desnudá-la com o olhar, ele pensa... Se a conquista é garantida, olhar não basta e o ritual do (verdadeiro) desnudamento se torna uma arte. O galante pensa enfim chegar ao final de seus esforços, mas não, ainda é preciso retirar uma anágua. Esse é um jogo de sedução, de espera, de impaciência, de esconde-esconde que a *demi-mondaine* dirige perfeitamente. Nossas desqualificadas se divertem com essas camadas de roupas, encontram nelas uma verdadeira felicidade visual, sensual e auditiva (ah, o grito da seda!) para seus amantes. Em suas conquistas, essas encantadoras solicitam os cinco sentidos do homem: a visão, a audição, o olfato, o paladar e o tato.

"Que série de conquistas representava aquele sábio desnudamento," lembra-se Émilienne d'Alençon (1940), "a blusa com mil alfinetes invisíveis, o *cache-corset* e seus favores... O adorável espartilho e seus ninhos de renda, a ceroula e seus buracos de fitas, os longas meias pretas ou de Chantilly retidas pela liga..." Notaremos o termo "sábio". empregado por Émilienne para definir esse desnudamento quebra-cabeças!

---

<sup>99</sup> Cortesã

"Meus braços se abriram e se fecharam / Bebi todos os venenos em cálices exaltantes / E se ter amado demais é um pecado / Quero a primeira fileira entre as penitentes" (N. T.)

Entretanto, para aperfeiçoar essa delicada descrição digna de uma tela maliciosa de François Boucher, não esqueçamos os odores: nossas *demi-mondaines*, com certeza, têm o cheiro limpo (Coco Chanel gostava do odor de Émilienne d'Alençon<sup>100</sup>), mas ousam usar perfumes ingleses, particularmente perfumes... para homens. O incenso e outros eflúvios de patchuli garantem também a animação do amante durante a longa sessão de desnudamento. Sabe-se que quando as *demi-mondaines* têm um "regular", elas o esperam usando *tea-gown* (aquelas deliciosas camisolas então em alta) sem nada por baixo.

### O prazer, o direito a gozar com quem se quer

As *demi-mondaines*, ao contrário das favoritas reais, não têm vocação política. Elas não têm a preocupação de fazer ou desfazer carreiras. Se Lola Montez, em seu tempo, provocou a queda de Luís I, rei da Baviera, não aconteceria o mesmo com as cortesãs da versão 1900. Evidentemente, elas saem com reis, Leopoldo II da Bélgica, Eduardo VII da Inglaterra, o Marajá de Kapurthala, mas não ousariam dar sua opinião. Elas decidem estar em seu papel primário, o de ser rainhas do próprio reino, a cama, sem buscar representar um segundo papel de outra forma ou em outro lugar. Essas mulheres livres dos costumes da época preferem lançar a sorte sobre dramaturgos, jôqueis, banqueiros e, ao final, cuidar somente de suas pequenas atividades. O egoísmo das desprendidas é lendário. Orgulhosas de sua beleza e, em suma, de seu capital, elas se preocupam mais com a magnificência de suas diferentes entradas no palco (em um café, um restaurante, no teatro) do que com os direitos da mulher. Elas não são sufragistas. Reivindicar, para elas, é o cúmulo da vulgaridade. Que os homens dirijam o mundo — esse seria seu pensamento — e que as mulheres dirijam os homens.

Não o esqueçamos, a mulher de 1900 não é considerada como um elemento social que pudesse intervir na cidade, mas como um elemento sexual, elemento de satisfação e de reprodução por via do casamento. A maternidade é a única vocação da mulher, seu corpo e o destino de seu corpo não pertencem legitimamente a ela, mas ao homem. No entanto, as *demi-mondaines* não devem se casar nem ter filhos —

---

<sup>100</sup> Em 1920, quando Coco Chanel manda Ernest Beaux criar um novo perfume, ela exige uma fragrância que tenha o cheiro limpo como a pele de sua amiga Émilienne d'Alençon. Esse perfume se chama Chanel n. 5.

condições *sine qua non* para serem estimadas e consideradas. Apenas nessas condições, o soberano, que não é pouca coisa, lhes acorda sua plena confiança. Liane de Pougy teve um filho em seu primeiro casamento quando tinha dezesseis anos; Émilienne d'Alençon, uma filha, Zouzou, de um primeiro amor adúltero quando tinha dezessete anos, mas foram apenas esses. Quanto a Caroline Otero, abusada quando criança, ela nunca teve a possibilidade de engravidar. O ato sexual, portanto, tem somente o *prazer* como objetivo, o *deleitar-se*, o *gozar*, e tudo isso *sem culpabilizar*.

Muitos anos mais cedo, a respeitável condessa Marie d'Agoult (1805-1876), que acabara de abandonar o domicílio conjugal para viver sua história de amor com Franz Liszt à luz do dia, anotou em seus blocos a admirável e tristemente atual frase: "Basta que qualquer vontade vinda de uma mulher seja percebida como perversa e toda volúpia, culpada" (D'AGOULT, 2007, p. 445, tradução nossa). Essas palavras foram escritas na segunda metade do século XIX. Cinquenta anos mais tarde, em 1907, Léon Blum lança seu famoso texto, *Du mariage*, em que o futuro político prega a igualdade dos sexos em face do desejo e do prazer, dessacralizando a virgindade feminina.

Evidentemente, a contestação em relação aos direitos das mulheres e o direito ao voto cresce, mas no meio-tempo, as *demi-mondaines* se inclinam ao único reino, o quarto, de onde seria necessário sair o menos possível. Elas vão, dessa forma, fazer do sexo o centro de suas aparições e demonstrações, visto que é ele, o sexo, que ocupa o centro das preocupações. Nossas indolentes decidiram se comportar no secreto das alcovas como bem entendiam e, dessa forma, domar o homem. Submissas, jamais. Com um único compromisso: o prazer. Como explico em minha obra dedicada a Émilienne d'Alençon, essas indolentes não têm a intenção de dar uma chicotada na emancipação das mulheres; elas esperam

apenas se libertar: de suas mães, de seus pais, de seu bairro, do primeiro estupro, da primeira agressão, das primeiras injúrias. Por meio da história das mulheres, em condições e com aspirações tão diferentes, é também a história da angústia e do desespero delas que é preciso atacar. O paradoxo das *demi-mondaines* provém, portanto, dessa liberdade que não existia de fato e dessa escravidão que tampouco existia realmente. (WRONA, 2015, p. 248, tradução nossa)

Em nome de seu jeito de ser, seu egoísmo, sua sexualidade exibida e sem complexos, as *demi-mondaines* vão, pouco a pouco, demandar que o homem reveja sua relação com a mulher, leia-se na cama.

## O safismo

Nossas encantadoras se vestem apenas com vestidos de princesa e não usam ceroulas (somente no palco) — é necessário saber que as mulheres que desejam usar calças devem pedir uma autorização especial junto à administração policial. Na aurora do século XX, a escritora Rachilde, a cientista Dieulacfoy, sra. Marc de Montifaut ou a atriz Sarah Bernhardt ousam abandonar o vestido, porém brevemente. Isso não faz com que, nas vestimentas femininas, deixem de aparecer atributos masculinos, mais simples, mais confortáveis, mais práticos: suéteres *sport*, gravata masculina, peitilho ou casaco de seda branca bordada... O costureiro inglês John Redfern introduz o *tailleur* (1885), o *trotteur* (que chega até o tornozelo) e o sobretudo-*tailleur* de corte muito masculino.

Essa atração pelo *chic* masculino cada vez mais marcada vai interessar as *demi-mondaines* que, completamente femininas, vão adotar definitivamente uma atitude máscula. Em *L'Insaisissable*, Liane de Pougy (2003 [1901], p. 19) enumera os amantes que têm o dever de possuir uma cortesã: o primeiro amante, útil, necessário, quase legítimo, é velho, rico e generoso; o segundo, o apaixonado, ou melhor dizendo, o pecado cotidiano, é jovem, gentil, vigoroso (Liane insiste bastante neste termo). Vêm em seguida os casuais — o útil, o rebuscado, o repentino, o lisonjeiro. A essa lista sem fim associa-se o que vai tornar cáustica a reputação de Liane e de Émilienne (Caroline, por sua vez, não queria nem saber disso): a amante. Nossas *demi-mondaines* se exibem com mulheres!

O safismo de 1900, uma homossexualidade reivindicada e que ressurgiu loucamente na pluma de Marcel Proust com suas moças em flor ou nos escritos de Pierre Louÿs (*Les Chansons de Bilitis*, por exemplo), é a arma mais poderosa para denunciar a crueldade dos homens, sua insensibilidade e até mesmo seu melindre. No fim das contas, essas moças da moda reivindicam apenas uma coisa: o direito de ser livres para escolher seu(sua) parceiro(a) sexual. O direito ao prazer, ao orgasmo, à própria felicidade.

Os obuses da Primeira Guerra mundial vão destruir totalmente esse mundinho egoísta e narcisista, o mundo de 1900, a *Belle Époque*. As mulheres vão, pouco a pouco, ganhar direitos e as últimas representantes dessa raça esgotada, as *demi-mondaines*, não terão mais nenhuma razão de ser.

Depois da morte de seu príncipe, Liane de Pougy se retira do mundo e escolhe o véu: ela se torna irmã Anne-Marie de la Pénitence e morre em 1950 em Lausanne, na Suíça. Caroline Otero se arruina nos cassinos e se afunda na miséria. Ela morre em 1965 em Nice. Liane e Caroline foram cinematografadas durante a vida — duas pequenas sequências de 1897-1898 que mostram Caroline dançando lascivamente e Liane fazendo pantomima. Imagens inestimáveis da *Belle Époque*. Émilienne d'Alençon acaba com seu dinheiro para agradar os outros e morre em 1945 em relativa pobreza.

Liane, Émilienne e Caroline, que marcaram fortemente sua época, reaparecerão vez ou outra na telona. *La Belle Otero* é um filme de Richard Pottier, lançado em 1954, que conta a vida da célebre cortesã com Maria Felix no papel-título. Uma narrativa dos amores de Caroline bastante suave que conseguirá entediar a ainda vívida septuagenária. O *Chéri* de Colette (que conheceu tão bem nossas hetairas) foi levado às telas por Stephen Frears (2009) com Michelle Pfeiffer no papel de Léa de Lonval (portanto, Liane de Pougy), enquanto Emmanuelle Devos e Marine Delterm interpretam Émilienne d'Alençon em *Coco avant Chanel* (Anne Fontaine, 2009) e *Coco Chanel* (telefilme de 2008). Émilienne d'Alençon deixou também um personagem para a posteridade, a Môme Crevette, a famosa *Dame de chez Maxim's* de Georges Feydau (1899). Marcel Proust, que apreciava (de longe) Liane de Pougy, ousou representar Émilienne no *Em busca do tempo perdido*: "... embora o duque d'Alençon não pudesse ficar constrangido que lhe falassem de Émilienne d'Alençon..." (PROUST, 2014, p. 224). Mas Émilienne, acima de tudo, a única *demi-mondaine* que fundou sua carreira galante na arte cômica, afinou ao longo de sua carreira o personagem da loura frívola ou loura burra. Em seu *Livre des courtisanes*, Susan Griffin coloca em evidência esse papel de mulher desmiolada representado por Émilienne no teatro:

Sente-se uma qualidade de inteligência por trás do personagem que, assim como os fios invisíveis de uma marionete, dá um sentido subversivo ao espetáculo, quase oposto ao que está representado em princípio, e suscita o riso dos representantes dos dois sexos; as mulheres, que gozam de poderes desiguais, fingem muitas vezes ser estúpidas para melhor manipular os homens (GRIFFIN, 2011, p. 142, tradução nossa).

Esse personagem de loura burra será imortalizado no cinema hollywoodiano com Jean Harlow, Jane Mansfield ou Marilyn Monroe. A loura burra é um personagem construído para assegurar o homem de seu poder — a descoloração dos cabelos

brinca com o aspecto frágil: a mulher se torna uma coisinha pálida a ser protegida, ingênua e desmiolada —, mas se mantém uma figura complexa. Para ter se tornado uma das Três Graças da *Belle Époque*, Émilienne d'Alençon estava muito longe, claramente, de ser uma burra.

Liane, Caroline e Émilienne estavam longe de ser burras e as três souberam gerenciar sua carreira como verdadeiras chefes de Estado, legando às mulheres esta divisa (tomada de Valtesse de la Bigne): “Amar pouco ou muito, seguindo sua natureza, mas rapidamente e por um instante”.



Tradução  
Elisa Maiby Carvalho  
Universidade de Brasília



## REFERÊNCIAS

- BLUM, Léon. **Du mariage** (1907). Paris : Albin Michel, 1937.
- CHALON, Jean. **Liane de Pougy**. Paris : Flammarion, 1994.
- COLETTE. **Mes apprentissages** : œuvres complètes. Genève : Éditions de Crémille, 1970.
- CORTEY, Mathilde. **L'Invention de la courtisane au XVIIIème siècle**. Paris : Éditions Arguments, 2001.
- D'AGOUT, Marie. **Mémoires, souvenirs et journaux**. Paris : Mercure de France, Le temps retrouvé, 2007.
- D'ALENÇON, Émilienne. L'amour bohème : roman vécu [feuilletons]. **La Grande vie**, Paris, ano 1, n. 1 - ano 2, n. 4, 1899-1900.
- \_\_\_\_\_. **Sous le masque**. Paris : E. Sansot, 1918.
- \_\_\_\_\_. Les confidences d'Émilienne d'Alençon. **Voilà**, Paris, ano 10, n. 457, 5 jan. 1940.
- DERVAL, Paul. **Folies Bergère** : souvenirs de leur directeur. Paris : les Éditions de Paris, 1954.
- DUFRESNE, Claude. **Trois Grâces de la Belle Époque**. Paris : Éditions Bartillat, 2003.
- DUMAS, Alexandre. **Filles, lorettes et courtisanes**. Paris : Éditions de Paris, 2009.
- FIGUERO, Javier ; CARBONEL, Marie-Hélène. **La véritable biographie de la belle Otero et de la Belle Époque**. Paris : Fayard, 2003.
- GOURMONT, Rémy de. **Physique de l'amour** : essai sur l'instinct sexuel (1903). Prefácio de Jean-François Josselin. Montréal, Québec : Les Éditions 1900, 1989.
- GRIFFIN, Susan. **Le livre des courtisanes**. Paris : Albin Michel, 2001.
- LECA, Victor. **Paris noceur** . Paris : J. Fort, 1910.
- LORRAIN, Jean. **Femmes de 1900**. Prefácio de Paul Morand. Paris : Éditions de la Madeleine, 1932.
- NOS ÉCHOS. *Le Journal*, Paris, ano 3, n. 545, p. 1, 26 mar. 1894.
- OTERO, Caroline. **Souvenirs et vie intime par la Belle Otero**. Monaco : Éditions Saurat, 1993.
- PERROT, Philippe. Le jardin des modes. In : ARON, Jean-Paul (comp.). **Misérable et glorieuse** : la femme au XIXème siècle. Paris : Fayard, 1980.
- POUGY, Liane de. **L'Insaisissable** (1901). Paris : Alteredit, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Mes Cahiers bleus**. Paris : Plon, 1977.
- PROUST, Marcel. Em busca do tempo perdido : Sodoma e Gomorra. Tradução de Fernando Py. **φρόνησις** (Projeto Phronesis), jun. 2012. Disponível em: <<https://projetophronesis.files.wordpress.com/2012/06/proust-em-busca-do-tempo-perdido-4-sodoma-e-gomorra.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- ROUNDING, Virginia. **Les Grandes horizontales**. Paris : Éditions du Rocher, 2003.
- SCHIFFER, Liesel. **Femmes remarquables du XIXème siècle**. Paris : Vuibert, 2008.
- WRONA, Carole. **Émilienne d'Alençon** : vivre d'amour en 1900. Paris : Éditions la Tour Verte, 2015.

Jéssica Jardim

**Os ausentes têm razão? Uma ideia política do teatro em Anais Ségalas**

## Resumo

Com base na perspectiva de Denis Guénoun sobre uma ideia política do teatro, o propósito deste trabalho é suscitar algumas possibilidades de compreensão dessa dimensão na arte teatral, a partir de uma análise da comédia *Les absents ont raison*, escrita em 1852 pela dramaturga francesa Anaïs Ségalas. Nessa obra, a autora se volta à questão das leis que regulamentavam o casamento e o divórcio na França no século XIX.

**Palavras-chave:** *Les absents ont raison*; Anaïs Ségalas; ideia política do teatro; teatro oitocentista

## Abstract

Based on the perspective of Denis Guénoun of a political view of the theatre, the purpose of this work is to evoke some possibilities of comprehension of this dimension in the theatrical art, with an analysis of the comedy *Les absents ont raison*, written in 1852 by French playwright Anaïs Ségalas. In this piece, the author contemplates the issue of laws that regulated marriage and divorce in France during the nineteenth century.

**Keywords:** *Les absents ont raison*; Anaïs Ségalas; political idea of theatre; nineteenth-century theatre

## O público, o espaço, o espetáculo

O ano é 1852. Mais precisamente, estamos a 7 de maio de 1852. Alguns populares, vindos de diferentes partes de Paris, e mesmo de outras cidades francesas, gradativamente chegam a um prédio de impávidas colunas neoclássicas, uma das grandes construções que marcam com sua presença o 6<sup>ème</sup> *arrondissement*: o Second Théâtre-Français, ou Théâtre de l'Odéon. Não se trata, porém, de uma multidão, nem de uma aglomeração, mas de um público: um público de teatro, cujas emoções, reações, projeções e cujos objetivos constituirão, em um quarto de hora, parte de um importante acontecimento político. "Profundo mistério", exclamaria Victor Hugo, "a transformação da multidão em povo!".

Aqueles que ocupam esse espaço para ver e ouvir algo a ser representado também estão aí para serem vistos e para terem suas reações, exclamações, risadas e tosses ouvidas, marcas infalíveis de sua presença naquele espaço e naquele acontecimento. Um público escasso, muitas vezes, que se detém e espera diante do Second Théâtre-Français, mas que já era ele mesmo igualmente aguardado por atores, técnicos, dramaturgos, ensaiadores. Já no interior do "teatro-ônibus", assim apelidado por Alexandre Dumas pela mobilidade constante de suas companhias teatrais, o público vai progressivamente ocupando as poltronas, dispostas em semicírculo em relação ao palco à italiana.

A expectativa é grande dos dois lados: cada um, na plateia, busca munir-se de energia cognitiva e sensorial individual e coletiva suficiente para apreender a representação; na cochia, os atores Pierron, Laurentine Léon, Tétard, Talbot, Lacroix, dois figurantes, técnicos e o ensaiador aguardam o momento de se tornarem o foco dessa atenção. É a noite de estreia da comédia em dois atos e em prosa *Os ausentes têm razão* [*Les absents ont raison*], da dramaturga francesa Anaïs Ségalas (1819-1895), peça na qual a autora apresentaria, de maneira risível, o tema do divórcio no século XIX e de suas respectivas implicações sociais, sobretudo para as mulheres, de eminente relevância em seu tempo.

Mas, ironicamente, nessa arte, na qual a presença, a reunião, a visão de conjunto são partes indissociáveis de sua constituição artística, talvez pudéssemos questionar: os

---

\* Jéssica Jardim – Doutoranda em literatura brasileira pela Universidade de São Paulo.

ausentes não estariam sempre errados? Pois a ausência não entraria em contradição com seu papel social, justamente no ponto em que “[...] a convocação, de forma pública, e a realização de uma reunião, seja qual for seu objetivo, é um ato político?” (GUÉNOUN, 2003, p.14-15). O fato de conjurar os membros de uma sociedade em assembleia, como um possível modelo democrático, terminaria sendo indicativo dessa função. O teatro é uma atividade intrinsecamente política, não somente em razão dos temas que possam ser discutidos sobre o palco, mas, principalmente, pela natureza mesma do fenômeno teatral. Seu lado político é, sobretudo, a *representação*, materialização, organicidade e dimensão física próprias à arte teatral, e não apenas aquilo que é *representado*, os temas que efetivamente se discutem sobre o palco, ainda que estes não se encontrem excluídos. Ao concentrar no título de sua comédia um sentido positivo para a ausência, Anaïs Ségalas poria em discussão os variados modos desse posicionamento político, em consonância com os sujeitos políticos de seu tempo, enquadrando a ausência não como omissão, mas como ação – dramática e social.

### Uma dramaturga nada ausente

261

A dramaturga, poeta e romancista Anaïs Ségalas iniciou-se cedo na arte literária, escrevendo poemas que eram lidos no seio familiar. Mas foi a partir de seu casamento com Vivctor Ségalas, aos 15 anos, e sua mudança para Paris, que se integrou aos círculos literários franceses. Foi colaboradora de jornais como *Le Constitutionnel*, *Gazette de France*, *Le Chronique de Paris*. O conjunto de sua obra é extenso. Para o teatro, Ségalas escreveu *La Loge de l'Opéra*, drama em prosa (1847); *Le Trembleur*, comédia (1849); *Les Deux Amoureux de la grand'mère*, comédia-vaudeville (1850); *Les Inconvénients de la sympathie*, vaudeville (1854) e *Deux passions*, comédia (1892). *Les Absents ont raison*, de 1852, subverte a máxima francesa “les absents ont toujours tort”<sup>1</sup> [“Os ausentes estão sempre errados”], indicativa de que os omissos não estariam em possibilidade de defender seus pontos de vista ou seus interesses, sendo considerados em menosprezo, culpa ou erro.

---

<sup>1</sup> A expressão, antes de entrar na linguagem comum, foi muito possivelmente tomada de empréstimo de outra comédia, *L'obstacle imprévu*, ou *L'obstacle sans obstacle* (1717), de Philippe Néricault Destouches.

*Os ausentes têm razão* traz de maneira risível uma importante discussão no século XIX: as nuances da constituição da família, os problemas da vida conjugal e as possibilidades de rompimento com essas mesmas dinâmicas, por meio da separação ou do divórcio. Na comédia, conhecemos Irma e Max de Lirvins, casados há apenas um ano. Apesar da recente união, a convivência dos dois não é das melhores: discutem com frequência e lamentam-se do fato de terem se casado, apesar de admitirem ter feito um “casamento por inclinação”, quer dizer, por decisão própria e guiados pela paixão que sentiam. Para fugir da vida conjugal, Max de Lirvins recorre a uma atitude extrema, forjando seu suicídio, sem conhecimento de Irma. O afastamento termina fornecendo uma nova perspectiva para a vida amorosa e familiar de ambos.

Trazendo ao palco a possibilidade de discussão sobre um importante tema para a sociedade oitocentista, o divórcio, Anaïs Ségalas inscreve-se em uma perspectiva política, natural a seu século. A imagem do teatro como uma tribuna na qual um orador traria ao público um discurso de vigente necessidade em determinado momento histórico traduz em muito o entendimento que os homens e mulheres de teatro oitocentistas faziam de sua própria prática. Nesse período, em que a taxa de analfabetismo na França chegava a quase 40% da população (FURET; SACHS, 1974), o teatro é visto como importante forma de comunicação e efetivação da vida em sociedade, além de difusor de novas filosofias e ideologias.

A partir da escolha do título, Ségalas convida o espectador/leitor a verificar se uma tese pode ser comprovada por meio de sua demonstração dramática. *Os ausentes têm razão* é uma peça que se insere em um período de transição de estéticas: ao se utilizar de preceitos do realismo, traz à tona questões relativas à liberdade do ser humano, a submissão às leis, dentro do gênero escolhido, o teatro de tese. Seu “teatro útil” suscita uma reflexão aos casais que, em meio às vicissitudes da vida conjugal, desejassem o divórcio, mas não pudessem realizá-lo, por ser ilegal. No entanto, em termos de organização do espaço cênico, dinâmicas de fala e movimento, o aprendizado estético de Ségalas volta-se a um já crepuscular romantismo.

### A razão da ausência: divórcio no século XIX

A comédia de Ségalas traz à tona um importante tema de discussão, ainda em germe na sociedade burguesa oitocentista: as leis que regulamentavam o divórcio e as

inusitadas alternativas às quais os indivíduos teriam de recorrer para burlá-las, sem precisar posicionar-se politicamente diante da sociedade ou do Estado. O divórcio, na França, teve um percurso conturbado de proibições e liberações, leis e emendas constitucionais – entrando em vigor pela primeira vez em 1792, será vetado em 1816, só sendo restabelecido em 1884 (DAMAS, 1897). Encontrava-se, portanto, ilegal em 1852, ano em que aparece a comédia de Ségalas. Além disso – ou principalmente –, não podemos omitir a própria pressão social exercida sobre os indivíduos, em especial as mulheres, que rompessem com o casamento, como a própria Irma de Lirvins expressa:

IRMA, *à frente do palco*. [...], Mas, o que eu poderia fazer?... Quando uma mulher se separa de seu marido, ela é acusada, rejeitada pelo mundo – e, neste mundo, eu desejo apenas ser admirada.  
[...] Não posso me separar dele. Eu temo a bisbilhotice, a calúnia... Até mesmo para ir a um baile preciso de um cavalheiro legítimo. Não é meu marido que quero manter, é o seu braço. (SÉGALAS, 1852, p. 2)

A grande importância que o teatro assume nesse período, como uma “plataforma do novo autoconhecimento do homem, um púlpito de filosofia moral, uma escola ética, um tema de controvérsias eruditas e também um patrimônio comum, conscientemente desfrutado” (BERTHOLD, 2011, p. 381), manifesta-se muito especialmente nessa comédia. Anais Ségalas, que não hesitava em preencher todo um volume de poemas em homenagem à *Femme*, exaltando a maternidade, a vida em família e o papel da mulher como pilar espiritual do homem, permite aos dramas e comédias suas ideias mais inflamadas e emancipatórias.

### A ideia política no teatro (o representado)

O teatro é, em sua origem, uma arte política: o teatro produzido no século XIX, em especial, em seu projeto de converter-se em “púlpito”, reafirma esse seu alcance mobilizador da sociedade. Vejamos como tal se configura em *Os ausentes têm razão*. A comédia é elaborada em constantes jogos de oposições, dentre os quais aparecer/desaparecer, aproximação/afastamento, mostrar/esconder, em muito indicativos da necessidade de demonstrar, na obra, uma dinâmica social em que as emoções e a subjetividade dos indivíduos são fortemente regradas por imposições sociais. Ségalas ironiza esses procedimentos, deixando o jogo explícito para os espectadores, mas não para todos os personagens em cena. A comédia é construída

dentro da proposta de um teatro de tese, aquele em que se busca argumentar, de maneira dramática, uma ideia. Esta já vem informada desde o provocador título, que será imediatamente compreendido pelos espectadores/leitores como uma subversão do conhecido provérbio.

Trata-se de uma comédia, que, como explica Pavis (2011, p. 52-54), tradicionalmente se volta aos temas da realidade cotidiana das pessoas comuns, e seu desenlace é quase sempre otimista. A comédia geralmente se estrutura “da ideia repentina, das mudanças de ritmo, do acaso, da inventividade dramatúrgica e cênica”. Nem sempre a comédia escarnece “da ordem e dos valores da sociedade em que opera” – sua “conclusão se encarrega de chamá-lo à ordem, às vezes com amargura, e de reintegrá-lo à norma social dominante”. Desse modo, as contradições são solucionadas pelo riso e o mundo estabelece seu equilíbrio. Para tal, a sequência mínima da comédia pode ser resumida em três fases de equilíbrio, desequilíbrio e novo equilíbrio.

Temos como protagonistas Irma e Max de Lirvins, burgueses, nas vicissitudes de uma vida conjugal iniciada há menos de um ano, mas já desgastada pela rotina e pelas discordâncias de temperamento de um e de outro. A escolha pela prosa como modalidade da enunciação corrobora o sentido mais cotidiano das ações em cena, em uma linguagem mais realista e sóbria, mas ao mesmo tempo com a dinâmica apropriada ao riso. No primeiro ato, deparamo-nos *in media res* com a situação de discórdia entre os cônjuges. Somos informados, porém, pela narração dos personagens, que, no passado, diferentemente, houvera uma boa convivência entre eles, sendo este o equilíbrio inicial. Temos, assim, no que toca à condução da ação:

(equilíbrio, narrado)

IRMA. [...] enfim, fizemos um casamento de inclinação. Eu queria encontrar meu ideal, e o busquei por muito tempo. Enfim, vi o senhor e fiz a estupidez de amá-lo e de desposá-lo, há menos de um ano. Nós nos adorávamos então. (SÉGALAS, 1852, p. 2)

(desequilíbrio)

MAX, *chegando à boca de cena*. Vamos logo, Irma, vamos logo! Não conheço nada de mais poltrão do que uma parisiense viajando.  
IRMA. E eu não sei de nada mais rabugento nem de mais briguento do que um marido como o senhor. (*adiantando-se*) (p.1)



(novo equilíbrio)

IRMA. [...] é estranho, quando estávamos juntos, mal podíamos nos tolerar. Desde que nos afastamos um do outro, passamos a nos adorar. Mas, o que é preciso fazer, então, para amar sempre? Porque, afinal, quero amá-lo, e nisso colocarei toda minha obstinação.  
MAX. E eu igualmente. (p. 14-15)

A comédia divide-se em dois atos, que opõem na verdade duas microunidades no interior da peça – como observa Prado (2011, p. 174), no século XIX, o ato é a unidade do drama. Esses atos opõem-se em muitos aspectos. Inicialmente, os espaços em que ocorre cada um deles contrapõem duas ideias distintas, estabelecendo duas unidades temporais e narrativas: (1º ato) a natureza, o espaço aberto e desconhecido, romântico, que impulsiona os conflitos a se tornarem manifestos e, logo, passíveis de serem refletidos. É em meio às montanhas geladas da Suíça que o casal toma consciência da impossibilidade de vida em conjunto; (2º ato) um ano depois, um jardim burguês, com função de sala de estar, realista, que tende a manter os conflitos no espaço privado, a subjugar-los às convenções sociais. Se no 1º ato a ausência do cônjuge é sinônimo de liberdade, no 2º é de falta, de privação de um elemento essencial à família burguesa.

Anaís Ségalas, de fato, não recorre a uma negação absoluta da vida conjugal. Primeiramente, permanece sempre latente a possibilidade de o casal reatar o relacionamento, sem ser necessário recorrer ao divórcio. Em segundo lugar, o período de um ano que o casal passa afastado, fronteira entre o primeiro e o segundo atos, não é entendido por Irma como separação, mas como viuvez, e apenas por essa razão estuda casar-se novamente, com o médico Timoléon Moranty.

Mesmo Max de Lirvins que – diferentemente das mulheres, as “Senhoras Ulisses” (referindo-se à personagem Penélope, esposa do herói grego, que deve esperar em Ítaca pelo seu retorno) –, pode deslocar-se e ir à busca de aventuras, termina desistindo destas em nome da vida de casado:

MAX. Ah! Sim, a independência, a tranquilidade são fantásticas! Comecei a desfrutá-las com furor, com frenesi. – É impressionante como é longo um dia de independência! Quando eu trabalhava, ninguém me importunava. Quando chegava tarde, ninguém me reprovava. Em vez de brigar, eu bocejava. A cada dia, me faltava uma briguinha rotineira; estava habituada a ela como a meu jornal matinal, e me arrependia de ter cancelado sua assinatura. À hora do passeio, faltava-me sob o braço uma graciosa mão; junto à lareira, um belo semblante sorridente ou mal-humorado; um sorriso, uma censura, uma conversa, uma afeição,

um anjo, um demônio, um inferno, um paraíso, minha mulher, enfim.  
(SÉGALAS, 1852, p. 10)

De certa maneira, defende-se, pois, a manutenção do casamento, porquanto a dramaturga não faça explicitamente o elogio do divórcio. No entanto, que os laços matrimoniais deveriam passar por mudanças, é, de fato, entendimento de Ségalas. As críticas que tece ao casamento em *Os ausentes têm razão* encontram sua base na submissão da mulher pelo marido e pela sociedade. Igualmente, as possíveis “soluções” que a dramaturga aponta para esse problema, e que são mencionadas no momento do apaziguamento final do drama, apenas rompem com a monotonia de um casamento que será de um modo ou de outro mantido: a primeira é que marido e mulher ajam como os “ausentes”, ou seja, com as qualidades dos que estão longe, e não se entreguem à rotina, à indiferença, ao mau humor; a segunda é, em um caso extremo, recorrer a uma pequena viagem, para que a distância, minorando em perspectiva os defeitos e impulsionando a falta, revigore o casamento.

#### A ideia política do teatro (a representação)

266

A tessitura do sentido político no teatro encontra sua gênese, segundo o ensaísta Denis Guénoun (2003, p. 13), na constituição íntima dessa arte: antes de partir dos temas e das discussões que podem ser suscitados sobre o palco, seu caráter político provém do fato de ele demandar uma convocação pública – e, logo, política – de pessoas. O teatro seria, nesse aspecto, a arte do encontro. Para Guénoun, mais do que outras formas de expressão artística, “o teatro requer uma reunião de espectadores”. Esse encontro, embora seja igualmente possível em artes como a literatura e a pintura, não toma nestas a indispensabilidade própria ao teatro.

A comédia de Ségalas estava publicada originalmente no *Magasin Théâtral* – uma revista em que se encontravam os textos de dramas e de comédias representados no século XIX nos principais teatros franceses e, o que é de grande interesse, simultaneamente mesmo às suas representações no palco. De onde o “*Magasin*” (“loja”), e não “*magazine*” (“revista”) – o termo ganha sentido quando em referência ao “armazenamento” dos textos dramáticos e à sua posterior comercialização. O acontecimento espetacular é, por assim dizer, a motivação primordial desse volume, que conta com o sucesso ou a difusão das peças entre os espectadores, para os quais

estas representarão uma espécie de *souvenir*, reminiscência do evento. De fato, o local e a data de estreia do espetáculo são indicados no volume, no intuito de estabelecer uma ligação com o acontecimento teatral: “Representada pela primeira vez em Paris, no Second Théâtre-Français, a 7 de maio de 1852” (SÉGALAS, 1852, p. 2). Também os nomes dos atores vêm incluídos na revista, em um jogo de identificação entre ator e personagem que já se integrava à cultura de estrelato cênico que caracteriza o século XIX (cf. NAUGRETTE, 2001, p. 76-77). O ator, emprestando seu corpo à personagem, enuncia ao público um discurso que é primordialmente de um outro, mas que ganha legitimidade a partir de sua própria voz e movimentos, mesmo quando se trata de um tema que suscite polêmica, como o divórcio no Oitocentos.

Esse público, no entanto, no Second Théâtre-Français é escasso. A casa de espetáculos permanece muito pouco frequentada e, por essa razão, sua pauta encontra-se constantemente vazia. No intuito de “ocupar” o Odéon, o Ministério da Cultura, dos Trabalhos Públicos e do Comércio francês decide pôr o teatro à disposição da Comédie-Française e de outras companhias. O ferino Alexandre Dumas não deixaria passar despercebida essa situação, nem perderia a oportunidade de escarnecer do teatro, presenteando-lhe com o epíteto de “Théâtre omnibus” [Teatro-ônibus], por ser um local de passagem para os atores, sem prezar por uma companhia fixa. O Odéon é visto por muitos homens de teatro como uma casa de espetáculos em crise constante, e até mesmo moribundo.<sup>2</sup>

Sobre a dramaturga, a crítica da época também não ficaria em silêncio. O polêmico jornalista e escritor francês Eugène de Mirecourt reservou um dos cem volumes de sua coleção biográfico-satírica *Les contemporains* a Anaïs Ségalas. Nela, ironicamente, constrói uma imagem exacerbadamente conservadora da escritora, como mulher da sociedade, mãe, esposa devotada e poeta, cujos sentimentos “religiosos” e “maternais” ditavam seus versos, e a quem “jamais um pensamento malvado, jamais um hemistíquio culpado desonraram suas castas e piedosas inspirações” (MIRECOURT, 1856, p. 39). Essa introdução apenas vem contrapor-se a outra imagem, permeada por estereótipos românticos e emancipados, algo entre uma heroína *mal du siècle*, à moda do René de Chateaubriand, e uma personagem de Alexandre Dumas, narrando as “anedotas” de suas viagens, mas, sobretudo, referindo-

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis na página online do Teatro de l’Odéon, ver [aqui](#).

se à sua necessidade de evadir-se do seio conjugal. A dramaturga é, assim, ora uma melancólica *promeneure*... – “Frequentemente Anaïs passeava à luz da lua, ao lado das ruínas. Ela amava sonhar solitariamente ao canto da brisa e do rouxinol, sob os pálidos raios filtrados pelas grandes árvores [...]” (MIRECOURT, 1856, p. 46) –, ora uma “amazona” fugitiva saída de um romance de capa e espada.

O pretense desinteresse político que Eugène de Mirecourt assinala em sua crítica a Anaïs Ségalas, e que vem na verdade em resposta à não alienação da autora, leva-nos a interrogar as possibilidades de escrita e criação para as mulheres no século XIX, em uma atividade em que o “contexto histórico, político e social é um traço mais pertinente [...] que o sexo” (PAVIS, 2011, p. 378). É esse contexto que, por exemplo, conduziria as mulheres a negarem sua atuação política em prol de uma vida voltada ao lar, tendo por missão “espiritualizar o mundo dirigido pelos homens”, como a própria Ségalas escreveria. De qualquer maneira, Ségalas obteve com sua obra a repercussão da crítica de seu tempo – pois o *Magasin Théâtral* tinha claros objetivos comerciais, o que demandava a existência de um grupo leitor, provavelmente o público que havia assistido à peça. Declarações à parte, não lhe podemos negar o crédito de ter trazido ao palco e, logo, à reflexão social, um tema pertinente a seu tempo, o divórcio, e respondendo a uma das perspectivas políticas do teatro, no sentido de “congregar a cidade, publicamente unida na mobilização de seu desejo de comunidade, para convidá-la a tomar assento no lugar da assembleia [...]” (GUÉNOUN, 2003, p. 70).

268

### Senhora Ulisses, à guisa de conclusão

Talvez nunca possamos determinar precisamente a influência que a comédia de Anaïs Ségalas exerceu sobre o seu tempo, sobre sua sociedade; o quanto pode ter inspirado mulheres a se posicionarem diferentemente em relação a seus casamentos, a exigir novos direitos; em que medida pode ter insuflado nos homens a possibilidade de enxergar a partir de outro ponto de vista. A crítica foi escassa, o público, não sabemos – quem quer que tenha estado presente na *representação*, e tenha se deparado com o *representado*. Não podemos negar, porém, a capacidade da comédia de Ségalas de ser a porta-voz corajosa de uma importante questão do oitocentos, o divórcio, e com ele, as adjacentes implicações das rédeas do Estado sobre a subjetividade e a liberdade humanas.

Anaïs Ségala adianta-nos um importante questionamento que tomará força e forma a partir das primeiras décadas do século XX, nos campos social e artístico: a fragmentação do núcleo familiar, ou as imposições que a sociedade promove à formação e às escolhas em família pelo indivíduo objetivo e subjetivo. Como observa Jean-Pierre Sarrazac (2013), em *Sobre a Fábula e o Desvio*, se, no teatro oitocentista, burguês, a família é o núcleo e a base sobre a qual se forma o indivíduo e a própria arte, e que encontra sua forma exata no drama, no século XX, entretanto, sobretudo nas primeiras formulações da epicização do teatro, o núcleo familiar se torna propriamente o inferno do indivíduo, o ambiente em que este não pode mais permanecer. Na comédia de Anaïs Ségala, essa discussão toma espaço, sem que, contudo, implique em uma colisão explícita entre a forma dramática e a forma épica e sem que resulte em uma ruptura total com as dinâmicas da vida em sociedade.

A dramaturga, dessa maneira, impulsiona o teatro de seu tempo a fazer emergir o funcionamento da sociedade submerso nas aparências e nas convenções oitocentistas, a manter-se a tribuna, o espaço que legitima a voz de cada indivíduo em sociedade. A, enfim, exibir o “imostrável” das palavras, como defende Denis Guénoun (2003, p. 70-71). Anaïs Ségala conduz, enfim, ao palco do Second Théâtre-Français, por meio de sua comédia *Os ausentes têm razão*, uma nova reflexão sobre as implicações que o rompimento dos laços matrimoniais traria para a vida em sociedade, sobretudo para a esposa. A dramaturga traz à tona, torna explícita e dá voz às realidades de inúmeras “Senhoras Ulisses”, na longa espera pelo retorno ou posicionamento de seus maridos, mas, ainda assim, sabendo tecer e desfazer, silenciosamente e longe dos olhos da sociedade, os longos fios de suas tapeçarias.



## REFERÊNCIAS

- BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DAMAS, Pierre. **Les Origines du divorce en France** : étude historique sur la loi du 20 septembre 1792. Université de Bordeaux : Imprimerie G. Gounouilhou, 1897.
- FURET, François ; SACHS, Wladimir. La croissance de l'alphabétisation en France (XVIIIe-XIXe siècle). In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 29e année, N. 3, 1974. pp. 714-737.
- GUÉNOUN, Denis. **A exibição das palavras**: Uma ideia (política) do teatro. Rio de Janeiro: Teatro do pequeno gesto, 2003.
- MIRECOURT, Eugène de. **Les contemporains** : Madame Anaïs Ségalas; précédé d'une lettre à M. Alphonse Karr. Paris : Gustave Havard, 1856.
- NAUGRETTE, Florence. **Le théâtre romantique**. Seuil: Septembre, 2001.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PRADO, Décio de Almeida. O teatro romântico: a explosão de 1830. In GUINSBURG, Jacó. (Org.) **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 167-184.
- SÉGALAS, Anaïs. **Les absents ont raison** (Magasin Théâtral). Paris: Ancienne Maison Marchant, 1852.

Tiphaine Martin

**Des corsets qui craquent : *Un pique-nique chez Osiris*, l'insoumission au féminin**

## Résumé

Au dix-neuvième siècle, la condition des femmes est strictement corsetée par les habitudes sociales et les lois. Il est très difficile de s'exprimer par soi-même, d'avoir des opinions politiques, de sortir de chez soi et de partir à l'aventure. Les femmes sont condamnées au silence et au sourire immobile des bonnes épouses et des bonnes maîtresses de maison. Comment se révolter ? Qu'arrive-t-il à celles qui se révoltent ? Naît-on, ou devient-on insoumise ? Dans cet article, nous voudrions nous interroger sur le parcours de trois femmes, dont la trajectoire existentielle est filmée par Nina Companeez dans *Un pique-nique chez Osiris* (2000). Dans un premier temps, nous analyserons le parcours d'Héloïse, de sa mère Mathilde et de sa cousine Olympe. Sont-elles insoumises, soumises à moitié, ou totalement soumises au pouvoir patriarcal ? Évoluent-elles pendant le téléfilm ? Dans un deuxième temps, nous montrerons les stratégies mises en place pour se révolter contre la misogynie et le machisme de la société, quel que soit le lieu. Dans un troisième temps, nous ferons apparaître la manière dont le voyage est libérateur à de nombreux points de vue, et combien les personnages féminins mûrissent et apprennent la liberté, leur liberté, grâce à leur sortie de foyer familial.

**Mots-clés :** XIXe siècle ; féminisme ; littérature et média ; l'Affaire Dreyfus ; voyages.

272

## Resumo

No século XIX, a condição das mulheres é estritamente espartilhada pelos hábitos sociais e as leis. É muito difícil de exprimir-se por si mesma, de ter opiniões políticas e de sair de seu refúgio e partir para a aventura. As mulheres são condenadas ao silêncio e ao sorriso imóvel de boas esposas e boas donas de casa. Como se revoltar? O que acontece com aquelas que se revoltam? Nasce-se ou torna-se insubmissa? Nesse artigo, nós gostaríamos de interrogar-nos sobre o percurso de três mulheres, cuja trajetória existencial foi filmada por Nina Companeez em *Un pique-nique chez Osiris* (2000). Em um primeiro momento, analisaremos o percurso de Héloïse, de sua mãe Mathilde e de sua prima Olympe. São elas insubmissas, submissas pela metade ou totalmente submissas ao poder patriarcal? Elas evoluem durante telefilme? Em um segundo momento, nós mostraremos as estratégias utilizadas para revoltar-se contra a misoginia e o machismo da sociedade, qualquer que seja o lugar. Em um terceiro momento, nós desvelaremos o modo como uma viagem é libertadora em diversos pontos de vista e quanto as personagens femininas amadurecem e aprendem a liberdade, sua própria liberdade, graças à saída da casa paterna.

**Palavras-chave:** século XIX; feminismo; literatura e mídia; l'Affaire Dreyfus; viagens.



Au dix-neuvième siècle, la condition des femmes est strictement corsetée par les habitudes sociales et les lois. Il est très difficile de s'exprimer par soi-même, d'avoir des opinions politiques, de sortir de chez soi et de partir à l'aventure. Les femmes sont condamnées au silence et au sourire immobile des bonnes épouses et des bonnes maîtresses de maison. Comment se révolter ? Qu'arrive-t-il à celles qui se révoltent ? Naît-on, ou devient-on insoumise ?

Dans cet article, nous voudrions nous interroger sur le parcours de trois femmes, dont la trajectoire existentielle est filmée par Nina Companeez dans *Un pique-nique chez Osiris* (2000). Dans un premier temps, nous analyserons le parcours d'Héloïse, de sa mère Mathilde et de sa cousine Olympe. Sont-elles insoumises, soumises à moitié, ou totalement soumises au pouvoir patriarcal ? Évoluent-elles pendant le téléfilm ? Dans un deuxième temps, nous montrerons les stratégies mises en place pour se révolter contre la misogynie et le machisme de la société, quel que soit le lieu. Dans un troisième temps, nous ferons apparaître la manière dont le voyage est libérateur à de nombreux points de vue, et combien les personnages féminins mûrissent et apprennent la liberté, leur liberté, grâce à leur sortie de foyer familial.

Nina Companeez met en scène trois femmes, la mère, Mathilde Ancelin, sa fille Héloïse et leur cousine Olympe de Cardeauville, en 1899, en pleine Affaire Dreyfus. Le mari, Victor Ancelin, notable et antisémite notoire, est victime d'une crise cardiaque, alors qu'Héloïse tombe amoureuse de Maxime Meyer, un journaliste juif et pauvre. Victor Ancelin meurt, lorsque Héloïse lui annonce sa volonté d'épouser Maxime. Veuve, Mathilde obtient du conseil de famille la permission d'emmener Héloïse en Egypte, avec Olympe comme chaperon. Elles y rencontreront Coquerel Bey, un ancien condisciple marseillais du beau-frère de Mathilde, le peintre orientaliste Paul-Louis Gérard, Jenny Latour, une actrice, et Ariel Cohen, un bourgeois juif du Caire, que Héloïse épouse grâce à Olympe. Entre-temps, Dreyfus a été gracié et il est revenu à Paris. Tout s'annonce merveilleux dans le nouveau vingtième siècle, quoique le couple franco-égyptien soit mal assorti, aux dires de la mère d'Ariel. Mathilde la console en lui rappelant que peu de couples le sont.

## Des parcours évolutifs ?

### Une soumission totale

Olympe, le personnage de la cousine célibataire, est totalement soumise aux préjugés de son époque. Elle ne souhaite aucunement se révolter contre le système patriarcal. Elle y est attachée. À l'apogée de l'Affaire Dreyfus, elle vénère l'Armée et ses représentants. Elle refuse, comme la plupart des Français.es, que le bouc émissaire trouvé soit innocent. Elle envisage tout cela d'un point de vue personnel, car son fiancé, « mort pour la France » en 1870, appartenait à l'armée. Elle ne raisonne pas, elle agit par instinct, parfois violemment : « L'armée, Monsieur, est la France elle-même. [...] Comment ose-t-on mettre en balance la parole des représentants de l'armée avec les protestations d'innocence d'un petit officier juif ?! » Elle répète les discours de l'époque, mais en s'emportant et en pleurant. Elle ressemble aux stéréotypes machistes de l'époque, qui considèrent « La Femme » comme irrationnelle, incapable de raisonner (BEAUVOIR, 1987, p. 260). Olympe, contrairement à sa célèbre devancière Olympe de Gouges, ne fait aucune analyse politique de la situation.

Mathilde Ancelin accepte les codes les plus restrictifs de la féminité : tout comme Olympe, elle se tient droite, les coudes près du corps, jambes serrées, rarement accotée à la chaise ou à son fauteuil. Elle désire « garder sa taille de vingt ans », avec un corset qui l'étouffe, ce que lui reproche sa cousine, prompte à renoncer à toute séduction (surtout chez les autres). Non seulement elle représente son statut social de femme de monde, mais encore elle est soumise à la mode, qui lui enjoint de se contraindre, de se serrer à s'étouffer, en attendant Paul Poiret et Madeleine Vionnet (CORBIN ; COURTINE / VIGARELLO, 2006, p. 95).

Elle est également sujette aux évanouissements, qui ponctuent les moments dramatiques du premier épisode. Ils sont liés aux problèmes posés par son mari : crise cardiaque pendant un rapport sexuel adultère, violence conjugale, violence envers leur fille. Un dernier évanouissement a lieu au début de leur voyage, alors qu'Héloïse s'empporte contre « [la] tyrannie, [la] mesquinerie, et [la] maniaquerie » d'Olympe, qui

joue alors les martyres. Mathilde a un corps hystérique, tel qu'il est défini par la médecine de l'époque, puis plus tard, par Freud (PRATES, 2004, p. 45-53). C'est une chair coupée en deux par le corset, qui agit par à-coups violents. Ce n'est plus le corps langoureux des Romantiques, mais le corps inquiétant des Naturalistes et des Symbolistes. À la fin du second épisode, comme Héloïse part seule dans le désert rejoindre Ariel, Olympe fait ironiquement remarquer à sa cousine : « En tout cas, tu ne t'évanouis plus ? C'était pourtant l'occasion. » Le voyage est libérateur, physiquement et psychologiquement.

### Une soumission partielle

Sous leurs airs de femmes entièrement soumises au patriarcat, Olympe et Mathilde cachent un appétit de vivre qui n'est guère compatible avec la modération et la retenue exigées des femmes.

Mathilde a insufflé sa passion pour les voyages à sa fille Héloïse, qui apprend le chinois et les hiéroglyphes, et qui parle anglais. La jeune fille transgresse la loi sociale qui veut que l'histoire ancienne ne soit que vaguement étudiée. L'Antiquité est ravalée au rang d'art d'agrément et, surtout, sert de prétexte aux mariages arrangés. Cette coutume bourgeoise perdure jusqu'au vingtième siècle, dans un monde très marqué par le dix-neuvième siècle. C'est ce dont témoigne Simone de Beauvoir, dans son premier volume autobiographique, en parlant du sort de ses camarades d'école:

Passé leurs bachots, elles suivraient quelques cours d'histoire ou de littérature, elles feraient l'école du Louvre [...]. De temps à autre on les emmènerait entendre Carmen ou tourner autour du tombeau de Napoléon pour entrevoir un jeune homme ; avec un peu de chance, elles l'épouseraient. (BEAUVOIR, 1999, p. 211)

Mais ce n'est pas le cas d'Héloïse. Elle utilise les hiéroglyphes comme code secret pour écrire à une amie. Le savoir devient passage amical, au féminin.

Quant à Mathilde, elle révèle à sa fille avoir rêvé d'un voyage en Égypte, lorsqu'elle était jeune mariée, suite à l'écoute du *Désert* de Félicien David (1844). Elle parvient à imposer ce rêve au conseil de famille, sous prétexte d'éloigner Héloïse de Maxime. Mathilde joue d'autant mieux la féminité traditionnelle pour mieux imposer ses volontés, délivrée de la tutelle maritale.

Olympe a choisi une stratégie légèrement différente. Elle clame haut et fort son respect des traditions, une foi catholique indéfectible et une fidélité sans faille envers son fiancé décédé. Elle est montrée comme obsédée par la sexualité. La cousine Olympe attaque Héloïse dès le début du premier épisode, alors que la jeune fille vient de ramener son père dans le coma, aidée par son soupirant Paul de Bosnières : « Depuis quand passe-t-on près du pavillon de chasse pour aller à la gare ? Seule ta mère peut croire ce joli conte... » Malgré le choc, Héloïse lui réplique, du tac au tac : « Vous aimeriez la voir souffrir davantage, je le sais. Mais tant pis, si la vérité vous déçoit ! » Olympe rattrape sa cousine par le bras et lui assène : « Il est clair que tu es allée avec Paul de Bosnières dans le pavillon de chasse pour de petits jeux indécents ! [...] » Héloïse, réussissant à garder son calme, ironise : « Je suis scandalisée de ce que vous osez me dire, ma cousine. Je trouve que vous avez de bien vilaines pensées pour une jeune fille... (*elle se détourne, puis persifle* :) Vous l'êtes toujours, n'est-ce pas ? » Olympe recule, piquée au vif et tente une dernière parade en parlant du respect que les honnêtes femmes se doivent. Sa frustration est mise à nue, sous couvert de protection de la virginité de sa parente. Une scène similaire, aussi courte mais plus violente, a lieu au début du second épisode. Héloïse tombe de son âne devant le Continental du Caire, et aux pieds d'Ariel Cohen, qui l'aide à se relever. Ce topos austinien<sup>1</sup> est contrarié par l'irruption (tempérée par politesse mais couvant sous la cendre) d'Olympe, qui blêmit en entendant le patronyme juif d'Ariel. Elle entraîne Héloïse par le bras. La jeune fille se rebiffe : « Lâchez-moi maintenant ! Vous voulez que j'aie invité monsieur Cohen à dîner avec nous ? Vous avez l'intention de me tenir en laisse pendant tout le voyage ? [...] Parce que j'aime Maxime, vous me croyez capable de m'amouracher de tous les juifs que je rencontre ? Faut-il que vous soyez bornée ! » Elle répond à la violence antisémite et à la frustration sexuelle par la violence verbale et l'ironie. Héloïse rappelle qu'elle a franchi les bornes de la soumission au patriarcat. Toutes ces violences indiquent que la Belle Époque est traversée par des passions politiques et sociétales exacerbées, loin de l'image lisse qu'en garderont les rescapé.e.s de 14-18.

### Les espaces de la soumission

---

<sup>1</sup> Cf. la rencontre de Marianne et Willoughby dans *Raison et Sentiments* (1811).

À la fin du dix-neuvième siècle, les femmes ne peuvent toujours pas se déplacer seules. La liberté totale, car quasi solitaire, dont jouit Héloïse à plusieurs reprises, dans le premier épisode, est inhabituelle. Elle est soulignée par différents personnages. Ainsi, Olympe ne manque pas de remarquer que la jeune fille s'est trouvée seule avec Paul dans le pavillon de chasse, puis avec Maxime, lors du bal des Cardoville. Elle formule ses propos sur un ton faussement doux, puis aigre : « Qu'on ne compte plus sur nous pour te servir de chaperon pendant que tu fais tes petites cochonneries avec ce qui peut se trouver de plus méprisable à Paris. » Une fille seule est forcément une fille publique, dans le pire sens du terme. Elle ne pense évidemment pas qu'Héloïse puisse avoir un intérêt pour l'Affaire (ce qui est véritable et le motif de sa rencontre avec Maxime) et l'imagine succombant immédiatement au charme vénéneux du « porc » juif (une assimilation faite par Victor). Olympe refuse de jouer les paravents bien élevés.

Mathilde, Olympe et leurs belles-sœurs sont toujours filmées en intérieur, dans des espaces de sociabilité (salle à manger, salon, salle de bal) ou de l'intime (chambre). La critique Adriana Valerio établit un parallèle entre le monde masculin et féminin : « [...] maschio, al quale è stato riservato il mondo esterno, pubblico, in movimento. Le chiuse mura delle casa o del chiostro erano, al contrario, riservate alla donna, divenuta sinonimo di stanzialità. » (SILVESTRE; VALERIO, 1999, p. VIII)<sup>2</sup> Le dedans les enferme au sein de la famille, sous prétexte de nature féminine, sans possibilité d'y échapper. Même les relations sociales autres que familiales se déroulent dans les intérieurs.

277

## Des stratégies de rébellion

### Rébellion grâce à l'époque

Ces femmes n'acceptent pas aussi facilement que cela le patriarcat. Elles arrivent à le subvertir, tout en faisant semblant de s'y couler, ou en profitant de failles qui apparaissent. Olympe se propose pour accompagner Mathilde et Héloïse en Égypte. Nous n'assistons pas à la scène et nous ne pouvons qu'imaginer les motifs qu'elle a mis en avant : respectabilité, surveillance de la jeune fille, chagrin de Mathilde qui la rend

---

<sup>2</sup> « [...] le mâle, auquel a été réservé le monde extérieur et public, en mouvement. Les murs fermés de la maison ou du cloître étaient, au contraire, réservés à la femme, devenue synonyme de permanence. » Traduction personnelle. Adriana Valerio, Introduzione. *In* : SILVESTRE ; VALERIO, 1999, Introduzione.

incapable de mettre en œuvre le voyage. Elle explose aussi dans un discours enflammé : « [...] nous serons reparties vers les origines de notre civilisation ». Son but apparaît comme strictement lié à sa foi, comme de nombreuses voyageuses de l'époque.

La rébellion de Mathilde est plus en contradiction avec une foi chrétienne stricte. Elle concerne ses rapports avec son mari. Lorsque Victor reprend conscience et l'accuse de s'être fait serrer de près par le docteur parisien qui le soigne, Mathilde le calme en paroles, puis s'étend près de lui. Victor commence à ôter les boutons de son chemisier, puis y renonce, car « [il] n'a plus d'érection [...] [il] n'est plus un homme. [Il] est déjà mort. ». Il descend ses paupières de la main, comme on le fait aux cadavres<sup>3</sup>. Il brode sur le futur veuvage de son épouse, qui « aime le plaisir ». Se dessine un portrait d'une épouse pas si lisse et pas si sage, qui possède une sexualité. Nous sommes à mille lieues des portraits déssexualisés des romans de l'époque, des tabous qui entourent la sexualité conjugale et des conventions sociales qui étouffent tout épanouissement sexuel des femmes. Au début du vingtième siècle, la féministe Madeleine Pelletier exprime cet étranglement du désir féminin dans *L'Amour et la Maternité* :

Les religions comme les morales ne tiennent [...] aucun compte de la sexualité de la femme. Elle satisfait l'homme et elle enfante, tel est son rôle. Qu'elle puisse elle-même désirer ou refuser l'amour, y prendre du plaisir ou en avoir du dégoût, cela ne vient même pas à l'idée. L'amour est pour elle un devoir et il serait immoral qu'elle songeât à y chercher du plaisir (PELLETIER, p. 3).

Les femmes n'ont pas le droit à la jouissance. Mathilde est mère et femme, l'un n'empêche pas l'autre. C'est en cela qu'elle est plus qu'un personnage imaginaire, elle acquiert force et vie grâce à ses désirs.

C'est également l'époque qui autorise Mathilde à donner un peu plus de liberté à sa fille : Héloïse apprend des langues étrangères, elle est musicienne et elle possède une certaine autonomie de mouvement. Le téléfilm montre comment le désœuvrement forcé conduit à assouvir ses passions inassouvies sur le clavier du piano, fût-ce en pleine nuit. *Tristan et Yseult* retentit alors dans le silence de la maison. L'absence de travail intellectuel et/ou manuel aboutit à un débordement musical, faute de mieux, justifiant ironiquement l'opinion de son oncle, qui trouve qu'elle « passe trop

---

<sup>3</sup> Paul-Louis Gérard a un geste similaire dans le désert, après s'être battu avec Coquerel. Il déclare vouloir « disparaître » et se couvre la tête de sa cape.

de temps à son piano » et que la « mode de faire apprendre le piano aux jeunes filles » est « détestable », car les poussant vers des « rêveries malsaines ».

La jeune fille galope seule dans la propriété de son père, au début du premier épisode, elle sort en cachette empêcher le duel entre Maxime et Paul, puis elle reste seule avec Maxime chez lui. Elle franchit les interdictions de sa classe, pour qui toute jeune fille bien née doit être chaperonnée (et encadrée sans espoir de s'échapper un peu). Héloïse reste également seule avec Paul, chez elle, dans son salon. Mais il est vrai que la situation est exceptionnelle, puisque le maître de maison est très malade.

### La rébellion ouverte

Ces trois femmes sont des êtres qui s'expriment. Mais, loin du cliché sexiste qui attribue le pouvoir du vain bavardage au « deuxième sexe », faute d'une éducation qui lui remplirait solidement le cerveau. Olympe argumente pour que Héloïse ne « manque pas cette saison », véritable foire au mariage, ce qui enclenche d'ailleurs la rencontre avec Maxime.

C'est surtout Héloïse qui se révolte ouvertement contre la société étouffante de son temps, mais sa mère se révèle aussi forte et en rupture de ban. Mathilde défend sa fille devant le conseil de famille. Elle refuse tout aussi bien de diviniser son mari. Lorsque ses proches lui présentent ses condoléances, elle prend la parole, en rappelant que son mari a violé (« séduit » selon la litote de l'époque) ses femmes de chambre, qu'elle a dû renvoyer lorsqu'elles se trouvaient enceintes. Elle ajoute que sa famille savait que Victor avait de nombreuses liaisons extra-conjugales et elle refuse de le « façonner à sa convenance » alors qu'il est mort. Son courage, dû à une injection (de drogue, d'éther?), devant l'hypocrisie sociale, fait tomber le masque lisse imposé au défunt. L'épouse dévouée révèle les secrets d'alcôve du couple et la sexualité effrénée des bourgeois de son époque, insoucieux du sort et de la réputation des domestiques engrossées. Il est d'ailleurs significatif que seuls les hommes présents réagissent, blâmant la folie de Mathilde. Les femmes n'ont aucun droit à la parole, leurs discours sont soumis à la censure. Camille Claudel, une parmi tant d'autres, paiera le prix d'avoir osé s'exprimer comme un homme. La société de la Belle Époque préfère des femmes muettes, ou au pépiement de « perruches dans [leur] cage », comme Héloïse le déclare.

Héloïse se révolte ouvertement à plusieurs reprises, particulièrement contre l'institution matrimoniale. Après le dîner familial, où les passions anti-dreyfusardes ont conduit Victor Ancelin à une crise, Héloïse attend que l'acharnement contre son attitude de « bas-bleu » cesse. Sommée par Olympe de prendre la parole, elle déclare son intention de se marier par amour, ou de ne pas se marier du tout. Elle se jette au milieu du salon (de la scène), tenant tête à sa famille, sous les yeux quasi admiratifs de sa mère : « Le mariage, le mariage ! Bornons là notre horizon ! Les hommes ont toutes les possibilités ! Quand nous ne pouvons faire un pas dehors sans surveillance, vous pouvez tout vous permettre, et vous vous permettez tout ! Voilà mon opinion sur le sujet ! » Puis, elle part exhaler sa rage à l'office, avec humour. Elle souhaite devenir homme et se lance dans une tirade, comparant les droits des hommes aux devoirs des femmes. Le cours d'Histoire en raccourci démontre la conscience aiguë qu'a Héloïse des limites physiques et juridiques imposées aux femmes.

Elle tient tête à son père, qui paraphrase Schopenhauer et son *Essai sur les femmes* (1851) pour la contraindre à épouser Paul, détenteur de « vilains secrets ». Victor jette à la tête de sa fille quasiment mot pour mot le texte du philosophe allemand, qui déclare:

280

Chez les jeunes filles, la nature semble avoir voulu faire ce qu'en style dramatique on appelle un coup de théâtre ; elle les pare pour quelques années d'une beauté, d'une grâce, d'une perfection extraordinaires, aux dépens de tout le reste de leur vie, afin que pendant ces rapides années d'éclat elles puissent s'emparer fortement de l'imagination d'un homme et l'entraîner à se charger loyalement d'elles d'une manière quelconque (SCHOPENHAUER, 2007, p. 8-9).

Héloïse feint de s'affliger du peu de temps qui lui reste pour prendre au piège un homme. Puis, la jeune femme se dit prête à faire un mariage d'amour avec Maxime, pauvre, journaliste à *La Revue Blanche*<sup>4</sup>, et juif. La triade, gagnante pour Héloïse, achève son père, antisémite et anti-intellectuel. L'historien Michel Winock rappelle que le terme est né pendant l'Affaire, désignant les écrivains, savants, professeurs et journalistes dreyfusards (WINOCK, 1999, p. 29-31). Penser, réfléchir, analyser est le comble pour monsieur Ancelin, au masculin et au féminin.

Une fois son père décédé, Héloïse est sommée de se flageller publiquement, ce qu'elle refuse de faire. Elle déclare : « L'argent ne fait pas le bonheur. J'ai toujours

---

<sup>4</sup> Fameuse revue littéraire, où Léon Blum et Marcel Proust écrivirent. Cf. WINOCK, M. 1999, p. 15, 16.



souhaité être fille d'ouvrier.» Son oncle lui intime l'ordre de sortir. Elle met l'accent sur la liberté que procure le travail pour une femme, aussi dur soit-il.

## Des voyages libérateurs

### Oublier le passé

Voyager pour oublier le passé, pour tourner la page, est un grand classique. C'est ce qui arrive à nos trois héroïnes, encore que Mathilde réalise un rêve ancien, et qu'Olympe se prenne pour un croisé (au masculin bien entendu). Mais laisse-t-on tout derrière soi ? Les trois voyageuses partent en train, puis en bateau, de première classe. Elles arrivent dans un grand hôtel, vont à l'opéra et au bal, fréquentent la haute bourgeoisie du Caire et d'Alexandrie. Leur séjour se déroule dans les cadres du tourisme de luxe, et elles sont rapidement encadrées par un homme (leur guide, Joseph), puis par deux (Joseph et Coquerel Bey, le condisciple marseillais de l'oncle d'Héloïse).

Cependant, l'appel du lointain est plus puissant que les charmes de Paris. Bien sûr, la chère Olympe commence par pester contre le « mélange d'odeurs fétides dont il vaut mieux ignorer l'origine », contre Héloïse qui a choisi de se « distinguer » en préférant l'âne à la calèche, contre les « loqueteux » qui les assaillent dans l'espoir d'un peu de charité. Il n'empêche que la rencontre d'Ariel fait oublier Maxime à Héloïse. Sa cousine n'avait pas pensé qu'un juif chasse l'autre, ni même sa mère, mais au moins la jeune fille ne pleure plus lorsqu'elle reçoit des lettres de son amoureux. Elle ne lui envoie plus de photos, elle ne se désespère plus lorsqu'elle recopie des pages du guide à son intention. Elle donne rendez-vous à Ariel chez ses nouvelles amies égyptiennes (rencontrées grâce à Coquerel), et s'offre à lui, ce qu'il refuse. Il refuse une seconde fois, quand Héloïse et sa famille se rendent chez lui. La jeune fille lui propose de devenir sa maîtresse, et non son épouse, dans un intertexte colettien. Elle n'a pas lu *Claudine à Paris*, paru en 1901, mais elle agit comme Claudine, qui demande à Renaud d'être sa maîtresse et pas sa femme. Il lui faut la traversée du désert et les longues journées à

chameaux pour se décider à répondre « oui » à la demande en mariage d'Ariel, acceptant sa défaite devant la rigidité des codes sociaux.

Mathilde, sans quitter ses vêtements de deuil, oublie son mari dans les bras du peintre orientaliste Paul-Louis Gérard, décalque, quant aux motifs de tableaux, d'Eugène Fromentin et Jean-Jules-Antoine Lecomte du Nouÿ<sup>5</sup>. Il vient la trouver dans sa cabine, lorsqu'ils traversent le Nil en bateau, car il en a « assez de se parler à lui-même ». Après l'avoir écouté monologuer, elle lui applique de l'huile de glycérine, contre les moustiques. Si c'est lui qui lui demande : « ferons-nous l'amour, madame Ancelin ? » et qui ajoute « quand j'ai frappé à votre porte, mon chat, c'est bien ce que j'avais en tête », elle exprime son désir en répliquant : « Je souhaitais que cela arrive. Nous étions faits pour nous entendre. » Elle rit tout en réprimant un sanglot, ultime tribut payé à la mémoire de son mari, qui avait prédit que son « chat » (lui aussi) le « tromperait » une fois mort. L'époque n'aime les veuves qu'inconsolables, prêtes à se jeter sur la tombe de leur mari, à l'instar des veuves hindoues, ou béatifiant le disparu, comme Olympe. Cette dernière ne manque pas de se scandaliser de cette aventure et met Mathilde en garde contre de possibles « conséquences ». Une fois de plus, elle est la voix de la Société, ce que lui fait remarquer Mathilde avec lassitude : « Je suis une grande fille, je ne veux plus qu'on me fasse la leçon. [...] Toutes les raisons de renoncer à ce qui fait plaisir, je les connais. On nous les a prêchées depuis l'enfance. » La conviction de Mathilde clôt l'argumentation d'Olympe, qui riposte : « J'espère qu'au moins il en valait la peine. » Mathilde, un beau et large sourire aux lèvres, répond par l'affirmative, entraînant un demi-sourire de connivence de sa cousine, qui commence à s'amollir au contact de l'Orient (Joseph et Coquerel en faisant partie intégrante).

282

### Le goût des Autres

L'intrépide, mais introvertie, Olympe, ouvre grand toutes les pores de sa peau et de son cerveau. D'abord totalement insensible aux avances de Coquerel, elle finit par le prendre pour amant. Mais il lui faut parcourir un long chemin pour en arriver là.

Après avoir explosé de colère à l'Opéra, devant *La Dame aux camélias*, elle est calmée par Coquerel, qui lui a soufflé dans le cou au début de la représentation. Il tente

---

<sup>5</sup> Ce dernier a peint en 1888 « L'esclave blanche », tableau attribué à Gérard dans le téléfilm.

de l'enlacer, elle lui résiste. Les lieux saints de l'après-midi l'ont plus émue que ce « boutiquier marseillais », converti à l'islam et époux d'une Égyptienne, qu'elle rencontre bientôt. Le repas chez Coquerel est le premier signe de son changement. Sous couvert de retour aux premiers temps du christianisme, de « simplicité des mœurs de nos origines », elle respecte en fait les coutumes du pays : elle mange avec les doigts, plongeant dans le plat avec du pain, assise sur des coussins. Et elle prend soin de Coquerel, avec lequel elle échange des regards lourds de sensualité, au grand amusement de Mathilde. Les épices, le changement de nourriture et le partage en galante compagnie déverrouillent la sévérité de la vieille fille. Comme le déclare Chantal Liaroutzos : « C'est [...] au *topos* alimentaire que revient la fonction de dire ce dont les guides ni les récits de voyage ne parviennent à parler - la vie, tout simplement. » (LIAROUTZOS, [1995], p. 44-45) Comme un bébé découvre le monde par le goût, Olympe renaît par la table.

Ensuite, elle se rend chez les Cohen avec Mathilde et Héloïse, se pliant aux coutumes juives, ni plus ni moins machistes que les catholiques.

Pendant une halte dans la traversée du désert en direction de Jérusalem, elle fait preuve d'une ouverture d'esprit rarissime pour son époque et au regard de son passé en « volant dans les plumes »<sup>6</sup> de Gérard, qui insulte les Égyptiens, les « Arabes » comme il les appelle. Olympe met à nu l'asservissement des colonisés, juste bons à servir - avec le sourire - les vainqueurs arrogants. Elle réalise certains propos de Marguerite Yourcenar : « Bien voir un pays, c'est essayer de le connaître et jusqu'à un certain point de le faire sien dans son présent et son passé, tâcher de voir enfin ce qu'il signifie pour ceux qui y vivent. » (YOURCENAR, 1991, p. 696) Elle ne plaque plus ses préjugés sur le pays, elle l'observe attentivement : « Je ne suis pas aveugle », dit-elle à Coquerel, lorsqu'elle va soigner sa lèvre (fendue par Gérard) dans sa tente. En retour, elle reçoit un long regard reconnaissant de Joseph. Il lui a déjà fait goûter un narguilé pendant leur traversée du Nil, mais elle n'en avait pas apprécié le goût. Elle a pu admirer une partie de l'anatomie du guide lorsqu'il s'est baigné avec ses camarades guides, marins et conducteurs de chameaux.

C'est naturellement qu'elle le suit lorsqu'une tempête de sable surgit. La bâche où ils s'abritent est bien utile, car elle les cache aux yeux des autres. C'est là qu'Olympe

---

<sup>6</sup> Selon les termes utilisés par Coquerel.

perd sa virginité, après avoir refusé les avances de Coquerel, juste avant la tempête. Cette expérience l'ayant mise en appétit, elle tombe, finalement, dans les bras de Coquerel, ravi de sa « bougresse qui en veut tant et tant ». Elle s'épanouit réellement et profondément. Le voyage a été initiatique, plus que pour Mathilde et pour Héloïse, dont la trajectoire, enrichissante à tous points de vue, n'a pas été aussi profonde que pour leur cousine, qui partait de plus loin et avec plus de préjugés.

## Conclusion

On ne naît pas insoumise, on le devient. L'éducation compte (Héloïse a été élevée de manière libérale par sa mère, fière qu'elle ressemble à Victor), ainsi que les fissures du système patriarcal. En outre, jouer le jeu de la société n'est pas abdiquer toute indépendance et toute force de caractère, ni tout appétit de vivre et de jouir. Nina Companeez montre des femmes avides d'exister et de s'exalter, de jour comme de nuit, en compagnie de femmes et/ou d'hommes, à table, au lit, en calèche, à chameau ou à âne.

Héloïse, nouvelle Madame de... lors du duel entre Maxime et Paul, a une fin plus heureuse que l'héroïne de Louise de Vilmorin mise en scène par Max Ophüls. Elle trouve le bonheur avec Ariel, passant du « M » de sa mère Mathilde au « a » de la deuxième lettre du prénom de sa génitrice, c'est-à-dire qu'elle se détache de son passé et de l'amour de sa mère pour accomplir sa vie de femme.

Mathilde, quant à elle, a trouvé un remplaçant à son époux, à l'image de son mari : tyrannique et violent, mais bon amant. Elle s'épanouit hors de la morale commune, tandis que sa fille y entre, dans une certaine mesure en acceptant les conventions du mariage.

Le parcours d'Olympe est le plus complet. La réalisatrice a donné un rôle magnifiquement complexe à son interprète de *L'Allée du roi*, Dominique Blanc. La célibataire endurcie oublie progressivement ses clichés, son racisme, son antisémitisme et sa frustration en voyageant. Le dépaysement total a servi de détonateur, il dynamite sa carapace de tristesse et de frustration. Elle se rebelle ouvertement, à l'instar de sa

---

<sup>7</sup> Téléfilm de 1995, d'après le roman historique de Françoise Chandernagor.

jeune cousine, contre les codes qui l'enferment dans une image peu flatteuse et peu épanouissante.

Les parcours de ces trois femmes, quoique différents, montrent néanmoins comment, une situation exceptionnelle et hors les cadres rigides de la société (un deuil suivi d'un voyage en Orient) permet à ces femmes de se libérer et d'entrer de plain-pied dans le vingtième siècle. Voyager, c'est faire craquer son corset, et partir à la découverte d'un soi bienveillant.



## RÉFÉRENCES

- BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe**. Paris : Gallimard, 1987. t. 2.
- \_\_\_\_\_. **Mémoires d'une jeune fille rangée**. Paris : Gallimard, « Folio », 1999.
- CORBIN, Alain ; COURTINE, Jean-Jacques ; VIGARELLO, Georges. **Histoire du corps**. Paris : Seuil, 2006. v. 3.
- LIAROUTZOS, Chantal, *Manières de table : preuve, épreuve, essai. Le Journal de voyage de Montaigne*. In : SAMARAS, Zoé (dir.), **Montaigne, espace, voyage, écriture**. Paris : Champion, 1995. p. 33-46.
- PRATES, Ana Laura. *Du symptôme hystérique à l'autre jouissance. (ou : du roc au tremblement de terre)*. **L'en-je lacanien**, Toulouse, (n. 2), p. 45-53, 2004/1.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Essai sur les femmes**. Paris : L'Herne, 2007.
- SILVESTRE, Maria Luisa ; VALERIO, Adriana. **Donne in viaggio : viaggio religioso, politico, metaforico**. Roma : GLF editori Laterza, 1999.
- Un pique-nique chez Osiris. Production de Nina Companeetz. France Télévisions, 2001.
- WINOCK, Michel. **Le Siècle des intellectuels**. Paris : Seuil, 1999. Coll. « Points ».
- YOURCENAR, Marguerite. **Essais et mémoires**. Paris : Gallimard, 1991. Coll. « La Pléiade ».

tradução

Fausto Calaça

**'Da literatura sob Bonaparte,  
ou da liberdade de imprensa',  
segundo Madame de Staël**



## Resumo

Propõe-se, com o presente artigo, uma tradução comentada do texto “*De la littérature sous Bonaparte*”, capítulo da obra póstuma de Madame de Staël, *Considérations sur la Révolution française* (1818), no qual a autora estabelece uma reflexão engajada sobre a liberdade de imprensa, motivada pela brutal interdição e destruição do seu livro *De l’Allemagne*, por Napoleão, antes mesmo da sua publicação, em 1810.

**Palavras-chave:** Madame de Staël; Napoleão Bonaparte; liberdade de imprensa; resistência; despotismo; século XIX

## Résumé

On propose, avec cet article, une traduction commentée du texte « De la littérature sous Bonaparte », chapitre de l’ouvrage posthume de Madame de Staël, *Considérations sur la Révolution française* (1818), dans lequel l’auteure établit une réflexion engagée sur la liberté de la presse, motivée par la brutale interdiction et destruction de son livre *De l’Allemagne*, par Napoléon, avant même sa publication, en 1810.

**Mots-clés :** Madame de Staël, Napoléon Bonaparte, liberté de la presse, résistance, despotisme, XIXe siècle

A vida e a obra de Madame de Staël (Anne-Louise Germaine Necker, antes de se casar com o Barão de Staël-Holstein), se constituem de eventos que marcam um dos períodos mais instigantes da história da França. A escritora – aristocrata por preconceito, liberal por convicção, ativista e conspiradora por ocasião, segundo os termos de Éric Bordas (2006) – foi amiga de várias pessoas que pensavam e escreviam na Europa, na passagem dos séculos XVIII e XIX. Suas obras, engajadas politicamente, consagradas a reflexões sobre a política contemporânea, se caracterizam pela busca e invenção de novas formas de pensar e escrever. Neste contexto, a literatura se constitui como novo objeto de estudo e debate, onde se exprimem, ao mesmo tempo, representações nacionais e questões e problemas de poder. Falando de literatura para falar de política, observa Bordas (2006), Madame de Staël inventa o discurso teórico por oposição ao discurso crítico, pois, na história da literatura, até o período de impacto da sua obra, os escritos sobre a arte poética (o que reconhecemos hoje como “literatura”) consistiam basicamente em julgamentos de valor:

*Des ouvrages théoriques existaient, certes, dans leur volonté d'explication globale de phénomènes généraux. Appliqués aux belles-lettres, ils prenaient la forme de « poétiques » raisonnées, inspirées, bien sûr, d'Aristote et combinant l'abstraction de la démonstration formelle et la précision du commentaire d'exemples: le discours savant s'opposait ainsi aux intuitions et aux anecdotes de la critique, qui continuait pourtant à faire autorité sur le plan de la doxa. Mais ces théories du texte et des textes souffraient, aux yeux de lecteurs comme Mme de Staël, de ne pas (assez) s'ouvrir à la production des valeurs et du sens par un examen attentif, et complémentaire, des phénomènes de contexte empirique, et en particulier historique et politique. (BORDAS, 2006, p. 09)<sup>1</sup>*

290

É a partir do impacto da recepção de *la littérature dans ses rapports avec les institutions sociales*, publicada em 1800, que a noção de “literatura” surge então como objeto de uma (nova) teoria e de uma (por consequência, também, nova) crítica. Segundo Bordas (2006), a novidade de Madame de Staël, pensada por meio da

---

\* Fausto Calaça – Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>1</sup> Em português: “Obras teóricas existiam, certamente, conforme sua vontade de explicação global de fenômenos gerais. Aplicadas às belas-artes, elas tomavam a forma de “poéticas” racionalizadas, inspiradas, obviamente, segundo Aristóteles e combinando a abstração da demonstração formal e a precisão do comentário de exemplos: o discurso sábio se opunha assim às intuições e às anedotas da crítica, que mantinha, portanto, a sua autoridade sobre o plano da *doxa*. Mas estas teorias do texto e de textos sofriam, aos olhos de leitores como Mme de Staël, de não se abrirem (suficientemente) à produção de valores e do sentido por meio de um exame atento e complementar dos fenômenos de contexto empírico e, em particular, histórico e político.” (Tradução livre)

literatura, é o sentimento de historicidade dos enunciados: a escritora nos convida a pensar, em interação absoluta, o tempo e o espaço sob a perspectiva de um *vir-a-ser* histórico dos discursos e, logo, do sujeito humano, no tempo e no espaço. Deste modo, a escritora também estabelece um “divórcio entre a literatura e a [antiga e clássica] retórica e propõe um novo casamento com a política” (BORDAS, 2006, p.17), tornando-se, assim, a “primeira teórica sócio-crítica da literatura” (*Ibid.*, p.20).

No ano de 1812, Madame de Staël inicia a redação de suas *Considérations sur la Révolution française*, obra inacabada que será publicada em 1818, um ano após a sua morte. O contexto da sua escrita se define como um período de viagens pelo norte da Europa, pelo exílio na Inglaterra e o seu retorno a Paris. O despotismo brutal de Napoleão é a sua principal motivação. Perseguida pelo imperador, a autora de *la littérature* se engaja a favor da liberdade de expressão, da criatividade textual, da transformação da produção literária.

Segundo Stefania Tesser (1992), *Considérations sur la Révolution française* não se configura como uma obra de história ou de autobiografia, embora tais elementos façam parte da sua composição: sua característica reside, principalmente, na mediação sobre o passado em função da realidade presente; e no exame da situação histórica e política de seus contemporâneos, o que torna o seu texto um “verdadeiro discurso político, um discurso que é sobretudo um ato de persuasão do destinatário” (TESSER, p. 310). Os eventos históricos da Revolução Francesa escolhidos por Madame de Staël são tratados conforme suas experiências e impressões pessoais. Escrito em primeira pessoa, seu texto evidencia a perspectiva e a restrição da visão de quem escreve. Deste modo, a obra se estrutura em seis partes, de acordo com a cronologia dos eventos: a época pré-revolucionária (1ª parte); a Revolução propriamente dita (2ª e 3ª partes); o Império de Napoleão (4ª parte); o período que vai até o início da Restauração (5ª parte); e, por fim, uma análise sobre a possibilidade de realizar, na França, uma monarquia constitucional, referenciando a Inglaterra como modelo bem-sucedido (6ª parte).

É na quarta parte que se encontra o texto que aqui apresentamos e traduzimos: o capítulo 16, “Da literatura sob Bonaparte” (« *De la littérature sous Bonaparte* »). A partir da experiência traumática de interdição e destruição do seu livro *De l’Allemagne*, antes mesmo de sua publicação, em 1810, Madame de Staël se coloca, definitivamente, como defensora da liberdade de imprensa, o que significava estabelecer uma guerra com “Bonaparte”, nome utilizado para se referir ao seu grande inimigo, pois, segundo Bordas

(2006), a escritora sempre recusou designar seu inimigo pelo seu nome de imperador, "Napoleão", que lhe parecia usurpado e ilegítimo, optando obstinadamente por chamá-lo pelo seu nome de estado civil.

A história da publicação de *l'Allemagne* esclarece os motivos dos vários gestos de oposição de Madame de Staël, assim como põe em relevo uma revolução intelectual que inaugura o movimento romântico na França. Florence Lotterie (s/d) observa que esta obra surge como uma profissão de fé cosmopolita e liberal incompatível com a ordem de chumbo que Napoleão impõe na Europa, ordem que a escritora já enfrentava, desde 1803. Lotterie observa ainda que *De l'Allemagne* irrita um poder que não encontra nenhuma alusão a sua presença conquistadora nas regiões alemãs: "defendendo o princípio de criação contra a imitação e a constituição de uma 'originalidade nacional' de literaturas; contra a esclerose de 'modelos' neoclássicos defendidos pelo Império, ela denunciava o parentesco do espírito de conquista militar e literária" (LOTTERIE).

O contexto da escritura de *Considérations sur la Révolution française* coincide com o de *Dix années d'exil*, obra também póstuma e inacabada, publicada em 1820. Obra de recordações, anotações e elaborações de Madame de Staël sobre suas experiências de exílio, mas também um texto engajado politicamente que delinea o retrato de um Napoleão déspota. François Rosset (2005) afirma que as *Considérations* podem ser lidas como memórias históricas, enquanto que *Dix années* teria conservado um caráter mais intimista. Rosset examina a situação excepcional da narradora-viajante destas duas obras: ela se encontra condenada a viajar, não por decreto do Imperador, mas porque não suporta viver sob vigilância e ameaças, no castelo de Coppet (Suíça), onde recebia, em seu salão, seus amigos, homens e mulheres de letras, dentre eles, Benjamin Constant, Schlegel, Sismondi, Juliette Récamier, Lord Byron, Chateaubriand.

Em *Dix années d'exil*, encontramos diversas passagens que evidenciam o engajamento da escritora a favor da liberdade de imprensa, em permanente confronto com Napoleão: "Nada o irrita tanto como a liberdade de imprensa. De fato, a tirania se estabelecendo ainda mais pela astúcia do que pela força, a publicidade deve ser o que um déspota usurpador tem mais medo" (STAËL, 1996, p.143);<sup>2</sup> "Meu pai me dizia sempre

---

<sup>2</sup> Tradução livre. No original : *Rien ne l'irrite autant que la liberté de la presse. En effet, la tyrannie s'établissant encore plus par la ruse que par la force, la publicité doit être ce qu'un despote usurpateur craint le plus.*

que um jornal livre publicado na França faria mais mal a Bonaparte do que um exército de cem mil homens" (*Ibid.*, p.143);<sup>3</sup> "Bonaparte pode não sofrer por causa da liberdade de imprensa, mas ele gosta muito de se servir da imprensa escrava. Ele faz os jornais falarem de mil maneiras diferentes. Ele conhece a importância da opinião e não se cansa nunca de agir sem parar sobre ela" (*Ibid.*, p.147).<sup>4</sup> É a experiência direta com o despotismo – apesar dos entraves, das fugas, das tristes perdas – que leva Madame de Staël a propor reflexões precisas sobre a liberdade de expressão, por meio da escrita. O imperador pode impedir a publicação de livros, pode até destruir aqueles que já foram impressos, como *De l'Allemagne*, mas ele não pode impedir o ato da escrita, observa Rosset (2005). E é por essa razão que Madame de Staël, *femme de lettres* com rica bagagem intelectual, ressalta o valor dos atos de resistência contra qualquer tipo de prejuízo à liberdade individual.

\*\*\*

293

Para a presente tradução, foi utilizada uma edição de Charpentier-Paris, de 1843, intitulada *Considérations sur les principaux évènements de la Révolution française*, a qual retoma a edição organizada e publicada por Victor de Broglie e Auguste de Staël, em 1818.

*Considerações sobre a Revolução Francesa, parte IV, capítulo 16:*  
*"Da literatura sob Bonaparte"*

Esta mesma polícia, para a qual não temos termos suficientemente desprezíveis, nenhum termo que possa evidenciar a enorme distância que existe entre um homem honesto e qualquer um que poderia entrar em tal caverna, foi ela que Bonaparte encarregou de dirigir o espírito público na França. Por conseguinte, a partir do

---

<sup>3</sup> Tradução livre. No original : *Mon père me disait souvent qu'un journal libre publié en France ferait plus de mal à Bonaparte qu'une armée de cent mille hommes.*

<sup>4</sup> Tradução livre. No original : *Bonaparte ne peut souffrir la liberté de la presse, mais il aime beaucoup à se servir de la presse esclave. Il fait parler les journaux de mille manières différentes. Il connaît l'importance de l'opinion et ne se lasse point d'agir sans cesse sur elle.*

momento em que a liberdade de imprensa deixa de existir e que o ato de censura da polícia, em vez de reprimir, passa a ser o de ditar a todo um povo as opiniões que ele deve ter sobre a política, sobre a religião, sobre os costumes, sobre os livros, sobre os indivíduos, em qual estado deve cair uma nação que só tem como nutrição para seus pensamentos aquela que reafirma ou edifica a autoridade despótica? Logo, não há por que se espantar se na França a literatura e a crítica literária tenham se rebaixado a tal ponto. Definitivamente, não é certo dizer que não haja em qualquer outro lugar mais espírito e mais atitude em tudo do que no povo francês. Pode-se ver quais progressos admiráveis eles não se cansam de realizar nas ciências e na erudição, uma vez que essas duas carreiras não tocam de modo algum na política, considerando que, agora, sem liberdade, a literatura nada pode produzir de relevante. É comum sempre contestar as obras-primas do século de Luís XIV, mas a escravidão da imprensa foi muito menos severa sob este soberano do que sob Bonaparte. No fim do reino de Luís XIV, Fénelon e outros pensadores já tratavam as questões essenciais dos interesses da sociedade. O gênio poético se esgota, alternadamente, em cada país e é só depois de certos intervalos que ele pode renascer. Mas a arte de escrever em prosa, inseparável do pensamento, abraça necessariamente toda a esfera filosófica das ideias; e quando se condenam os homens de letras a dar voltas no círculo dos madrigais e dos idílios, oferecem-lhes facilmente a vertigem da lisonja: eles não podem produzir nada que ultrapasse os subúrbios da capital e as bordas do tempo presente.

A tarefa imposta aos escritores sob Bonaparte era singularmente difícil. Ao mesmo tempo em que eles deveriam respeitar todos os interesses liberais da revolução, era preciso que eles combatessem com muita coragem tais princípios, de forma que a liberdade fosse apagada, mas que os títulos, os bens e os cargos dos revolucionários fossem consagrados. Um dia, falando de Jean-Jacques Rousseau, Bonaparte dizia: *Não obstante, ele foi a causa da revolução. Quanto ao resto, não devo me queixar, pois eu fui aquele que tomou o trono.* Era esse o tipo de concepção que devia servir de modelo aos escritores, para enfraquecer e debilitar as leis constitucionais e os direitos inalienáveis sobre os quais tais leis se fundamentam; para, enfim, exaltar o conquistador despota que as tempestades da revolução tinham produzido e que depois se acalmaram. Em se tratando de religião, Bonaparte costumava afirmar, com seriedade, em suas proclamações, que os franceses deveriam desconfiar dos ingleses, considerando-os como heréticos; e queria justificar as perseguições sofridas pelo mais

venerável e mais moderado dos chefes da Igreja, o papa Pio VII, acusando-o de fanatismo. A instrução era de denunciar, como partidária da anarquia, qualquer pessoa que emitisse uma opinião filosófica de qualquer gênero; e se alguém, entre os nobres, parecesse insinuar que os antigos príncipes se entendiam melhor que os novos em relação à dignidade da corte, não lhe faltavam acusações de conspirador. Enfim, era preciso repelir o que havia de bom em cada maneira de analisar os fatos, a fim de compor a pior das pragas humanas: a tirania num país civilizado.

Alguns escritores tentaram elaborar uma teoria abstrata do despotismo, a fim de restaurá-lo, assim dizendo, de forma a oferecer-lhe um ar de novidade filosófica. Outros, do partido dos novos-bem-sucedidos (*parvenus*), se concentraram no maquiavelismo, como se aí existisse alguma profundidade; e apresentaram o poder dos homens da revolução como uma garantia suficiente contra o retorno dos antigos governos: como se existisse só interesses nesse mundo, como se o destino da espécie humana nada tivesse em comum com a virtude! De tais jogos de escrita, só restaram certas combinações de frases sem apoio de qualquer ideia verdadeira e, apesar disso, construídas conforme as normas gramaticais, com verbos, nominativos e acusativos. *O papel sofre de tudo*, dizia um homem de espírito. Sem dúvida, ele sofre de tudo, mas os homens nada se lembram de sofismas e, felizmente, para a dignidade da literatura, nenhum monumento desta arte generosa pode se elevar sobre falsas bases. É preciso acentos de verdade para ser eloquente, é preciso princípios justos para argumentar, é preciso coragem de alma para conseguir saltos brilhantes de gênio; e nada de semelhante pode se encontrar nestes escritores que seguem ao pé da letra a direção da força.

Os jornais estavam repletos de mensagens ao imperador, de passeios do imperador e de seus príncipes e princesas, de etiquetas e de apresentações na corte. Estes jornais, fiéis ao espírito de servidão, encontravam o meio de serem insípidos na época da convulsão política mundial; e, sem os boletins oficiais que vinham de vez em quando nos informar que a metade da Europa estava conquistada, poderíamos ter acreditado que vivíamos sob berços de flores, que não tínhamos nada melhor a fazer do que só contar os passos das majestades e altezas imperiais, do que repetir as palavras graciosas que eles tinham desejado despejar sobre as cabeças de seus sujeitados e submissos. É assim que os homens de letras, que os magistrados do pensamento, devem se conduzir diante da posteridade?

Apesar de tudo, algumas pessoas tentaram imprimir livros sob a censura da polícia. Mas, qual foi o resultado disso? Uma perseguição como aquela que me forçou a fugir para Moscou, em busca de asilo na Inglaterra. O livreiro Nuremberg Palm foi fuzilado na Alemanha por não ter desejado nomear o autor de um livro que ele imprimiu. E, se ainda exemplos mais numerosos de condenações não podem ser citados, é porque o despotismo era tão fortemente realizado que a única saída era a submissão, assim como nos submetemos às terríveis leis da natureza, a doença e a morte. Sob uma tirania tão perseverante, não estávamos expostos só a rigores infinitos, mas à impossibilidade de gozar de qualquer prestígio literário em seu próprio país, quando os jornais que se multiplicavam tanto quanto num governo livre e, além disso, submetidos a uma mesma linguagem, te assediavam com suas piadas de ordem e comando. Da minha parte, ofereci refrãos contínuos aos jornalistas franceses durante quinze anos: a melancolia do Norte, a perfeição da espécie humana, as musas românticas, as musas germânicas. A opressão da autoridade e o espírito de imitação eram impostos à literatura, do mesmo modo que o jornal oficial ditava os artigos de fé em política. Um bom instinto de despotismo levava os agentes da polícia literária a sentir que a originalidade na maneira de escrever pode conduzir à independência do caráter; e que era necessário tomar cuidado para evitar que livros de ingleses e alemães fossem introduzidos em Paris, se não se pretende que os escritores franceses, mesmo respeitando as regras do bom gosto, sigam os progressos do espírito humano dos países onde os problemas civis não diminuíram a marcha.

Enfim, a mais amarga de todas as dores que a escravidão da imprensa proporciona é assistir aos insultos, nas páginas públicas, àquilo que se tem de mais precioso, àquilo que mais se respeita, sem que seja possível tornar admissível uma resposta nestes mesmos periódicos, os quais são necessariamente mais populares do que os livros. Que covardia destes que insultam sepulturas, quando os amigos dos mortos não podem tomar a defesa! Que covardia destes jornalistas sem talento e sem escrúpulos, protegidos por uma autoridade, que atacavam também os vivos e serviam de vanguarda a todos os atos de condenação e ordem de exílio que o poder absoluto dispensa desde que lhe seja sugerida a mínima suspeita! Que estilo, este que leva o cachê da polícia! Ao lado desta arrogância, ao lado dessa baixeza, quando se liam alguns dos discursos dos americanos ou dos ingleses, de pessoas públicas, enfim, que quando se dirigem a outras pessoas só buscam comunicar suas convicções íntimas, sentia-se



comovido como se a voz de um amigo tivesse, de repente, sido projetada para um ser que não sabia mais como reconhecer um semelhante.



## REFERÊNCIAS

- BORDAS, Éric. Préface. In : STAËL, Madame de. **Écrits sur la littérature**. Anthologie établie, présentée et annotée par Éric Bordas. Paris : Librairie Générale Française, 2006.
- LOTTERIE, Florence. **Parution de De l'Allemagne de Mme de Staël**. Disponível em <<https://francearchives.fr/commemo/recueil-2013/39179>>.
- ROSSET, François. « Madame de Staël à la fenêtre des Tuileries : intimité et histoire dans *Dix années d'exil* ». **Le Moi et l'histoire, 1789-1848**, textes réunis par Damien Zanone. Grenoble : Presses universitaires de Grenoble, 2005. p. 70-87.
- STAËL, Madame de. « De la littérature sous Bonaparte ». In : \_\_\_\_\_. **Considérations sur les principaux événements de la Révolution française**. Ouvrage posthume, publié en 1818, par M. le Duc de Broglie et M. le Baron de Staël. Paris : Charpentier, 1843.
- STAËL, Madame de. **Dix années d'exil**. Édition critique de S. Balayé et M. Vianello Bonifacio. Paris : Fayard, 1996.
- TESSER, Stefania. « La présence de l'auteur dans les *Considérations sur la Révolution française* de Madame de Staël ». **Annali di Ca' Foscari : Rivista della Facoltà di Lingue e Letterature Straniere del l'Universita di Venezia**, 31 (1-2), 1992, p. 309-328.

Thaynara Henrique

**'O homem-moça',  
um conto de Guy de  
Maupassant**

Quantas vezes ouvimos dizer: “Esse homem é charmoso; mas é uma moça, uma verdadeira moça”. Queremos falar do homem-moça<sup>1</sup>, a peste de nosso país.

Pois, na França, somos todos homens-moças; isto é, incertos, capciosos, inocentemente pérfidos, sem persistência nas convicções nem na vontade, violentos e fracos como mulheres.

Mas o mais irritante dos homens-moças é certamente o parisiense e o *boulevardier*<sup>2</sup>, cujas aparências de inteligência são mais marcadas e que reúne em si, exagerados por seu temperamento, todas as seduções e todos os defeitos das charmosas desavergonhadas.

Nossa câmara de deputados é povoada de homens-moças. Eles ali formam o grande partido dos oportunistas adoráveis que poderíamos chamar “os encantadores”. São aqueles que governam com palavras doces e promessas enganosas, que sabem apertar as mãos de maneira a cativar os corações, dizer “meu caro amigo” de uma certa maneira delicada às pessoas que eles menos conhecem, mudar de opinião sem sequer duvidar, se exaltar com toda ideia nova, ser sincero em suas crenças de cata-vento, se deixar enganar como enganam a si mesmos, não mais se lembrar, no dia seguinte, daquilo que afirmavam no dia anterior.

Os jornais estão cheios de homens-moças. Talvez seja lá que encontremos a maior quantidade deles, mas é lá também que eles são mais necessários. É preciso excetuar alguns órgãos, como *Les Débats* ou *La Gazette de France*<sup>3</sup>.

Certamente, todo bom jornalista deve ser um pouco moça, isto é, às ordens do público, maleável para seguir inconscientemente as nuances da opinião corrente, sinuoso e diverso, cético e crédulo, maléfico e dedicado, brincalhão e prudente, entusiasta e irônico, sempre convencido sem crer em nada.

---

<sup>1</sup> Nota da tradutora (N.T.): Crônica publicada em 13 de março de 1883 no jornal *Gil Blas*, integrando mais tarde, em 1886, a antologia de novelas intitulada *Toine*. Existem variantes do texto, publicadas em outras revistas e jornais da época. Nenhuma edição definitiva de *L'Homme-fille* tendo sido estabelecida enquanto Maupassant era vivo, a tradução aqui apresentada advém do texto da última edição em antologia, publicada anteriormente ao falecimento de Maupassant.

<sup>2</sup> N.T. Termo pejorativo relativo ao estilo de vida dos homens que frequentavam em demasia os vários estabelecimentos dos grandes bulevares de Paris.

<sup>3</sup> N.T. *Les débats* foi um jornal francês republicano e conservador, fundado em 1789, por Gaultier de Biauzat, que notificava sobre os debates e decretos da época. Já *La Gazette de France*, um dos mais antigos jornais com publicações que datam de 1631, foi editado por Théophraste Renaudot e também seguia a linha conservadora. Ambos os periódicos eram célebres como disseminadores do tédio que circundava o século.

Os estrangeiros, nossos antítipos como dizia a sra. Abel<sup>4</sup>, os ingleses tenazes e os opressivos alemães, nos consideram e nos considerarão até o fim dos séculos, com certo espanto misturado com desprezo. Eles nos tratam de frívolos. Não é isso, somos moças. E eis porque nos amam apesar de nossos defeitos, porque retornam a nós apesar do mal que dizem a nosso respeito; são querelas de amor!...

O homem-moça, tal como o encontramos no mundo, é tão charmoso que te capta em uma prosa de cinco minutos. Seu sorriso parece feito para você; não se pode pensar que a voz dele não tenha, em sua atenção, entonações particularmente amáveis. Quando ele te deixa, acredita-se conhecê-lo há vinte anos. Está-se totalmente disposto a lhe emprestar dinheiro, se ele com você reclamar. Ele te seduziu como a uma mulher.

Se ele tem para com você métodos duvidosos, não se pode guardar rancor, de tão gentil ele é quando o revemos! Ele se desculpa? Temos vontade de pedir-lhe perdão! Ele mente? Não podemos em ele acreditar! Ele te ludibria indefinidamente com promessas sempre falsas? Somos-lhe gratos por suas promessas, tanto quanto se ele tivesse agitado o mundo para nos fazer um favor.

Quando ele admira alguma coisa, se extasia com expressões tão sentidas que te lança na alma suas convicções. Ele adorou Victor Hugo, que hoje ele xinga de caduco. Ele teria lutado por Zola, que ele abandona por Barbey d'Aurevilly. E quando ele admira, não admite as restrições; e te esbofetearia por uma palavra, mas quando começa a desprezar, ele não conhece mais os limites em seu desdém e não aceita que se proteste.

Em suma, ele não compreende nada.

Escutem duas moças proseando: "Então, você está com raiva da Julia? – Acredito em você, dei um tapa na cara dela. – O que ela lhe fez? – Ela disse a Pauline que eu estava na miséria treze meses sobre doze. E Pauline repassou para Gontran. Você compreende? – Vocês moravam juntas, rua Clauzel? – Moramos juntas, já se fazem quatro anos, na rua Bréda; depois, desentendemo-nos por conta de um par de meias três-quartos que ela alegou que eu tinha colocado –

---

<sup>4</sup> N.T. Há controvérsias quanto à origem referencial de Senhora Abel [Mme Abel]. Considerando a temática do conto, a referência pode concernir, na verdade, um pintor neoclassicista francês, conhecido como Alexandre-Denis-Abel de Pujol (1785-1861), ou apenas Abel de Pujol. Outra possibilidade, que leva em observação as leituras do autor é que, utilizando-se do primeiro nome, ele tenha feito referência a Abel Hermant (1862-1950), célebre escritor e dramaturgo francês.

não era verdade – meias de seda que ela tinha comprado com a mãe Martin. Então, eu lhe dei uma sova. E ela me deixou, após isso. Eu a reencontrei tem seis meses e ela me pediu para ir na casa dela, visto que ela tinha alugado um caixote duas vezes maior.”

Não escutamos o resto, passamos.

Mas como vamos no domingo seguinte a Saint-Germain, duas jovens mulheres sobem no mesmo vagão. Reconhecemos uma de imediato, a inimiga de Julia. – A outra?... É Julia!

E são carícias, ternuras, projetos. “Diz então, Julia. – Escuta, Julia, etc.”

O homem-moça tem amizades dessa natureza. Durante três meses ele não pode deixar seu velho Jacques, seu caro Jacques. Para ele, só existe Jacques no mundo. Apenas ele tem espírito, bom senso, talento. Apenas ele é alguém em Paris. Os encontramos em todos os lugares, eles jantam juntos, andam juntos pelas ruas, e toda noite se acompanham dez vezes da porta de um à porta do outro, sem se decidir a se separar.

Três meses mais tarde, se se fala de Jacques:

“Eis aí um crápula, um mordaz, um patife. Aprendi a conhecê-lo, vai. – E nem mesmo honesto, e mal-educado, etc., etc.”

Três meses depois, eles ainda estão morando juntos; mas, uma manhã, soubemos que lutaram em duelo, em seguida se abraçaram chorando no local da luta.

Eles são, aliás, os melhores amigos do mundo, metade do ano adversários mortais, se caluniando e se estimando alternadamente, em profusão, apertando as mãos até quebrar os ossos e prontos para dar um soco a perfurar o estômago por conta de uma palavra mal entendida.

Pois as relações dos homens-moças são incertas, seu humor é aos trancos, sua exaltação é cheia de surpresas, sua ternura é volta-face, seu entusiasmo intermitente. Um dia eles te estimam, no outro eles te olham com pena, pois eles têm, em suma, uma natureza de moças, um charme de moças, um temperamento de moças; e todos os seus sentimentos se assemelham ao amor das moças.

Eles tratam seus amigos como as desavergonhadas tratam seus cachorrinhos.

É o pequeno totó adorado que beijamos loucamente, que alimentamos com açúcar, que deixamos dormir sobre o travesseiro da cama, mas que lançaremos instantaneamente pela janela em um movimento de impaciência, que fazemos girar como uma funda segurando-o pelo rabo, que apertamos nos braços até estrangulá-lo e que mergulhamos, sem razão, em um balde de água fria.

Por isso, que estranho espetáculo é o das ternuras de uma verdadeira moça e de um homem-moça. Ele a surra e ela o arranha, eles se execram, não podem se ver e não podem se deixar, agarrados um ao outro por não se sabe quais elos misteriosos do coração. Ela o trai e ele o sabe, soluça e perdoa. Ele aceita a cama que paga um outro, e se acredita, de boa fé, irrepreensível. Ele a despreza e a adora sem distinguir que ela teria o direito de lhe devolver seu desprezo. Todos os dois sofrem atrozmente um pelo outro sem poder se desunir; da manhã à noite, eles se jogam na cara enxurradas de injúrias e repreensões, acusações abomináveis, depois nervosos ao excesso, vibrantes de raiva e de ódio, eles caem nos braços um do outro e se apertam perdidamente, misturando suas bocas trêmulas e suas almas de devassas.

O homem-moça é bravo e covarde ao mesmo tempo; ele tem, mais que qualquer outro, o sentimento exaltado da honra, mas lhe falta o sentido da simples honestidade, e, as circunstâncias ajudando, terá falhas e cometerá infâmias das quais ele não se dará conta; pois obedece, sem discernimento, às oscilações de seu pensamento sempre treinado.

Trair um fornecedor lhe parecerá algo permitido e quase ordenado. Para ele, não pagar suas dívidas é honorável, a menos que elas não sejam de jogo, isto é, um pouco suspeitas; ele fará otários em certas condições que a lei do mundo admite; se ele se encontra com pouco dinheiro, ele tomará emprestado por todos os meios, sem ter nenhum escrúpulo de ludibriar um pouco os emprestadores; mas ele mataria de um golpe de espada, com uma indignação sincera, o homem que tão somente o suspeitasse de faltar com a delicadeza.



## REFERÊNCIA

MAUPASSANT, Guy (de). L'Homme-Fille. **Contes parisiens**. Textes choisis, présentés et annotés par Marie-Claire Bancquart. Paris : Livre de Poche, 2004. Coll. « La Pochothèque ». p. 372-379.



# REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa



[www.victorhugo19.com](http://www.victorhugo19.com)

# APOIO

